

# ESPAÇO FEMININO

CADERNO



CADERNO ESPAÇO FEMININO	UBERLÂNDIA-MG	VOLUME 21	N. 1	p.1-320	Jan./Jul. 2009
-------------------------	---------------	-----------	------	---------	----------------

ISSN 1516-9286

**Editora:**

Profa. Dra. Vera Lúcia Puga (INHIS/UFU)

**Conselho Editorial:**

Eliane Schmaltz Ferreira (DECIS/UFU)  
Jane de Fátima Silva Rodrigues (UNIMINAS/UDI)  
João Bosco Hora Góes (UFF/RJ)  
Kênia M. de Almeida Pereira (UNITRI/UDI)  
Maria Lygia Quartim de Moraes (UNICAMP/SP)  
Mirian Goldenberg (UFRJ/RJ)  
Mônica Chaves Abdala (DECIS/UFU)  
Vera Lúcia Puga (INHIS/UFU)  
Vânia Aparecida Martins Bernardes (FACIP/UFU)  
Suely Gomes Costa (UFF/RJ)  
Suely Kofes (UNICAMP/SP)  
Eli Bartra (UNAM/México)  
Margara Millan (UNAM/México)

**Conselho Consultivo:**

Eni de Mesquita Sâmara (FFLCH/USP)  
Glória Careaga (PUEG/México)  
Joana Maria Pedro (UFSC/SC)  
Luzia Margareth Rago (IFCH/UNICAMP)  
Maria Izilda Santos de Matos (PUC/SP)  
Rachel Soihet (UFF/RJ)  
Sônia Missaggia Mattos (UFES/ES)  
Sonia Montecino Aguirre (CHILE/ Fac.Ciências Sociales)  
Tânia Navarro Swain (UNB/DF)

**Comitê Editorial:**

Cláudia Costa Guerra  
Carla Denari Giuliani  
Dulcina Tereza Bonati Borges  
Edmar Henrique Dairell Davi  
Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior  
Maria Elizabeth Ribeiro  
Marta Regina Alves Pereira

**Tradução:** Sandra Chaves Gardellari**Capa:** Maria José da Silva**Imagem da capa:** Hêlvio Lima**Diagramação:** Eduardo M. Warpechowski

**CADERNO ESPAÇO FEMININO** é uma publicação do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher, do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), da Universidade Federal de Uberlândia, EDUFU.

EDUFU – Editora da Universidade Federal de Uberlândia  
Av. João Naves de Ávila 2121 – Bloco A Sala 1A – Santa Mônica – Uberlândia – MG  
Cep 38408-100 | Telefax: (34) 3239 4293 | Fone: 3239 4512  
www.edufu.ufu.br | livraria@ufu.br

**Revista Indexada em Data Índice de Ciências Sociais – IUPERJ; SUMÁRIOS de Revistas Brasileiras; Portal Feminista [www.portalfeminista.org.br](http://www.portalfeminista.org.br) CLASE-CICH-UNAM – México; Hispanic American Periodicals Index – HAPI; Base de Dados Francis – INIST; Portal Iberoamericano – LATINDEX.**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

**REITOR:** Alfredo Júlio Fernandes Neto **VICE-REITOR:** Darizon Alves de Andrade**DIREÇÃO EDUFU:** Humberto Guido

EDUFU – Editora da Universidade Federal de Uberlândia  
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco A, Sala 1A – Santa Mônica  
Cep 38408-100 – Uberlândia-MG  
Telefax: (34) 3239-4293 / Fone: 3239-4512  
www.edufu.ufu.br / e-mail: livraria@ufu.br

CADERNO ESPAÇO FEMININO, v. 21, n. 1, Jan./Jul. 2009  
Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Centro de  
Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), NEQUEM.

Semestral

Versão eletrônica disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/nequem>

# SUMÁRIO

---

Apresentação ..... 5

## **DOSSIÊ: GÊNERO, EDUCAÇÃO E LITERATURA**

Relações de gênero: vida pública e privada de professoras universitárias ..... 11

*Maria Cecília Luiz*

Gênero, patriarcado, educação e os parâmetros curriculares nacionais ..... 37

*Vicente Augusto Aquino de Figueiredo*

Textos literários e salas de aula: lugares de mulheres que escrevem sobre si ..... 55

*Thais Surian*

*Eliane Aparecida Bacocina*

*Maria Rosa Rodrigues Martins de Camargo*

Mulheres: retratos da profissão docente através da literatura brasileira ..... 77

*Alessandra Cristina Furtado*

*Maria Carolina da Costa*

A magia como exercício de poder utilizada pelas mulheres fictícias nas metamorfoses de Lúcio Apuleio ..... 99

*Luciane Munhoz de Omena*

Personagens femininas nas comédias de Aristófanes: contribuições para os estudos de gênero na antiguidade grega ..... 117

*Giselle Moreira da Mata*

As representações sobre as mulheres na *Revista Servas do Senhor* entre 1960 e 2000 ... 133

*Diogo da Silva Roiz*

*Marcilene Nascimento de Farias*

A construção do feminino negro no jornalismo de revista brasileiro ..... 167  
*Leandro José dos Santos*

A construção do eu feminino na música popular brasileira ..... 181  
*Chirlei Dutra Lima*  
*Nanci Patrícia Lima Sanches*

#### **ARTIGOS**

¿Qué hay hoy para comer?: alimentación cotidiana, trabajo domestico y relaciones de genero ..... 209  
*Mabel Gracia Arnaiz*

Gênero, cidadania e participação política: as aventuras e desventuras de uma “cocotte” no movimento abolicionista ..... 239  
*Marinete dos Santos Silva*

Norbert Elias e Michel Foucault: diálogos sobre poder e sexualidade ..... 255  
*Leonardo Turchi Pacheco*

Olhares historiográficos sobre as categorias de gênero: interfaces com as questões socioambientais ..... 269  
*Catarina Buriti Oliveira*

#### **ENSAIO**

Trocando idéias: em visita a Anayde Beiriz, peregrina da liberdade ..... 297  
*Ricardo Japiassu*

---

#### **NEGUEM**

Av. João Naves de Ávila 2121 Bloco Q – CDHIS  
Campus Santa Mônica – Uberlândia – Minas Gerais  
Cep 38400-902  
Telefones: (34) 3239-4236 / 3239-4204 / 3239-4501  
E-mail: neguem@inhis.ufu.br ; cdhis@ufu.br  
Website: www.neguem.ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia  
Instituto de História  
Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS  
Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher – NEGUEM

**Pede-se permuta**  
**Pédese cange**  
**On demande échange**  
**We bitten um austausch**  
**Si richiede lo scambio**

Periodicidade: Semestral  
Tiragem: 600 exemplares

## APRESENTAÇÃO

---

É com entusiasmo que apresentamos às/aos leitores o volume 21 do *Caderno Espaço Feminino* (ISSN 1516-9286). Esta edição reúne várias contribuições na sessão “artigos” cujos temas são relacionados à gênero e comida, política e historiografia. Destaca-se ainda um dossiê especial, “Gênero, Educação e Literatura”.

Iniciando-se com o texto “Relações de gênero: vida pública e privada de professoras universitárias”, Maria Cecília Luiz, relata a vida pública (profissional) e privada (doméstica) de dez docentes da UNESP (Universidade Estadual Paulista), no Brasil, que na época exerciam cargos administrativos. Utilizando-se de fonte oral como metodologia, desvenda que existiram várias formas de discriminação e preconceito no trabalho profissional e que sentiam-se culpadas de não acompanhar todos os momentos da vida de seus filhos e família. Outro artigo apresentado se intitula “Gênero, patriarcado, educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais”, de Vicente Augusto Aquino de Figueiredo, que discute a relação entre gênero e a educação, e como este tema é apresentado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, expondo o porquê da ausência da temática de gênero no currículo dos cursos de formação de professores.

Thais Surian, Eliane Aparecida Bacocina, Maria Rosa Rodrigues Martins de Camargo redigiram “Textos literários e salas de aula: lugares de mulheres que escrevem sobre si” apresentando um diálogo entre duas pesquisas que visam conhecer a existência de práticas efetivas e disseminadas de escrita de mulheres. No texto “Mulheres: retratos da profissão docente através da literatura brasileira”, Alessandra Cristina Furtado e Maria Carolina da Costa analisam algumas representações da personagem “professora” na literatura brasileira. Para tanto, abordam aspectos da história da profissão do-

cente e a entrada da mulher no mundo público, no qual ela é alvo de representações sendo um desses locais a escola. Para esta análise, destacam três obras literárias, da década de 1930, *O Quinze*, de Raquel de Queiroz (1930), *São Bernardo*, de Graciliano Ramos (1934) e *Mar Morto*, de Jorge Amado (1936).

O texto de Luciane Munhoz de Omena, “A magia como exercício de poder utilizado pelas mulheres fictícias nas metamorfoses de Lúcio Apuleio” mostra as representações femininas de algumas personagens do romance *Metamorfoses*, de Lúcio Apuleio que usavam a feitiçaria em benefício próprio. Suas atitudes geravam um descontrole social em uma extensão muito maior: afetavam a ordem pública nas cidades antigas. “Personagens femininas nas comédias de Aristó-fanes: contribuições para os estudos de gênero na antiguidade grega”, de Giselle Moreira da Mata, objetiva evidenciar como as personagens femininas das obras aristofânicas abrem espaço para a discussão da cidadania democrática ateniense. As obras selecionadas para análise proporcionam um debate concernente à presença feminina fora do *gineceu*, destacando seus mecanismos de atuação social para coesão e estrutura poliade.

O autor, Leandro José dos Santos, seguindo a metodologia da hermenêutica de profundidade desenvolvida por John Thompson e apoiado na semântica argumentativa de Oswald Ducrot, realiza um exercício crítico a fim de compreender como a mulher negra brasileira é retratada pelo nosso jornalismo de revista. E “As representações sobre as mulheres na *Revista Servas do Senhor* entre 1960 e 2000”, de Diogo da Silva Roiz e Marcilene Nascimento de Farias, analisa algumas representações do feminino veiculadas nesta revista acerca do movimento feminista, homossexual, legalização do aborto no Brasil, sexualidade, moda, mídia, família, valores, trabalho e a participação da mulher na igreja.

O artigo “A construção do eu feminino na música popular brasileira”, de Chirlei Dutra Lima e Nanci Patricia Lima Sanches, trabalha como as imagens construídas sobre as mulheres por meio da música, no Brasil, a partir da década de 30 até os dias atuais, serviram de instrumentos para garantir a conti-

nuidade da submissão feminina e de reafirmar o poder masculino ao longo da história.

Na sessão “artigos”, Gracias Mabel mostra como as coerções relacionadas com a gestão das actividades laborais, formativas ou lúdicas, afetam profundamente a transmissão do saber-fazer alimentar entre gerações e gêneros e, embora não haja ainda uma redistribuição eqüitativa do trabalho doméstico entre homens e mulheres, estes constrangimentos contribuem para caracterizar as atuais maneiras de comer. O artigo, “Gênero, cidadania e participação política: as aventuras e desventuras de uma ‘cocotte’ no movimento abolicionista”, de Marinete dos Santos Silva trata da participação política feminina na cidade do rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Uma atriz de café-concerto e uma princesa foram alvos de severas críticas pela ousadia da transgressão neste contexto.

Leonardo Turchi Pacheco no texto, “Norbert Elias e Michel Foucault: diálogos sobre poder e sexualidade” explora os temas do poder e da sexualidade nas obras *O processo civilizador*, de Norbert Elias e *História da sexualidade*, de Michel Foucault. Apon-ta para a possibilidade de diálogo entre as teorias desenvolvidas pelos dois autores apesar das diferenças do tratamento dos temas em questão. “Olhares historiográficos sobre as categorias de gênero: interfaces com as questões socioambientais”, de Catarina Buriti Oliveira propõe discutir os múltiplos enfoques sob os quais as categorias de gênero têm sido analisadas pela historiografia histórica recente, pelas pesquisas pós-estruturalistas e historiadores do ambiente.

Enfim, o ensaio, “Trocando idéias: em visita a Anayde Beiriz-peregrina da liberdade, de Ricardo Japiassu, faz um rastreamento sobre o que foi escrito sobre esta escritora do começo do século XX, no Brasil.

Á todos, uma boa leitura!

Eliana Faria de Angelice Biffi  
Membro NEGUEM





**DOSSIÊ: GÊNERO,  
EDUCAÇÃO E LITERATURA**

---



# Relações de gênero: vida pública e privada de professoras universitárias

**Maria Cecília Luiz**

**Resumo:** Este artigo pretende relatar a vida pública (profissional) e privada (doméstica) de dez docentes da UNESP (Universidade Estadual Paulista), no Brasil, que na época exerciam cargos administrativos, e identificar as relações de gênero por meio de suas vozes, nas últimas décadas do século XX. Foi desenvolvida uma investigação utilizando-se da fonte oral como metodologia. Ao averiguar as relações de gênero e poder na universidade, percebemos que existiram várias formas de discriminação e preconceito no trabalho profissional. As professoras, por participarem de dois espaços sociais dicotômicos (privado e público), sentiam-se culpadas de não acompanhar todos os momentos da vida de seus filhos e família. Penetrar na esfera pública foi um anseio vedado às mulheres, e no relato das participantes fica evidente que foram mulheres pioneiras, bem sucedidas profissionalmente.

**Palavras-chave:** Educação. Relação de Gênero. História de Professoras Universitárias. Fonte Oral.

**Abstract:** This article intends to tell the public life (professional) and private (domestic) of ten professors of UNESP (Universidade Estadual Paulista), in Brazil, that at the time exerted administrative positions, and to identify the gender relations by means of its voices, in the last few decades of century XX. Verbal source was developed an inquiry using itself as methodology. When inquiring the gender relations and power in the university, we perceive

*Maria Cecília Luiz.* Doutora em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras – FCLAr – UNESP de Araraquara. Professora adjunta do Departamento de Educação (DEd), da Universidade Federal de São Carlos/SP (UFSCar). E-mail: cecilialuiz@ufscar.br

Texto recebido: 12/05/2009. Texto aprovado: 13/05/2009.

that some forms of discrimination and preconception in the professional work had existed. For participating of two dichotomic social spaces (private and public), they were felt guilty for not following all the moments of the life of its children and family. To penetrate in the public sphere was a yearning forbidden to the women, and in the story of the participants she is evident that they had been pioneering women, successful professionally.

**Keywords:** Education. Gender Relation. History of University Teachers. Verbal Source.

A compreensão da identidade de gênero está atrelada a uma construção histórica, social e cultural. Investigações nesta área procuram desvendar as diferenças sexuais e as relações de poder que acentuam os conflitos na sociedade. Pensar nas relações de gênero não é só refletir sobre a situação da mulher e do homem, mas é buscar as diversas instâncias da sociedade que produzem e reproduzem as discriminações, os preconceitos, as relações de poder que se perpetuam nas vidas de sujeitos considerados diferentes.

Almeida<sup>1</sup> afirma que as representações de poder entre os gêneros, assim como os valores, significados, práticas, símbolos, alteram-se conforme religião, cultura, classes sociais, raças, momentos históricos, por isso nem sempre estas relações de poder acontecem iguais, ou na mesma intensidade, para todas as mulheres, indiscriminadamente. O gênero como uma construção cultural e histórica representa um avanço no conhecimento do modo de viver, pensar e sentir quase sempre diferente entre homens e mulheres.

A temática sobre a mulher constituiu-se num campo de estudos nas universidades brasileiras, a partir dos anos 60, e foi estimulada pelo movimento feminista que, desde essa década, tem designado um espaço de trabalho importante para a propagação desta área. Nos anos 80, a difusão dos estudos de gênero proporcionou a continuidade de novas linhas de pesquisa nesse domínio e tem embasado a interdisciplinaridade científica. Apesar do progresso, quanto a uma relação mais igualitária entre os

<sup>1</sup> ALMEIDA, Jane Soares de. Gênero e educação: algumas possibilidades investigativas. *Cenários* – Revista do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Cultura e Desenvolvimento/GEICD. Araraquara: Gráfica da FCL/UNESP/Ar, 1999.

sexos, ainda são muitos os preconceitos e delimitadores nos espaços considerados masculinos e femininos, auxiliados, entre outros, por uma lógica racionalista que, ao utilizar a idéia de neutralidade, ignora o indivíduo e elimina a alteridade e a pluralidade.

A modernidade dividiu os indivíduos entre a razão e o sentimento, abrangendo neste último a emoção, a paixão, enfim tudo que não podemos controlar ou pressupor. Com essa representação faz comparações entre ambos os sexos, identificando-os, como se isto fosse parte de suas naturezas. Para o homem designou-se a razão, com perspectivas de universalidade e para a mulher a emoção, com tendências a serem imprevisíveis e não confiáveis. Esta divisão aconteceu tanto no campo individual (vida privada) quanto no social (vida pública), na medida em que estas características construídas socialmente permeiam as relações de gênero.

Para Passos<sup>2</sup>, o legado da teoria racionalista ajudou a reiterar nos homens a idéia de superioridade ao sexo feminino. A modernidade não estabeleceu a coerência da neutralidade, mas conseguiu separar os indivíduos, classificando-os e padronizando-os. Generalizações são sempre precárias porque as sociedades são heterogêneas, contudo a condição de gênero é decisiva na formação de relações sociais hierárquicas. Scott<sup>3</sup> observa que:

O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.<sup>4</sup>

Segundo a autora, com relação às diferenças, o gênero é entendido em quatro elementos: os símbolos disponíveis, os conceitos normativos, a definição de comportamentos naturais e a identidade subjetiva. Os símbolos disponíveis são aqueles que pertencem à tradição cristã ocidental, como, por exemplo, Eva e Maria, representando a figura feminina ora como “pecadora”, ora como “santa”. Os conceitos

<sup>2</sup> PASSOS, Elizete Silva. As políticas e os saberes: a construção do gênero nas universidades do Norte e Nordeste e as repercussões no campo social e político. In: FERREIRA, Mary; ÁLVARES, Maria Luiza M.; SANTOS, Eunice Ferreira dos (Org.). *Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero*. São Luís: EDUFMA/Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas: Mulher, Cidadania e Relações de Gênero; Salvador: REDOR, 2001.

<sup>3</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: v.16, n. 2, 1990.

<sup>4</sup> *Idem*, p. 14.

normativos enfatizam as interpretações destes:

Estes conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária, que afirma de maneira categórica e sem equívocos o sentido do masculino e do feminino. [...] a posição que emerge como posição dominante é, contudo, declarada a única possível.<sup>5</sup>

Os normativos, como a própria palavra indica, são descritos como conseqüência de um consenso social, mas o que ocorre, na verdade, é resultado de conflitos. Assim, se determina comportamentos para homens e mulheres do tipo “homem não chora”, ou “mulher é frágil”. O terceiro aspecto da definição de gênero é entender a sua representação binária. Para tanto, as noções de política e das instituições sociais induzem a austeridade dos conceitos: [...] ele [o gênero] é construído igualmente na economia e na organização política [...].<sup>6</sup> Com relação ao conceito de identidade subjetiva, Scott insere a dimensão histórica:

Os historiadores devem antes de tudo examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas.<sup>7</sup>

Nas últimas décadas do século XX, novas polémicas enriquecem a discussão dessas relações. As correntes teóricas do pós-estruturalismo e do pós-modernismo questionam o modelo sociológico de gênero e, concomitantemente, reafirmam a diferença sexual como um fenômeno psíquico e cultural que não pode ser deixado de lado. A posição do sexo feminino nas diferentes culturas não possibilita um padrão de conhecimento auto-aplicável às diversas etnias, classes sociais, posição social etc. As análises são voltadas para considerar as complexidades cada vez maiores na organização social, nas quais as diferenças culturais e antropológicas são tendências do pensamento pós-moderno como o pluralismo

<sup>5</sup> *Ibidem*, p.14-15.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p.15.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p.15.

cultural e a diversidade.

Durante muito tempo o Brasil teve a experiência de um feminismo que se opunha a analisar as condições femininas e a sociedade, e a questão da mulher era encarada como questão específica, não abarcando as questões gerais da sociedade. O feminismo, por muito tempo, manteve-se em um reduto de preocupações e de apontamentos apenas sobre mulheres e suas concepções. As experiências e os processos de mudanças nos ensinam que os estudos sobre mulheres viabilizam a construção de um feminismo que vai além da experiência do feminismo dos anos 70. No caso das pesquisas no Brasil, os núcleos e as pesquisas podem elevar o nível de abstração com relação à prática feminista, contribuindo para um conhecimento que abranja toda a sociedade da qual participam mulheres e homens.

Este artigo tem como objetivo relatar a vida pública (profissional) e privada (doméstica) de dez docentes da UNESP (Universidade Estadual Paulista), no Brasil, que na época exerciam cargos administrativos, e identificar as relações de gêneros por meio de suas vozes, nas últimas décadas do século XX. Apresentado-as como modelos de papéis femininos que podem ser seguidos na vida acadêmica. Considera-se que a publicação de suas histórias e seus feitos, são conquistas femininas, sendo que estudos de mulheres professoras ou em cargos administrativos no ensino superior, ainda são poucos. Para tanto, foi desenvolvida uma investigação com referencial teórica de gênero, que possibilitou analisar as memórias de dez docentes do Ensino Superior do sexo feminino. Utilizamos a fonte oral como metodologia, para que estas professoras relatassem de si, suas lembranças, imagens, escolhas profissionais e sua trajetória de formação. Articulamos suas memórias e identificamos como o individual e o social estão interligados, como as pessoas lidam com as situações da estrutura social mais ampla que estão presentes em seu cotidiano, transformando-o em espaço de imaginação, de luta, de acatamento, de resistência, de resignação e criação.

O critério de escolha das dez professoras se deu devido a representação das dez áreas do conheci-

mento da UNESP, decretadas pela portaria 141 de 16/04/2001, que são: Ciências Agrárias; Ciências Veterinárias e Zootecnia; Engenharia, Arquitetura e desenho Industrial; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Lingüística e Letras; e Ciências da Terra. Por meio das diferentes áreas do conhecimento, reconstruímos a memória de mulheres que viveram e lecionaram como professoras em espaços diversos.

Buscamos investigar como as mulheres foram valorizadas ou como resistiram em suas carreiras, tanto em ambientes femininos como masculinos. Podemos vislumbrar como as desigualdades entre homens e mulheres ainda não foram erradicadas, e como não percebemos os fatos que ocorrem a nossa volta, deixando de lado as formas mais complexas e distintas relacionadas ao gênero<sup>8</sup>. O gênero é compreendido como uma construção social, histórica e cultural elaborada sobre as diferenças sexuais e as relações de poder que revelam os conflitos e as contradições que marcam uma sociedade em que a ênfase é estabelecida pela desigualdade, seja de classe, gênero, raça ou etnia.

### **As professoras universitárias e seus perfis**

Foram selecionadas professoras doutoras, livres-docentes e/ou titulares da UNESP, do sexo feminino que, de preferência, estivessem em cargos administrativos ou de chefia. Destacamos algumas características comuns destas professoras, como: a idade média de 53 anos; todas estavam casadas (duas já haviam se divorciado, mas no momento, estavam novamente casadas); eram provenientes de classe média (pode-se dizer que algumas de classe média alta e outras de classe média baixa), nascidas no interior paulista. Todas viveram na mesma época, e relatam terem vivido uma infância excelente. A maioria tinha ascendência européia, com uma criação voltada para a valorização dos estudos, por isso tinham o objetivo de cursar o Ensino Superior já no ensino médio. Caracterizavam-se por serem sempre boas alunas, e estudavam em escolas públicas por

<sup>8</sup> ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.



acreditarem que, na época, eram as melhores. Muitas pertenciam a uma religião e se utilizavam, muitas vezes, da fé, para enfrentarem seus caminhos. Entre elas, algumas exerceram uma ocupação no mercado de trabalho, antes ou durante o curso superior, devido a dificuldades financeiras. A influência familiar foi algo marcante, principalmente, o apoio das suas mães. Todas queriam continuar os estudos e almejavam uma carreira profissional. A procura pelo Ensino Superior foi um fato que aconteceu, de forma geral, com as mulheres brasileiras, na época, e pode ser evidenciado nas pesquisas de Rosemberg<sup>9</sup>. Segundo a autora, este aumento das mulheres na escolaridade foi significativo a partir da década de 70 (principalmente no ensino superior), em todas as regiões brasileiras. Ao evidenciar as suas carreiras profissionais, percebemos que elas tiveram diversas opções para a escolha de profissão, mesmo porque eram profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

### **Relações de gênero: carreiras femininas e masculinas**

Ao utilizarmos o gênero como categoria de análise, buscamos afastar posições estáticas e dicotômicas funcionalmente estabelecidas. A perspectiva é de problematizar situações em que homens e mulheres vivenciaram experiências diferenciadas. O feminino e o masculino estão presentes, quaisquer que sejam os papéis ocupados e os modos de produção considerados<sup>10</sup>. Resta apreender a qualidade da presença feminina e masculina nesses espaços inter-relacionados. Quando definimos papéis sexuais como um conjunto de normas referentes a costumes, importâncias, reações emocionais e comportamentos que são destinados a cada sexo em um momento histórico, por meio da cultura, perpetuamos estes em função do contexto social<sup>11</sup>.

Rozek e Bernardes<sup>12</sup>, acreditam que o gênero pode ser visto por três aspectos: papel social, atribuição e identidade. Para as autoras, quando um bebê nasce, de acordo com as características sexuais recebe uma atribuição de gênero: ou homem, ou mulher. Quando este bebê se tornar adulto terá uma

<sup>9</sup> ROSEMBERG, Fulvia; PINTO, Regina Pahin; NEGRÃO, Esmeralda V. *A educação da mulher no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.

<sup>10</sup> COMBRES, Daniele, HAICAULT, Monique. Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes e de classes. In: KARTCHEVSKY-BULPORT et al. (Org.). *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>11</sup> GRACIANO, Marília. Aquisição de papéis sexuais na infância. *Cadernos de Pesquisa*, n. 25, jun.1978.

<sup>12</sup> ROZEK, M.; BERNARDES, N. M. G. Meninos com dificuldades escolares: aprendizagem, subjetividade e gênero. *Revista Educação*, Porto Alegre, n.39, p.107-134, set. 1999.

identidade que construiu com a percepção do gênero a que pertence e isso pode se dar de forma consciente ou não. Quando estiver vivenciando as expectativas sociais e culturais (nas quais os comportamentos são socialmente estabelecidos para o masculino e feminino), receberá um papel de gênero. Os papéis masculinos e femininos sempre foram bem determinados e distintos. Para Graciano<sup>13</sup>:

[...] apesar das evidências científicas demonstrando que as características psicológicas e comportamentais do homem e da mulher em nossa cultura são sociais e não biologicamente definidas, na vida cotidiana ainda não foi abandonada a conotação de natural que é dada a essas diferenças.

Ao ouvirmos a professora das Engenharias (a única mulher em seu departamento), percebemos o convívio de trabalho que tem com seus colegas professores:

Quando eu entro na sala e só há homens, eles são de um jeito. Mas se naquela sala há mulheres, eles são de outro jeito. Porque eles se equilibram socialmente falando. Quando só há uma mulher na sala, eles esquecem que ela é mulher. E a coisa rola como se fosse tudo homem e, às vezes, isso acontece comigo também, dentro do departamento. Rola como se eu fosse um homem para eles e eu, também, esqueço que sou mulher.

Professora das Engenharias

O relacionamento que a professora mantinha, em seu imaginário, estava relacionado a comportamentos esperados de homens e mulheres. Quando se encontrava em um ambiente totalmente masculino, se esquecia não de ser mulher, mas dos comportamentos femininos esperados pela sociedade. Graciano<sup>14</sup> afirma que é raro um sujeito ter amadurecimento e até ter nitidez suficiente para assumir comportamentos e atitudes que não aqueles que já são esperados. Geralmente, ele reage conforme o papel que lhe foi atribuído. O relato destas mulheres nos mostra que existem problemas quanto ao convívio, principalmente, em um ambiente caracterizado por ser

<sup>13</sup> GRACIANO, Marília. *Op. cit.* p.32.

<sup>14</sup> *Ibidem.*

totalmente masculino. Estes homens (em geral) não demonstraram habilidades para lidar com a presença destas mulheres e a figura feminina foi encarada como “alguém diferente”. No caso, ou não era considerada a presença do feminino, como foi com a professora das Ciências das Engenharias, ou não conversavam e simplesmente ignoravam a pessoa, como foi com a professora das Ciências Exatas. A sociedade cria expectativas com relação a comportamentos e atitudes de ambos os sexos, e relaciona o comportamento masculino como aquele que deve ser agressivo e corajoso, como algo “natural” ao homem. Já para o comportamento feminino, espera-se a realização das tarefas domésticas com freqüentes reações emocionais como demonstrar insegurança. Espera-se da mulher, atitudes como receptividade e subordinação à agressão e domínio masculino.

A professora das Ciências Veterinárias nos relatou problemas de relacionamento com um professor, do seu departamento, que a convidou para trabalhar:

Houve um professor que me convidou para vir para cá [refere-se à UNESP], foi meu colega de turma, e esse foi um dos muitos problemas. Apesar de me convidar, eu acho que ele era um pouco machista, não tolerava uma mulher líder como eu. Talvez ele queria comandar o departamento e, me fez o convite pensando que seria mais fácil dominar uma mulher, controlá-la, subjugar-la, ou alguma coisa nesse sentido. Se fosse um outro homem, talvez fosse mais de igual para igual. E aí, eu o enfrentei. Eu paguei um preço muito caro, por alguns anos.

Professora das Ciências Veterinárias.

Quando achamos que certas características são naturais (na vida cotidiana) para homens e mulheres, tendemos a compará-las ao sadio e certo. A submissão da mulher, por exemplo, já foi comprovada que não faz parte da sua essência biológica.

A freqüência de um comportamento é independente do seu aspecto moral (certo ou errado), embora exista a tendência de se confundir normal (freqüente) com

moralmente certo, e anormal (raro) com moralmente errado.<sup>15</sup>

A sociedade tem perspectivas diferentes para ambos os sexos: para o homem é permitida a realização por meio do trabalho fora de casa e para a mulher cabe, em primeiro lugar, a responsabilidade da família e da criação dos filhos. Para Riera & Valenciano<sup>16</sup>, os homens não estão dispostos a considerar o trabalho de suas esposas tão importante quanto os seus e, por outro lado, as mulheres tornam-se, muitas vezes, passivas e resignadas, aceitando a divisão de funções, porque pode ser, a princípio, mais cômodo.

Segundo Riera & Valenciano<sup>17</sup>, não é raro encontrarmos afirmações que as mulheres rendem menos no trabalho, e não são motivadas para exercer cargos de responsabilidade. Assim, criam-se estereótipos de que os cargos melhor remunerados ou de comando não devem ser atribuídos às mulheres porque estas já têm a responsabilidade da esfera privada, ou, também, por causa da sua “suposta fragilidade”.

É importante entendermos como se processa a socialização dos papéis sexuais, para atuarmos no sentido de criar pessoas mais livres e capazes de superar os estereótipos. Por ser um assunto polêmico, sabemos que estas diferenças entre homens e mulheres não são imutáveis e que a evolução do papel sexual feminino, nas últimas décadas, indicam que as funções são atribuídas conforme padrões éticos vigentes em diferentes épocas. No Brasil, estas variações podem acontecer segundo alguns subgrupos de uma cultura, como é o caso dos papéis acentuado e configurado por diferentes classes sociais ou grupos regionais brasileiros.

Para Matthaei<sup>18</sup>, a sociedade propicia as diferenças sexuais naturais, para uma divisão sexual do trabalho, e a constituição biológica é vista como algo que delimita a vida social. A autora nos alerta que certos limites não devem determinar condutas sociais, por isso as diferenças sexuais não devem ser vistas como falta de competência. Por exemplo, a mulher não é incapaz de realizar trabalho de homem

<sup>15</sup> *Ibidem*, p.33.

<sup>16</sup> RIERA, Joseph Maria; VALENCIANO, Elena. *Las mujeres de los 90. El largo trayecto de las jóvenes hacia sua emancipación*. Madrid: Morata, 1991.

<sup>17</sup> *Idem*.

<sup>18</sup> MATTHAEI, Julie. *An economic history of women in America*. Nova Iorque: Schocken, 1993.

(se excluirmos a gestação de bebês) ou vice-versa. Conforme, Strey<sup>19</sup>:

[...] ser homens ou ser mulher, são primeiramente concepções em que ambos os sexos se apóiam para realizar suas ações. A diferenciação social dos sexos inclui o desenvolvimento de estruturas psíquicas distintas e diferentes, que tornam deveras difícil realizar as tarefas do outro sexo. A diferenciação social dos sexos é tão grande que virtualmente constrói mundos diferentes para homens e mulheres.

Estas diferenças aparecem na vida cotidiana destas mulheres:

Pesa nas oportunidades, porque você não tem a mesma disponibilidade de tempo ou, se você consegue vencer esse obstáculo do tempo, de equacionar o tempo. Há o acúmulo de atividades, a sobrecarga é inevitável. Isso é um fato.

Professora das Ciências Exatas.

Vidas pública e privada andaram juntas. Ocorreram falhas, e o que é que eu posso fazer? Falhou alguma coisa aqui, falhou alguma coisa lá. Mas, se houve, não foi intencionalmente, é porque eu não dei conta mesmo. Porque, há dias em que eu trabalho quatorze horas. Então, é complicado.

Professora das Ciências Veterinárias.

Por abarcarem a responsabilidade da vida pública e da privada se sentem menos capazes em seus trabalhos e julgam que a falta de rendimento, em suas atividades, tem causas relacionadas a fatores biológicos:

Eu acho que, de modo geral, os homens têm ou, por uma questão biológica, ou de formação, capacidade de ser mais práticos do que nós, mulheres. Eles são mais práticos porque eles tomam decisões mais rápidas. Talvez, eles não se envolvam emocionalmente sempre. Tanto é isso que, às vezes, eles conseguem um rendimento melhor, em termos de número de horas trabalhadas, para executar as mesmas tarefas. Não que as

<sup>19</sup> STREY, Marlene Neves. Mulher e trabalho. In: STREY, M. N.; Adriane Rosso; Flora Bojunga Mattos; Graziela Werba (Org.). *Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p.46.

mulheres não sejam capazes de fazer as mesmas coisas. Mas, às vezes, elas levam mais tempo, por não ter a questão da praticidade tão acentuada.

Professora das Ciências Exatas.

Desta forma, a sociedade realiza mecanismos de produção e reprodução de discriminação, e efetuam-se as desigualdades entre gênero e outras mais, como as que estão relacionadas com idade, classes sociais, raças e opções sexuais alternativas etc. Esses dispositivos de discriminação encontram “terreno fértil” em todas as áreas da vida social pública e privada. Podemos percebê-los nas diversas instâncias sociais, como: na escolha da profissão, na progressão do trabalho, no relacionamento entre cônjuges, na descendência familiar, no estilo de vida, nas diferenças entre classes sociais, nas opções sexuais, na mídia e nos meios de comunicação e até no meio acadêmico<sup>20</sup>. Com o relato da Professora das Ciências Exatas, percebemos a tendência do mercado de trabalho em promover perfis:

As indústrias já empregam mulheres, mas, dependendo do setor, ainda existe a questão de gênero. Hoje já não se fala em discriminação, hoje chamam de perfil. A mulher não tem o perfil para entrar como químico de produção. Este químico precisa ir à fábrica e mexer nos reatores, tem de estar preparado, até ter força física, às vezes, para interferir em uns determinados processos. Então, eles pensam: - Se for uma mulher, como fica a relação com os operários? Alguns setores da indústria ainda não aceitam mulheres, até hoje, por conta deste fato.

Professora das Ciências Exatas.

A compreensão da identidade de gênero está atrelada a uma construção histórica, social e cultural. Investigações nesta área procuram desvendar as diferenças sexuais e às relações de poder que acentuam os conflitos na sociedade. Assim, outras formas conflitantes acontecem, na sociedade, e algumas professoras, em suas narrativas, desabafaram quanto a outros tipos de discriminação na universidade:

<sup>20</sup>ALMEIDA, Jane Soares de. *Op. cit.* p.45.

Eu creio que tive, no passado, mais discriminação por ser evangélica do que por ser mulher. Como mulher, todos me respeitavam. Eu cheguei como doutora, alguns colegas não eram doutores ainda, muitos não eram. Aqui na faculdade, na minha área, eu sou a única até hoje.

Professora das Ciências Biológicas.

Os obstáculos para conseguir emprego na universidade creio que não foram por ser mulher, mas por já ter o título de doutora. Os departamentos existentes, na época, dificilmente tinham mestres ou doutores e, como estavam para sair os quadros de cargos, acrescentando que somente os mais titulados ocupavam vários cargos de chefia e direção, estes foram os fatos que mais contribuíram para que eu não fosse contratada de imediato.

Professora das Ciências da Terra.

Almeida<sup>21</sup> afirma que as representações de poder entre os gêneros, assim como os valores, significados, práticas, símbolos, alteram-se conforme religião, cultura, classes sociais, raças, momentos históricos, por isso nem sempre estas relações de poder acontecem iguais, ou na mesma intensidade, para todas as mulheres, indiscriminadamente (p.45). As análises são voltadas para considerar as complexidades cada vez maiores na organização social, nas quais as diferenças culturais e antropológicas são consideradas tendências do pensamento pós-moderno que evidenciam o pluralismo cultural e a diversidade.

### **Os espaços femininos conquistados na universidade**

Os lugares sociais e culturalmente construídos para homens e mulheres, nos remetem as relações de gênero e poder. Reportamo-nos a Scott<sup>22</sup>:

[...] o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder, ou melhor, é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de dar eficácia

<sup>21</sup> *Ibidem*, 1999.

<sup>22</sup> SCOTT, Joan. *Op. cit.*, p. 16.

à significação do poder no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas.

Este poder que permeia toda a sociedade, atuando nas esferas macro e micro, pode ser redimensionado por meio do olhar transversal propiciado pela categoria gênero. Estas mulheres vivenciaram relações de gênero e poder, na universidade (local em que elas exerceram suas vidas públicas). Em seus relatos aquelas que cursaram carreiras apontadas como masculinas, sofreram discriminações antes de serem docentes da instituição, quando ainda eram alunas (na graduação). Segundo Toscano<sup>23</sup>, uma pessoa discriminada sente-se subordinadas:

As mulheres da minha geração não achavam espaço profissional para crescerem, porque a sociedade impedia. Mesmo tendo coisas que favoreciam a minha carreira, eu fui crescer profissionalmente, agora, a partir de uns vinte anos.

Professora das Ciências Agrárias.

As relações de gênero se reproduziram, minando, muitas vezes, a oportunidade de igualdade entre ambos os sexos quanto ao sucesso profissional:

As opiniões dos professores variavam: – Tudo bem, como você é boa aluna, não tem saída. No ambiente masculino eu tinha de me impor. Os meninos apertavam a gente. Eu tinha de mostrar que era boa na área, que não estava procurando namorado, marido. Isso marcou minha vida profissional inteirinha!

Professora das Ciências Agrárias.

Esta situação nos faz refletir sobre as formas como as instituições e os mecanismos de controle da sociedade, como família, escola, religião, estado, mercado de trabalho, realizam a reprodução social. Segundo Bourdieu<sup>24</sup>, o conceito de *habitus*, refere-se aos esquemas incorporados pelos indivíduos desde a infância, e como as disposições são implantadas em esquemas sutis que se espalham e se objetivam, procurando impor nas mentes e nos corpos de homens e mulheres, as relações de domina-

<sup>23</sup> TOSCANO, M. *Esterótipos sexuais na educação: um manual para o educador*. Petrópolis, (RJ): Vozes, 2000.

<sup>24</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.



ção da forma como são cultural e historicamente construídas, determinam a história e, portanto, naturalizam estas relações. O *habitus*:

[...] seria um conjunto de esquemas implantados desde a primeira educação familiar, e constantemente repostos e reatualizados ao longo da trajetória social restante, que demarcam os limites à consciência possível de ser mobilizada pelos grupos e/ou classes, sendo assim responsáveis, em última instância, pelo campo de sentidos em que operam as relações de força.<sup>25</sup>

As relações de gênero, na universidade, foram relatadas de diversas formas, e a falta de percepção das professoras, as impediam de enxergar estas no cotidiano da vida pública.

A discriminação negativa é aquela que sentimos em determinadas situações em que as pessoas apresentam dúvida na sua capacidade de resistir à pressão. Você vê aí a discriminação negativa, num caso de disputa entre um homem e uma mulher. De haver situações em que eu percebi que as pessoas estavam votando no homem. Não no fulano ou no beltrano, estavam votando no homem, porque ele pode agüentar mais a pressão num processo de luta.

Professora das Ciências Exatas.

Procurando compreender estes mecanismos, Bourdieu<sup>26</sup> analisa as construções dicotomizadas da linguagem que se referem ao universo simbólico do feminino e do masculino e sobre a qual este efeito é legitimado, configurado pelos modelos que as pessoas experimentam no mundo. A lei social está, por meio dos mecanismos de reprodução, tão profundamente ancorada nas formas de experimentar o mundo (através das inclinações e aptidões) que se torna ilusória a crença em uma possibilidade de romper com estes pressupostos de forma simplista por meio de uma tomada de consciência ou de vontade. Quando indagamos sobre a participação feminina nos espaços da universidade, a professora das Ciências Exatas discorreu:

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. XLII.

<sup>26</sup> *Ibidem*.

Na universidade, eu acho que, se nós observarmos os

números, quer dizer, em todas as instâncias da universidade predominam os homens, sobretudo nos colegiados, nos departamentos. Mesmo que, às vezes, num determinado departamento, haja maior número de mulheres, na hora de escolher o chefe, é o homem que vai.

Professora das Ciências Exatas.

O homem representa o poder de comando nas universidades, este é o referencial que todos tiveram no mundo social. Para Perrot<sup>27</sup>:

Talvez com uma intensidade particular, na medida em que a construção das democracias ocidentais vem acompanhadas, e mesmo apoiadas, numa definição mais estrita do público e do privado e dos papéis sexuais. Seria interessante comparar essa experiência a outras. Há o caso em que exclusão das mulheres do poder público ocorre pura e simplesmente; há outros em que essa exclusão vem acompanhada por justificativas ou compensações, e outros ainda onde ela se dá em graus variados. Seria preciso examinar e comparar teorias e práticas. As mulheres e a política: e há ainda um vasto campo de reflexão para nossos esforços conjuntos.

De acordo com Perrot, as relações das mulheres com o poder aparecem, a princípio, no jogo das palavras. Poder, no singular, abrange uma conotação política e denomina a figura central do Estado que, naturalmente, refere-se à figura masculina. No plural, o poder equivale a “influências” que contornam as decisões e são mais trabalhosas. Estes “poderes”, no plural, parecem ser o destino das mulheres que disputaram altos cargos administrativos na universidade, como o de “reitora”. Elas participam das decisões mais dos bastidores. Como vemos:

Isso a gente acompanha, quantas foram as mulheres reitoras no Brasil? São pouquíssimas. Acho que não dá pra preencher os dedos de uma mão. Mulheres que chegaram à reitoria. Acho que reitoras, uma ou duas, no Brasil inteiro. Então, não é um problema estatístico, de representação, é um problema realmente de oportunidade.

Professora das Ciências Exatas.

<sup>27</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.173.

Mesmo na carreira universitária, quantas mulheres são docentes? Quantas chegam a pró-reitora, vice-reitora ou reitora? Presenciei muitas atitudes machistas contra idéias ou propostas das pouquíssimas mulheres que ocuparam alguns desses cargos na UNESP.

Professora das Ciências da Terra.

As mulheres podem ser quase a maioria (em termos de quantidade), nas universidades, mas nem por isso alcançam, facilmente, altos cargos administrativos. Se nos reportarmos à feminização do magistério, no Brasil, no começo do século XX, encontramos a mesma situação com relação às mulheres docentes. Em quantidade elas representavam a maioria, tanto na educação infantil quanto nas primeiras séries do ensino fundamental, mas esta maioria não exercia cargos administrativos como o de diretor de escola ou de supervisor de ensino, porque estes eram destinados aos homens.

Há décadas, a inserção da mulher vem aumentando no mundo do trabalho, e assim também, como vem aumentando os espaços antes ocupados apenas por homens – isso se deve, inclusive, pelas modificações na economia –, mas esta situação ainda não foi totalmente alterada, devido ao grau de segregação ocupacional ao qual as mulheres estiveram, historicamente, submetidas. Com relação às oportunidades de desenvolver pesquisas na universidade, a professora das Ciências Exatas nos descreveu suas experiências:

Uma vez, nós fizemos um projeto e solicitamos equipamentos modulares que exigiam, realmente, um conhecimento técnico em termos de óptica e eletrônica. Aí tivemos o projeto negado, justamente dizendo que envolvia sistemas modulares e que nós não teríamos capacidade para operá-los. Não escreveu que era pelo fato de sermos mulheres, mas a gente sabia dos comentários de que o departamento era composto somente por mulheres. Então isso é preconceito, mas não ficou evidente, porque ninguém escreve isso em um parecer, a constituição não permite. Ninguém vai dizer que quem estava pedindo eram mulheres e, por isso, foi negado.

Professora das Ciências Exatas.

Por meio da visão desta professora, entendermos que seu departamento, por ser “feminino demais”, foi discriminado. As professoras foram apontadas como profissionais não competentes e sem habilidades, apenas por serem mulheres. Para Passos<sup>28</sup>, a sociedade divulga a idéia do conhecimento ser uma prática masculina, o que faz, muitas vezes, a pesquisa sobre gênero ter uma posição inferior, devido à falta de neutralidade científica. Obviamente, o compromisso com esta neutralidade promove a manutenção da estrutura de poder como está.

Quanto aos cargos de poder na universidade, apenas duas professoras entrevistadas conseguiram se candidatar e ganhar a eleição para serem diretoras de uma Instituição da UNESP, as professoras das Ciências Exatas e da Saúde. As demais professoras participantes cumpriram, ou ainda cumprem o mandato de chefes de departamentos. Para estas professoras, a vida como docentes, ou como chefes, ou diretoras nos pareceu ter um grande significado. Ao entrevistarmos estas duas mulheres diretoras, percebemos que suas histórias profissionais representaram uma vitória conquistada. No relato da professora das Ciências Exatas, quando foi escolhida para ser candidata ao cargo:

Ela me procurou e falou: – Eu sei que você foi convidada para ser diretora. E o compromisso? E o seu compromisso com as mulheres do Instituto? Você tem de pensar nas mulheres do Instituto, o quanto nós sofremos para construir aquilo e nenhuma de nós chegou, conseguiu chegar à direção. Você tem mais do que competência para isso. Como aquilo teve um peso grande para mim.

Professoras das Ciências Exatas.

O relato da professora das Ciências da Saúde foi diferente:

Há seis anos eu fui convidada para fazer parte da chapa de supervisora do Hospital das Clínicas. Fiquei dois anos e meio na vice-supervisão, aí eu tinha problemas com relação a questões de homem e mulher. Eu achava o supervisor muito machista, mas de repente, ele

<sup>28</sup> PASSOS, Elizete Silva.  
*Op. cit.*

morreu e, em três dias, eu era supervisora do hospital. Depois iria acabar o mandato para a diretoria e o pessoal dizia que eu era a candidata natural.

Professora das Ciências da Saúde.

Em seus depoimentos existe um sentimento de conquista com relação aos cargos assumidos, sempre com um “sabor triunfante” de vitória:

Não é pela questão financeira, nunca, nem acho que pela questão do poder. É a questão de gênero, mesmo, porque aí, de novo, aconteceu a mesma coisa. Você é a primeira mulher, no campus, a coisa amplia o universo. Eu tinha toda a condição de exercer a diretoria, me sentia completamente à vontade.

Professora das Ciências Exatas.

Eu sempre lutei muito por isso, então pode ser que muito do meu crescimento profissional tenha decorrido de uma pressão minha de me superar e mostrar que eu era melhor do que os homens. Eu tive necessidade disso, sim, isto eu tenho claro comigo.

Professora das Ciências da Saúde.

Apple<sup>29</sup>, em suas pesquisas com professoras, revela que muitas delas se sentiam desconfortáveis em seus papéis como administradoras. Neste caso, a resistência à racionalização e a perda de formas historicamente construídas como a de auto-controle do próprio trabalho tem efeitos muito contraditórios, um resultado das divisões sexuais na sociedade. Para Avelar<sup>30</sup>, a explicação da exclusão sistemática das mulheres nos quadros de autoridade e poder relaciona-se com aspectos institucionais, além da questão das suas atitudes (a socialização diferente, para ambos os sexos, que não capacita as mulheres para competir) e da estrutura social (a divisão sexual no trabalho, na família, que incluiu a mulher nas esferas privadas).

Os aspectos institucionais relacionam-se às particularidades do sistema político: seus sistemas corporativos de entrada selecionam as posições de autoridade, suas maneiras de definir poder, permitindo apenas a alguns indivíduos e grupos já legiti-

<sup>29</sup> APPLE, Michael W. Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, 60, fev. 1987.

<sup>30</sup> AVELAR, Lúcia. Participação política da mulher: o conservadorismo político feminino. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de (Org.). *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

mados a apropriação destas representações e suas formas de reprodução do sexismo. As professoras que se elegeram, tiveram oportunidades anteriores, como: cargos de vice-diretora, ou supervisora de um hospital. O que possibilitou a elas um impulso para novos cargos. Segundo Avelar<sup>31</sup>, quanto mais as mulheres se apropriarem de espaços de comando, maior serão suas chances de participar em cargos administrativos com poder.

A idéia de que a mulher já galgou todas as instâncias de trabalho e de poder, na sociedade, não nos pareceu algo assim tão simples. Scavone<sup>32</sup>, em um Jornal da UNESP de Araraquara, chamado Painel, escreveu sobre estas questões nos alertando:

Constatamos hoje nas Universidades brasileiras: pouquíssima participação das mulheres em altos cargos da administração universitária; maior visibilidade da produção dos cientistas que das cientistas; desprestígio das carreiras mais feminizadas; permanência de preconceitos e estereótipos entre os pares. É possível dizer, que a conquista do espaço público para as mulheres ainda fica comprometida pelo compromisso das mulheres com o espaço privado – cuja responsabilidade cotidiana deveria ser dividida igualmente com os homens, inclusive com apoio de legislações – e também, pela subjetivação das estruturas de dominação vigentes.

Ao ouvirmos os relatos das demais professoras participantes, percebemos que estas características também estiveram presentes em seus mandatos nos departamentos:

Quando fui chefe do departamento de Ecologia, ali havia oito docentes homens. Eu tive sérios problemas e, no momento, não entendi suas razões. Quando larguei o cargo, um deles me disse claramente que as oposições que recebi foram exclusivamente machistas. Não aceitavam uma mulher como chefe.

Professora das Ciências da Terra.

### **Algumas considerações**

Há que se ressaltar que este estudo teve natureza

<sup>31</sup> *Ibidem*.

<sup>32</sup> SCAVONE, Lucila. Painel. *Jornal da Faculdade de Ciências e Letras*, UNESP de Araraquara, mar., 2003, p.5.

preliminar, dada a sua complexidade, representando uma investigação exploratória acerca da temática das mulheres no meio universitário, pois também seria importante analisar a postura masculina e, mais do que isso, estudar os dados que surgem nas entrelinhas, os vestígios e as representações calcados na identidade de gênero. Na perspectiva do gênero, não se pode estudar o feminino sem sua interface com o masculino e a suprema importância dos espaços que se estabelecem entre os dois sexos e que edificam as relações de poder.

A noção de resistência torna-se fundamental nas abordagens sobre as mulheres no que, mais uma vez, cabe lembrar a importância de trazer à tona as formas de resistência que assumem os dominados, com vistas a reagir à opressão que sobre eles incide<sup>33</sup>.

Penetrar na esfera pública foi um anseio vedado às mulheres, por muito tempo, e estas puderam garantir sua transcendência. O espaço público não foi construído apenas por uma geração de mulheres, mas conquistado e planejado por mulheres de gerações anteriores e tem conduzido a possibilidade de gerações futuras<sup>34</sup>.

Ao verificarmos os relatos das professoras, encontramos diferentes significados do que representa as relações de gênero para cada uma. Quando elas demonstraram estar vivenciando tais relações na universidade, na verdade, estavam evidenciando impasses entre homens e mulheres. As relações de gênero são muito mais complexas, muito mais sutis, como declarou a Professora das Ciências Exatas que percebeu, por exemplo, que não temos mulheres ocupando cargos nas altas esferas administrativas das universidades, como nas reitorias. A visão de algumas professoras, em relação ao gênero, também nos permite inferir que falta uma reflexão sobre o tema mais aprofundada, isso ocorre devido a vivermos em uma sociedade que, o tempo todo, lida com posicionamentos opostos, como: homens/mulheres; ricos/pobres; negros/brancos; católico/protestante e, nem sempre, se dão conta disso.

A geração dessas professoras viveu um conflito constante entre valores tradicionais e modernos e isto refletiu, em suas vidas, de diferentes formas, prin-

<sup>33</sup> CERTEAU, Michel. *Artes de fazer. A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

<sup>34</sup> ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária/EDUSP, 1981.

principalmente, no discurso construído sobre a própria identidade: de um lado, acreditam que tinham direito a vida própria, a emprego e a profissão; de outro, julgam que serem boas mães é imprescindível para a formação dos filhos e buscam soluções alternativas para conciliar estas duas dimensões. Com a crescente participação da mulher no espaço público, nas últimas décadas do século XX, é possível observar que se agravaram as dificuldades com relação às escolhas e à conciliação entre dois papéis: ser mãe (vida privada) e profissional (vida pública).

Por participarem de dois espaços sociais dicotômicos (privado e público), sentiam-se culpadas por não acompanhar todos os momentos da vida de seus filhos. Na visão destas mulheres, a figura da mãe é insubstituível, por isso, às vezes, tinham sentimentos conflitantes. Elas aprenderam que ser mulher significava ser mãe, como tinham sido suas mães, e fazer opção diferente desta (em seus imaginários) resultou em desgastantes dúvidas sobre o que é certo e errado em suas vidas. Estas incertezas, em alguns momentos, foram motivos para se sentirem subjulgadas aos seus maridos, pois, para alguns, a criação dos filhos era papel designado à mulher.

De acordo com Mead<sup>35</sup>, as diferenças existentes entre os sexos são usadas como ponto de organização e formação da personalidade social. Pode-se dizer assim, que a cultura atribui, arbitrariamente, certos traços humanos às mulheres e aos homens. Por isso, algumas professoras perceberam que as próprias mulheres não atribuem aos seus maridos a responsabilidade pelo privado, julgando-as culpadas pela falta de mudanças.

A sociedade ocidental atribui à mulher uma imagem de alguém independente que deveria enfrentar o mercado de trabalho e se realizar profissionalmente, com atividades e desempenho em cargos paralelos aos dos homens. Por outro lado, esta mesma mulher não consegue se desprender da obrigação da vida privada, com os afazeres domésticos e do cuidar da família. Na maioria dos depoimentos, observou-se que existia a preocupação das professoras em alcançar o mesmo padrão de perfeição com o trabalho exercido por homens – padrão esse estabelecido

<sup>35</sup> MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1979.



pelo poder masculino – e, ao mesmo tempo, queriam atingir um padrão de desempenho em casa, como esposas e mães, levando em consideração os valores estabelecidos por mulheres fadadas exclusivamente ao mundo doméstico.

Com base nos dados coletados, é possível afirmar que seus ideais profissionais não estavam atrelados apenas à questão financeira, mas também à realização pessoal e profissional, numa tentativa de serem reconhecidas pela sociedade. Ao averiguar as relações de gênero e poder na universidade, percebemos que existiram várias formas de discriminação e preconceito no trabalho profissional desempenhado pelas professoras, que, até mesmo, variavam de acordo com as áreas do conhecimento. Para as professoras que cursaram as carreiras masculinas, estas relações aconteceram de forma mais explícita. Entretanto, uma análise das relações de poder na universidade remete, necessariamente, à questão das relações de poder na sociedade. Esta, geralmente, cria expectativas com relação a comportamentos e atitudes de ambos os sexos e relaciona o comportamento masculino como o que deve ter audácia, qualidade que fazer parte dos homens que são incentivados a terem vidas públicas. As consequências disto, para a mulher, estão fortemente associadas às desigualdades sociais e sexuais que conduzem ao fato da dominação masculina persistir, ainda que simbólica, em grande parte nas esferas acadêmicas. Talvez resida aí parte das explicações de existirem menos mulheres em altos cargos administrativos, mesmo que o número de professoras nas universidades esteja crescendo rapidamente. Identificamos por meio do seu depoimento que a preocupação da sua geração não era de estar trabalhando, mas preocupação com as conquistas nos espaços públicos e a independência financeira.

Scavone<sup>36</sup>, nos lembra, como muitos avanços já foram alcançados, e aguardamos que as novas gerações, que por nós estão sendo formadas, contribuam para dar mais um passo rumo à igualdade de gênero. A geração destas professoras sentiu necessidade de lutar por novas formas de poder, conquistar novos lugares; uma geração de mulheres que

<sup>36</sup> SCAVONE, Lucila. *Op. cit.*

aprendeu a renunciar e, agora, as novas gerações (como é o caso das filhas das professoras participantes) precisam apenas “cuidar” destes espaços, manter tudo isso vivo.

### Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. Gênero e Educação: algumas possibilidades investigativas. In: *Cenários* – Revista do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Cultura e Desenvolvimento – GEICD. Araraquara: Gráfica da FCL/UNESP/Ar, 1999.

APPLE, Michael W. Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente. *Caderno de Pesquisa*, 60, São Paulo, fev. 1987.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária/EDUSP, 1981.

AVELAR, Lúcia. Participação política da mulher: o conservadorismo político feminino. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de (Org.). *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Brasília: Conselho nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

BLAY, Eva Alternam. Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para as mulheres. *Revista USP*, n. 49, mar./abr./maio, 2001.

BOURDIEU, Pierre *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CERTEAU, Michel. *Artes de fazer. A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

COMBRES, Daniele., HAICAULT, Monique Produção e reprodução. Relações Sociais de sexos e de classes e de classes. In: KARTCHEVSKY-BULPORT et al. (org). *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRACIANO, Marília. Aquisição de papéis sexuais na infância. *Cadernos de Pesquisa*, n. 25, jun, 1978.

MATTHAEI, Julie. *An economic history of women in America*. Nova Iorque: Schocken, 1993.

MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

OLIVEIRA, E. M. de. Gênero, saúde e trabalho: um olhar transversal. In: OLIVEIRA, E.M.; SCAVONE, L. (Org.). *Trabalho, saúde e gênero na era da globalização*. Goiânia: AB, 1997.

PASSOS, Elizete Silva. As políticas e os saberes: a construção do gênero nas universidades do Norte e Nordeste e as repercussões no campo social e político. In: FERREIRA, Mary; ÁLVARES, Maria Luiza M.; SANTOS, Eunice Ferreira dos (Org.). *Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero*. São Luís: EDUFMA/Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas: Mulher, Cidadania e Relações de Gênero; Salvador: REDOR, 2001.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RIERA, Joseph Maria; VALENCIANO, Elena. *Las mujeres de los 90*. El largo trayecto de las jóvenes hacia sua emancipación. Madrid: Morata, 1991.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROSEMBERG, Fulvia; PINTO, Regina Pahin; NEGRÃO, Esmeralda V. *A educação da mulher no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.

ROSEMBERG, Fulvia, A Educação de mulheres jovens e adultas no Brasil. In: SAFFIOTI, Heleieth; VARGAS, Mônica Muñoz (Org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, DF: UNICEF, 1994.

ROZEK, M.; BERNARDES, N. M. G. Meninos com dificuldades escolares: aprendizagem, subjetividade e gênero. *Revista Educação*, Porto Alegre, n. 39, p. 107-134, set. 1999.

SCAVONE, Lucila. Paniel. *Jornal da Faculdade de Ciências e Letras*, UNESP de Araraquara, mar. 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: v.16, n. 2, 1990.

STREY, Marlene Neves. Mulher e trabalho. In: STREY, M. N.; Adriane Roso; Flora Bojunga Mattos; Graziela Werba (Org.). *Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

TOSCANO, M. *Estereótipos sexuais na educação: um manual para o educador*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

# Gênero, patriarcado, educação e os parâmetros curriculares nacionais

Vicente Augusto Aquino de Figueiredo

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo discutir a relação entre gênero e a educação, e como este tema é apresentado nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Inicialmente, discute-se o por quê da ausência da temática de gênero no currículo dos cursos de formação de professores. Para tanto, o conceito de gênero e o de patriarcado, como também, o papel reprodutor da instituição são apresentados. Em seguida, é feita uma breve revisão bibliográfica visando esclarecer o conceito de gênero, situando-o a partir de um quadro teórico-metodológico articulado com as questões de classe e raça/etnia, com as quais se encontra *enovelado*. Paralelamente, discute-se a construção da categoria patriarcado, como a forma pela qual, historicamente, o gênero é vivenciado. Finalmente, abre-se para o debate das questões de gênero e o papel reprodutivo da instituição escolar a partir da maneira parcial, secundária e lacunar em que aparece no tema transversal Orientação Sexual, nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

**Palavras-chave:** Educação. Gênero. Patriarcado. Reprodução Social. Orientação Sexual.

*Vicente Augusto Aquino de Figueiredo.* Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Mestre em História pela PUC – SP. Especialista em Ciência Política, pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Graduado em História pela USP – Universidade de São Paulo. Professor na graduação em Pedagogia, na UNINOVE – Universidade Nove de Julho, ministrando as disciplinas de Bases Históricas e Filosóficas da Educação, História do Pensamento Pedagógico e Política Educacional. Leciona na Pós-graduação Lato Sensu, da mesma instituição, em Psicopedagogia, disciplina de Metodologia Científica e no curso de Formação de Docentes, disciplina de História da Educação Superior no Brasil. E-mail: vaafigueiredo@uol.com.br.

Texto recebido: 15/11/2008. Texto aprovado: 15/05/2009.

**Abstract:** This article aims at discussing the relation between gender and education as well as how this subject is presented in the National Curriculum Parameters. We intend to start a discussion on the reasons why the theme gender is absent from the curriculum of teaching courses. Thus, we discuss the gender and patriarchy concepts and the reproductive role of the scholar institution. A brief bibliographical survey will be carried out in order to clarify the concept of gender, contextualizing it through a theoretical-methodological frame articulated with the class and racial/ethnic aspects with which gender is *gathered into a rank*. Parallely, we will discuss the construction of the patriarchy category, as the way how gender is historically experienced. Finally, a debate about the gender questions and the reproductive role of the scholar institution is opened through the partial, secondary, and lacunal way the transversal theme of the Sexual Orientation appears in the National Curriculum Parameters (Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, in Portuguese).

**Keywords:** Education. Gender. Patriarchy. Social Reproduction. Sexual Orientation.

Atualmente, vivemos em um mundo ainda dominado pelos homens, da mesma forma que a 2500 anos atrás, conforme os estudos de historiadores<sup>1</sup>. Tal qual as sociedades primitivas, a nossa sociedade é, ainda, marcada pela desigualdade nas relações de gênero, assim como, pela desigualdade das relações de classe e raça/etnia. Nesse sentido, no presente estudo, compreendemos por gênero a elaboração social do sexo e pressupomos que esta categoria diz respeito, ao mesmo tempo, de um dado biológico – o sexo – e também se refira a um construto social – a representação socialmente construída sobre o masculino e o feminino.

Como construção social, a desigualdade de gênero contou com diversas instituições sociais para se reproduzir ao longo da história. Dentre essas instituições, há que ressaltar a importância da família como agente educador e socializador; a religião; o Estado e a escola. Gênero é entendido, aqui, como categoria de análise; a relação entre o **masculino** e o **feminino**, possuindo um sentido bem mais

<sup>1</sup> LERNER, Gerda. *La creación del patriarcado*. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

amplo do que o significado atribuído à palavra pela gramática. Essa postura teórica desconsidera a dualidade entre o biológico e o social, passando a “considerar sexo e gênero uma unidade, uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida”<sup>2</sup>.

Fugindo da abordagem binária, destinada a opor homens e mulheres, o gênero designa uma relação que, como em qualquer outra, pode comportar a igualdade ou a desigualdade, uma vez que se encontra articulada com esquemas de poder; pressupõe a possibilidade de hierarquização e opressão (dominação/repressão):

conceito de gênero não explícita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida. Há, porém, feministas que vêem a referida hierarquia, independentemente do período histórico com o qual lidam.<sup>3</sup>

Assim, é um erro tentar analisar esta relação, partindo da suposição da existência na história da humanidade de sociedades dominadas por mulheres – **o matriarcado** – em oposição às sociedades dominadas por homens – **o patriarcado** – conforme ressalta Lerner:

Creio que abandonar a busca por um passado reabilitador, a busca pelo matriarcado, é o primeiro passo na direção adequada. A criação de mitos compensatórios do passado longínquo das mulheres não as vão emancipar no presente nem no futuro.<sup>4</sup>

Além da falta de provas da real existência de um matriarcado, a questão é não pressupor a dominação de um sexo pelo outro, mas sim, atentar para a relação entre o **masculino** e o **feminino** e para a maneira pela qual a sociedade elabora características apresentadas para cada uma destas categorias sociais. Portanto, o gênero designa uma relação que pode ou não ser igualitária e, por conseguinte, permeia toda a estrutura social, possuindo, desta forma, caráter ubíquo.

Para o pensamento dicotômico, a busca pela ex-

<sup>2</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero e patriarcado*. Inédito (mimeo), 2000, p. 16.

<sup>3</sup> Idem, *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente), p. 45.

<sup>4</sup> LERNER, Gerda. *Op. cit.* p. 65.

pliação da dominação masculina se resume à comprovação da existência histórica de sociedades matriarcais. Ao simplesmente opor o **masculino** ao **feminino**, como causa e efeito, este raciocínio despre o **patriarcado** do seu caráter histórico. Para o pensamento dialético, vale a advertência de Lerner:

Para enfocar esta investigação como historiadores, devemos abandonar as explicações unicasuais. Devemos assumir que se, e quando, os acontecimentos ocorrem simultaneamente a relação entre eles não é necessariamente causal. Devemos aceitar que mudanças tão complexas como uma alteração básica das estruturas de parentesco ocorreu, mais provavelmente, em consequência de uma multiplicidade de forças atuantes.<sup>5</sup>

Reconhecer a historicidade do **patriarcado** significa negar o pensamento dicotômico e o caráter a-histórico da dominação masculina, tradicionalmente mostrada como eterna, invisível e imutável. A abordagem histórico-dialética rompe com o dualismo entre masculino e feminino, seja tanto do ponto de vista do determinismo biológico, seja do determinismo social:

Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher (SAFFIOTTI, 1992, 1997b; SAFFIOTTI; ALMEIDA, 1995) etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de con-

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 67.



senso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino.<sup>6</sup>

Em outras palavras, visto desta maneira, gênero é um dos campos no qual, ou por meio do qual, o poder é primordialmente articulado, funcionando como uma verdadeira gramática sexual que normatiza as condutas masculinas e femininas<sup>7</sup>. O sistema dicotômico que opõe homem e mulher, constitui um meio persistente e eficaz de dar significação e legitimação ao poder. Conforme Scott, o gênero “/.../ é então um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação social”. Partindo da política, a autora propõe a utilização da categoria de gênero na análise histórica por dois motivos: 1) porque o estudo de gênero neste campo é um território praticamente inexplorado; 2) porque a história política “foi o bastião de resistências à inclusão de materiais ou questões sobre as mulheres e o gênero”.

O gênero como categoria de análise histórica propicia, conforme argumentação de Scott, a compreensão da “natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a política constrói o gênero, e o gênero constrói a política”<sup>8</sup>.

O conceito de gênero difundiu-se por diversas áreas das Ciências Sociais, sendo utilizado até por campos do conhecimento nos quais não se presumiria que ele frutificasse. Isto, todavia, não significa que haja consenso sobre seu significado. Ao contrário, se trata de uma categoria polissêmica. Cabe ressaltar, por sua importância, o consenso básico existente, ou seja, o gênero consiste num trabalho, realizado por toda a sociedade de ensinar, sobretudo na infância, na adolescência e na juventude, os novos *socis* a pautarem suas condutas pelas normas sociais, aquilo que definem por **feminino**, por **masculino** e suas relações.

A ausência do registro da participação da mulher no processo histórico, bem como a naturalização de características por sexo, justifica a atribuição de papéis. O sentimentalismo, a intuição, o dom de cuidar dos outros, de administrar o lar, de ater-

<sup>6</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Op. cit.* p. 44-45.

<sup>7</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995, p. 32.

<sup>8</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2), p. 5-22, jul./dez. 1990, p. 16.

se às atividades privadas, ou seja, de atividades relacionadas com a reprodução humana, são atribuídas como naturais às mulheres. Enquanto que a racionalidade, a objetividade, o dom de tomar decisões, de comandar, de dedicar-se às atividades públicas, que dizem respeito à produção econômica, ao trabalho remunerado, são socialmente reconhecidas como qualidades caracteristicamente masculinas. Este ponto de vista tradicional deriva da autonomização relativa, no dizer de Chambaud e Fougeuyrollas-Schwebel<sup>9</sup>, de um lado, entre a produção e a reprodução social historicamente operada pela sociedade capitalista, fazendo surgir a separação entre as atividades de produção, centradas no desenvolvimento do trabalho assalariado e a reprodução social dos indivíduos. Desta forma, o capitalismo definiu o lugar das mulheres, prioritariamente, como sendo no seio da família, atribuindo-lhes as tarefas inerentes à reprodução, ou seja, ao trabalho doméstico:

Tanto quanto uma condição social, a mulher do lar moderna é uma moral, uma visão normativa da mulher, uma religião leiga da mãe e da família. Surge uma nova cultura que põe num pedestal as tarefas femininas, outrora relegadas à sombra, idealiza a esposa-mãe-dona-de-casa, que dedica sua vida aos filhos e à felicidade da família. A mulher já não tem apenas, como no passado, de cuidar, entre outras atividades, dos trabalhos domésticos: de agora em diante, deve consagrar-se a eles de corpo e alma, a exemplo de um sacerdote.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> CHAMBAUD, Danielle; FOUGEUYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Sobre a autonomia relativa da produção e da reprodução. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée, *et al.* (Org.). *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 113-130.

<sup>10</sup> LIPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 207-208.

Por outro lado, esta autonomização relativa entre a produção e a reprodução social define como o lugar dos homens, o do trabalho assalariado associado à produção mercantil. No entanto, esta divisão é assimétrica, porque crescentemente as mulheres ocupam espaço no desempenho de atividades produtivas por intermédio do trabalho assalariado sem, contudo, ter a contrapartida masculina na divisão das tarefas de reprodução, havendo, desta maneira, um acúmulo de funções.<sup>11</sup> Essa constatação faz com que se torne mais clara a argumentação de que não

basta a conquista de espaço pelas mulheres no mercado de trabalho sem levar em consideração o tipo de inserção da mão-de-obra feminina na PEA (População Economicamente Ativa) nacional ocupada.

Às mulheres são atribuídas as tarefas de reprodução humana que, via de regra, são desempenhadas no âmbito privado e dizem respeito às necessidades de alimentação, cuidado com as gerações imaturas etc. Já aos homens são destinadas as tarefas da esfera econômica de produção material ou intelectual, geralmente desenvolvidas no espaço público.

A sociedade capitalista, por desconsiderar a reprodução-produção como uma totalidade, lança mão da dicotomia clássica que atribui aos homens o trabalho assalariado e às mulheres o trabalho doméstico. Mesmo quando exercendo atividade assalariada, o trabalho das mulheres é considerado excepcional, pois o lar e a família são considerados o seu lugar por excelência<sup>12</sup>. Desta maneira, pela naturalização das tarefas, se dá a dupla exploração da mão-de-obra feminina, pelo capital e pelo marido, já que este não divide com a esposa os afazeres domésticos, institucionalizando-se a dupla jornada de trabalho feminino. Mesmo nos raros exemplos em que o homem participa das tarefas domésticas, quase sempre é a título do auxílio, ficando a responsabilidade pela execução destes afazeres, prioritariamente atribuída às mulheres:

Uma dona-de-casa atualmente faz as tarefas que eram distribuídas entre os criados de diferentes posições, ou cumpridas por empregadas que fazem todo tipo de trabalho. Suas tarefas “essenciais” são limpar, fazer compras, cozinhar, lavar louça, lavar roupas e passar. Ela cuida de seus filhos, freqüentemente dos pais idosos e de outros parentes, e às vezes é incorporada, em maior ou menor grau, como um assistente não-remunerado ao trabalho de seu marido.<sup>13</sup>

A esse sistema social – que impõe e mantém as matrizes dominantes de gênero, estabelecendo e sustentando relações assimétricas de poder entre os seres humanos masculinos e femininos em favor dos

<sup>11</sup> CHAMBAUD, Danielle; FOUQUEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. *Op. cit.* p. 114.

<sup>12</sup> KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY, Andrée *et. al.* (Org.). *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 89-90.

<sup>13</sup> PATEMAN, Carole. *O Contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 191.

primeiros – costuma-se chamar de poder masculino, dominação masculina, falocentrismo, falo-logocentrismo, etc. ou, como adotamos no presente trabalho, patriarcado. Porém, o patriarcado não deve ser entendido como o poder exercido pelo pai de família, assim definido pelo senso comum. Diferentemente, o patriarcado se constitui nas sociedades capitalistas modernas com a assinatura do contrato de casamento, tendo o marido como figura principal. Na condição de agente social opressor, o marido se constitui antes da figura do pai:

Em outras palavras, o direito sexual ou conjugal precede necessariamente o direito de paternidade. A gênese do poder político reside no direito sexual ou conjugal de Adão, e não em sua paternidade. A autoridade política de Adão está assegurada antes de ele se tornar pai.<sup>14</sup>

Assim, um homem, antes de ser pai, é marido. Uma mulher quando se casa, une-se ao homem que, supostamente, ama e com o qual quer compartilhar a vida. Ressalto que a questão da maternidade, como a da paternidade também, é posterior; é consequência desta união. Portanto, ao assinar o contrato de casamento, a mulher está abrindo mão, em favor de outro (o marido), da posse de seu próprio corpo e de sua liberdade para exercer sua sexualidade da maneira como lhe aprouvesse. Este contrato legal é, enfim, um compromisso de fidelidade, em cuja vigência, a mulher cede ao esposo o direito de regulação sobre sua própria pessoa, seu corpo e sua alma, seus desejos e aspirações, renunciando, assim, à autonomia e à liberdade: “[...] o casamento é uma relação social de longa duração entre os sexos, na qual, em troca da proteção do marido, uma mulher lhe presta obediência [...]”<sup>15</sup>.

Nesta divisão binária e dicotômica dos indivíduos no espaço social, as ‘mulheres da morte’ são aquelas que renunciaram à autodeterminação, à liberdade e à autonomia. São, portanto, as esposas. Desta maneira podemos entender porque os casos de violência contra a mulher perpetrada pelo esposo no âmbito familiar são recorrentes: se dão em todas as épocas, em todas as raças/etnias e em todas as clas-

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 133.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 165.

ses sociais<sup>16</sup>. Na verdade, são estruturais à sociedade, e não conjunturais, como quer fazer crer a ideologia vigente:

É preciso contar a outra parte da história, revelar o contrato sexual e as origens da esfera privada, para a compreensão do patriarcado moderno. Todavia, é muito difícil reconstruir a história do contrato sexual sem perder de vista o fato de que as duas esferas da sociedade civil são, simultaneamente, distintas e entrelaçadas de uma maneira bastante complexa. Afirmar que o contrato social e o contrato sexual – o contrato original – criam duas esferas pode ser extremamente enganador na medida em que tal formulação sugere que o direito patriarcal governa apenas o casamento ou a vida privada. A sociedade civil (como um todo) é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública; de fato, o direito patriarcal dos homens é o principal suporte estrutural unindo as duas esferas em um todo social.<sup>17</sup>

Essa linha de análise mostra o caráter desigual do contrato de casamento, pois, se entendemos que juridicamente contrato é um acordo de vontades entre iguais, essa igualdade inexistente entre homem e mulher. Fato suficiente, usando-se de rigor, para tornar o referido contrato em nulo de pleno direito. Por conseguinte:

[...] **gênero** é, aqui, entendido como muito mais vasto que o **patriarcado**, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o **gênero** compreende também relações igualitárias. Desta forma, o **patriarcado** é um caso específico de relações de **gênero**.<sup>18</sup>

O **patriarcado**, como o **gênero** hierarquizado, favorecendo o masculino sobre o feminino, constitui um sistema porque, apesar das relações com as estruturas econômicas da sociedade, possui uma lógica interna; uma base material própria que faz com que funcione como um todo:

O contrato sexual é feito somente uma vez, mas é re-

<sup>16</sup> Sobre este assunto, para maiores detalhes ver Saiffoti, 2004.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 167.

<sup>18</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Op. cit.* p. 30.

produzido todos os dias quando o homem faz o seu próprio contrato de casamento “original”. [...] Quando uma mulher se torna uma “esposa”, seu marido ganha o direito de acesso sexual a seu corpo (já chamado de “direitos conjugais” na linguagem jurídica) e a seu trabalho como dona-de-casa.<sup>19</sup>

<sup>19</sup> PATEMAN, Carole. *Op. cit.* p. 169-170.

<sup>20</sup> HARTMANN, Heidi. Capitalismo, patriarcado y segregación de los empleos por sexos. In: EINSENSTEIN, Zillah R. (Comp.). *Patriarcado capitalista y feminismo socialista*. Mexico: Siglo Veintiuno, 1980, p. 186-187, nota 1.

<sup>21</sup> Minha tradução: cegas aos gêneros.

<sup>22</sup> Juliet Mitchell já afirmava em *Mulheres: a Revolução mais longa*, texto publicado em 1967, que “A libertação das mulheres permanece como um ideal normativo, um acessório da teoria socialista, sem estar estruturalmente integrado nela” (p. 11).

<sup>23</sup> HARTMANN, Heidi. The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union. In: SARGENT, Lydia (Org.). *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism*. Boston: South End Press, 1981. p. 2.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>25</sup> BERTAUX, Daniel. *Destinos pessoais e estrutura de classe: para uma crítica da antroponomia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 74.

Entendemos, portanto, **patriarcado** como definido por Hartmann:

[...] um conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens, e uma solidariedade entre eles, que os permitem controlar as mulheres. O **patriarcado** é, pois, o sistema de opressão das mulheres pelos homens.<sup>20</sup>

Definido desta maneira, o patriarcado possui configuração historicamente determinada, pois está atrelado a uma base material. De um lado, a não explicitação desta base material serviu para que os estudos de gênero fossem considerados secundários ou atrelados à contradição entre capital e trabalho por estudiosos marxistas, levando à afirmação, sustentada por intelectuais feministas, de que as análises fundamentadas no materialismo histórico são *gender blind*<sup>21</sup>, ou seja, não enxergam o caráter ubíquo das relações de gênero<sup>22</sup>. Por outro lado, a perspectiva fundamentada em uma abordagem marxista tradicional considera as questões suscitadas pela contradição entre o masculino e o feminino como secundárias em relação à luta de classes<sup>23</sup>.

Na base material sobre a qual o **patriarcado** se apóia “reside, fundamentalmente, no controle dos homens sobre a força de trabalho das mulheres”<sup>24</sup>. Esse controle é mantido pelos homens por intermédio da restrição do acesso das mulheres aos recursos produtivos e pela restrição à sua sexualidade. O controle dos homens sobre a força de trabalho passa pela desvalorização das funções socialmente reconhecidas como femininas, a começar pelas atividades de produção direta de energia humana<sup>25</sup>.

A naturalização de funções e de tarefas, a partir dos atributos de **gênero** que contribui para com a desvalorização do trabalho feminino, é construída

de inúmeras maneiras, dentre as quais pela escola. Historicamente, o ambiente escolar tem servido de veículo de difusão de estereótipos sexistas, definindo, segregando, delimitando, enfim, auxiliando a perpetuação do **patriarcado**:

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aquelas que nela entravam distinto dos outros, os que a ela não tinham acesso.<sup>26</sup>

Portanto, a instituição escolar em um primeiro momento segregou, admitindo apenas homens e indivíduos pertencentes a uma elite econômica. Se atentarmos para a história desta instituição, veremos que, via de regra, as mulheres passam a ser aceitas no sistema educacional apenas na segunda metade do século XIX, mesmo assim em escolas ou classes separadas dos meninos e currículos adaptadas a elas. A escola que, inicialmente, era privilégio de poucos, vai se “especializando” em educação católica, protestante, islâmica, para ricos, para pobres, para meninos e para meninas, classificando, ordenando e hierarquizando a sociedade.

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores.<sup>27</sup>

A instituição escolar e os instrumentos e procedimentos que a compõe produzem as distinções de gênero, classe, raça/etnia; trabalham no sentido de transformar as diferenças em desigualdades, quando normatizam, estigmatizam, hierarquizam, ordenam e avaliam o modo de agir, pensar e sentir dos educandos. No entender de Bourdieu e Passeron, entretanto, este papel da instituição de ensino é o de reprodução:

Todo sistema de ensino institucionalizado (SE) deve as

<sup>26</sup> LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 8. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997, p. 57.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 64.

características específicas de sua estrutura e de seu funcionamento ao fato de que lhe é preciso produzir e reproduzir, pelos meios próprios da instituição, as condições institucionais cuja existência (auto-reprodução da instituição) são necessários tanto ao exercício de sua função própria de inculcação quanto à realização de sua função de reprodução de um arbitrário cultural do qual ele não é o produtor (produção cultural) e cuja reprodução contribui à reprodução das relações entre os grupos ou as classes (reprodução social).<sup>28</sup>

Tendo em vista a afirmação de Paulo Freire de que “Ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica”<sup>29</sup>, é de extrema importância para o educador, a consciência do seu papel na reprodução ou contestação das desigualdades cristalizadas na nossa sociedade. Como educadores, devemos saber que tipo de educandos queremos formar: o crítico, que pensa por conta própria e não aceita o mundo como ele é somente pelo fato de sempre ter sido assim; ou o alienado, que apenas repete e recebe ordens, sem contestar o poder instituído, pois o mundo sempre foi assim e não há nada a ser feito.

Assim como as demais formas de desigualdade vigentes na nossa sociedade, a de gênero também não pode e não deve ser vista como natural, mas sim construída socialmente. É de importância vital que o educador tenha conhecimento dos valores, conceitos, preconceitos, concepções de mundo e de vida que o educando traz para o ambiente escolar desde a mais tenra idade.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante, PCN), a definição de gênero nega a dualidade entre o masculino e o feminino. Porém, gênero é tratado de maneira lacunar: este conceito fica restrito e atrelado ao tema orientação sexual, não perpassa outras áreas do conhecimento, que não seja o da biologia; não contemplando seu caráter transversal. Apesar de negar o determinismo biológico, contido no conceito de gênero, privilegia os componentes biológicos da orientação sexual, tendo como principal preocupação a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a “gravidez indesejada de jovens”.

Dentre os doze objetivos de orientação sexual

<sup>28</sup> BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1975, p. 64.

<sup>29</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 125.



para o ensino fundamental enumerados pelos PCN, apenas dois deles contemplam a questão de gênero:

- respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos existentes e relativos à sexualidade, desde que seja garantida a dignidade do ser humano;
- reconhecer como determinações culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas.<sup>30</sup>

De acordo com os PCN: “O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos”<sup>31</sup>. Assim definido, este estudo mostra-se teórica e socialmente relevante, pois, visa aprofundar este conceito no sentido de desvelar quais são as representações sociais dos educadores, e se sua práxis não está reforçando as relações patriarcais, ao invés de modificá-las, como indica as próprias orientações dos PCN:

Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades a ambos. [...] A discussão sobre relações de gênero tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação. [...] A rigor, pode-se trabalhar as relações de gênero em qualquer situação do convívio escolar. Elas se apresentam de forma nítida nas relações entre os alunos e nas brincadeiras diretamente ligadas à sexualidade.<sup>32</sup>

Conforme pudemos constatar, os PCN contemplam o conceito de gênero, embora de forma lacunar, sendo dado maior importância aos aspectos biológicos do tema transversal Orientação Sexual. Uma outra questão cumpre, pois, fomentar: a reflexão sobre os currículos dos cursos de formação de professores no que diz respeito às discussões das relações de gênero. Muito se fala em inclusão e em multiculturalismo, mas pouco se discute sobre as questões de gênero e as outras dimensões do ser social

<sup>30</sup> BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: orientação sexual*. Brasília: MECSEF, 1998, p. 133-134.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 144.

<sup>32</sup> *Idem*.

com as quais se encontra “enovelada”, ou seja, classe, raça/etnia, uma vez que a discussão se dá sob a visão da biologia e não da transdisciplinaridade. Como tema transversal caberia melhor, em razão do exposto neste ensaio, o tema gênero e não orientação sexual, como atualmente ocorre.

Ao cabo da exposição neste artigo acerca do tratamento dado às questões de gênero na sociedade e na educação, entendemos que a instituição escolar deve estar atenta para romper sua histórica função de reprodutora social, pois, somente contemplando as discussões que os meios acadêmicos vêm promovendo, a respeito dos novos temas da educação (transdisciplinaridade, inclusão, sexualidade etc), já há algum tempo, será possível a construção de uma educação que prepare o indivíduo para a vida, para a cidadania e para a vida profissional – tripé sobre o qual se fundamenta um ensino verdadeiro e afinado com o século XXI. É necessário, enfim, romper o abismo que separa a formação de professores e os currículos do ensino básico das pesquisas acadêmicas.

Finalmente, caberia aqui ressaltar o caráter ubíquo do tema “gênero”. Esta ubiqüidade, portanto, deve ser observada nos cursos de formação de professores, pela via da transversalidade. Se pleitearmos que o gênero deva ser tratado como tema transversal (no lugar de “orientação sexual”), devemos discuti-lo a partir da multidisciplinaridade. O diálogo multidisciplinar deve ocorrer para que se garanta a coerência do discurso docente, a partir de uma ampla discussão das interfaces curriculares que o gênero proporciona entre as diversas disciplinas, pois o mesmo deve ser tratado no âmbito dos currículos e não como um tema em separado que remete somente a uma prática, que é a orientação sexual. Gênero está presente na construção do saber de todas as áreas (ubiqüidade), pois é fundante da relação binária (entre masculino e feminino) da sociedade patriarcal.

### Referências

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 4. ed. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1980. 2 v.

BERTAUX, Daniel. *Destinos pessoais e estrutura de classe: para uma crítica da antroponomia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1975.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: orientação sexual*. Brasília: MECSEF, 1998.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHAMBAUD, Danielle; FOUGEUYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Sobre a autonomia relativa da produção e da reprodução. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée. *et al.* (Org.). *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 113-130.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 3 v.

HARTMANN, Heidi. Capitalismo, patriarcado y segregación de los empleos por sexos. In: EINSENSTEIN, Zillah R. (Comp.). *Patriarcado capitalista y feminismo socialista*. Mexico: Siglo Veintiuno, 1980. p. 186-221.

\_\_\_\_\_. The unhappy marriage of marxism and feminism: Towards a more progressive union. In: SARGENT, Lydia (Org.). *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism*. Boston: South End

Press, 1981. p. 1-42.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY, Andrée *et al.* (Org.). *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 79-93.

KOSS, Monika von. *Feminino+Masculino: uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades*. São Paulo: Escrituras, 2001.

LAURETIS, Teresa de. *Technologies of gender: essays on theory, film, and fiction*. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1987.

LERNER, Gerda. *La creación del patriarcado*. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

LIPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito ou realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. *Perspectivas*, São Paulo, v. 8, p. 95-141, 1985.

\_\_\_\_\_. No fio da navalha: Violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA, Felícia R. (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/UNICEF, 1996. p. 135-211.

\_\_\_\_\_. *Gênero e patriarcado*. Inédito (mimeo), 2000.

\_\_\_\_\_. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004 (Coleção Brasil Urgente).

SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely Souza de.  
*Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro:  
Revinter, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise  
histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16(2), p. 5-  
22, jul./dez. 1990.



# Textos literários e salas de aula: lugares de mulheres que escrevem sobre si\*

Thais Surian

Eliane Aparecida Bacocina

Maria Rosa Rodrigues Martins de Camargo

**Resumo:** Este artigo apresenta um diálogo entre duas pesquisas que visam conhecer a existência de práticas efetivas e disseminadas de escrita de mulheres. Buscamos essas mulheres que escrevem sobre si e a sua condição em salas de aula de educação de jovens e adultos e na obra literária

*Thais Surian.* UNESP – Rio Claro. Graduada em Pedagogia pela UNESP Rio Claro e Mestranda em Educação na UNESP Rio Claro na Linha de Pesquisa Linguagens: práticas culturais e formação. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa Linguagens, Experiência e Formação (CNPq). Bolsista CAPES. E-mail: thaissurian@yahoo.com.br

*Eliane Aparecida Bacocina.* UNESP – Rio Claro. Graduada em Pedagogia, Especialista em Alfabetização e Mestre em Educação pelo Instituto de Biociências – UNESP – Rio Claro; professora no curso de Pedagogia da FALS – Faculdade do Litoral Sul Paulista e Coordenadora Pedagógica na rede municipal de ensino de Cordeirópolis/SP onde atua como professora desde 1998, tendo atuado dois anos na Educação de Jovens e Adultos. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Linguagens, Experiência e Formação (CNPq); Linha de Pesquisa Linguagens: práticas culturais e formação. Foi bolsista Capes/Proap e Fapesp (processo 05/53657-0). E-mail: eliatbc@uol.com.br

*Maria Rosa Rodrigues Martins de Camargo.* UNESP – Rio Claro. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2000); Pós-Doutorado pela Universidad de Barcelona, Espanha (2008); Professora Assistente Doutora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus Rio Claro/SP e coordenadora do PEJA: Práticas e Desafios da Unesp – Campus de Rio Claro/SP. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Linguagens, Experiência e Formação (CNPq). E-mail: mrcamargo@superig.com.br

Texto recebido: 14/11/2009. Texto aprovado: 12/05/2009.

\* Este artigo traz uma visão ampliada de trabalho apresentado no II CIPA – Congresso Internacional sobre Pesquisa (auto) Biográfica, promovido pela UNEB e realizado em setembro de 2006 em Salvador/BA.

Quarto de Despejo. Fundamentamos tal discussão em autores da história cultural.

**Palavras-chave:** Práticas de Escrita. Escrita de Mulheres. História Cultural.

**Abstract:** This article presents a dialogue between two researches that aim to know the existence of effective and spread practice of writing, by women. We looked for such women, who write about themselves and their condition, in both classrooms of Young and Adult Education and in the literary composition "Quarto de Despejo". The discussion we bring is based on authors of cultural history.

**Keywords:** Practice of writing. Writing of Women. Cultural History.

(...) Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes são brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela. (...) As horas que sou feliz é quando estou residindo nos castelos imaginários.<sup>1</sup>

Lá no cantinho do Estado Bahia tive uma infância muito sofrida.

Tinha dia que eu não tinha o que comer.

A vida é muito boa porque Deus deu ela pra gente

Porque Deus quis assim.

Sem ele não existia a vida.

Porque a vida é muito boa eu tive tristeza e alegria.

Tive tristeza porque perdi três irmãos sem nenhum recurso de ir aos médicos.

Depois de adulta eu tive conhecimento das coisas que eu não sabia e não entendia.

Agradeço a Deus por ter me dado a vida.<sup>2</sup>

As duas citações que abrem este artigo e revelam experiências de vida, leitura e escrita são narradas por mulheres, cujas vozes, apesar de silenciadas por tanto tempo, se fazem ouvir. Elas são encontradas em pesquisas realizadas na graduação e pós-graduação em Educação da UNESP de Rio Claro, que se

<sup>1</sup> JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001. p.52.

<sup>2</sup> Texto produzido por Raimunda (ao digitarmos o texto procuramos ser fieis à escrita da aluna), nome fictício de participante de pesquisa de pós-graduação. Todos os nomes presentes neste artigo são fictícios. Procedeu-se a uma codificação e, em seguida, nomes foram inventados.



propõem levantar e trazer para a discussão o que dizem sobre a condição da mulher, mulheres que escrevem. Uma delas constituiu-se de Trabalho de Conclusão de Curso, no curso de Licenciatura em Pedagogia, no qual, a partir da leitura da obra *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, e em entrevista realizada com uma mulher da Educação de Jovens e Adultos abre espaço para dizer sobre a condição de ser mulher. Outra, de dissertação de Mestrado, na qual investigou-se os saberes de educandos e educadores que freqüentam e atuam na EJA, tendo como mediadora a arte como objeto de leitura. As presentes propostas vinculam-se ao projeto de pesquisa intitulado *Leitura, escrita, ensino: a arte de ser professor/professora que tem como objetivos rastrear, registrar e analisar práticas de leitura e escrita que são postas em ação por sujeitos em classes de jovens e adultos, em estágios iniciais dos conteúdos escolarizados*. Tal projeto foi construído no âmbito dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos por um grupo composto por estudantes de graduação e pós-graduação em Educação. Trata-se de um trabalho de ação educativa, juntamente com o PEJA – Projeto de Extensão de Educação de Jovens e Adultos: práticas e desafios, da UNESP, desenvolvido com jovens e adultos, que ficaram à margem da escolarização formal, na idade regular.

Compõem essas classes, sujeitos que têm pouco domínio da utilização da língua, na modalidade escrita e, entre eles é comum encontrarmos a presença de mulheres. Para elas, permanecer à margem da educação básica escolar, pressupõe limitações de práticas e competências que concorrem para uma participação também limitada enquanto cidadãs críticas e atuantes nas decisões políticas da sociedade em que vivem. O que dizem essas mulheres sobre sua condição? E qual a relação entre a aprendizagem da leitura e da escrita e sua presença no mundo, enquanto processo de participação na sociedade? E qual o significado do que, apesar de suas escritas precárias, no dia-a-dia das salas de aula, elas dão a ver, relatam, mostram-nos, modos como se relacionam com a linguagem escrita, imersos em

uma sociedade cercada de letras?

Um dos exemplos claros do poder da escrita feminina é Carolina de Jesus, uma mulher que, apesar de ter freqüentado a escola por apenas dois anos do ensino fundamental, tem como prática cotidiana a escrita de um diário, no qual relata o cotidiano da favela em que vive. Da mesma forma, as pesquisas a que nos referimos neste texto, cujas práticas buscamos em salas de aula de EJA, buscam ouvir as vozes de mulheres que não completaram os níveis regulares de escolarização formal, mulheres que, assim como Carolina de Jesus, escrevem sobre si, sobre suas condições, enquanto mulheres que trabalham, que estudam, que têm sonhos, desejos, frustrações, inquietações.

### **Mulheres que escrevem sobre si**

O que dizem sobre a condição da mulher, mulheres que escrevem? São práticas de escrita, também de leitura, que desafiam-nos para outros olhares e outras questões, especialmente quando se trata de mulheres com escolaridade incompleta.

A nosso ver, é altamente relevante que se dedique um esforço analítico e de busca de compreensão desses modos, desses mecanismos, a que recorrem esses sujeitos, alguns tidos como analfabetos, ou quase, na relação com os imperativos de uma sociedade de letras, como a nossa. Outros tantos entram nas estatísticas dos que não possuem certificados de conclusão do Ensino Fundamental. Faz-se necessário buscar compreender como esses sujeitos se relacionam com a leitura e com a escrita, inseridos nessa sociedade.

E como localizar e identificar essas práticas? Por onde começar? Quantos de nós se dedicaram a escrever em folhas soltas o que sentia e o que pensava como forma de expressar o que não era dito? Assim como há tantos depoimentos de adolescentes que escrevem, cheios de anseios e com uma vida toda a ser descoberta e desbravada, há um pensamento que enquanto pensa, faz a imaginação passear e, neste momento, escreve. São poesias escritas no “calor” dos instantes de imaginação, de angústia, de vida, so-

bretudo. Tal escrita, quase sempre movida por algum sentimento, bom ou ruim, de alegria, incômodo, tristeza, ou raiva enfim, algo que gera deslocamentos, física ou mentalmente, para registrar, em folhas soltas, palavras que, uma a uma, compõem um texto, uma poesia. Esta composição de palavras pode não fazer sentido, à primeira vista, a algum leitor menos desavisado, porém, para aquele/aquela que escreve, pode estar carregada de sentidos.

Ao longo de nosso trabalho educativo e de pesquisa, temos tido contato com obras escritas por mulheres. Algumas dessas foram publicadas. Desconhecemos quantas não o foram. São obras que descrevem tanto o seu sentimento como a sua condição de mulher. Algumas trazem marcas de preconceitos, que podem ser atribuídas, à inferioridade histórica que o gênero carrega. Esse é um tema, entre tantos outros que essas mulheres, escritoras, deixam registrados.

Desde as civilizações mais antigas e isoladas configura-se o homem como um ser superior à mulher e com o “poder” de exercer “direitos” sobre elas. Essa pode ser considerada uma relação de poder que se assemelha a uma lei. Para Michel de Certeau “sempre é verdade que a lei se escreve sobre os corpos” e que “todo poder, inclusive o do direito, se traça primeiramente em cima das costas de seus sujeitos. O saber faz o mesmo.”<sup>3</sup> Trata-se de, “por meio de instrumentos, conformar o corpo àquilo que lhe define um discurso social, tal é o movimento.”<sup>4</sup> Dessa forma, as mulheres ao longo da história, sempre “foram escritas” como seres inferiores, incapazes de tomar decisões, de comandar a própria vida, foram educadas para serem submissas, primeiramente aos pais, depois aos maridos, tendo “seus corpos submetidos a uma norma. Deste ponto de vista, até as roupas podem passar por instrumentos, graças aos quais uma lei social se assegura dos corpos e de seus membros, regula-os e os exerce por mudanças de moda como manobras militares.”<sup>5</sup>

Podemos localizar, na literatura, que a mulher, durante a trajetória histórica da sociedade, vem sofrendo preconceitos, nas diferentes culturas e, ainda hoje, na atual sociedade, é possível perceber for-

<sup>3</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Tradução Ephaim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 231.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 237.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 240.

mas de discriminação entre homens e mulheres. Porém, em alguns casos, a mulher escreve, e faz desse ato, um ato de poder, de forma que, ao escrever, ela passa a se fazer ouvir. E suas vozes, “se fazem ouvir, dentro dos sistemas escriturísticos onde reaparecem. Elas circulam, bailando e passando, no campo do outro.”<sup>6</sup>

Certeau aponta também a importância de valorizar a oralidade e os saberes de pessoas ordinárias, bem como “a incrível abundância inventiva das práticas cotidianas”<sup>7</sup>. E quantas mulheres se escrevem e se inventam cotidianamente, por meio da leitura e da escrita?

Jorge Larrosa, ao dizer da experiência, afirma “que o homem é palavra, que o homem é enquanto palavra, que todo humano tem a ver com a palavra, se dá em palavra, está tecido de palavras, que o modo de viver próprio desse vivente, que é o homem, se dá na palavra e como palavra.”<sup>8</sup> Para o autor, “é experiência aquilo que “nos passa”, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma.”<sup>9</sup>

Tendo como referência esse conceito, e pensando a respeito dessas mulheres que, mesmo tendo uma escrita precária, se arriscam a registrar em folhas algo que as incomoda positiva ou negativamente, quanto não estariam se permitindo criar por meio da experiência da escrita? E para Carolina de Jesus, autora do livro *Quarto de despejo*, o que significa escrever?

Talvez o que mova essa escrita de forma tão intensa seja a experiência do seu cotidiano, que a toca e que passa e, não somente passa, mas atravessa o seu ser e a provoca de tal maneira, que a escrita se torna fonte de vida, denominada por Larrosa como “experiência” e por Foucault (2006) como “escrita de si”. Acreditamos poder denominá-la como invenção de si.

(...) Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes são brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) É pre-

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 222.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 342.

<sup>8</sup> LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, jan./fev./mar./abr., 2002a. p. 21.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 26.

ciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela. (...) As horas que sou feliz é quando estou residindo nos castelos imaginários.<sup>10</sup>

Para Michel Foucault, “a escrita constitui uma experiência e uma espécie de pedra de toque: revelando os movimentos do pensamento, ela dissipa a sombra interior onde se tecem as tramas do inimigo”.<sup>11</sup> Desse modo, obras literárias como *Quarto de despejo* são, ao mesmo tempo, de registro histórico, pois encontramos nela aspectos que nos mostram a condição da mulher em um certo tempo, percebido por uma mulher; aspectos que também nos levam a indagar sobre a existência de outras práticas efetivas e disseminadas de escrita de mulheres, das quais não tomamos conhecimento; o que estão querendo dizer quando escrevem; o que leva essas mulheres a escrever; o que move esta escrita, enfim, o que revelam suas “escritas de si”. Tais indagações nos movem a buscar essas práticas de escrita e, nas palavras de Foucault, a “perceber no que escrevem, a filiação dos pensamentos que se gravaram em sua alma”.<sup>12</sup>

Portanto, abrindo espaço para que mulheres, presentes em salas de aula, que tiveram interrupções durante o processo de escolarização e com isso dificuldades no aprendizado da leitura e da escrita, possam dizer e escrever algumas de suas inquietações enquanto mulheres. Buscamos assim, abrir espaço para autobiografias que podem contribuir para uma maior compreensão dessas práticas como reveladoras de modos de ser, de viver e de existir.

### ***Quarto de despejo: escrita de uma mulher na literatura***

A obra *Quarto de Despejo* é um diário, escrito por uma mulher, que vivia em uma favela de São Paulo durante a década de 50, do século XX, e foi, posteriormente, publicado. A publicação do diário de Carolina aconteceu circunstancialmente quando um jornalista foi visitar a favela em que ela vivia para realizar uma reportagem e, durante essa ele a conheceu. Como Carolina tinha vontade de publicar seu diário, comentou sobre a existência dele com

<sup>10</sup> JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001. p. 52.

<sup>11</sup> FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: \_\_\_\_\_. *Ditos e escritos: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 145, v. V.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 153.

o repórter que, lendo, gostou e decidiu pedir às editoras que publicassem aquela obra. Nessa, uma mulher negra que vive na favela em condições precárias, sobrevivendo como catadora de lixo, mesmo enfrentando tantas dificuldades, escreve diariamente sobre a sua vida, relata sua condição de mulher, ao mesmo tempo, em que escreve sobre a condição de outras mulheres que estão próximas, ou não, a ela.

Chamam-nos a atenção dois aspectos: o primeiro é o fato de a obra ter sido escrita em folhas soltas, no decorrer de dias e dias, registrando situações de seu cotidiano e deixando transparecer certa condição feminina, sua e de outras mulheres à sua volta. O segundo aspecto diz respeito à produção desse fardo material, por uma mulher “comum”, sem ter como objetivo determinado a publicação. Tais aspectos nos levam a indagar sobre a existência de outras práticas efetivas e disseminadas de escrita de mulheres, das quais não tomamos conhecimento; o que estão querendo dizer quando escrevem; o que leva essas mulheres a escrever; o que move esta escrita, enfim, o que revelam suas “escritas de si”. Na década de 1950, Carolina de Jesus, a quem podemos nos referir como uma dessas mulheres “do povo”, como citado acima, porque desvinculada das convenções sociais e econômicas por inúmeros motivos, na obra *Quarto de despejo* faz notar a diferença existente entre homens e mulheres: “(...) Eu disse que eu queria ser homem, porque assim eu podia quebrar e bater<sup>13</sup>.” Este trecho traz indícios que a sociedade permite ao homem realizar ações que não são permitidas às mulheres. Remete a questões de poder.

Esse poder ao qual nos referimos, não é no sentido real de “quebrar e bater” como citado acima, e sim de outras formas de poder, presentes na sociedade, exercidas pelos homens e que afetam as mulheres. Na vida de Carolina, a escrita tem um papel fundamental ainda a ser compreendido. Não seria essa escrita também um ato de poder? O que a levaria a afirmar que:

<sup>13</sup> JESUS, Carolina Maria de. *Op. cit.* p. 99.

O senhor Manuel apareceu dizendo que quer casar-se comigo. Mas eu não quero porque já estou na maturi-

dade. E depois, um homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com lápis e papel debaixo do traverseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para meu ideal.<sup>14</sup>

Assim como ela, quantas mulheres devem ter seus diários, registros, cadernos, anotações, sobre acontecimentos, situações de suas vidas, sobre suas condições? Quantas mulheres deve haver que escrevem, mas não se transformam em escritoras, pois seus escritos permanecem no anonimato e no fundo das gavetas? Quantos textos devem ter sido escritos, mesmo que o período do diário íntimo e da poesia da adolescência tenha passado? De fato, essas são perguntas que lançamos; mas a intenção de buscar compreender um pouco dessa escrita feita por mulheres, em textos literários, poderá sensibilizar para que se detecte outras histórias... de mulheres que escrevem.

Portanto, pretendemos buscar considerações acerca da condição feminina presente nos textos literários de mulheres escritoras, num primeiro momento, e com isso refletir o que levou estas pessoas a produzir textos que, de uma forma ou de outra, relatam a história de um gênero, da mulher e da sua condição. Para no segundo momento buscarmos essas práticas de escrita em textos de mulheres “populares” que não publicaram suas obras e nem pretendem fazê-lo.

Para além das relações de poder e dos lugares que têm sido destinados à mulher, ao longo da história, as leituras do material bibliográfico apresentado na escrita de mulheres e, em especial na obra *Quarto de despejo*, encontramos aportes que nos embasam, através da visão de mundo da autora, cenas da vida de tantas outras mulheres, que apesar de ter sido na década de 50, retrata muito bem a nossa realidade atual, na qual as mulheres enfrentam uma dupla jornada de trabalho, uma realizando uma atividade remunerada para manter o lar e outra para cuidar dos afazeres domésticos e da educação dos filhos; também sofrendo com casos de violência dentro e fora de casa e, de exploração no trabalho.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 44.

Elas alude que eu não sou casada. Mas eu sou mais feliz do que elas. Elas tem marido. Mas, são obrigadas a pedir esmolas. (...).

(...) Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los. E elas, tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor.<sup>15</sup>

Escrever a história das mulheres não é somente resgatar fatos; é também uma mudança do lugar do qual se olha para a história, e de como se olha para a história, constituindo-se, portanto, na possibilidade de um enfrentamento ou posicionamento político.

Muitos daqueles que escrevem a história das mulheres consideram-se envolvidos em um esforço altamente político, para desafiar a autoridade dominante na profissão e na universidade e para mudar o modo como a história é escrita.<sup>16</sup>

A obra *Quarto de despejo*, diário pessoal de uma mulher que registrava cenas de sua vida com um olhar muito particular de “análise” das situações que vivia e do que via ao redor, porém com a simplicidade de alguém que escreve para si mesma, é a desencadeadora de discussões de outras mulheres que, meio século depois, assim como ela, tem sentimentos que provocam inquietações.

### **Mulheres em salas de aula de EJA e suas escritas de si**

Em 2003, numa sala de aula de jovens e adultos, encontravam-se dezesseis personagens reais. A educadora da sala<sup>17</sup>, que assumiu também o papel de pesquisadora do processo de aprendizagem dos sujeitos ali presentes, desenvolveu uma proposta que consistia em apresentar a eles obras de arte como material de leitura, a fim de instigá-los a ler as imagens e a si mesmos. Entre os educandos, encontravam-se algumas mulheres. Três delas chamaram a atenção, demonstrando algumas atitudes bastante peculiares: Aline, Raimunda e Giselda.

Num dos momentos iniciais do período em que trabalhamos com o grupo, foi proposto que cada um revelasse os motivos pelos quais não pôde frequen-

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>16</sup> SCOTT, Joan. *História das Mulheres*. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história*. Novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 66.

<sup>17</sup> Autor, 2005.



tar a escola. Ali, entre tantos depoimentos, surgem alguns que nos possibilitam desvendar realidades vividas por mulheres que não puderam frequentar a escola em idade regular:

— Na minha casa todo mundo sabe ler e escrever. Não continuei de preguiça mesmo (Luciana, 2005, informação verbal).

— Eu não estudei, meu pai não deixou. Filha mulher não podia estudar. (Marinete, 2005, informação verbal).

— Minha mãe também falava que não precisava ir na escola. Tinha que aprender fazer serviço. (Carmelinda, 2005, informação verbal).

— Só fui uns três meses na escola. Depois minha mãe me tirou da escola pra ir trabalhar. Eu morava na chácara. Minha irmã era professora, e minha mãe me tirou da escola pra olhar as crianças dela pra ela ir trabalhar. Eu tinha uns 10 anos, fazia comida, limpava a casa... E hoje ela tem tanta consideração comigo que hoje ela tem de tudo e nem olha na minha cara... (Aline, 2005, informação verbal).

Uma realidade relatada com um misto de tristeza e revolta. Depoimento que causou certa revolta também nos colegas:

— Como pode ela sendo professora não incentivar você a estudar? (Joaquim, 2005, informação verbal).

Aline, a personagem cuja vida parece ter sido mais sofrida dentre todas, apesar de sua pouca idade (26 anos) se coloca no momento de leitura de uma das imagens como aquela que se vê no fundo do quadro<sup>18</sup>, talvez uma forma de tomar consciência da pouca participação que exerce em sua própria vida. Essa reação é expressa também ao olhar para o espelho, em outra atividade realizada:

— Nossa! Aqui tem um bicho muito feio! (Aline, 2005, informação verbal).

Impedida de estudar pela mãe, que na infância a levou, não a escolher os próprios passos, mas a

<sup>18</sup> DEGAS, Edgar. Retrato de Giovannina Bellelli. *Gê-nios da Pintura*. São Paulo: Abril Cultural, 1969. v. 6.

anular a própria vontade, e seguir um destino imposto, de cuidar da casa e do sobrinho, enquanto a irmã seguia a profissão de professora, parece deixar nela uma mágoa profunda. Num outro momento, no qual o grupo encontra-se discutindo os medos, um dos colegas diz que tem medo de perder um amigo, ao que ela responde:

- Amigo? Nem nossa mãe é amiga...
- A mãe é a única amiga que a gente tem. (Raimunda, 2005, informação verbal)
- Se ela fosse nossa amiga, ela colocava a gente na escola (Aline, 2005, informação verbal).

Em atividade que remete à infância, também esse fato aparece:

- Não fala mais em infância que eu tenho trauma... Infância? Nem sei o que é isso... É que a minha infância foi muito triste (Aline, 2005, informação verbal).

Mas ela continua a falar sobre sua infância, também num momento em que ouvimos uma música que remete ao tema do trabalho. “— Essa música lembrou um pouco de quando eu era pequena. Eu não gosto de falar, mas só quando eu tinha 18 anos eu usei o meu primeiro sapato (Aline, 2005, informação verbal).” Aline, referindo-se ao verso da música *Cidadão*, em que se diz: “Criança de pé no chão aqui não pode estudar.”

Porém, aos poucos, ela vai aprendendo a ler, e alguns resultados positivos vão surgindo:

- Sabe, professora, de um tempo pra cá eu estou conhecendo mais as letras. Eu achei que nunca ia aprender...Eu mudei bastante de um tempo pra cá, eu vivia em depressão. [...] Antes a gente via uma placa assim, a gente nem ligava...Agora a gente fica tentando ler...É tão bom a gente aprender a ler. Você não tem mais vergonha, você não é mais uma pessoa tímida... [...] Eu estava tão desanimada esses dias. É que as minhas cunhadas me humilham muito, tiram sarro, falando que onde já se viu eu estudar depois de velha. Mas meu marido me incentiva, aí eu tento me animar

de novo. [...] Tem uma palavra que me dói muito que é *analfabeta*. O pessoal tirava sarro falando: “Oh! Sua analfabeta...” (Aline, 2005, informação verbal).

Essa questão aparece também no início, quando realizamos a leitura do Documento de Identidade, e vemos no documento da aluna, o carimbo em vermelho contendo a expressão: NÃO ALFABETIZADA. No momento, a personagem afirma:

— Quero fazer outra via. Agora eu já sei assinar meu nome (Aline, 2005, informação verbal).

Aline não apenas quer fazer outra via de seu documento, mas realmente o faz. Para surpresa de todos, ao final do semestre, ela conta com satisfação:

— Quando eu fiz o meu R.G. eu era analfabeta, eu não assinei. Lembra que quando a gente fez aquela lição com ele eu não tinha assinado? Faz um tempo eu perdi o meu R.G. e agora eu assinei. (Aline, 2005, informação verbal — entrevista)

— E como foi que você perdeu seu documento? — pesquisadora

— Acho que foi meio de propósito, porque doía ficar olhando aquele dedão no lugar da assinatura e aquele carimbo vermelho. Aí eu consegui fazer outro. O rapaz da delegacia até elogiou a minha assinatura. Quando eu falei pra ele que eu não tinha assinado o outro documento porque eu não sabia escrever, ele falou assim: “Nossa! Que assinatura bonita! Nem parece que você aprendeu assinar agora” (Aline, 2005, informação verbal).

É possível perceber a relação entre o conhecimento escolar e o conhecimento de si mesma. Conhecer as letras a ajuda também a conhecer a própria vida, e a agir de forma mais segura. Em outros momentos, Aline também se refere ao marido, que não a deixa ir à aula sozinha, sempre leva com ela um dos dois filhos, ainda crianças, que acabam por tornarem-se também alunos da sala. Ela diz que se os filhos não puderem ir, ela também não pode, e que ao voltar ele pergunta aos filhos coisas como com quem

ela conversou, como ela agiu na aula. Mas, com muita coragem, ela resiste, e vai à escola. Ao final, traz um desenho confeccionado pelo filho, com uma técnica de pintura que ele aprendeu. O desenho representa a escola, tendo ao lado um pouco do que representou a escola para ela.

— Quem escreveu foi o meu marido que, depois de muito tempo, está me apoiando na escola. Eu fui falando e ele escreveu pra mim. Eu fiz a escola, porque a escola mudou a minha vida (Aline, 2005, informação verbal).

A escola, o conhecimento adquirido, a auto-estima de poder ler as palavras, o mundo e a si mesma, a leva a mudar de atitude, a sair do fundo do quadro, e a levantar a cabeça:

— Agora eu me sinto menos humilhada. Posso enfrentar o mundo de cabeça erguida (Aline, 2005, informação verbal).

Outra personagem muito lutadora é Raimunda. Bastante participativa nas aulas, ela vai aos poucos nos contando seus sofrimentos, suas conquistas, seus sonhos. Vinda da Bahia para São Paulo há mais de 30 anos, ela conta um pouco do que já sofreu, porém, não de forma sofrida, mas com uma força muito grande, além de um bom humor que surpreende a quem ouve suas histórias:

— Eu saí de casa com 16 anos, fui trabalhar em casa de família. O patrão mudava e eu ia junto com eles. (Raimunda, 2005, informação verbal)

— Quando eu vim pra São Paulo, professora, eu trabalhei numa casa que tinha quatro cachorros no fundo da casa. E era lá onde eles ficavam que eu tinha que ficar. Eu não podia entrar na sala. Eu só podia ficar no fundo da casa, na cozinha e no quintal. Era horrível. E eles chamavam a empregada com um sininho, como se a gente fosse um cachorro também (Raimunda, 2005, informação verbal).

— Professora, você acredita que o meu pai me registrou com 16 anos e eu ainda tinha 10? Então no meu

registro eu tenho 6 anos a mais (Raimunda, 2005, informação verbal).

— E qual idade a senhora diz que tem? — pesquisadora  
— A do documento, que é a que vale... Fazer o que? — completando, em tom de brincadeira — É bom, assim a gente aposenta mais cedo (Raimunda, 2005, informação verbal).

Em meio ao processo de aprendizagem e desenvolvimento da leitura e da escrita, revela um de seus sonhos.

— Um sonho que eu tenho é conseguir pegar qualquer coisa e ler: receita, Bíblia, coisas de igreja que eu gosto (Raimunda, 2005, informação verbal).

Ao buscar uma forma de representar a vida, ela pede a um colega da sala que a desenhe:

— Faz pra mim o desenho de uma menina? Eu quando era criança: de trança, de saia e de pé no chão. Duas tranças assim... (Raimunda, 2005, informação verbal).

E escreve um pouco de sua história, na citação que ilustra o início deste texto.

Nossa terceira personagem é Giselda. No início muito quieta, tímida, com seus vinte e dois anos, não conhecia ainda as letras. Com o passar do tempo, começa a encher as folhas do caderno além das propostas em atividades desenvolvidas nas aulas, com tentativas de escrever palavras soltas, porém, carregadas de significado, nomes de pessoas que conhece, nomes de objetos que traz consigo, de sentimentos que a invadem no momento em que escreve. No início, as palavras aparecem inacabadas, representadas apenas por algumas letras, e aos poucos vão se tornando legíveis. Ao mesmo tempo em que escreve palavras, Giselda vai também, aos poucos, escrevendo a si mesma, e revelando as angústias que viveu:

— Com 14 anos eu fui morar com o meu ex-marido em Minas. Era na mesma cidade, mas era longe dos meus pais (Giselda, 2005, informação verbal).

— Eu fui há seis meses pra cuidar da separação (Giselda, 2005, informação verbal).

As atenções voltam-se para a história da aluna, que não carrega boas lembranças do lugar:

— Não quero nem lembrar de tão ruim que era. O meu primeiro vizinho era longe, e eu ficava sozinha com medo. Meu ex-marido saía e eu ficava sozinha. Ele não me deixava conversar com ninguém, de tanto ciúme que ele tinha. Eu fui morar com ele com 14 anos e com 16 eu casei. Meu pai queria que eu casasse, aí eu casei, mas nunca mais fui na casa dele, porque meu ex-marido não deixava. (Giselda, 2005, informação verbal)

— Nossa! Como você agüentou ter uma vida dessa, tão novinha? (Raimunda, 2005, informação verbal).

— Nem eu sei. Eu ficava sozinha de noite. Se aparecesse alguém lá, eu não tinha nem como gritar. Por isso que até hoje eu tenho medo de ficar sozinha (Giselda, 2005, informação verbal).

Giselda, porém, vence o medo e, numa atitude de coragem, se separa do marido, mudando de Minas Gerais para São Paulo, onde tenta recomeçar a vida.

— Outra coisa que eu lembro de vez em quando é daquele quadro da sombra que a gente viu no começo, lembro do quanto que eu sofri com o meu marido que não deixava conversar com ninguém. Agora eu levanto a cabeça e falo pra mim mesma que não tenho que aceitar humilhação de ninguém (Giselda, 2005, informação verbal).

E após um processo de escrita de palavras e de si mesma, revela:

— Trouxe um coração, porque depois de tudo o que já passei na vida, a minha vida melhorou muito. Agora a minha vida é cheia de amor e felicidade (Giselda, 2005, informação verbal).

Na realização da pesquisa que compôs o Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia<sup>19</sup>, encontramos Joana, participante do PEJA, uma mulher de 45 anos que pouco frequentou a escola por ter que trabalhar desde muito cedo, estudou até a quarta

<sup>19</sup> Autor, 2006.

série do anterior ensino primário. Quando ela tinha dez anos seus estudos se interromperam devido à necessidade de trabalhar, Joana começou a trabalhar na roça com a sua mãe, na colheita de algodão e laranja.

Na adolescência saiu da atividade rural para trabalhar como doméstica e, por volta dos 14 anos, voltou a estudar no período noturno, no supletivo, com o incentivo de uma mulher para quem trabalhava.

Casou-se duas vezes, atualmente é divorciada e mãe de dois filhos, um sendo biológico do primeiro casamento e o outro adotivo do segundo.

Joana não conseguiu terminar seus estudos, precisou interrompê-los durante os dois casamentos por causa dos maridos que não queriam que ela estudasse, como ela conta:

Nem estudar também, quando eu parei de estudar a primeira vez, eu fui casada duas vezes, e foi o próprio pai do meu filho, ele estudava a noite, eu estudava a noite com ele, e daí ele não quis mais que voltasse a estudar daí eu separei dele; o segundo a mesma coisa, ah você cuida do Gabriel que é meu filho adotivo (...) depois você volta a estudar que eu tenho que estudar que a Multibrás precisa (...) e aí eu acreditei nele, ele terminou os estudos dele e, quando chegou a minha vez quem disse que ele ficava com as crianças, além de outros problemas da bebida (Joana, 2006, informação verbal — entrevista).

Para os indivíduos que são alunos de EJA, inserir-se na sociedade letrada tendo conhecimento da língua escrita, mesmo que pouco e tardiamente, é muito importante para suas vidas, assim como aponta Joana:

(...) estudar gera conhecimento que abre as portas para gente se desenvolver como pessoa (...) e para gente também melhorar a vida da gente, a cultura, o trabalho, o viver na sociedade, saber distinguir certo do errado (Joana, 2006, informação verbal — entrevista).

Joana, uma mulher que apesar de não poder frequentar a escola na idade regular, assim como tan-

tas outras mulheres, sempre gostou muito de ler e escrever tomando para sua vida algumas práticas de leitura e escrita. “Principalmente em casa (...) a noite eu gosto muito de ler (...) ficava até de madrugada lendo, escrevendo alguma coisa” (Joana, 2006, informação verbal — entrevista).

Joana é uma mulher que escreve, assim como Carolina autora da obra *Quarto de despejo*, escritos que revelam algo de si, de outros indivíduos. Sua escrita, seus textos não possuem a mesma forma/tipo.

Eu gosto de escrever narrativa e também escrever poesia, crônica ou escrever alguma coisa sobre a vida de alguém (...) eu estava tentando escrever um livro (...) eu comecei esse livro com 14 anos, (...) um caderno (...) aí eu perdi esse caderno (Joana, 2006, informação verbal — entrevista).

Nos escritos ela diz de si mesma, da sua vida, de seus estados e mudanças: “(...) eu falo mais da minha vida pessoal (...) e do que eu acho que deveria mudar assim, na verdade, de como eu já mudei também (...) e como venho aprendendo.” (Joana, 2006, informação verbal — entrevista).

Quando era uma mulher casada, Joana, enfrentava dificuldades com o seu companheiro/marido, além de ser proibida de ir à escola, em um dos casamentos também lhe foi proibido a leitura, a escrita, e o trabalho. Não conseguindo ficar sem ler e escrever e tendo que permanecer em casa cuidando do filho e dos afazeres domésticos, encontrou maneiras de ler e escrever escondido, nos momentos nos quais seu marido estava fora.

(...) não deixava, ele tinha tanto ciúmes que eu não podia nem escrever nem ler livro nenhum, ele achava que eu ia evoluir e ele ... a pessoa alcoólatra se sente inferior a tudo e a todos (...) então não concordava de jeito nenhum (...) ler até a Bíblia escondido e com o outro também não era diferente, porque eu escrevia poemas para as minhas amigas alguma coisa e ele ficava com ciúmes, não podia (Joana, 2006, informação verbal — entrevista).



Para Joana, a escrita é muito importante para sua vida, tão fundamental que ela gostaria: “de estar vivendo num mundo que (...) pudesse ter tempo só para dedicar à escrita”. (Joana, 2006, informação verbal — entrevista).

As personagens acima, alunas de EJA, relataram suas condições de mulher, inseridas em momentos vividos, em sua maior parte, com bastante sofrimento, muitos deles as tendo impedido de freqüentar a escola em alguma fase de suas vidas.

Muitas vezes, ouvimos discursos que colocam a mulher em uma condição de submissão que existia somente no passado. Mas será que ainda nos dias de hoje as mulheres não são submissas, não sofrem repressão e não são consideradas diferentes dos homens?

O preconceito persiste, apesar das conquistas alcançadas por elas e, isso é notável na fala de Aline, que precisa levar um de seus filhos para poder freqüentar as aulas, pois o marido não permite sua ida sozinha. Diante desse relato, podemos refletir: Será que toda a trajetória de “inferioridade” da mulher ficou num passado distante?

Acreditamos não ser por acaso que o tema da mulher seja tão presente nas pesquisas atualmente. Consideramos importante registrar a existência de outras pesquisas que tratam do tema da mulher, entre elas ARAÚJO<sup>20</sup>, que dá a palavra às mulheres no momento em que procuram pela escolarização e que, inclusive, revelam o significado desse momento em suas vidas.

### **Algumas considerações**

Podemos refletir como, ao longo do tempo e da história, o homem se configura como um ser superior à mulher, e a mulher como o ser submisso, que deve se sujeitar a esse poder. O impedimento imposto a elas de freqüentar a escola configura essa submissão. A mulher não pode escrever, e por não poder escrever no papel, não pode também escrever a própria história. Nas palavras de Certeau, “o discurso normativo só “anda” se já se houver tornado um relato, um texto articulado em cima do real e falan-

<sup>20</sup> ARAÚJO, Renata Rodrigues de. *Sobre noções de constituição do sujeito: mulheres alfabetizadas têm a palavra*. Dissertação (Mestrado em Educação), UNESP – Rio Claro, SP: 2006.

do em seu nome, isto é, uma lei historiada e historicizada, narrada por corpos”<sup>21</sup>. Para Perrot, o fato de a história ser escrita por historiadores, portanto, homens, considerando a impossibilidade da mulher exercer esse papel, dadas suas condições, confirma esse poder.

O ‘ofício do historiador’ é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou ‘mental’, ela fala do Homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres — piedosas ou escandalosas — as mulheres alimentam as crônicas da ‘pequena’ história, meras coadjuvantes da História!<sup>22</sup>

Podemos perceber, pelo exemplo de mulheres diferentes, e com realidades tão semelhantes, a trama em que se encontra envolvida a mulher. Carolina, uma mulher que vive na favela e recolhe lixos para sobreviver. Aline, uma jovem que sofre humilhação por parte das cunhadas, sofrendo ao ouvir a palavra *analfabeta*. Também Raimunda, ao relatar a trajetória como empregada doméstica, admite ter que se sujeitar à humilhação dos patrões, suportando até mesmo ser chamada com um sininho, o que ela compara à convivência com os cachorros da casa. Giselda, ao contar como passou da tutela do pai para a do marido, e Joana que teve sua prática de escrita e sua ida à escola impedida revela como o discurso historicamente construído acontece na realidade.

Porém, a escrita, ou o ato de conhecer, acaba por se transformar num ato de poder, pois a partir do contato com a escrita, elas passam a comandar a própria vida, a “enfrentar o mundo de cabeça erguida”. A palavra é o instrumento de poder, como afirma Larrosa, ao dizer que

<sup>21</sup> CERTEAU, Michel de. *Op. cit.* p. 241.

<sup>22</sup> PERROT, Michele. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p. 185.

<sup>23</sup> LARROSA, Jorge. *Op. cit.* p. 21.

quando fazemos coisas com as palavras, do que se trata é de como damos sentido ao que somos e ao que nos acontece, de como correlacionamos as palavras e as coisas, de como nomeamos o que vemos ou o que sentimos e de como vemos ou sentimos o que nomeamos.<sup>23</sup>

Carolina de Jesus escreve, e nos momentos em que as coisas estão difíceis, se permite sonhar e inventar um mundo em que seus sonhos se realizam, assim como as mulheres da pesquisa. Aline, apesar da resistência do marido, vai à escola e enxerga nela, uma forma de transformar a própria vida, pois ali é o lugar onde ela encontra formas de aprender a ler o mundo e a escrever a si mesma, assim como Giselda, nas palavras que traz escritas no caderno, e Raimunda, ao escrever coisas como: “Depois de adulta eu tive conhecimento das coisas que eu não sabia e não entendia.”

Carolina de Jesus, Aline, Giselda, Joana e Raimunda, mulheres que escrevem, tanto na literatura quanto em salas de aula, são apenas alguns exemplos de personagens corajosas, que encontram na escrita de si uma experiência possível para criar, libertando-se de preconceitos e inferioridades e inventando-se a si mesmas; por que não dizer, lutando contra um discurso normativo arraigado e historicizado. Quantas delas não existem, espalhadas pelas casas, esquinas, estabelecimentos comerciais, salas de aula? Como afirma Certeau, “quanto nos falta ainda compreender dos inúmeros artificios dos ‘obscuros heróis’ do efêmero, andarilhos da cidade, moradores dos bairros, leitores e sonhadores, pessoas obscuras das cozinhas. Como tudo isso é admirável!”<sup>24</sup>

## Referências

ARAÚJO, Renata Rodrigues de. *Sobre noções de constituição do sujeito: mulheres alfabetizadas têm a palavra*. Dissertação (Mestrado em Educação), UNESP – Rio Claro, SP: 2006.

\_\_\_\_\_. *Leituras de mundo, saberes e modos de existência de educandos e educadores: contribuição para a invenção de modos de aprender e ler*. Dissertação (Mestrado em Educação), UNESP – Rio Claro, SP: 2005.

BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história*. Novas perspectivas. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1992.

<sup>24</sup> CERTEAU, Michel de. *Op. cit.* p. 342.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Tradução Ephaim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano 2. Morar. Cozinhar*. Tradução Ephaim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

DEGAS, Edgar. Retrato de Giovannina Bellelli. *Gênios da Pintura*. São Paulo: Abril Cultural, 1969. v. 6.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *Ditos e escritos: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.144-162, v. V.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: *Revista Brasileira de Educação*. Jan. fev. mar. abr. 2002a.

PERROT, Michele. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SCOTT, Joan. *História das Mulheres*. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história. Novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 63 -95.

# Mulheres: retratos da profissão docente através da literatura brasileira

Alessandra Cristina Furtado

Maria Carolina da Costa

**Resumo:** Este artigo analisa algumas representações da professora na literatura brasileira. Para tanto, abordamos alguns aspectos da história da profissão docente e a entrada da mulher no mundo público, no qual ela é alvo de representações. Um desses locais foi a escola, refletido nas professoras em três obras literárias, da década de 1930, *O Quinze*, de Raquel de Queiroz (1930), *São Bernardo*, de Graciliano Ramos (1934) e *Mar Morto*, de Jorge Amado (1936). Depois de uma reconstituição da estruturação das Escolas Normais observamos como foi construída a figura da professora nesses lugares.

**Palavras-chave:** História. Docência. Representação Feminina. Educação. Literatura.

**Abstract:** This article examines some representations of the teacher's character in Brazilian literature. Thus, we talk some aspects the history in the teaching profession and the entry of women in the public world in which she is the subject of representations, one of those places was the school, whose place representations are object of this text, reflected in the teachers in three literary works, the 1930s, *O Quinze* of Rachel de Queiroz (1930), *São Bernardo* of Graciliano Ramos (1934) and *Mar Morto*, by Jorge Amado (1936). After a reconstitution of the structure of Nor-

*Alessandra Cristina Furtado.* Profa. Adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD. E-mail: alessandra\_furtado@yahoo.com.br

*Maria Carolina da Costa.* Profa. Substituta da Universidade Estadual Paulista/UNESP. E-mail: costacarola@bol.com.br

Texto recebido: 19/04/2009. Texto aprovado: 13/05/2009.

mal Schools we observed the figure of theather was built in such places.

**Keywords:** History. Teaching. Representation Female. Education. Literature.

Estudos acerca da presença feminina na literatura ainda são raros. Para tanto, o presente artigo pretende discutir algumas ocorrências do ser professora na literatura brasileira, em três obras literárias: *O Quinze*, de Raquel de Queiroz (1930), *São Bernardo*, de Graciliano Ramos (1934) e *Mar Morto*, de Jorge Amado (1936).

A literatura foi um espaço ocupado desde sempre pela personagem feminina, mesmo antes da ocupação dessas nos espaços públicos. Ainda que a literatura não possa ser considerada história, devido ao seu caráter ficcional, estamos considerando que os autores das obras aqui pesquisadas não escrevem textos alheios ao contexto social de sua época, sendo assim, estas acabam se constituído um rico material de representação da história. Como aponta Antônio Cândido<sup>1</sup>,

A literatura é pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos qual se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo.

Diante dessa perspectiva voltaremos nossos olhares para as imagens das professoras em três obras literárias, da década de 30 do século XX, no Brasil, período expressivo devido os acontecimentos históricos e econômicos nacionais que muito contribuíram para ao engajamento dos escritores da época.

Em *O Quinze* de Raquel de Queiroz (1930), *São Bernardo* de Graciliano Ramos (1934) e *Mar Morto* de Jorge Amado (1936), faz-se presente a figura da

<sup>1</sup> CANDIDO, A. M. S. *Literatura e sociedade*. 8. ed. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 68.

mulher professora, que constitui esse estudo e propõe a observar as imagens veiculadas nessas obras literárias de grande circulação na sociedade brasileira da época, além de verificar como elas ajudaram na construção do quadro de representações sociais da professora que temos hoje, no início do século XXI.

As obras discutidas neste artigo pertencem à década de 30, e segundo Rago (2001, p.592) “nos anos 20 e 30 a figura da “mãe cívica” passa a ser exaltada como exemplo daquela que preparava física, intelectual e moralmente o futuro cidadão da pátria, contribuindo de forma decisiva para o engrandecimento da nação”. A mulher começa a ter uma função importante no desenvolvimento do país.

Os anos de 1930 foi também um período de intensas mudanças políticas tendo à frente Getúlio Vargas, que permanecerá quinze anos no poder, como presidente — ditador. No seu governo ocorreram alguns acontecimentos que de forma, indireta ou direta, influenciaram no engajamento político dos autores dos romances aqui analisados. Assim, sucintamente os eventos mais importantes que influenciaram a geração de 30 foram: a inauguração do Cristo no Corcovado em 1931, garantindo o apoio da igreja e dos católicos ao governo; também em 1931 e 1932 temos uma intensa ação do Ministério da Educação preocupando-se com o ensino superior e secundário. Ainda em 1932 houve a promulgação do Código Eleitoral que trouxe a obrigatoriedade do voto e seu caráter secreto e, pela primeira vez, reconhecendo o direito de voto à mulher, abrindo caminhos para a população feminina que permaneceu tanto tempo excluída das decisões políticas.

Contudo, para entendermos melhor os reflexos desses acontecimentos na literatura, faz-se necessário uma retomada na história da profissão docente, o que faremos a seguir.

### **A presença feminina abrindo novos espaços na profissão docente: um balanço inicial**

Após o Ato Adicional de 1834, os governos das províncias do Império ficaram com a tarefa de de-

envolver o ensino elementar e de preparar os docentes que atuariam nas escolas que fossem criadas. A falta de professores devidamente habilitados era um dos fatores que impedia o desenvolvimento do ensino elementar. A primeira iniciativa de criação de uma instituição de formação docente partiu da Província do Rio de Janeiro que, em 1835, fundou a Escola Normal de Niterói. Experiências iguais a essa foram seguidas por várias províncias, como a de São Paulo, cuja primeira escola normal foi fundada em 1846.

A princípio, essas escolas normais funcionaram de forma precária, pois abriam e fechavam suas portas em função de decisões políticas. A organização era rudimentar, com um corpo docente composto de um ou dois professores para todas as disciplinas e um currículo mais voltado para o que se deveria ensinar no primário, já que ele não consistia em um aprofundamento de estudos para a formação profissional, além de se destinar apenas ao sexo masculino<sup>2</sup>. Nessas condições, as escolas normais foram pouco procuradas pelos alunos. Na verdade, a ausência de interesse pelo Curso Normal não esteve vinculada apenas às deficiências da organização didática da instituição, mas também à falta de atrativos financeiros da profissão docente.

Nessas condições, os cursos de formação de professores primários não conseguiam se alicerçar no já precário sistema escolar, o que somente veio a ocorrer quando as moças passaram a procurá-lo. Assim a Escola Normal se tornou uma das únicas possibilidades de continuidade dos estudos a uma parcela do contingente de mulheres das zonas urbanas. A entrada das moças nas escolas normais acabou por desencadear, a partir do final do século XIX, um processo de feminização do magistério e serviu para dar contornos mais definidos à profissão docente, na medida em que esse ingresso representou um caminho para as mulheres que precisavam trabalhar, como também para aquelas que desejavam estudar um pouco mais<sup>3</sup>.

Na Província de São Paulo, por exemplo, a mulher só teve real participação no curso de formação docente com a instalação, em 1875, de uma seção

<sup>2</sup> BAUAB, Maria Aparecida R. *O ensino normal na Província de São Paulo: 1846-1889*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São José do Rio Preto, 1972.

<sup>3</sup> LOURO. Gênero e Magistério: identidade, história, representação. In: CATANI D. B.; BUENO, B. D.; SOUSA, C. P. (Org.). *Docência, memória e gênero: estudos sobre formação*. São Paulo: Escrituras, 2000.



feminina anexa ao Seminário das Educandas e com a reabertura da Escola Normal de São Paulo, em 1880, que permitiu o ingresso das moças por meio da criação das aulas mistas e introduziu o regime de co-educação<sup>4</sup>. Embora tivesse determinações desde a década de 1840 para criação de uma instituição dessa natureza, anexa ao Seminário das Educandas, a qual se dedicasse à formação do magistério primário feminino, no entanto essa medida não foi concretizada no início dos anos de 1870.

De fato, o recrutamento feminino para o magistério primário apresentou-se como uma solução para o problema da mão-de-obra no ensino elementar, mesmo porque a organização didática da escola normal em São Paulo, com a Reforma de Leôncio de Carvalho, em 1879, e o Regulamento de 1887, não passou por alterações tão significativas, sendo o currículo dominado pelas disciplinas de cultura geral e pouco voltado à formação profissional dos professores. Desse modo, o ensino normal paulista chegou, ao final do Império, representado por uma única instituição e por um curso de caráter profissional rudimentar.

Na verdade, a participação das moças no curso normal acabou por desencadear no final do século XIX, um processo de feminização do magistério, como bem ilustram os dados levantados por Leonor Tanuri<sup>5</sup>:

Matrículas na Escola Normal entre 1889 e 1895

ANOS	HOMENS		MULHERES	
	Matrículas	Diplomas	Matrículas	Diplomas
1889	140	51	153	64
1894	41	19	89	35
1895	29	09	136	15

Fonte: TANURI, 1979.

De acordo com a autora, nessas três datas, a escola matriculou 378 mulheres e 210 homens e diplomou 114 professoras e 79 professores, por esses números ficou evidente o aumento da parcela feminina em relação à masculina, pois se observa uma grande diferença no percentual dos inscritos no curso. Desse modo, nota-se um delineamento de

<sup>4</sup> DEMARTINI, Zeila; ANTUNES, Fátima. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 86, p. 5-14, ago. 1993.

<sup>5</sup> TANURI, Leonor Maria. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo*. São Paulo: Publicação da Faculdade de Educação Estudos e Documentos, 1979.

um processo de feminização no magistério primário paulista, circunstância que se perdurou ao longo do século XX.

Esse processo também ocorreu em outros estados brasileiros, e na verdade serviu para dar contornos mais definidos à profissão docente. Isso foi possível, porque para as moças o ingresso na escola normal representou um novo caminho. Por outro lado, significou o acesso a uma profissão bem aceita socialmente, por se constituir em uma atividade passível de conciliação com os deveres da mulher na família e ainda por prevalecer em torno do ofício de professora uma ideologia da domesticidade vinculando educação e maternidade. De outra parte, o recrutamento feminino para o magistério primário apresentou-se como uma solução para o problema da mão-de-obra no ensino elementar que até então, não havia exercido atrativos à população masculina e, além disso, o trabalho feminino era mais barato<sup>6</sup>.

Ainda cabe destacar que na análise de Maria Lúcia Hilsdorf (1998), a inserção feminina na carreira docente é anterior à criação da Escola Normal em São Paulo. Em seu texto *Mestra Benedita ensina as primeiras letras em São Paulo (1828-1858)*, a autora assinalou que Benedita da Trindade e Lado de Cristo<sup>7</sup>, de 28 anos, solteira, após concurso público para a freguesia da Sé, assumiu “a primeira escola feminina provincial” em São Paulo, em abril de 1828, onde permaneceu por mais de 30 anos.

Um exemplo importante para observamos que no final do século XIX, o lugar público começa a ganhar um significado oposto ao do espaço privado. As ruas, que anteriormente eram lugares de convívio coletivos, deveriam ser mantidas limpas, pois agora adquiriam um novo *status*, passavam a ser governadas por um novo interesse, o interesse público, das elites que, nesse contexto, significa elites masculinas<sup>8</sup>.

Para a sociedade, o público era um local exclusivamente masculino. À mulher, cabia o reduto do lar, que também possuía domínios de acesso públicos e privados, tais como sala de jantar e salões, opostos a intimidade das alcovas. Nos salões e salas de jantar, a beleza das mulheres era a vitrine da riqueza e

<sup>6</sup> LOURO, 1985, 2000; SOUSA, 2000. *Op. cit.*

<sup>7</sup> Benedita da Trindade e Lado de Cristo seus conhecimentos deviam, muito possivelmente, derivar dos tempos em que permaneceu como educandas em recolhimentos ou conventos, o que lhe possibilitou “algum do mínimo das letras”.

<sup>8</sup> D'INCAO, M. Â. Mulher e a família burguesa. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

do poder do marido. Nesse espaço, como um troféu, podiam circular livremente, demonstrando a opulência de onde vinham.

Pelos ambientes e ocupações determinados para homens e mulheres, podemos observar que, os homens são os senhores do público. No entanto, gradualmente as mulheres tentam avançar e ultrapassar esses obstáculos constituídos culturalmente. Segundo Perrot:

essas divisões entre os sexos não são estabelecidas de uma vez por todas, apesar de relativas permanências, ressaltadas pelos antropólogos. Incessantes composições e recomposições de seus territórios desenhavam fronteiras móveis e imbricadas.

Em particular, a linha que separa o público e o privado, que os governantes haviam feito um modo privilegiado de gestão da cidade, modifica-se consideravelmente. O acesso das mulheres ao domínio público reforça-se, a ponto de se ter podido falar de “feminização do mundo”, já que essa “invasão” das mulheres às vezes provoca a angústia de seus parceiros, ansiosos com sua própria identidade.<sup>9</sup>

Esse processo de “feminização” demonstra o alargamento dessas fronteiras em todo o mundo. Isso ocorre não só pelas lutas de reivindicações das mulheres, mas também porque haviam vazios a serem preenchidos. É importante ressaltar que apesar dessa exigência social de mão-de-obra, vários estudos mostram que a ocupação dos espaços públicos pelas mulheres não ocorreu de maneira tranquila. Elas tiveram sempre que lutar contra discriminações. Para Rago:

as barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido — pelos homens — como “naturalmente masculino”.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> PERROT, M. *Mulheres públicas*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998, p. 92.

<sup>10</sup> RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 592.

Outra questão que a mulher precisou enfrentar no trabalho fora de casa, foi a da moral social. Tradicionalmente, as profissões femininas, por se realizarem em espaços públicos, eram sempre associadas à degradação e à prostituição. Como consequência, o trabalho fora de casa esteve sempre associado à ameaça da honra feminina,

muitos acreditavam, ao lado dos teóricos e economistas ingleses e franceses, que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresciam mais soltas, sem constante vigilância das mães.<sup>11</sup>

No Brasil do início do século XX, a frente feminista era composta, na maioria das vezes, por mulheres cultas e de classe econômica alta. Mesmo sem a obstinação das europeias e das norte-americanas, elas, a seu modo, lutaram, desafiando também a estrutura social em que viviam, conseguindo, com resistência, aquilo que reivindicavam. Por exemplo, o direito ao voto. Almeida aponta, a esse respeito, que:

A proposta de conceder o voto às mulheres tramitou no Congresso desde 1890, talvez inspirada na proclamação da República e nos ideais igualitários advindos dos liberais republicanos. Porém o movimento sufragista só tomou forma por volta de 1910, num processo pacífico e ordeiro, principalmente pelo fato de suas líderes pertencerem às elites oligárquicas. Mesmo assim, puderam obter esse direito somente em 1932.<sup>12</sup>

Mas foi diante da nova necessidade social de educação para todos, que a entrada da mulher na escola vai acontecer efetivamente. Por meio de um novo contexto social nota-se que as representações em torno da mulher, tanto na esfera privada quanto na pública, vão se modificando ao longo do tempo para atender às necessidades sociais que variam juntamente com a condição econômica e política do país.

E foi através das mudanças sociais e econômicas,

<sup>11</sup> *Idem*, p.585.

<sup>12</sup> ALMEIDA, J. S. de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. Araraquara: UNESP, 1998, p. 39.

e inúmeras reivindicações que as mulheres têm alterado essa situação ao longo do tempo, recriando e lutando contra o discurso que as reduzia ao lar, ao casamento e à maternidade, buscando impor-se ao mundo e ganhar seu espaço na vida pública. Elas têm hoje lugar garantido, mesmo que ainda restem alguns vestígios de um discurso que subjuga o feminino.

Após a década de 30, com o crescimento econômico desencadeado no país abriu-se novas oportunidades profissionais para as mulheres — secretária, enfermeira, assistente social -, que se firmaram como carreiras essencialmente femininas<sup>13</sup>. Contudo, o magistério primário permaneceu, ainda, como a profissão mais procurada pelas mulheres e bem aceita socialmente, sobretudo pelas famílias das classes médias da época. Como esclarecem Zeila Demartini e Fátima Antunes:

Ser professora era quase a solução para atender, de um lado, às necessidades econômicas e culturais das famílias, e, de outro, manter a imagem da mulher ligada à família — a escola era um prolongamento das lidas domésticas, do trato com as crianças. Era assim uma profissão que poderia, e, até, deveria ser incentivada entre as filhas.<sup>14</sup>

O magistério assim concebido não era uma característica exclusiva do contexto educacional brasileiro. De acordo com Michael Apple, o mesmo ocorria nos Estados Unidos e na Inglaterra. Nesses países, o magistério acabou sendo um símbolo de ascensão social para muitas mulheres pelo fato delas terem “muito pouca escolha ocupacional; e, “comparado à maioria das alternativas — lavanderia, costura, limpeza ou trabalho na fábrica — o magistério oferecia melhores condições de trabalho”<sup>15</sup>. Tanto nesses países como no Brasil é possível afirmar, de um modo geral, que a maioria dos egressos das escolas normais era formado por mulheres que, em boa parte, tornaram-se docentes, casaram-se e constituíram família, cumprindo os papéis femininos valorizados pela sociedade da época. Diante desse breve histórico da ocupação feminina na docência apre-

<sup>13</sup> DEMARTINI, ANTUNES, 1991 *Op. cit.*

<sup>14</sup> *Idem*, p. 97.

<sup>15</sup> APPLE, Michael. Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e ideologia. *CADERNOS DE PESQUISA*. São Paulo, n. 64, 1998, p. 19.

sentaremos algumas obras literárias que destacam esse movimento.

### **A presença do ser professora na literatura**

... a Guerra tinha matado o pudor. As mulheres dos grandes centros europeus imitavam os homens na sua liberdade sexual e nos seus hábitos. Nos Estados Unidos tinham levado a coisa mais longe. Não apenas fumavam, bebiam e dirigiam automóveis, mas também haviam conseguido o direito de voto, e, pior que tudo, começavam a fazer-se rivais do homem no mundo dos negócios e no da política.

(*O tempo e o Vento*, Erico Verissimo)

Na literatura, a mulher sempre foi um personagem presente, trazendo muitas vezes imagens contraditórias como a da virgem, da mulher idealizada, da bruxa, da jovem inocente, da sedutora, da mãe dedicada ou da dissimulada, adúltera, como as inesquecíveis Capitú e Helena, personagens de Machado de Assis. Ou até mesmo a indignação de Rodrigo Cambara personagem de *O tempo e o Vento* com as novas atitudes femininas. No entanto, não podemos deixar de considerar que, em sua maioria, as personagens dos romances eram construídas por homens, pois por muito tempo a autoria feminina é obscurecida dessas obras literárias.

Diante do pressuposto de que a linguagem é o eixo central nas práticas de representação, pois é por meio dela que são estabelecidas as relações no mundo e por meio dela é que os significados circulam. As representações são definidas pela linguagem como reflexo das relações culturais e sociais que são, na maioria das vezes, permeadas pelo poder que alguns indivíduos exercem sobre os outros, construindo discursos e, conseqüentemente, representações sobre as quais os envolvidos possam se posicionar e falar. Elas, as representações, refletem os interesses e os valores da cultura vigente, os significados produzidos por meio da linguagem dão voz a valores políticos e culturais de uma sociedade com a intenção de responder à demanda social. Como qualquer outro grupo social, professores e professoras foram

e são objetos de representações. Dessa forma, com o decorrer do tempo, várias características produzidas pelos discursos delinearam esses sujeitos, não apenas descrevendo-os ou refletindo-os, mas, antes de tudo, produzindo-os e constituindo suas práticas<sup>16</sup>.

É importante lembrar que a obra literária também é uma forma de linguagem e constitui-se em um material no qual podemos observar as relações sociais. Diante dessa perspectiva e de acordo com Costa<sup>17</sup>, tomaremos as obras literárias como discursos implicados em relações de poder, buscando demonstrar como certos discursos e estratégias são acionados no dispositivo da literatura para produzir histórias que nos falam, a partir de um lugar privilegiado.

Percebemos essas relações facilmente, pois quando fechamos nossos olhos e pensamos na “professora” cada um irá formar uma imagem, e como já dissemos anteriormente essa imagem que nos vem é fruto das representações que construímos sobre todas as coisas do mundo. E ao pensarmos sobre a “professora” temos uma imagem que foi constituída historicamente por histórias, retratos e comportamentos com os quais convivemos. Assim como já vimos não podemos esquecer que as mulheres são aceitas nas escolas por questões socioeconômicas, “ser professora” passa a ser uma profissão. A mulher inicia-se na docência ocupando cargo de professora primária, e sua presença nas escolas promove os homens dentro das instituições escolares, visto que eles continuam na escola, passando a ocupar cargos mais elevados (diretores e inspetores). Além disso, no início do exercício da profissão exigia-se o celibato, pois não era conveniente que as professoras se casassem, em princípio não conseguiriam dedicar-se ao lar e ao trabalho fora. Esse devotamento dá à profissão exercida pelas mulheres um ar religioso e vai também se refletir na remuneração oferecida pelo seu trabalho e dificultar reivindicações relativas a carreira e condições de trabalho. Veja-se, por exemplo, o texto Professora, extraído do livro didático de leitura: *Cenas Infantis*, para o segundo ano primário (s/d, p. 22):

<sup>16</sup> COSTA, M V. *O magistério e a política cultural de representação e identidade*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/neccso>>. Acesso em: 20 abr. 2004.

<sup>17</sup> *Idem*.

- Quanto ganha uma professora, papai?
  - Uma professora nunca recebe o que merece por seu trabalho, meu filho.
- Você já pensou em fazer um ordenado para a mamãe? Haveria dinheiro que pagasse a dedicação e o amor de uma mãe? Não haveria, não é verdade?
- Assim acontece com a professora. Não seria possível pagar-lhe o esforço e a dedicação em seu trabalho com a classe; preocupação que demonstra a cada aluno em particular. (p.22).

Focando nosso objeto de estudo quando extrapolamos a leitura de livros didáticos e percorremos a literatura brasileira nos deparamos com várias obras literárias que trazem como personagens as professoras, personagens essas que ajudam a reconstituir a memória da profissão docente.

Desse modo, num primeiro momento, observaremos alguns romances como produto social e cultural historicamente localizado, representando importantes testemunhos dos processos pelos quais a sociedade passou. Sem deixar de reconhecer, é claro, sua face artística e ficcional de valor indiscutível. Não temos a preocupação de indagar se as personagens apresentadas aqui, viveram como pessoas, visto que, a obra literária não se reduz a apenas um meio de comunicação, preocupado em transcrever e demonstrar o social, ao contrário a obra transcende os acontecimentos da estrutura social, pois, ela não possui nenhum compromisso com a veracidade dos fatos que relata, conta ou narra. Segundo Sevcenko<sup>18</sup>, “a literatura é antes de mais nada um produto artístico, destinado a agradar e a comover; mas como se pode imaginar uma árvore sem raízes, ou como pode a qualidade de seus frutos não depender das características do solo, da natureza, do clima e das condições ambientais?”.

Sob este aspecto, o autor é indissociável do tempo e dos acontecimentos históricos por ele vivenciados. Já no final do século XIX, a personagem da professora na obra *A Normalista*, de Adolfo Caminha apesar de não fazer parte do *corpus* aqui proposto, é um bom exemplo para observarmos que as mulheres que se põem a ocupar a docência pare-

<sup>18</sup> SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 29.



cem ter ações e atitudes que não condizem aos costumes da sociedade, elas apesar de estarem conquistando lugar no espaço público, numa atitude emancipada para a época, são, no contexto geral do romance, traídas pela sua sexualidade, a qual lhes permite serem frágeis, inseguras, insensatas e instintivas.

Hoje não há que fiar em moças pobres ou ricas. Todas elas sabem mais do que nós outros. Lêem Zola, estudam anatomia humana e toma [sic] cerveja nos cafés. Então as tais normalistas, benza-as Deus, são verdadeiras doutoras de borla e capelo em negócios de namoros. Sei de uma que foi encontrada pelo professor de história natural a debuxar um grandíssimo falo com todos seus apetrechos... (*A normalista*, Adolfo Caminha. p.60).

A possibilidade de desejo e prazer sexual parecem irreconciliáveis com a figura da mulher, mãe e esposa. A mulher deveria ter um comportamento exemplar sempre agindo com recato. O que podemos observar também no trecho seguinte do diálogo de Conceição e Vicente no romance *O Quinze*, de Raquel de Queiroz:

— Quando você entrou, tia Inácia estava dizendo que só a esperava de tarde.

— Ah! foi porque eu hoje estava com uma dor de cabeça enorme, e não fui para o Campo... Mas só ao ver você aqui melhorei...

Vicente riu, abanando a cabeça. Depois perguntou já sério:

— Foi por causa da doença que veio só?

Ela riu de novo:

— Só? Eu sempre ando só! Tinha que ver, de cada vez que fosse à escola, arranjar companhia...

— Pois eu pensei que não se usava uma moça andar só na cidade.

Dona Inácia juntou:

— Agora é assim... eu também estranhei... (*O Quinze*, Queiroz, 1977, p. 54).

Conceição é professora e trabalha na capital, aqui

fica explícito, o distanciamento das suas atitudes e do comportamento que deve ter uma moça solteira. A ênfase dada na necessidade de andar desacompanhada para ir ao trabalho marca sua posição como profissional. Os parentes estranham essa novidade. Na seqüência da conversa, destacam-se duas questões presentes no seguinte trecho:

Conceição continuava a rir:

— Mas eu, é porque sou uma professora velha, que vou para o meu trabalho! Uma mocinha bonitinha não passeia só não!

Ele ainda disse, levado pelo seu zelo de matuto:

— Pois mesmo assim, sendo professora velha, como você diz, se eu lhe mandasse, só deixava sair com um guarda de banda.... (Ibid; p. 55).

A primeira, tem a ver com o termo “professora velha”, utilizado por Conceição, para justificar a razão pela qual andava sozinha pelas ruas. Nesse discurso, está implícito a imagem da professora velha, que, contraposta à “mocinha bonitinha”, significa “professora velha e feia”. Como professora velha e feia, Conceição podia andar sozinha pelas ruas. Esse tipo de mulher tinha esse direito.

A segunda, diz respeito à resposta do primo que diz: “se eu lhe mandasse”. O emprego do verbo “mandar”, no trecho, faz referência à situação estabelecida entre pai e filha ou entre marido e mulher. O que o primo quer dizer é que se fossem casados e ele tivesse direitos sobre ela, ela não andaria sozinha. Nesse “mandar” incorpora-se o significado de posse, modelo da família patriarcal, no qual o pai tem plenos poderes sobre a vida e o comportamento das filhas até o casamento, depois o marido é quem desempenha essa função.

Apesar de seu relacionamento com Vicente, por quem demonstra algum afeto, Conceição não pensa em se casar, pois, com apenas 22 anos, já se considera velha, sem grandes atrativos e expressa tal fato literalmente:

Conceição tinha vinte e dois anos e não falava em ca-

sar. As suas poucas tentativas de namoro tinham-se ido embora com os dezoito anos e o tempo de normalista; dizia alegremente que nascera solteirona. Ouvindo isso, a avó encolhia os ombros e sentenciava que mulher que não casa é um aleijão...

— Esta menina tem umas idéias! (Ibid; p. 5).

Essa atitude causa estranheza na avó que, na palavra “aleijão”, explicita todo preconceito existente às mulheres que não se casavam. Sem a presença de um “senhor” para lhes cuidar, tornam-se um estorvo, uma doença. A palavra “solteirona”, no vocabulário de Conceição, reitera a sua visão de “professora velha” e complementa a imagem: “professora velha e solteirona” — discurso incorporado que, gradualmente, passa a fazer parte de sua vida. Louro<sup>19</sup> observa que “o trabalho fora seria aceitável para as moças solteiras até o momento do casamento, ou para as mulheres que ficassem sós — as solteiras e viúvas”. Comportamento este que pode ser observado no excerto acima.

Outra professora muito conhecida na literatura é Madalena personagem de Graciliano Ramos, do romance *São Bernardo*. Ser professora e ter frequentado a escola normal torna Madalena uma mulher diferente das outras, o que desencadeia uma rede de desconfianças e ciúmes do marido Paulo Honório. No trecho abaixo, Paulo Honório demonstra a representação que faz das normalistas:

Madalena contava fatos da escola normal. Depois vinha o arrefecimento. Infalível. A escola normal! Na opinião do Silveira, as normalistas pintam o bode, e o Silveira conhece instrução pública nas pontas dos dedos, até compõe regulamentos. As moças aprendem muito na escola normal. “Não gosto de mulheres sabidas. Chamam-se intelectuais e são horríveis. (*São Bernardo*, Ramos, p.122).

Não é só Paulo Honório, um matuto representante do homem do campo, acha que “as normalistas pintam o bode”, mas também Silveira, que morava na cidade e entendia de instrução pública, deixando claro que tanto no campo, quanto na cidade, as re-

<sup>19</sup> LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 452.

apresentações sobre a normalista eram as mesmas.

Os homens, e porque não dizer a sociedade em geral, ainda não estavam habituados com a presença da mulher no mundo do trabalho, presença essa marcada por Madalena. Uma mulher preocupada com os trabalhadores e com as possíveis maneiras de ajudá-los, o que a distância das ladainhas católicas como era o costume da época: “Qual seria a religião de Madalena? Talvez nenhuma. Nunca me havia tratado disso”. E ainda “Tenho portanto um pouco de religião, embora julgue que, em parte, ela é dispensável num homem. Mas mulher sem religião é horrível... Mulher sem religião é capaz de tudo”.<sup>20</sup>

A religião sempre esteve presente na vida das mulheres como uma maneira de conduzi-las e regrá-las. E Madalena longe das pregações e das rezas, preferia ter atitudes concretas para benefício do próximo, buscava ver de perto suas necessidades e interceder junto ao marido para a melhoria das condições de trabalho, relacionamento e salário dos trabalhadores da fazenda São Bernardo.

No romance até Madalena se meter onde não deve, tudo vai bem, mas com o desenrolar dos fatos vemos que, a educação feminina possibilita maior conhecimento das relações sociais, e da própria condição da mulher na sociedade, o que é motivo de admiração ou indignação. O fato de Madalena ter tido a oportunidade de ser instruída e trabalhar fora de casa, garantindo seu próprio sustento, coloca-a como diferente, um passo mal dado por Paulo Honório quando a escolhe como esposa, pois esse, devido ao ciúme, desconfia de todas suas atitudes e gestos, tudo por causa do que considera a maldita educação. “Eu tinha razão para confiar em semelhante mulher? Mulher intelectual”.<sup>21</sup>

Além de deixar claro o incômodo da educação feminina, no contexto do romance, a profissão docente é desprestigiada de todas as maneiras, sendo descrita como uma função sem muito valor. “Faz pena. Isso de ensinar bê-a-bá é tolice. Perdoe a indiscrição, quanto ganha sua sobrinha ensinando bê-a-bá?”.<sup>22</sup>

Outro romance, da geração de 30, que traz a personagem da professora é Mar Morto, de Jorge Ama-

<sup>20</sup> Ibid; p.120.

<sup>21</sup> Ibid; p.124.

<sup>22</sup> Ibid; p.77.

do. Nele a professora, D. Dulce é extremamente romaneada. Ela assim como as outras personagens perpetuam a figura da missionária, cuida dos meninos e meninas do cais como aos filhos que não teve. Preocupada com o desamparo em que homens, mulheres e crianças que vivem no cais, espera pelo milagre; o dia em que o mar estiver cheio de saveiros limpos, com marítimos bem alimentados, ganhando o que merecem. As esposas desses homens com futuro garantido, os filhos freqüentando a escola, não durante seis meses, mas todo o tempo. Depois, os filhos que tivessem vocação poderiam ir para a faculdade.

Apesar das particularidades das obras podemos observar que essas personagens possuem em comum alguns traços como características de abnegação e dedicação para o cuidado com as pessoas, a ponto de renunciar, muitas vezes, às suas aspirações pessoais, para dedicar-se somente à profissão.

Os romances estão recheados de “personagens professoras”. Nesse artigo apresentamos somente três, as quais fazem um bom recorte das muitas professoras presentes na literatura. Diante dessas personagens podemos perceber algumas regularidades na sua constituição. Essas regularidades são as maneiras como são constituídas, as dificuldades que enfrentam ao ocupar o espaço público, o que é dito sobre seu comportamento, ou o comportamento que deveriam ter.

Essas personagens possuem uma relação muito estreita com os interesses socioeconômicos, que diante da procura pela educação escolarizada, o reconhecimento da escola como agente educativo e o estabelecimento de Escolas Normais nas principais cidades do Brasil, impulsionam a ampliação da educação formal, atingindo parcelas cada vez maiores da sociedade, caracterizando a escola como instituição pública. No entanto ao retornarmos à essas personagens percebemos que apesar do dito sobre elas e sobre sua profissão ocupam lugares de resistência à submissão que lhes é atribuída. Conceição, Madalena e Dulce colocam acima de tudo o idealismo e o compromisso profissional. Distanciam-se do mito da mulher-mãe e esposa voltada para o mundo in-

terno do lar. Oscilam entre a sua condição feminina e o grande desejo de ir além dessas fronteiras construídas pelos discursos. E por isso, não conseguem conciliar a profissão com as funções que há muito lhes são atribuídas. As personagens estão presas e disciplinadas pelos discursos que vinculam as mulheres aos lugares privados, ficando visível o poder desse discurso. Essas professoras nunca se sentem realizadas, não conseguem se desprenderem do dito, sentimento que perpassa pelas três personagens, como podemos perceber neste pensamento de Conceição:

Afinal, o verdadeiro destino de toda mulher é acalentar uma criança no peito...

E sentia no seu coração o vácuo da maternidade impreenchida... "*Vae solis!*" Bolas!

Seria sempre estéril, inútil, só... Seu coração não alimentaria outra vida, sua alma não se prolongaria noutra pequeninha alma... Mulher sem filhos, elo partido na cadeia da imortalidade...

Ai dos sós... (*O Quinze*, Queiroz; p. 111).

As personagens apesar de fazerem resistência ao dito, sobre os lugares e as posturas sucumbem. E por essa resistência ao estabelecido, aparentemente vivem uma cisão entre a realização profissional e a pessoal, pois está impregnado nelas os comportamentos que devem seguir para não serem marginalizadas e como podemos ver Conceição, apesar de seus feitos profissionais não se sente completa, visto que não tem um filho, se considerando um elo perdido.

### Considerações finais

Conceição, Madalena e Dulce são uma parcela das muitas professoras presentes na literatura. Essas representações ajudam a explicitar o que foi veiculado sobre a mulher professora e a demonstrar como a profissão docente foi, ao longo do tempo, caracterizando-se como uma profissão predominantemente feminina. Surge em meio a representações muitas vezes contraditórias, pois a sociedade, quan-

do concede o acesso da mulher à escola, movida por necessidades históricas, políticas e econômicas, não consegue unir a figura tradicionalmente criada para uma mulher nova. Sem negar o papel de mãe e esposa, a sociedade acaba dando abertura para que surja uma série de discursos sobre o novo comportamento.

Tais discursos ora louvam a oportunidade da mulher estudar, ora solucionam os problemas das moças que não se casam e ora criticam os comportamentos por elas assumidos. Além desses discursos, essas mulheres enfrentaram e competiram com os homens que, por muito tempo, estiveram à frente da docência. No percurso histórico, por vários motivos, as mulheres acabam sendo maioria no espaço escolar, feminizando o magistério. Isso torna a profissão desvalorizada socialmente, devido à violência simbólica que subjuga o feminino. Todos que permanecem atuando nesse espaço são vítimas dessa violência, inclusive os homens professores.

No romance, as três professoras ocupam uma posição marginal e enfrentam não só a reação preconceituosa dos outros, como também a carga de convenções sociais que elas próprias introjetam. Essas personagens, representadas sem sexualidade, colocam acima de tudo o idealismo social e o compromisso profissional. Distanciam-se do mito da mulher-mãe e esposa voltada para o mundo interno do lar. Oscilam entre a sua condição feminina e o grande desejo de ir além dessas fronteiras simbólicas, construídas pelos discursos.

O destino dessas três professoras de papel parece indicar que o percurso das mulheres que ocupam novos espaços na sociedade, de alguma maneira cria impedimento para que desenvolvam as atividades e funções que há muito lhes são atribuídas, como ser mãe e esposa. Há uma cisão total entre a realização profissional e a realização pessoal, reforçando a crença de que o lugar da esposa e da mãe é o lar.

Conceição, Madalena e Dulce não podem ser felizes, pois compartilham o mesmo destino: convivem com a maioria subjugada e dividem com ela o anseio por justiça e o bem comum, talvez por isso sejam marcadas por idéias socialistas. “Chegara até

arriscar em leituras socialistas, e justamente dessas leituras é que lhe saíam as piores das tais idéias, estranhas e absurdas à avó”<sup>23</sup>. Paulo Honório faz dos conhecimentos de Madalena alimento para suas suspeitas e ciúmes, “Pensei nos meus oitenta e nove quilos, neste rosto vermelho de sobranceiras espessas. Cruzei descontente as mãos enormes, cabeludas, endurecidas em muitos anos de lavoura. Misturei tudo ao materialismo e ao comunismo de Madalena — e comecei a sentir ciúmes”<sup>24</sup>.

Da mesma forma, Paulo Honório, Vicente e os pescadores do cais também não podem ser felizes. Todos, sem distinção de sexo, raça e cor, têm essa sina, pois são prisioneiros do gênero que, atrelado ao discurso patriarcal, atribui-lhes papéis socialmente determinados e muitas vezes difíceis de se concretizar. Todavia, no embate de forças que se configuram dessa articulação, as mulheres e os homens têm lutado para marcar uma posição.

As atuações de Conceição, Madalena e Dulce revelam que, apesar de levarem uma vida na qual são marginalizadas, confirmam a importância da Escola Normal para as mulheres, ou seja, além de prepará-las para o magistério, abre-lhes perspectivas e oportunidades para uma vida intelectual e cultural mais rica, possibilitando-lhes a participação na vida social e política de sua comunidade.

Aquí buscamos mostrar alguns dos diferentes discursos que explicitavam como deveria ser a mulher para exercer a profissão docente, rompem barreiras e desestruturam representações, construindo uma metáfora das minorias. Assim, a movimentação dessas três personagens dos anos 30 parece preannunciar os movimentos femininos de reivindicação que surgiram nas décadas seguintes.

### Referências

- <sup>23</sup> QUEIROZ, R. *O quinze*. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977, p. 5.
- <sup>24</sup> RAMOS, G. *São Bernardo*. São Paulo: Livraria Martins, 1976, p. 121.
- ALMEIDA, J. S. de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. Araraquara: UNESP, 1998.
- AMADO, J. *Mar morto*. 79. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- APPLE, Michael. *Ensino e trabalho feminino: uma análise*



comparativa da história e ideologia. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 64, 1998, p. 14-23.

BAUAB, Maria Aparecida R. O ensino normal na Província de São Paulo: 1846-1889. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São José do Rio Preto, 1972.

CAMINHA, A. *A normalista*. São Paulo: Ática, 1982.

CANDIDO, A. M. S. *Literatura e sociedade*. 8. ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

COSTA, M V. *O magistério e a política cultural de representação e identidade*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/neccso>>. Acesso em: 20 abr. 2004.

DEMARTINI, Zeila; ANTUNES, Fátima. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 86, p. 5-14, ago. 1993.

D'INCAO, M. Â. Mulher e a família burguesa. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. Gênero e Magistério: identidade, história, representação. In: CATANI D. B; BUENO, B. D.; SOUSA, C. P. (Org.). *Docência, memória e gênero: estudos sobre formação*. São Paulo: Escrituras, 2000. p. 75-84.

\_\_\_\_\_. Magistério de 1º grau: um trabalho de mulher. *Educação e realidade*. Porto Alegre: v. 14, n. 2, p. 31-39, jul./dez. 1989.

PERROT, M. *Mulheres públicas*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

QUEIROZ, R. *O Quinze*. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

RAMOS, G. *São Bernardo*. São Paulo: Livraria Martins, 1976.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, I. R. de A. Professora. In: \_\_\_\_\_. *Cenas infantis*. Brasil, s.d.

SOUZA, Cynthia Pereira. *Práticas de leitura. Memórias de formação e relações de gênero: alguns estudos*. 2000. 182 f. Tese (Livre-Docência em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

TANURI, Leonor Maria. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo*. São Paulo: Publicação da Faculdade de Educação Estudos e Documentos, 1979.

VERISSIMO. Érico. *O tempo e o vento: o arquipélago III*. 17. ed. São Paulo: Globo, 1995.

# A magia como exercício de poder utilizada pelas mulheres fictícias nas metamorfozes de Lúcio Apuleio

Luciane Munhoz de Omena

**Resumo:** Nesse artigo analisamos as representações femininas construídas de algumas personagens do romance *Metamorfozes*, de Lúcio Apuleio que utilizavam, segundo a concepção do autor, a feitiçaria para benefício próprio. Suas atitudes geravam ainda descontrole social em uma extensão muito maior: afetavam a ordem pública nas cidades.

**Palavras-chave:** Mulher. Poder. Magia.

**Abstract:** In this article we analysed the female representations of some characters from the novel *Metamorphoses*, by Lucio Apuleio. According to the author's conception, these characters used to deal with witchcraft for their own benefit. This attitude generated a social chaos affecting the public order in the cities.

**Keywords:** Women. Power. Magic.

Nesse artigo, discutiremos as representações das personagens femininas retratadas no romance *Metamorfozes*, de Lúcio Apuleio, que se dedicavam às artes mágicas como forma de articulação, legiti-

*Luciane Munhoz de Omena.* Bacharela e Licenciada em História (UFOP), Mestra em História Social do Trabalho com ênfase em Política no século I d.C. na UNICAMP sob a orientação do prof. Dr. Pedro P. A. Funari, Doutora em História Social com ênfase em Antigüidade Clássica na USP, sob orientação do prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello e professora efetiva em História Antiga na Universidade Federal de Goiás. E-mail: lucianemunhoz34@gmail.com

Texto recebido: 07/03/2009. Texto aprovado: 13/05/2009.

<sup>1</sup> Apuleio nasceu entre os anos 114 e 125 d.C. e sua morte é datada entre 169 e 190 d. C.. Sua cidade natal é Madaura, província da África localizada entre Numídia e a Getúlia, como afirma o próprio autor em *Apologia* (XXIV, 1), quando diz: “quanto à minha pátria ela está situada entre os limites da Numídia e da Getúlia. Eu declarei de fato que era semi-númida e semi-getulo”. Em *Florida* (XX, 4-6), afirma que sua formação intelectual (música, retórica entre outras) foi realizada nas cidades de Cartago, Alexandria e Atenas e advogou em Roma, mas não obtendo sucesso retorna à África, conquistando honras e benesses. Uma evidência disto foi a descoberta de uma inscrição na Argélia, onde se lê: “Ao filósofo platônico, glória de sua cidade, os madaurenses dedicaram essa lápide às expensas do erário público” (*Inscriptios Latines de l’Algerie*, I, Paris, 1922, p. 2115).

Sua trajetória indica que pensa as estruturas sociais e as práticas de poder em relação às províncias. O elemento de definição da localidade é imprescindível, pois, tendemos a nos referir historicamente à cidade de Roma como se nos referíssemos à História Romana. Utilizamos aspectos específicos de uma determinada região como se falássemos do todo, perdendo assim, as variedades culturais ao optar pela homogeneidade social, política, econômica

mação e exercício de poder nas esferas sociais das províncias romanas<sup>1</sup>. Interpretamos o poder, tal como coloca Foucault (1986), a partir de mecanismos disseminados em que todos os agentes atuam e sentem seus efeitos, seus variados dispositivos, ou seja, estudamos o poder em todas as dimensões sociais, não apenas na relação vertical entre estado e sociedade, mas também de maneira horizontal, nas variadas formas de vivência cotidiana.

Para nossos propósitos, iremos focar a magia como um exercício de poder realizado entre as mulheres, pois, como bem coloca Ogden, a “prática geral da magia é enraizada na cultura feminina pela vinheta de Ovídio que mostra uma mulher velha ensinando magia a um grupo de garotas: elas aprendem a amarrar línguas com a ajuda do demônio Muta Tácita”<sup>2</sup>. Por um lado as personagens fictícias apuleianas não aparecem ensinando suas aprendizagens, por outro lado são retratadas como velhas estalajadeiras, as quais perseguem seus inimigos, roubam dos mortos cabelos, unhas ou feitiçarias como Panfilia à procura de seus amantes. Essa imagem tenebrosa é compartilhada igualmente em outras fontes como Circe, a sedutora, Medéia, a assassina ou Canídea e Sagana, de Horácio, que se reúnem no meio da noite em locais ermos “para escavar o solo com seus dedos em forma de garras, esquartejar um cordeiro negro, comer-lhe a carne e invocar os deuses infernais”<sup>3</sup>.

As autoridades romanas reprimiam algumas variedades de feitiçaria, sempre em oposição aos ritos públicos, ligados à religião oficial, e tais práticas eram vistas como ameaças à sociedade. Os imperadores temerosos por traições preocupavam-se pela fama de feitiçarias, as quais praticavam igualmente a arte da adivinhação, pois provocavam tanto a esperança nos inimigos quanto o medo nos veteranos. Além disso, os sacerdotes oficiais podiam manipular a interpretação do prodígio e o êxtase profético das matronas, consideravelmente perigoso em termos políticos.

A adivinhação não oficial foi praticada no âmbito da magia, embora tivesse característica diferenciada: a magia fundava-se em obrigar as forças so-

brenaturais a obedecer os homens, enquanto a outra destinava-se a atitude de temor e obediência a tais forças. Havia também pontos de encontros: ambas utilizavam a magia adivinhatória com a chamada necromancia, isto é, a evocação dos espíritos mortos e também a consulta às entranhas de mulheres e crianças<sup>4</sup>. Um exemplo de necromancia encontra-se na própria narrativa apuleiana: um dos personagens chamado Telifrão, conta a Lúcio que, precisando de dinheiro, submete-se ao serviço de uma vigília fúnebre para impedir o assalto tempestivo de feiticeiras, as quais roubavam as partes do morto com os dentes, para realizar, com este material, as suas artes mágicas (Livro II, XXI-XXX). No dia seguinte, no ritual público do enterro, o irmão do morto denuncia o assassinato de seu ente querido pela adúltera e o próprio cadáver, por interferência mágica, não só confirma o assassinato, mas conta acerca da mutilação do corpo do guardião por feiticeiras: metamorfoseadas em doninhas, chamando pelo nome do morto, atraem Telifrão, perdendo orelhas e nariz, para ser depois reconstituído com cera.

Essa historieta, embora tenha um perfil fantástico ainda se fundamenta na realidade vivida de Apuleio, pois, assim como ele e seus contemporâneos, acreditavam na eficácia da magia. Como bem pontua Bronislaw Baczko:

Através destes imaginários sociais, uma coletividade designa sua identidade elaborando uma representação de si; marca a distribuição dos papéis e das posições sociais; expressa e impõe certas crenças comuns, determinando especialmente modelos formadores como o do 'chefe'.<sup>5</sup>

As metamorfoses, a necromancia e outras técnicas eram partes constituintes do imaginário social, isto é, estavam mais próximos das percepções que os afetavam do que das concepções abstratas, as quais inibiam a esfera afetiva<sup>6</sup>. A feiticeira não era um mero ser abstrato, mas um ser dotado de vida e causador de temores na sociedade. A partir da atuação que se atribuía à feiticeira, criaram-se modelos

e cultural. Significa, de certa forma, esquivar-se da posição social dos agentes, dos micropoderes, dos símbolos e do modo como se organizam na sociedade (GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politéia*, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, 2003, p. 41-62).

<sup>2</sup> OGDEN, D.; LUCK, G.; GORDON, R.; FLINT, V. *Bruxaria e magia na Europa: Grécia antiga e Roma*. São Paulo: Madras, 2004, p. 75/6.

<sup>3</sup> Essa tradição literária da feiticeira perversa serviu de modelo para a construção cristã da bruxa como seguidora das trevas e do mal. RUSSELL, J. B.; ALEXANDER, B. *História da bruxaria*. São Paulo: ALEPH, 2008, p. 35.

<sup>4</sup> MONTERO, Santiago. *Deusas e adivinhas*. Tradução Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 1998.

<sup>5</sup> BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales: memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991.

<sup>6</sup> WUNENBURGER, Jean-Jacques. *O imaginário*. Trad. Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Loyola, 2007.

e crenças comuns que nos permitem compreender a natureza do poder, suas fundamentações, quem exerce e sobre o que é exercido e em quais circunstâncias deve ser efetivado.

A concepção mágica do universo faz uso de leis de aplicação universal e não se limita às coisas humanas. A religião se separa da magia, pois aquela responde pela crença em seres sobrenaturais, os quais regem conscientemente o mundo de acordo com sua persuasão. Além disso, a religião necessita de uma sacralização que ocorre a partir de uma hierofania, “a pedra sagrada, a árvore sagrada não são adoradas como pedras ou como árvores, mas justamente porque são hierofanias, porque revelam algo que já não é pedra, nem árvore, mas sagrado”<sup>7</sup>. Há uma necessidade de ritualização, pois o homem religioso “torna-se contemporâneo dos deuses, na medida em que reatualiza o Tempo primordial no qual se realizam as obras divinas”<sup>8</sup>. Em outras palavras, o homem religioso depende exclusivamente dos deuses e, portanto, da ritualidade. Enquanto a magia pressupõe que o curso natural não está determinado por ações de seres personificados, mas, sim, por operações de leis imutáveis. O mágico conhece essas leis e delas pode tirar proveito. A prática mágica é uma intervenção humana no cotidiano. O que faz a mágica é a intervenção do mágico nas leis naturais. De acordo com Gilvan, o estigma da feitiçaria:

independente de a mesma redundar na adoção de sanções jurídicas contra os seus agentes, é um fenômeno social recorrente e faz parte de um processo de afirmação dos próprios valores religiosos coletivos às expensas de outros, que são inferiorizados e rejeitados como bárbaros, estranhos e exóticos. O que se encontra aqui é uma clivagem entre formas superiores e, por isso, aceitas de religião e formas inferiores e condenáveis, pois, como bem observa Bourdieu (1974: 43), um sistema de práticas e crenças está condenado a surgir como feitiçaria “todas as vezes que ocupar uma posição dominante na estrutura das relações de força simbólicas, ou seja, no sistema das relações entre o sistema de práticas e de crenças próprias a uma formação social determinada.”<sup>9</sup>

<sup>7</sup> ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 15.

<sup>8</sup> *Ibid.* p. 74.

<sup>9</sup> SILVA, Gilvan Ventura da. *Reis, santos e feitiçeiros*. Constância II e os fundamentos míticos da Basílica (337-361). Vitória: EDUFES, 2003, p. 225.

O eixo central da narrativa apuleiana fundamenta-se na utilização da magia sem a intervenção divina e a punição sofrida pelo protagonista foi tornar-se asno, privando-se da fala. Assim, intensifica-se a consciência de seu sofrimento com o castigo externo das agressões corporais<sup>10</sup>. Tal consciência, como propõe Sérgio Vicente Motta,

é justamente dessa esfera de perdição que o personagem poderá retornar, porque o circuito da representação realista faz o destino do homem girar pelas voltas desse labirinto simbólico, cujo ponto mais alto de afloração é o das relações humanas, em que se depara, ironicamente, como prisioneiro do comando mitológico demoníaco<sup>11</sup>.

Essa esfera de realismo possui um traço indispensável e ambivalente: trata-se de um estado de transformação, mas ainda incompleto por aparecerem o estágio da morte e do nascimento<sup>12</sup>. No caso do protagonista, após todos os infortúnios, retorna à forma humana pela intervenção da deusa Ísis, fazendo-o aprender pelo sofrimento. Esse caráter regenerador é positivo: Lúcio entra para o colégio dos pastóforos da deusa é elevado à ordem dos decuriões.

Houve uma salvação no caso de Lúcio que, no entanto, é uma exceção: a representação realista retrata situações de degradação humana, os personagens são sempre dramatizados pela angústia, constituídos por um “idealismo heróico pela figura fragilizada do homem anti-herói, colocando em cena o drama de suas angústias particulares”<sup>13</sup>. Lúcio é um anti-herói, oscila entre os movimentos de queda e redenção, mas não é o caso das personagens femininas: estas são inseqüentes por utilizarem a magia sem a ritualidade, sem a permissão dos deuses, aliás, de forma independente, visando aos interesses próprios e, como parte de uma trama realista, as personagens sobrevivem causando desordens e não recebem sanções sociais.

Iniciemos então com a personagem Panfilia. O romance narra, na voz de um narrador-personagem<sup>14</sup>, a viagem de um jovem culto, aparentado pela linha materna com o filósofo Plutarco. Faz uma via-

<sup>10</sup> Como sugere Bakhtin, “o asno é um dos símbolos mais antigos e mais vivos do ‘baixo’ material e corporal, comportando ao mesmo tempo um valor degradante (morte) e regenerador. Basta lembrar Apuleio e seu *Asno de Ouro*, os mimos de asnos que encontramos na Antigüidade e, finalmente, a figura de asno, símbolo do princípio material e corporal nas lendas de São Francisco de Assis. A festa do asno é um dos aspectos desse motivo tradicional extremamente antigo”. Nesta situação de baixo corporal, o Asno-Lúcio passa por inúmeras dificuldades e volta à forma humana na festa dedicada à deusa Ísis. BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. Brasília: Universidade de Brasília, 1999, p. 67.

<sup>11</sup> MOTTA, Sérgio Vicente. *O engenho da narrativa e sua árvore genealógica*. Das origens a Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. São Paulo: Unesp, 2006, p. 218.

<sup>12</sup> BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. Brasília: Universidade de Brasília, 1999, p. 21.

<sup>13</sup> MOTTA, Sérgio Vicente. *O engenho da narrativa e sua árvore genealógica*. Das origens a Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. São Paulo: Unesp, 2006, p. 245.

<sup>14</sup> BRANDÃO, J. L. O narrador no romance grego. *Ágora*. Estudos Clássicos em Debate, 1, 1999, p. 31-56.

gem de negócios à Tessália e, por isso, é recomendado por seu amigo Deméias a hospedar-se na residência do senhor Milão. Este é um homem muito rico, mas de extrema avareza. Panfília é apresentada como esposa do hospedeiro da seguinte forma: “tem, uma esposa, companheira da sua calamitosa existência” (Livro I, XXI).

Panfília vive em relativo isolamento social, apesar de ser rica. Seu marido, além de avarento, é endinheirado: “É lá que mora o teu Milão, um homem que possui haveres em abundância, mas desacreditado por sua extrema avareza e sua sórdida baixaza” (Livro I, XXI). A situação de Panfília é financeiramente cômoda pelo fato dela se associar à fortuna do marido pelo casamento. Isso lhe proporcionava o ócio. Ela não precisa se ocupar dos filhos, pois não os teve. Utilizava seu tempo praticando a arte mágica, a qual lhe servia como uma forma de exercitar e ampliar sua autonomia. Seu marido desconhece tal informação, embora toda a cidade o soubesse. Quando Lúcio encontra a personagem Birrena, é advertido: “Guarda-te, guarda-te energeticamente dos perigosos artificios e da criminosa sedução dessa Panfília” (Livro II, V). A maga mantém sobre a cidade alguma proeminência, ainda que sob a base do medo. No livro II, Apuleio volta a condenar Panfília pela boca de Birrena:

Reparando num moço bonito e bem-feito, atraída por sua beleza, não tira dele mais nem os olhos nem os pensamentos (...). Mas aqueles que se mostram morigerados, e que, por seus desdêns, incorrem em seu desfavor, num instante ela os transforma em pedras, em carneiros, em quaisquer animais, sem falar daqueles que simplesmente suprime (Livro II, VI).

Essa crítica apuleiana refere-se pelo menos quatro pontos negativos: usar a feitiçaria por motivo tão baixo quanto à infidelidade: deixar os afazeres de dona-de-casa, confiando-lhes a escrava Fôtis, e até dando-lhe autonomia, a ponto de decidir sobre os seus próprios vínculos amorosos a concepção pejorativa sobre o adultério, pois, poderia causar a interrupção sangüínea da tradição e ao mesmo tem-



po afetar moralmente o considerado “sagrado lar”; e, por fim, a maior crítica encontra-se na postura passiva do marido, aliás, este lhe devota certa desatenção (Livro II, XII), enquanto a cidade sente medo pelo fato dela ser uma feiticeira. Esta desatenção é expressa no seguinte excerto:

Que chuva abundante teremos amanhã!” [Diz Panfília.]  
E como o marido lhe perguntasse como sabia, ela respondeu que era sua lâmpada que lho predizia. A estas palavras, riu-se Milão, dizendo: “Que famosa Sibila mantemos na pessoa desta lâmpada: do alto do seu candelabro, como de um observatório, ela contempla tudo que se passa no céu, e o próprio Sol (Livro II, XII).

Apuleio critica a utilização da magia para a conquista de fins particulares. As leis naturais eram universais e, por isso, não se devia intervir junto a elas para a realização de interesses privados. Há um paradoxo entre o significado da magia enquanto sistema religioso e saber técnico no plano vivido. O primeiro possui uma conotação de serenidade, respeito para com a divindade e *status* social ao sacerdote responsável pela prática do ritual mágico. Como acentua Carlos Roberto Figueiredo Nogueira, é perigoso acentuar a diferença entre magia e religião, pois, pode-se verificar ingredientes mágicos nos sistemas religiosos, quer dizer, “não há religião sem magia, ou magia que não contenha, ao menos, um grão religioso”<sup>15</sup>.

Magia e religião se miscigenam e se interpenetram, impondo, em uma instância, uma estrutura dialética sem a qual não existiria o conjunto sacro-profano, uma ordem moral — um *ethos* coletivo — e uma existência simbólico-imaginário aonde se inscreve a possibilidade de superação mental de uma realidade social. Em resumo, todo sistema religioso funciona em conjunto, ou não funciona.<sup>16</sup>

No livro XI, há uma passagem em que a deusa Ísis conversa com o protagonista, Lúcio: “Presta atenção às ordens que vais receber de mim, uma atenção religiosa” (Livro XI, V). As ordens religiosas re-

<sup>15</sup> NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. *Bruxaria e História: as práticas mágicas no ocidente cristão*. Bauru: Edusc, 2004, p. 23.

<sup>16</sup> *Idem*, p. 23.

feriam-se à transformação do Asno-Lúcio em homem, a qual ocorreria no dia seguinte em uma procissão à deusa. No cortejo os sacerdotes orientados por Ísis:

levarão na mão direita uma coroa de rosa amarrada ao seu sistro. Então não hesites: atravessa o cortejo, conta com a minha benevolência. Quando estiveres bem perto, docemente, como que para beijar à mão do sacerdote, colhe as rosas e, de repente, te verás despojado do couro dessa besta maldita que há muito me é odiada” (Livro XI, VI).

Temos, nesse cortejo, a realização de um ato mágico: a metamorfose de um asno em homem sob os auspícios da deusa Ísis e, assim, estabelece-se também um pacto de Lúcio com a deusa. O que é evidenciado nos ditames da deusa:

viverás feliz, viverás cheio de glória sob a minha proteção; e quando se acabar tua trajetória terrestre e desceres aos infernos, lá ainda, nesse hemisfério subterrâneo, a mim, que estás vendo aqui, encontrarás brilhando entre as trevas do Aqueronte e reinando sobre as moradas profundas do estige” (Livro XI, VI).

Temos, portanto, um entrelaçamento entre a religião e a magia pela transformação do asno em homem e pelo pacto de Lúcio com a deusa Ísis. Há, portanto, um forte entrelaçamento entre religião e magia por meio do pacto entre o mortal e a imortal, no caso a deusa Ísis. Mas nem toda atividade mágica ligava-se, diretamente, ao culto religioso. Tínhamos intervenções mágicas objetivando ações cotidianas, consideradas por Apuleio, fúteis como as previsões para bons dias de viagens, conquistas pessoais e até mesmo charlatanismo. A própria condenação da deusa contra Lúcio, tornando-o um asno deveu-se, justamente, a excessiva curiosidade de Lúcio, para manipular a magia por seus interesses particulares. Queria a todo custo transformar-se em ave, assim como Panfilia, por isso, declarou a Fótis que, caso seu desejo fosse concedido, tornar-se-ia seu escravo (Livro III, XXII). O que seria na concepção

apuleiana uma bestialidade: um homem livre tornar-se um escravo e ainda mais, escravo de uma mulher igualmente servil.

Panfília aproxima-se da magia como saber técnico, que não depende da intervenção de um deus. Apuleio constrói a trama em que Panfília atua de forma a colocar essa mulher em uma situação de irresponsabilidade frente aos segredos da magia. Ela não possuiria o senso de responsabilidade necessário para tanto. Fótiis lamenta-se: “Nós já somos mal vistas na cidade, como gente dada à ciência dos malefícios” (Livro III, XVI).

Nesse mesmo livro, Panfília usa dos cabelos do moço para fazê-lo apaixonar-se por ela. A maga faz uso das leis naturais para se beneficiar e não para algum propósito de interesse geral. É auxiliada por uma mulher ainda menos responsável que ela própria. Não fosse assim, Lúcio não teria sido transformado em asno. O autor madaurense demonstra-se contrário a esse tipo de utilização da magia. Mas há de se notar que é graças a ela que Panfília tem alguma autonomia. Por meio das artes mágicas, ele pode atuar para além do que lhe reservaria a vida no lar. Atacando o uso da magia para a conquista de amantes, Apuleio critica a autonomia de Panfília. Esta personagem diferencia-se das outras do mesmo nível social — Birrena, Psiquê e Caridade — porque praticava certo tipo de “atividade”, a magia, que lhe proporcionava autonomia perante a cidade e o esposo. Apuleio critica a maga Panfília e a põe como um modelo a não ser seguido pelas matronas da província.

Como fizemos com a Panfília, iniciaremos nossa análise com a personagem Fótiis, percebendo sua colocação no universo narrativo. O protagonista, ao descobrir que Panfília é iniciada nas artes mágicas, aproxima-se da escrava Fótiis pela qual já demonstrará ter alguma atração: “A fãmula Fótiis, podes resolutamente atacar. É uma bonita moça, gosta de rir e é viva. Ontem à noite conduziu ao teu quarto, te pôs no leito com gesto brando, retirou-se com pena, isso se lia no seu rosto” (Livro II, VII).

Não havia nada de excepcional em um homem livre ter um caso amoroso com uma escrava. Não se

permitia manter uma ligação afetuosa com uma matrona, símbolo do matrimônio e da fertilidade. Mas nos interessa, em particular, a atuação de Fótis na casa de seus senhores e a maneira pela qual envolve seu amante.

Responsável pela organização doméstica, ela mantém um alto grau de autonomia no interior da casa. Esta função cabe à matrona. Tamanha é a liberdade, que seduz um hóspede e mantém com ele um relacionamento amoroso sem que seus senhores saibam. Lúcio descreve como Fótis preparou o primeiro encontro: “a cama dos escravos tinha sido arranjada no chão, fora e longe do quarto, sem dúvida a fim de afastar qualquer testemunha dos nossos encontros noturnos” (Livro II, XV).

Além de seu desembaraço, na casa de seus senhores, observamos o seguinte diálogo entre Lúcio e Fótis:

Que fino cozido preparas! Feliz, sim certamente e favorecido pelo destino, aquele a quem permitires enfiar o dedo aí (...). “Salva-te, desgraçadinho, arreda-te para bem longe do meu fogão. Se a menor faísca te atingir, queimarás até a medula e ninguém extinguirá o braseiro, senão eu, que conheço as boas receitas e sei fazer dançar agradavelmente uma caçarola — e um leito” (Livro II, VII).

Fótis o envolve com muito erotismo e astúcia. Estas palavras emanam sensualidade e desejo. Em certa passagem, determina até o momento do ato sexual, “tem piedade de mim”, eu lhe roguei “socorre-me depressa. Como vês, minhas forças estão tensas à aproximação do combate que me anunciaste, sem proclamação do fecial” (Livro II, XVI).

Temos uma mulher distante das normas tradicionais, daquelas normas que atribuíam às mulheres apenas um papel submisso, em que um homem tudo controlaria e comandaria<sup>17</sup>. Especialmente para uma escrava. Além disso, Apuleio tem o cuidado de impor marcas ao diálogo erótico entre Fótis e Lúcio, isso se manifesta sob a égide das imagens sociais: o espaço da cozinha para a mulher — “sei fazer dançar agradavelmente uma caçarola — e um leito” — e

<sup>17</sup> ROUSELLE, Aline. *Por-néia: sexualidade e amor no mundo antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1984; VEYNE, Paul. *História da Vida Privada: do Império Romano ao Ano Mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; FINLEY, M. I. *Aspectos da Antigüidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

as imagens cívicas para o homem — “minhas forças estão tensas à aproximação do combate que me anunciastes, sem proclamação do fecial”. Instituiu-se, portanto, as ocupações e responsabilidades, que compete a cada um dos dois na sociedade. Como acentua Daniel Barbo em sua obra intitulada — *O triunfo do Falo: homoerotismo, dominação, ética e política na Atenas Clássica*:

as tipologias eróticas antigas geralmente derivavam seus critérios para categorizar as pessoas não de sexo, mas de gênero. Os antigos tendiam a interpretar o desejo erótico como normativo se esse desejo impelisse o ator social a se conformar com o seu papel masculino convencionalmente definido, ou como desviante, se o impelisse a violar esse papel.<sup>18</sup>

Mesmo em se tratando de tipologias eróticas na Atenas Clássica, tal interpretação pode ser associada à forma com que Apuleio torna ainda mais ridículo o comando de Fótis: a caçarola domina as armas e o autor madaurense, horrorizado, tenta alertar seus contemporâneos. O que está em jogo é uma inversão de valores: primeiro, uma mulher e de condição servil domina um homem e, não qualquer um, por tratar-se de um cidadão romano; e, em segundo, essa relação o conduz a uma “passividade erótica” sendo, portanto, uma forma servil de prazer pelo fato dela se constituir, “no caso greco-romano, um ato degradante para um cidadão, enquanto a atividade afirmava a sua superioridade e sua masculinidade”<sup>19</sup>.

A mulher, ao concentrar sua atuação social em casa, não estaria menos apta à busca de maior autonomia individual. Segundo Marilena Chauí (1981), a coação se efetiva, de fato, quando definimos:

o espaço privado não como espaço da privacidade e da intimidade, mas como lugar da privação. Estar (...) circunscrito ao espaço privado é estar privado da relação com os outros pela palavra e pela ação na construção e nas decisões concernentes ao mundo comum, i. e., à existência política.<sup>20</sup>

<sup>18</sup> BARBO, Daniel. *O triunfo do falo: homoerotismo, dominação, ética e política na Atenas clássica*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008, p. 29.

<sup>19</sup> *Idem*, p. 47.

<sup>20</sup> CHAUI, Marilena. *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991, p. 33.

A historiografia representa satisfatoriamente esta definição ao afirmar que as romanas eram vítimas dessa privação, por ser em um apêndice doméstico do homem. Raras vezes se subtraíam à sua posição de *domina domi* e, quando o faziam, era para prejuízo do “bem público”. Contudo, observamos claramente as reações de transgressão da personagem Fótis, que se mostra distante do ideário de mulher submissa. Ao se valorizar apenas a atuação político-institucional como signo de autonomia social, a historiografia deixa de apreender as estratégias de afirmação feminina, as quais alimentam outros espaços de ação social.

Em outra passagem, Fótis participa da preparação de um ritual ao deus Riso, sendo Lúcio a vítima de ridículo. Esta festa consistia em aplicar uma brincadeira a um visitante, na qual toda a comunidade participava com o objetivo de dar muitas gargalhadas. Porém, ao terminar a festa, nosso protagonista, fica aborrecido por ter sido enganado pela amante (Livro III, XIII). Neste ponto, Lúcio impõe a Fótis uma tomada de decisão: por um lado, ela tem o conhecimento do interesse de Lúcio pelas artes mágicas e, se revelasse os segredos de sua ama, não perderia o amante (Livro III, XIV); por outro lado, arrisca-se, ao trair Panfilia, revelando a Lúcio seus segredos.

Isso significa uma aposta: trocar uma situação mais estável por outra instável. O relacionamento com Lúcio era proveitoso, devido à possibilidade que lhe abriria de comprar sua liberdade. Como liberta, poderia ser concubina, pois na condição de escrava a legislação romana não permitia este tipo de união. As concubinas eram mulheres com as quais os homens, casados ou não, dormiam habitualmente. Não se permitia, contudo, que um homem casado tivesse mais de uma concubina. O concubinato precisava também se parecer em tudo com o casamento e a concubina devia ser livre.

Na realidade, Fótis busca proteção material e melhoria da sua posição social, ou não equivaler-se a Lúcio, mas promover-se. Estamos em uma sociedade que valorizava as hierarquias sociais; um universo que privilegia um grupo limitado de pessoas,

os cidadãos, grupo em que não se integra um número considerável de indivíduos. Fótis, como escrava, não poderia ser sequer concubina de Lúcio. É muito natural a estratégia de Fótis de buscar ligar-se a Lúcio. Para lograr seu intento, ela teria que ser liberta com condições materiais mínimas à sobrevivência, contando, para isso, com o auxílio do amante poderoso. Daí sua aposta na intensificação de seus laços com Lúcio com risco de perder a confiança da senhora e a autonomia de que gozava naquela casa.

Essa estratégia é adjacente àquela vivida por outra personagem do romance, a “esposa do jornalista”: vive inserida no núcleo masculino, usando da união matrimonial como estratégia de afirmação social. Utiliza-se da condição de dona-de-casa para conseguir sua autonomia afetiva, mantendo amantes e afastando-se, pelo casamento, do modelo de dominação que deveria coibir tal comportamento. Fótis é sensível à idéia da utilização da união com um homem de boa posição social como forma de “alcançar” uma nova situação social. Assim, ambas utilizam os mecanismos que deveriam oprimi-las e controlá-las para escapar ao controle e à opressão. É essa perversão que Apuleio quer atacar.

Iniciemos, por fim, a análise da personagem Méroe. Lúcio, ao fazer a viagem à Tessália, conhece um homem chamado Aristômenes que lhe conta a seguinte história: guiado pelo desejo de comprar queijo fresco mais barato, em Hípata, encontra o amigo Sócrates, cuja a família dava-o por morto. Estando Sócrates em total miséria, leva-o a um estabelecimento de banho, dá-lhe um bom repasto e o abriga em uma estalagem. Em seguida, Sócrates conta-lhe que tinha fugido das garras de uma terrível mulher. Ao voltar da Macedônia a trabalho, resolve parar em Larissa para assistir a um espetáculo de gladiadores, quando um bando de ladrões o atacou. Sem ter para onde ir, pediu ajuda a uma velha estalajadeira, Méroe. Ela consente em ajudá-lo. Contudo, Méroe o faz por ter se apaixonado por Sócrates, a quem reterá, contra sua vontade. Esse se vê indefeso. Ele descobre, tarde demais, que a estalajadeira é uma poderosa feiticeira. Mantinha a cidade sob seu domínio pelo pavor generalizado, pois os citadi-

nos temiam ser vítimas de sua feitiçaria. Graças a tais poderes, Méroe ouviu a conversa entre Sócrates e Aristômenes. Irrada com o relato do amante, mata-o sem que Aristômenes pudesse reagir à violência.

A feitiçaria realizada pela personagem Méroe pode ser caracterizada por dois componentes: um primeiro é a relação com o ofício que permite à personagem apuleiana, sendo estalajadeira, utilizar-se da arte mágica para afastar seus concorrentes. Como pontua Ogden:

a profissão dos estalajadeiros predomina, o que é justificável diante de sua antiga reputação como barulhentos, tagarelas e vulgares; a distinção entre estalajadeiros e donos de bordel era vaga, e estes geralmente eram mulheres.<sup>21</sup>

Outro componente seria a magia relacionada ao erotismo de mulheres, assim como Méroe e Panfilia, que se utilizavam das artes mágicas para a conquista de seus amantes através de placas pré-incritas, pedaços exumados de corpos humanos e pregos de crucificação, ainda com fiapos de carne presos a eles (Livro II, 28,30; III, 17). Certamente, “um poder mágico era conferido a esses objetos por intermédio de sua associação com a morte e a catástrofe, bem como pela dificuldade de sua aquisição”<sup>22</sup>.

Tais práticas eram consideradas ilícitas e, portanto, passíveis de punição; não é sem motivo que o próprio Apuleio é acusado de ter enfeitado Pudentila, sua esposa, para casar-se e se apropriar de sua riqueza. Sua defesa encontra-se na obra *Apologia* em que utiliza, como principal argumento, o fato de que, como filósofo, interessava-se por todos os fenômenos, mesmo os mais bizarros. Seu argumento venceu as autoridades, caso contrário, teria sido condenado à morte. Méroe, da mesma forma, é acusada por Sócrates por ter desestabilizado a ordem social de toda uma cidade, controlando-a por meio da magia (Livro I, X).

A personagem Méroe é representada no universo cotidiano como uma figura aparentemente atípica dentro do quadro construído por Apuleio, pois suas ações são completamente independentes do domí-

<sup>21</sup> OGDEN, D.; LUCK, G.; GORDON, R.; FLINT, V. *Bruxaria e magia na Europa: Grécia antiga e Roma*. São Paulo: Madras, 2004, p. 50.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 32.



nio masculino. Nenhuma outra personagem foi apresentada assim. Méroe desvia-se do costume de vínculo matrimonial, o qual era considerado um dever cívico ou do concubinato. Isso, a princípio, causa estranheza em uma sociedade em que, a partir da proeminência social consolidada no nível doméstico, a mulher podia se impor noutros espaços de sociabilidade. É isso o que ocorre com todas as mulheres do romance. Psiquê, por exemplo, em seu conto, tem todo o relato que a envolve permeado pelo conflito que se estabeleceu em função do fato de não conseguir uma união conjugal (Livro IV, XXXII). Méroe, contudo, não é casada, vive rodeada de amantes e ainda pior, utiliza a magia para meios escusos (Livro I, VII).

Apuleio, ao representá-la de forma distinta, apresenta-nos igualmente uma preocupação quanto às mudanças de sua época. Méroe parece ser aos olhos do autor, o modelo do que se tornariam as mulheres, caso continuassem as práticas identificadas com as personagens Fótiis e a Panfilia. Logo, a sociedade romana, segundo o autor, desgastar-se-ia pelas atitudes incoseqüentes das mulheres.

Portanto, o pensamento apuleiano baseia-se numa retomada dos antigos valores morais, os quais estão se diluindo e dando lugar a inúmeros adultérios, casamentos instáveis e evidencia a utilização da magia como forma de manipulação de poderes superiores sem o auxílio dos deuses. Apuleio, contudo, mais do que recriminar as atuações de autonomia feminina faz uma crítica tenaz ao descaso masculino. O romance é uma forma de precaução e advertência quanto aos rumos do declínio que vem ocorrendo no universo romano. Em especial, enfatizado pela mudança de comportamento das mulheres. Tal alerta perpassa tanto a postura de Méroe, a qual vive completamente afastada do núcleo masculino, quanto as outras duas que, mesmo vinculadas à idéia de casamento e concubinato, servem-se delas para interesse próprio, desvirtuando sua finalidade social. Portanto, Méroe representa o caso limite a que se chegaria se os homens nada fizessem; Fótiis e Panfilia mostram imagens de mulheres que surgiam em razão dos homens não as controlarem.

## Referências

### Documentação textual:

Apuleio, Lúcio. *O asno de Ouro*. Tradução Francisco Antônio de Campos. Portugal: Europa-América, 1990.

\_\_\_\_\_. *Oeuvres complètes d'Apulee*. Trad. Henri Clouard. Paris: Librairie Garnier Frères, 1997.

\_\_\_\_\_. *Opusculs philosophiques et fragments*. Texte établi, traduit et commenté par Jean Beaujeu. Paris: Les Belles Lettres, 1973.

\_\_\_\_\_. *Apologie, Les Florides, Traités philosophiques*. Traduit Henri Clouard. Paris : Garnier, s/d.

### Obras gerais:

BAKHTIN, M. A. *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

BARBO, Daniel. *O triunfo do falso: homoerotismo, dominação, ética e política na Atenas Clássica*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales: memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991.

BRANDÃO, J. L. O narrador no romance grego. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, 1, 1999, p. 31-56.

CHAUÍ, M.. *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FINLEY, M. I. *Aspectos da Antigüidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politéia*, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, 2003, p. 41-62.

MONTERO, Santiago. *Deusas e adivinhas*. Tradução Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 1998.

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. *Bruxaria e História: as práticas mágicas no ocidente cristão*. Bauru: Edusc, 2004.

OGDEN, D.; LUCK, G.; GORDON, R.; FLINT, V. *Bruxaria e magia na Europa: Grécia antiga e Roma*. São Paulo: Madras, 2004.

RUSSELL, J. B.; ALEXANDER, B. *História da bruxaria*. São Paulo: ALEPH, 2008.

ROUSELLE, Aline. *Pornéia: sexualidade e amor no mundo antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, Gilvan Ventura da. *Reis, santos e feiticeiros. Cons-tância II e os fundamentos míticos da Basiléia (337-361)*. Vitória: EDUFES, 2003.

VEYNE, Paul. *História da Vida Privada: do Império Romano ao Ano Mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. *O imaginário*. Trad. Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Loyola, 2007.



# Personagens femininas nas comédias de Aristófanes: contribuições para os estudos de gênero na antiguidade grega

Giselle Moreira da Mata

**Resumo:** O objeto deste artigo se direciona para a contribuição que as personagens femininas de algumas obras aristofânicas oferecem, no sentido de auxiliar nos estudos relativos ao gênero na Antiguidade, na medida em que extraímos delas questões importantes para as discussões ligadas ao feminino na Atenas clássica.

**Palavras-Chave:** Aristófanes. Gênero. Cidadania. Comédia Antiga.

**Abstract:** The object of this paper is directed to the contribution that the female characters, some works of Aristophanes offer, to assist in studies on gender in antiquity, in that it drew important issues for discussions relating to women in classical Athens.

**Keywords:** Aristophanes. Gender. Citizenship. Old Comedy.

Durante o período Clássico, particularmente no século V a.C., a cidade de Atenas acolheu em seu seio uma das maiores expressões do teatro na Antiguidade, o comediógrafo Aristófanes, que se notabilizou como o principal representante da comédia antiga. Seus trabalhos se caracterizaram por traduzir de forma crítica a realidade social, cultural, política e religiosa da sociedade ateniense clássica. Nas-

*Giselle Moreira da Mata.* Professora, Historiadora Graduada, Especialista e Mestranda pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: giselle\_da\_mata@hotmail.com

Texto recebido: 30/03/2009. Texto aprovado: 13/05/2009.

ceu na cidade de Atenas por volta de 457 a.C., mas são poucos os dados que possuímos acerca de sua vida. O que sabemos ao certo é que se trata de um homem de grande cultura literária e artística, que se destacou entre os estudiosos do mundo antigo, em meio aos mais brilhantes autores de peças teatrais da Antiguidade grega. Suas sátiras atingiam a todos, aos políticos, aos fatores que desencadearam a Guerra do Peloponeso, aos cidadãos, às instituições da cidade, aos tragediógrafos, aos sofistas e as mulheres.

Sabendo disto, nos voltamos especialmente, para a representação da esposa do cidadão ateniense em algumas peças teatrais do autor. Suas personagens femininas abrem espaço para discussão da cidadania democrática ateniense. Através do teatro aristofânico emerge a possibilidade da análise da relação entre a cidadania e as mulheres. As obras selecionadas neste estudo proporcionam um debate concernente à presença feminina fora do *gineceu*, destacando seus mecanismos de atuação social para coesão e estrutura poliade. Desta maneira, analisamos a participação e a integração do segmento, também conhecido como Mélixa, principalmente por intermédio da lei Pericliana de 451-450 a.C., que restringiu a cidadania a filhos de pais e mães atenienses Eupátridai, bem como em ritos oficiais cívicos, espaço público em que destacamos a presença das Melissai, tendo em vista o importante papel que desempenhavam nestes festivais. Como aponta Claude Mossé, a esposa do cidadão ateniense, a Mélixa, pertencia a um grupo de indivíduos que pertenciam à aristocracia ateniense, parte minoritária da população formada por proprietários de terras, de escravos e de direitos políticos. O cidadão, o *Polítês*, era aquele que fazia parte da cidade, *koinonía tôn politôn*, cujo título lhe permitia fazer parte das Assembléias do *demos*, no que poderíamos designar de participação política, isto é, a tomada das decisões ligadas a sua comunidade.<sup>1</sup>

As esposas legítimas, *Gynaikes*, eram aristocratas e viviam mais reclusas que as demais. Normalmente suas atividades cotidianas estavam associadas ao trabalho doméstico, reprodução dos herdeiros

<sup>1</sup> MOSSÉ, Claude. *As instituições gregas*. Lisboa: Edições 70, 1985, p. 33.

ros legítimos, à exclusão política, econômica e intelectual, à privação dos prazeres sexuais, entre outros. Quanto à questão sexual deviam se situar no interior da relação conjugal e seu marido devia ser o parceiro exclusivo. Elas se encontravam sob o poder do cônjuge, cabendo dar-lhe filhos que seriam seus ulteriores e futuros cidadãos de Atenas. O *status* das mulheres casadas lhes impunha regras de conduta que eram de uma prática sexual estritamente conjugal. Quanto ao cidadão, ele era limitado, em relação à esposa, a certo número de obrigações. Ao homem casado não se permitia contrair outro casamento, mas nenhuma relação sexual lhe era proibida em razão do vínculo matrimonial. Podia frequentar prostitutas, rapazes e escravos.

Aristófanes escreveu inúmeras obras. Todavia, tudo que possuímos e o estado em que chegaram até os dias atuais constituem apenas uma pequena parte do que ele produziu<sup>2</sup>. Temos conhecimento entre nós de cerca de onze peças. Janete Teresinha Weigel e Maraysa Luciana Vicentini no artigo, *Fios que Tecem a Crítica Aristofânica*, informam que o comediógrafo foi vencedor de vários concursos dramáticos. Escreveu cerca de quarenta e quatro comédias, das quais apenas onze foram preservadas. São elas: *Os Acarnenses*, *Os Cavaleiros*, *As Vespas*, *A Paz*, *Lisístrata*, *As Nuvens*, *As Mulheres que Celebram as Tesmophorias*, *As Rãs*, *As Aves*, *Mulheres na Assembléia* e *Pluto*.<sup>3</sup>

Optamos neste artigo pela utilização de três obras aristofânicas completas, que se caracterizaram pela variedade de temas e personagens relacionados ao universo feminino. Por meio da documentação textual selecionada, desenvolvemos um estudo resgatando, a partir das personagens femininas aristofânicas, elementos que nos conduziram a reflexões destinadas à compreensão do feminino e de sua participação no interior da *polis* ateniense durante o período clássico. Optamos pelas peças: *Lisístrata*, *Assembléia das Mulheres* e *As Mulheres que Celebram as Tesmophorias*, datadas de entre 392 a.C. e 411 a.C., apresentadas nos festivais dionisíacos *Leneias* e *Grandes Dionisíacas*.

A *polis* ateniense se caracterizou por negar a parti-

<sup>2</sup> Cerca de onze peças.

<sup>3</sup> VICENTINI, Maraysa Luciana; WEIGEL, Janete Teresinha. Fios que tecem a crítica Aristofânica. *Revista Risco*, v. 03, p. 42-46, 2003.

cipação direta das mulheres nas questões que envolviam, em especial, o âmbito político. Elas ocupavam em Atenas um lugar discreto, renegadas ao segundo plano. Porém, com o surgimento do regime democrático, alguns vestígios de sua existência e atuação nos quadros da *polis* foram observados. O feminino era composto por algumas categorias, sobre as quais neste artigo, como já mencionamos, predomina o interesse particular pelas esposas legítimas. Representadas nas comédias de Aristófanes, eram cônjuges e mães dos cidadãos atenienses, representando a Mélissa, modelo feminino confinado ao *gineceu*, excluída de qualquer gestão política ou jurídica.

Existem inúmeros estudos, bem como controvérsias relativas à atuação feminina na sociedade ateniense clássica. Sua exclusão é tratada na historiografia contemporânea, de forma a acreditarmos que o fato de não participarem diretamente na política, não significava que eram totalmente excluídas da vida pública, portadoras, portanto, de uma cidadania indireta. Recorremos ao exemplo de Aspásia de Mileto, estrangeira e esposa de Péricles, que segundo muitos pesquisadores, contemporâneos ao período ou modernos, influenciou o marido, em especial, quanto às decisões relativas à Guerra do Peloponeso<sup>4</sup>. Com efeito, podemos concluir sobre a possibilidade das esposas terem oferecido assistência aos seus maridos, cuja opinião no âmbito privado, poderia ter refletido em suas decisões nas assembleias. Devido a sua importância no seio da família, não devemos negar à mulher helênica a capacidade de influenciá-la. Isto fica claro, por exemplo, em trechos da peça *Assembleia das Mulheres*<sup>5</sup>. Com notoriedade, o feminino aristofânico consegue persuadir os maridos quanto às decisões tomadas nas Assembleias. O que nos remete a admitir a presença feminina, mesmo que indireta, em assuntos ligados à política. O fato de conversarem com seus cônjuges lhes fornecia aprendizados relativos à política, e a forma de se portar semelhante ao homem, o que lhes garantia o entendimento para julgar as decisões. Esta afirmação pode ser visualizada na fala da protagonista de *Assembleia das Mulheres*, chamada Praxágora: “Ao invés de conversar com meu marido sobre

<sup>4</sup> MOSSÉ, Claude. *Péricles: O inventor da democracia*. São Paulo: Estação Liberdade, 2008, p. 112.

<sup>5</sup> ARISTHÓPHANE. *L'Assemblée des Femmes*. Trad. H. Van Daele. Paris: Les Belles Lettres, 1930. *Tome V*.



a carestia da vida e os defeitos das empregadas, eu pedia a ele para me contar o que se passava na assembléia (...).<sup>6</sup>

Diante disto, as idéias organizadoras da estrutura política do mundo antigo trazem em si posições contraditórias em relação às competências femininas atuantes como sujeitos sociais. O fato das mulheres poderem ter ocupado lugares significativos no interior da *polis* é um dos principais debates que se impõem quanto aos preceitos que as excluíram totalmente da vida pública. Sabemos que, presentes em diferentes instâncias sociais, sendo aprovadas ou rejeitadas pelo público masculino, é difícil não reconhecê-las para a integração da ordem que buscavam manter em Atenas. Ainda nas vias da investigação do feminino, notamos sua atuação nas festividades religiosas, na quais ocuparam importante notoriedade. Excluídas diretamente da política, elas se integravam por intermédio do matrimônio e pela lei de Péricles. Assim, adquiriam uma cidadania, mesmo que de forma indireta e não institucionalizada. Nesta perspectiva, as mulheres em Atenas aparecem sobre novos horizontes negando os determinismos que as enquadraram apenas como esposas e mães, reclusas no ambiente doméstico, sem avaliar sua relevância e participação na estrutura, identidade e coesão poliade.

Na primeira obra, *Lisístrata*, apresentada nos últimos anos da Guerra do Peloponeso, Atenas vivia uma situação crítica. A comédia traz um apelo pela paz. Nela, atenienses e espartanos estão envolvidos na Guerra do Peloponeso. As mulheres já estavam cansadas de sofrer pela perda de seus maridos nos campos de batalha. Para acabar definitivamente com esta situação, a ateniense Lisístrata sugere duas ações sobre as quais se desenvolve toda a peça. A tomada da Acrópole e a realização de uma greve de sexo unindo as mulheres de Atenas e outras cidades gregas, para alcançar o propósito de terem os homens de volta, mesmo que para isso tivessem que lutar contra seus próprios desejos sexuais. Apesar da defesa dos guerreiros, a peça permeia entre jogos de sedução e disputas pelas quais acaba vencendo a sabedoria feminina.

<sup>6</sup> *Ibidem*, v. 82-83.

Nesta peça, o elemento sexual apresentou-se como um forte instrumento para a conquista de seus interesses. Num jogo permanente de sedução, de avanços e de recuos, a trama foi finalizada com a vitória das mulheres, materializada num acordo de paz entre Atenas e Esparta. *Lisístrata* de Aristófanes é a primeira grande obra pacifista da história da qual se tem notícia, onde encontramos a discussão de temas tão sérios quanto os contemporâneos, como a paz, as mulheres, a democracia, o amor à pátria e o preço da guerra. Nesta obra, vários recursos cômicos foram utilizados pelo autor, apresentando situações ridículas, caricaturas de personagens reais, ironias, trocadilhos, mal-entendidos, exageros e neologismos. Segundo Pierre Grimal:

A comédia de Aristófanes, em certos aspectos, tem a função de uma imprensa de oposição. Ao serviço de um ideal político (o conservadorismo, o respeito pelos valores, que, ao tempo das guerras Medo-Persas, tinham feito furor em Atenas, mas também o respeito pela vida humana, o horror a guerra, o sentimento muito forte dos prazeres da vida) o autor denuncia tudo o que contrário ao interesse da cidade e ao espírito humanista.<sup>7</sup>

As críticas do poeta atingiam a todos: os chefes políticos, a Assembléia, os tribunais e os juizes, os militares, os tragediógrafos, os filósofos, os velhos, os jovens e as mulheres. As intenções morais por trás das críticas eram muito sérias. O poeta defendia sempre os valores antigos, a vida rural e, especialmente, a paz tão desejável durante a Guerra do Peloponeso. Dividindo o protagonismo com Lisístrata em algumas situações, encontramos a personagem espartana Lampito. Como Lisístrata, Lampito possui uma intervenção mais decidida, em virtude de dirigir Esparta sob o mesmo plano executado em Atenas por sua amiga, convocando as mulheres espartanas a um jejum sexual que obrigasse aos homens a concessão da paz. Percebemos que entre Lampito e Lisístrata ocorreu um paralelismo. Ela representa a própria Lisístrata em Esparta. Como uma espartana desconfiava do sistema democrático ateniense. Lampito declara estar disposta a qualquer sacrifi-

<sup>7</sup> GRIMAL, Pierre. *O Teatro antigo*. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 71.

cio para o bem estar de sua pátria. “E eu subiria uma montanha de joelhos se soubesse que lá no cume encontraria a paz”.<sup>8</sup>

*Lisístrata* aborda um importante grupo de personagens femininas, que personificam conceitos defendidos pelo autor. Sem dúvida, construções que coroaram Aristófanes mais do que qualquer outro em comédias. É em virtude das identidades de Lisístrata e Lampito que compreendemos a natureza da obra de Aristófanes. Mesmo não sendo ateniense, o autor preferiu não sujeitar a personagem espartana a qualquer comparação depreciativa, tendo em vista uma intencionalidade pacifista subjacente. Nas demais, é necessário citar ainda a atuação do coro de mulheres, que forneceram um apoio decisivo à causa pacifista. Conferem um suporte decisivo a Lisístrata e Lampito em oposição aos seus inimigos. “Está bem!... Se não há outro jeito, acabemos com a guerra”.<sup>9</sup>

Em *Assembléia das Mulheres*, Praxágora lidera várias mulheres que, unidas e disfarçadas como homens, resolvem tomar o poder das mãos do sexo oposto. Vestidas de forma masculina se dirigem à Assembléia infiltradas em meio ao público e à frente da tribuna. Durante o discurso, se passando por homens, propõem que o governo e todas as decisões políticas fossem entregues às mulheres. Sem perceberem que foram enganados, os verdadeiros homens acabam entregando o poder nas mãos do grupo feminino. As mulheres instauram mudanças quanto à forma de governar, propondo extinguir todas as desigualdades entre os cidadãos.

Já é tempo de marcharmos! Lembremo-nos bem mulheres, — devemos repetir sem cessar; homens, homens, homens, para evitar descuidos desastrosos. Não será pequeno o perigo se nos apanharem tramando um golpe de audácia como esse.<sup>10</sup>

Eram inteligentes. A protagonista em especial possuía um talento discursivo e retórico. Porém, eram tidas como dissimuladas e mentirosas, pois utilizaram sua vitória sobre os homens em benefício próprio e não para o bem estar de uma coletividade,

<sup>8</sup> ARISTHOFANES. *Lysis-trata*. Trad. F. W. Hall e W. M. Geldart. Oxford: Clarendon Press, 1907. v.20.

<sup>9</sup> *Ibidem*, v. 17.

<sup>10</sup> *Ibidem*, v. 100.

como informado no início da peça. Trata-se de uma obra em que Aristófanes satiriza um estado imaginário administrado por mulheres, no qual tudo é de todos e as mais velhas têm prioridade para reclamar o amor dos jovens.

*Assembléia das Mulheres* representa, além de uma crítica às instituições e aos cidadãos de Atenas, uma sátira às teorias de certos filósofos, principalmente os sofistas. Inspiradas no princípio de uma relação entre a direção da coisa pública e do lar, as mulheres governaram a cidade de Atenas com a mesma eficiência com que cuidavam de suas casas. Atenas seria como uma única habitação na qual cada um poderia obter, através de fundo comum, o necessário à sua subsistência, graças a reformas de base como a comunidade de bens e de mulheres. No final da trama, a protagonista expõe claramente que seus anseios pessoais estavam acima de ideais direcionados à igualdade coletiva. Enfim, através de sofismas, a personagem atinge suas finalidades. “Afim de contas eu não ia fazer essa revolução para não me usufruir dela”.<sup>11</sup>

Por fim, na obra *As Mulheres que Celebram Tesmophorias*, as mulheres de Atenas estão preparadas para celebrar sua festa chamada de *Tesmophorias*. Eram celebrações femininas em honra a deusa Deméter, uma das doze divindades do Olimpo, filha de Cronos e Réia, deusa das colheitas e das estações do ano. Também era uma festa em homenagem a Perséfone ou Koré, conhecida como deusa das flores, filha de Zeus e Deméter<sup>12</sup> Em suma, tratava-se de uma reunião de mulheres em que os homens não podiam participar.<sup>13</sup> Desta forma, observamos a indignação feminina contra Eurípides, acusado de dirigir acusações infames contra as tesmophoras, grupo de esposas legítimas, uma das categorias femininas que integravam a *polis* ateniense.

O personagem que se destacou como o espião da história é na verdade uma das personalidades da época, chamado Eurípides, um dos alvos de críticas prediletos do autor. Foi considerado um dos grandes nomes da tragédia grega clássica. Ao longo de sua vida, teve seu trabalho marginalizado e satirizado por autores, como Aristófanes. Nos últimos

<sup>11</sup> *Ibidem*, v. 220

<sup>12</sup> GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1951. p. 111-112.

<sup>13</sup> GRIMAL, 1978, p. 69.

anos de sua vida, viveu recluso, talvez em virtude de sua imagem ter sido denegrada ao longo de sua carreira.

Segundo as perspectivas apresentadas neste trabalho, é interessante versar as formas pelas quais ocorreram as apropriações políticas no espaço teatral em Aristófanos; os mecanismos da fabricação do feminino tendo como modelo ideal o masculino, o que gera uma necessidade de refletir sobre a possibilidade de uma cidadania feminina na Atenas Clássica.<sup>14</sup>

Aristófanos retrata suas personagens, elevando-as à posição de cidadania. Chegam a dirigir assembleias, derrotar guerras e entregar suas vidas pela *polis*. as personagens femininas Aristofânicas carregam uma série de simbologias, representações e imaginários, que o autor usa para questionar a identidade e os valores atenienses segundo suas próprias perspectivas. Segundo Andrade, a comédia de Aristófanos ainda que assumisse uma irrealdade, não poderíamos afirmar que se tratasse de algo de todo impossível<sup>15</sup>. Para Michelle Perrot:

agir no espaço público não é fácil para as mulheres. Com frequência apóiam-se em seus papéis tradicionais, e aí tudo vai bem. Tudo se complica quando ousam agir como homens. A fronteira do político se revela particularmente resistente. Na Atenas de Péricles, ...a política, por muito tempo, foi uma fortaleza proibida.<sup>16</sup>

De acordo com Marta Andrade, já existia em Atenas uma positividade em relação à presença feminina no espaço público, ainda que apresentada de forma risível em Aristófanos. Por outro lado, como observamos na peça *Assembleia das Mulheres*, por exemplo, é necessário destacar a questão que o “travestimento” nos leva a deduzir. O fato de atores homens, vestidos de mulher, vestirem-se de homens, para, discursando e votando como homens, conferirem às mulheres o governo da cidade, por si só já caracteriza o fato, mesmo no âmbito da ficção, de que o feminino não podia e nem reivindicava o direito, enquanto mulheres, de participarem da assembleia dos cidadãos. Não se trata do fato de que as

<sup>14</sup> ANDRADE, Marta Mega. *A cidade das mulheres – cidadania e alteridade feminina clássica*. Rio de Janeiro: Laboratório de História Antiga, 2001. p. 7.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>16</sup> PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p.146.

mulheres desejam para si o regime político, centrado na figura masculina, elas propõem uma invenção, uma nova forma de governo, “uma *pólis* das mulheres”.<sup>17</sup>

A participação efetiva da mulher na constituição *poliade*, mesmo na ficção e numa época de crise de valores, para muitos estudiosos, é algo impensável. O que não significa, entretanto, que não tivessem sido desenvolvidos espaços de fala feminina como esferas próprias de sua atuação social no interior da cidade<sup>18</sup>. Para Fábio de Souza Lessa, em *O Feminino em Atenas*: “a mulher agia como elemento de integração social, disseminando informações que revitalizavam o processo de identidade junto ao grupo. Tratando-se de uma sociedade de comunicação oral, era vital a circulação de informações”.<sup>19</sup>

As esposas, categoria feminina abordada nas obras aristofônicas analisadas, encontravam a possibilidade de dialogarem entre si, transmitindo informações e, simultaneamente, se mantendo informadas acerca dos acontecimentos e dos saberes que circulavam na sociedade, mesmo diante de uma circulação mais restrita. Alguns autores trabalham com a hipótese de uma participação da esposa, mesmo de forma indireta, na vida política, particularmente quanto sua influência junto à família. Desta forma, as opiniões das esposas podiam, de fato, sensibilizar os maridos nas decisões que estes tomavam na Assembléia. Afirma, ainda, que as mulheres possuíam um modo próprio de participação social, existindo a possibilidade de serem reconhecidas pela sociedade por seu valor para coesão e prosperidade para Atenas.<sup>20</sup>

Já *As Mulheres que Celebram as Tesmophorias* se tornou um dos principais documentos pelos quais podemos observar a atuação feminina nos rituais oficiais citadinos, confirmando sua validade para a coesão e a estrutura da *pólis*, através da evidência da presença feminina no espaço público. A participação nessas festas marcava o coroamento da vida cívico-religiosa feminina. Nesta obra aristofônica, o drama se concentra na *Pnix*, lugar da festa ritual. Semelhantes às personagens femininas das obras já analisadas neste trabalho, as mulheres da peça se

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 146.

<sup>18</sup> LESSA, Fábio. *O feminino em Atenas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 66.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 66.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 54.

revestiram de poder, na qual o coro feminino desempenha seu papel como imitação da Assembléia dos homens. A diferença de *As Mulheres que Celebram as Tesmophorias*, com as peças *Lisístrata* e *Assembléia das Mulheres*, consiste na legalidade do ato de assumir o controle da cidade de Atenas. O que denota os mecanismos pelos quais podemos integrar a esposa ao exercício da cidadania, no seu aspecto civil.

As interpretações historiográficas tradicionais constituíram discursos que abordavam apenas os ideais culturais atenienses, a Méliッサ, não estando atentos para a possibilidade de desvios ao modelo ideal feminino. Por intermédio das personagens femininas aristofônicas, é possível pensar os mecanismos sobre os quais possam ter desenvolvido espaços específicos de validação social femininos, atuando na integração e funcionamento da Cidade-Estado. Procuramos demonstrar o feminino de uma nova forma, em seu contexto social, unindo homens e mulheres sobre um mesmo campo de estudo, o que torna as mulheres agentes históricos e não apenas um reflexo de submissão ao masculino<sup>21</sup>.

Nesta acepção, no que se refere ao gênero feminino, valendo-nos das obras do teatro aristofânico, tentamos traçar o que Claude Mossé chama de “retrato falado”<sup>22</sup>. “Aristófanes chama a atenção para o fato de que não devemos nos enganar com elas. A boa imagem de esposa legítima, Méliッサ, não deve nos enganar. As mulheres são astuciosas, tagarelas, sensuais, propensas ao vinho e ao amor”<sup>23</sup>. Em *Lisístrata*, por exemplo, a protagonista e suas companheiras contam com o jejum sexual para despertarem o desejo dos homens e forçá-los a celebrar a paz. Elas eram, em Aristófanes, indispensáveis para procriar e cuidar da casa, entretanto, perigosas e perversas. Foi também desta forma que as mulheres apareceram em outras obras no teatro ateniense, fossem elas heroínas malditas, como *Medéia*, personagem de uma tragédia de Eurípides ou simples esposas de Atenas, como *Lisístrata* e *Praxágora*. O autor nos chama a atenção para uma realidade de mulheres menos ideais, que viviam em uma sociedade cujo equilíbrio havia sido perturbado pelas guerras.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 54-57.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 141.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 143

As três obras selecionadas neste estudo forneceram a dinâmica dos processos pelos quais o feminino se processa em Aristófanes. *Lisístrata*, por exemplo, foi conhecida como a primeira peça protagonizada por uma personagem feminina.<sup>24</sup> Sabendo disto, através do teatro, o feminino se tornou presente na *polis*, todavia, elas aparecem controladas e representadas pelos homens. O teatro Aristofânico fornece, ainda, uma maior compreensão da vida cotidiana ateniense, na informalidade, onde as mulheres encontravam-se inseridas. A cidade foi retratada no nível simbólico e metafórico. “Não que Aristófanes estivesse interessado em retratar a vida cotidiana, mas nela se encontra a matéria-prima de suas obras”.

As personagens são atenienses cotidianas, dos espaços privados e públicos. Elas representavam a vida ateniense no seu dia-a-dia, caracterizadas como dissimuladas, tagarelas, enganadoras, duvidosas. Em *Lisístrata*, elas representam, na ausência de seus maridos, o maior poder de ação registrado pelo gênero cômico<sup>25</sup>. Em *As Mulheres que Celebram as Tesmophorias* as esposas atenienses, no ritual homônimo ao próprio gênero cômico, decidem o que farão com o tragediógrafo Eurípides. Em *Assembleia das Mulheres e Lisístrata* apontam os homens e suas falhas, passando a conduzir a vida pública, agindo a favor de ambos os sexos no sentido da restauração da vida pública. Elas possuem um projeto comum, encontrando uma solução para recuperação de Atenas através de uma nova estrutura política. Nicole Loraux ressalta que o teatro aristofânico define as mulheres como melhores<sup>26</sup>. As obras aristofânicas nos fornecem uma visualização das sensibilidades tradicionais em torno do feminino. As temáticas aristofânicas expressavam opiniões de grupos sociais tradicionalistas dos quais pertenciam. Segundo Lessa: “A comédia e o humor, em geral, realizam algumas funções na sociedade. A expressão dos tabus usuais ou palavras, idéias e ações proibidas, além da inversão da ordem social normal estão presentes na comédia de Aristófanes”.<sup>27</sup>

Não obstante, o gênero cômico atuava reforçando as identidades dos grupos sociais, e ao mesmo

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 166.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 166.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 204.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 169.



tempo marcando suas alteridades, gerando coesão e integração dos mesmos. Em meio às crises vivenciadas neste período, Aristófanes enfoca a presença feminina no espaço público. O riso, em razão do feminino abordado, não era reflexo da impossibilidade de uma *polis* de mulheres, mas numa época de crises, segundo Andrade “Aristófanes identifica essa possibilidade risível, mas não ilegítima. Prova da legitimidade de seus argumentos é o fato de não se tratar de qualquer mulher, mas as esposas, estatuto que fundamenta a integração da mulher na *polis*”.<sup>28</sup>

Em *Assembléia das Mulheres*, por exemplo, Aristófanes deixa claro que o direito das esposas assumirem o poder político é legítimo. Ocorre uma integração das mulheres no espaço masculino. Elas governam a cidade com a mesma eficiência com que cuidam de suas casas. Tratava-se de uma transposição do espaço privado para o público. Em *As Mulheres que Celebram as Tesmophorias*, o domínio feminino está disposto dentro da cidade dos homens. As *tesmóforas* deliberavam no seu interior. Aristófanes emerge a existência de uma outra Atenas, a das mulheres. Elas são utilizadas, desta forma, como um recurso para salientar o outro, no caso, os homens.

Em suma, a atuação das mulheres foi legitimada ao longo dos anos por um discurso masculino que encerrava a vida das atenienses no *gineceu*. Com a abordagem de gênero em Aristófanes, novas histórias emergiram e com elas percebemos uma dinâmica na sociedade ateniense. Os processos de comunicação das esposas nos permitiram vislumbrar que suas vidas como sujeitos históricos vão além do que a historiografia tradicional deixou registrada. Os estudos de gênero Aristofânicos contribuem para que possamos alargar os horizontes quanto à vivência dos sujeitos históricos no período estudado trazendo novas reflexões para a historiografia, demonstrando a extensão da comunicação das atenienses como um dos elementos de rompimento dos padrões idealizados estabelecidos na dinâmica da cidade.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 125.

## Referências

### Documentação textual:

ARISTHOFANES. *Lysistrata*. Trad. F. W. Hall e W. M. Geldart. Oxford: Clarendon Press, 1907.

\_\_\_\_\_. *L'Assemblée des Femmes*. Trad. Hilaire Van Daele. Paris: Les Belles Lettres, 1977.

\_\_\_\_\_. *Les Thesmophores*. Trad. Hilaire Van Daele. Paris: Les Belles Lettres, 1982.

\_\_\_\_\_. *Lisistrata*. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. *Revolução das mulheres*. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

\_\_\_\_\_. *As Mulheres que celebram as Tesmofórias*. Trad. Maria de Fátima Silva. Lisboa: Edições 70, 2001.

HESÍODO. *Teogonia*. Trad. Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1995.

\_\_\_\_\_. *O trabalho e os dias*. Trad. Mary de Carvalho Neves Lafer. São Paulo: Iluminuras, 1991.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1951.

### Obras gerais:

AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências Humanas*. Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 2007.

ANDRADE, Marta Mega. *A Cidade das Mulheres – cidadania e alteridade feminina clássica*. Rio de Janeiro: Laboratório de História Antiga, 2001.

BARBO, Daniel. O triunfo do falo. *Homoerotismo, dominação, ética e política na Atenas Clássica*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

BACZO, Bronilaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1985. v. 5, p. 296-331.

BALANDIER, Georges. As encruzilhadas do imaginário. In: *O Dédalo: para finalizar o século XX*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999. p. 107-143.

BARROS, Gilda Naécia Maciel de. O corpo na filosofia de Platão. In: *A mulher grega e estudos helênicos*. Londrina: Editora da Universidade de Londrina, 1997. p. 65-77.

BEARD, Mary R. *Woman as Force in History*. London: Collier, 1962.

BERNARDET, Jean Claude. Ser ou não ser é a questão. In: PINSKY, Jaime (Org.). *12 faces do preconceito*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 29-35.

BLOCH, Marc. *Introdução a História*. Lisboa: Europa-América, 1989.

BLUNDELL, S. *Women in Ancient Greece*. London: British Museum Press, 1995.

BONNIE, G. Smith. *Gênero e história*. Homens, mulheres e a prática histórica. São Paulo: EDUSC, 2003.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Teatro grego*. Tragédia e Comédia. São Paulo: Vozes, 2006.

CANTARELLA, Eva. *La Calamidade ambigua*. Condicion e imagen de la mujer en la antigüedad griega e romana. Madrid: Ediciones Clásicas, 1996.

CHEVITARESE, A. L. O feminino na Antigüidade Grega: virtudes e aceitação social. In: *Anais do IV Simpósio de História Antiga e I Ciclo Internacional de História Oriental*. Porto Alegre: UFRS, 1991. p.08-24.

EURÍPIDES. *Medéia; Hipólito; As Troianas*. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

GRIMAL, Pierre. *O teatro antigo*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

\_\_\_\_\_. "Aristophane, les femmes d' Atènes et le théâtre". In: *Aristophane*. Vandoeuvres-Gnève: Fondation Hardt, 1993.

\_\_\_\_\_. *Les enfants d' Athena*. Idées athéniennes sur la citoyenneté et la division des sexes. Paris: Essais, 1990.

MOSSÉ, Claude. *Instituições gregas*. Lisboa: Edições 70, 1985.

\_\_\_\_\_. *Péricles: O inventor da democracia*. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.

\_\_\_\_\_. *O cidadão na Grécia antiga*. Lisboa: Edições 70, 1993.

PERROT, Michelle. Os Silêncios do Corpo da Mulher. (Org.). MATOS, Maria Izilda; SOIHET, Rachel. *Ocorpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003. p. 13-27.

\_\_\_\_\_. *Os Excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. *As mulheres ou os silêncios da História*. São Paulo: Edusc, 2005.

\_\_\_\_\_. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

SMITH, Bonnie G. *Gênero e História*. São Paulo: EDUSC, 2003.

SNODGRASS, Mary Ellen. *Clássicos gregos*. Lisboa: Europa-América, 1998.

VICENTINI, Maraysa Luciana; WEIGEL, Janete Terezinha. Fios que tecem a crítica aristofânica. *Revista Risco*, v. 3, p. 42-46, 2003.

# As representações sobre as mulheres na *Revista Servas do Senhor* entre 1960 e 2000

Diogo da Silva Roiz  
Marcilene Nascimento de Farias

**Resumo:** Este trabalho analisa algumas representações do feminino veiculadas na revista *Servas do Senhor*, impresso oficial da Liga das Senhoras Luteranas do Brasil, entre 1960 e 2000. Por meio da análise da revista foram recortadas algumas temáticas que permearam o cenário social ao longo das décadas de 70, 80 e 90, do século XX, no Brasil. Entre essas, os movimentos sociais, legalização do aborto, sexualidade, moda, mídia, família, valores, trabalho e a participação das mulheres na igreja.

**Palavras-chave:** Relações de Gênero. Representações Femininas. *Revista Servas do Senhor*.

**Abstract:** This work aims to examine some questions on women's representation in the press, through the relationship of gender, in the magazine *Servants of the Lord*, printed official of the League of Lutheran Ladies of Brazil, between 1960 and 2000. Through analysis of the magazine can be seen the discussions and positions of women and

*Diogo da Silva Roiz.* Doutorando em História pela UFPR. Mestre em História pela Unesp/Franca. Professor do Departamento de História nos cursos de História e de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), na unidade de Amambaí. E-mail: diogoroiz@yahoo.com.br

*Marcilene Nascimento de Farias.* Universidade Federal da Grande Dourados UFGD. Mestranda em História pela UFGD. Graduada em História pela UEMS, unidade de Amambaí. E-mail: marcileneuems@hotmail.com.

Texto recebido: 11/12/2009. Texto aprovado: 25/05/2009.

<sup>1</sup> WARTH. Carlos H. *Crônicas da Igreja: fatos históricos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil* (1900-1974). Porto Alegre: Concórdia, 1979, p. 208.

<sup>2</sup> WARTH. Carlos H. *Op. cit.*, 1979, p. 208.

<sup>3</sup> Liga das Senhoras Luteranas do Brasil (LSLB). *Manual do departamento feminino*. 4. ed. Porto Alegre: Concórdia, 1987, p. 9.

<sup>4</sup> Neste Congresso discutiu-se e aprovou-se o projeto dos estatutos que deveriam reger a Liga. Foi eleita a seguinte diretoria geral: Sra. Otilia Muller, presidente; Sra. Martha Heine, secretaria; Sra. Edite Karg, correspondente e Sra. Erna Goerl, tesoureira. Como conselheiros da Liga foram eleitos os Revs. E. heine, E. Schelp e G. J. Muller. A Convenção da igreja, reunida nos dias seguintes, tomou conhecimento da criação do Departamento Feminino da igreja. Impunha-se que fossem fundados diversos distritos da Liga; dois praticamente já existiam: o distrito de Porto Alegre e o Missioneiro. (Ver: WARTH. Carlos H. *Op. cit.*, 1979, p. 211).

<sup>5</sup> A Liga das Senhoras Luteranas do Brasil (LSLB), é constituída por mulheres envolvidas nas mais diversas formas e horários, dentro das congregações luteranas, que se organizam em departamentos. Estes

men lutheran about some issues that permeated the social scene over the decades, 70, 80 and 90. Among these questions are the feminist movement, the gay movement, the legalization of abortion in Brazil, sexuality, fashion, media, family, values, work and the participation of women in the Church.

**Keywords:** Relations of Gender. Women's Representation. *Revista Servas do Senhor*.

### Criação da Liga das Senhoras Luteranas do Brasil (LSLB)

A primeira Liga Missionária de Senhoras foi organizada na chamada Igreja-mãe nos Estados Unidos da América. Ao que se tem nota, esta foi de grande importância tanto para as obras de missão como para o serviço social da comunidade.<sup>1</sup>

Na Igreja Luterana do Brasil, também aos poucos foram sendo fundadas sociedades de senhoras. A primeira sociedade de senhoras a ser organizada foi a da comunidade Cristo de Porto Alegre no ano de 1909, sob a presidência da senhora Maria Tetzlaff, que era cozinheira e dona de casa. A Liga trabalhava em prol dos estudantes do Seminário Concórdia, conforme sugere o seguinte relato: "Sabemos que bom número de senhoras serviram lavando e consertando a roupa dos estudantes e aos domingos os convidando para o almoço em suas casas. Dessa maneira ajudaram o Seminário na formação de obreiros para a igreja."<sup>2</sup>

Foi a partir da formação destas sociedades de senhoras, que as mulheres luteranas, decidiram verificar a possibilidade de formar uma liga nacional, o que veio a se concretizar alguns anos mais tarde, no dia 4 de julho de 1956. Nesta data um grupo de senhoras se reuniu em Porto Alegre, para discutir a possibilidade de fundar uma entidade que possibilitasse um "trabalho conjunto e, por conseguinte, mais dinâmico em prol da propagação do evangelho de Cristo no Brasil e no mundo"<sup>3</sup>.

Porém, a Liga de Senhoras fundada nesta ocasião fora considerada provisória pela participação quase só de mulheres de Porto Alegre, o que levou à convocação oficial de todas as sociedades de senho-

ras do Brasil para o 1º Congresso Nacional na capela do Seminário Concórdia, em Porto Alegre, no dia 16 de janeiro de 1957, quando elegeu-se a primeira diretoria.<sup>4</sup> Com a fundação da Liga surgiram os primeiros distritos: Alto Taquari e o Porto Alegrense. Nos anos seguintes outros distritos<sup>5</sup> se filiaram.

A Liga das Senhoras Luteranas do Brasil<sup>6</sup> (LSLB), foi criada para ser “uma entidade auxiliar da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, com o propósito de congregar as senhoras luteranas para ‘Servir ao Senhor com Alegria’, baseando-se no versículo segundo do Salmo 100”<sup>7</sup>. Como uma organização da igreja, devia se manter intimamente relacionada com ela, e seus programas dependiam de seu apoio e aprovação. A Liga ainda tinha como finalidade primordial o desenvolvimento espiritual das filiadas para uma vida consagrada e a conseqüente motivação para a prática da missão.

No objetivo de auxiliar a igreja na prática da missão, a Liga contribuiu regularmente, através do plano nacional das “sacolinhas”<sup>8</sup> para a formação de novos pastores, auxílio para a construção de capelas nos campos de missão, compra de automóveis, material missionário, material para a escola dominical, bolsas de estudo, assistência às missões, à família e à mulher, principalmente através da literatura.

No ano de 1959 a Liga das Senhoras Luteranas do Brasil, sentiu a necessidade de criar um Boletim Informativo, primeiro mimeografado e depois impresso, que possibilitava uma melhor comunicação entre os diversos distritos que iam surgindo e o conseqüente contato entre seus membros. Em 1966, a revista da Liga apareceu sob o título de *Servas do Senhor*, substituindo o antigo Boletim Informativo. Nascia aí uma nova fase no impresso que agora além de vários artigos em português, continha uma página em língua alemã, alcançando em 1969 a tiragem de 1400 exemplares.

A revista *Servas do Senhor*, mostra-se uma fonte potencial para o estudo das mulheres nessa instituição, uma vez que suas percepções sobre as principais transformações ocorridas nas décadas de 70, 80 e 90, estiveram presentes na revista. Publicaram-

formam os distritos, que organizados em regiões, elegeem sua presidentes regionais, as quais auxiliam a Diretoria Nacional na coordenação dos trabalhos em nível distrital, regional e nacional, dentro dos objetivos assumidos. C. f. *Servas do Senhor*. 3. trim. de 1996. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1996. p.9).

<sup>6</sup> Por ocasião do XIX Congresso Nacional da LSLB, realizado em 1998, o nome da Liga foi alterado, com a troca de “senhoras” por “servas”. A partir de então, o nome oficial da Liga passou a ser Liga das Servas Luteranas do Brasil. (Ver: BUSS, Paulo Wille. *Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil*. Porto Alegre: Concórdia, 2006, p. 341).

<sup>7</sup> Manual do Departamento Feminino. *Op. cit.*, 1987, p. 9.

<sup>8</sup> Sacolinha é um recipiente confeccionado de pano, pendurado na cozinha, onde as mulheres luteranas depositam os trocos de suas compras, oferta especial pela saúde, ocasião de aniversários e outras razões. Para recolhimento das ofertas das sacolinhas foi criado o programa especial realizados nas reuniões dos departamentos ou durante o culto. Do total arrecadado com as ofertas das sacolinhas 70% fica com a Liga Nacional e 30% fica para os distritos. (C. f. *Servas do Senhor*. 3. trim. 1996. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1996. p.9).

se circulares, estudos, manuais diversos, pastas de orientação para trabalhos nos departamentos femininos, escreveram-se muitas cartas, comunicados, informações sobre encontros e eventos da Liga, que foi considerada um “importante veículo missionário entre as senhoras luteranas”<sup>9</sup>.

### A Revista Servas do Senhor

A revista iniciou com o nome de *Boletim Informativo Da Liga das Servas Luteranas do Brasil* (LSLB), em março de 1960. Possuía o mesmo tamanho da revista atual (22 cm de comprimento por 16 cm de largura) com um total de oito páginas. Com um número tão reduzido de páginas, o principal objetivo do Boletim era informar as senhoras luteranas (com periodicidade de 4 boletins por ano) sobre os propósitos da LSLB, divulgar congressos, pequenas notícias e mensagem bíblica. Inicialmente os artigos não eram assinados, sendo todos de cunho informativo. É somente a partir de 1963 que alguns passam a ser assinados. No segundo número do Boletim, em junho de 1960, é acrescentada uma página em língua alemã, voltada para as pessoas que não falavam a língua portuguesa no Brasil, para que dessa forma pudessem colaborar no desenvolvimento cultural dos membros da comunidade luterana. É interessante notar que a quantidade de páginas do Boletim não se mantinha fixa, entre os anos de 1961 a 1964, variando de quatro a oito.

Em 1964 o Boletim Informativo, noticiou a elaboração do hino “Servas do Senhor”<sup>10</sup> pelo reverendo M. L. Hasse, de Curitiba. A diretoria do Boletim fez cópias e enviou a todas as senhoras luteranas, com o pedido de que fosse ensaiado para ser cantado no Congresso Nacional de 1964. Foi somente a partir de 1965 que as páginas do Boletim passaram a ser enumeradas, e neste mesmo ano criado o distintivo, da LSLB: uma cruz, uma luz e as iniciais LSLB, significando que para a Liga, Jesus é a Luz e a cruz a Salvação.

No ano de 1967, o “visual do Boletim”<sup>11</sup> foi mudado, definitivamente, passando a ser chamado de “Revista Servas do Senhor”. Como forma de lembrar

<sup>9</sup> *Servas do Senhor*. 1. trim. 1977. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1977, p.05.

<sup>10</sup> Hino Oficial da Liga das Senhoras Luteranas do Brasil (LSLB): Com tudo o que somos e temos/ A ti nos sagramos Senhor/ Chamaste à Seara e viemos/ Servir-te com zelo e fervor/ A bênção vem dar / Na igreja e no lar/ Nesta obra de fé e de amor./ Com as mãos trabalhamos, com os pés te seguimos/ Com a voz te louvamos, com os lábios servimos/ e dos dons te trazemos, para as almas salvar/ E com tudo queremos teu amor proclamar. *Servas do Senhor*. C. f. *Servas do Senhor*. 1º trim. de 1977. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1977. p. 6).

<sup>11</sup> *Servas do Senhor*. 1. trim. 1997. Rio Grande do Sul: Singulart, 1997. p. 7-9.



as senhoras, para que não esquecessem o hino oficial da Liga, a revista trouxe na capa do número de abril/maio/junho de 1966, o hino *Servas do Senhor*, além de uma notificação às senhoras luteranas que ainda não haviam renovado suas assinaturas para o ano de 1967. De acordo com a notificação, a renovação das assinaturas fazia-se necessária para que a Liga pudesse continuar realizando vários “empreendimentos pela causa do senhor” sendo o preço da assinatura por um ano de Cr\$ 600.

Somente em 1995 é que a revista *Servas do Senhor* mudaria o “visual”. A partir deste ano a capa da revista passou a ser colorida e impressa em papel couchê. Em 1999 foi criada uma coluna sobre “Saúde”, onde médicos de diversas áreas da medicina passaram a colaborar escrevendo matérias sobre diversos problemas de saúde, a primeira foi sobre “osteoporose, porque e como evitar”<sup>12</sup>, escrita pela fisioterapeuta Adriane Krause.

A revista sempre demonstrou grande preocupação em manter um diálogo com as leitoras, solicitando aos departamentos de senhoras, e até mesmo àquelas que não pertenciam a nenhum departamento, que mandassem artigos, mensagens, contos, testemunhos, poesias, relatórios de suas atividades, críticas para que pudessem ser compartilhados com outras pessoas. Essas solicitações de participação das leitoras sempre obteve resultados positivos, sendo freqüente o recebimento de cartas, artigos e sugestões.

Graças ao recebimento de tantas cartas que a revista criou em 1995 um espaço dedicado às leitoras, onde podiam expressar suas opiniões, perguntando, comentando ou anunciando diversos assuntos. A leitora Margot Pires, da região metropolitana de Porto Alegre utilizou-se do espaço para parabenizar a revista pelos seus 35 anos: “minhas queridas e estimadas irmãs responsáveis pela nossa revista *Servas do Senhor*, é com imenso amor e alegria que a Região Metropolitana une-se para parabenizar pelos 35 anos de nossa revista”.<sup>13</sup>

Todavia, os homens também obtiveram uma grande participação na revista, divulgando suas opiniões sobre uma variedade de assuntos que trata-

<sup>12</sup> *Servas do Senhor*. 2. trim. 1999. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1999. p. 11.

<sup>13</sup> *Servas do Senhor*. 4. trim. 1995. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1995. p. 4.

<sup>14</sup> Sobre a importância do aspecto visual para a História explicita Peter Burke, que através da interpretação dessas imagens é possível compreender contextos sociais de outras épocas, no momento em que foram produzidas. Para Burke, cada vez mais as imagens tem seu lugar garantido ao lado de textos literários e testemunhos orais. (BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru (SP): EDUSC, 2004. p.11).

<sup>15</sup> Diante do crescente número de trabalhos que utilizam a imprensa como fonte de pesquisa, a historiadora Tania de Lucca, considerou ser importante destacar a alguns aspectos metodológicos, a serem seguidos no manuseio e utilização dessas fontes. Segundo Tania de Lucca esses aspectos traduzem apenas um esforço de sistematização de procedimentos e sugestões analíticas que tem orientado as pesquisas na área, a saber: encontrar as fontes e constituir uma longa e representativa série; localizar a(s) publicação (ções) na História da Imprensa; atentar para as características de ordem material (periodicidade, impressão, papel, uso; ausência de iconografia e publicidade); assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo; caracterizar o material iconográfico presente; caracterizar o grupo responsável pela publicação; identificar os principais colaboradores; identi-

ram do papel da mulher em diversos campos de atuação, seja no lar, no trabalho ou na Igreja.

Era imensa a gama de colaboradores que durante as décadas de 70, 80 e 90, do século passado, contribuíam com artigos, poesias, estudos, conselhos, opiniões e crônicas, dos quais destacamos os seguintes nomes que estavam ligados ao alto comando da IELB: Wilma Wart, Frieda Tomé, Danilo Fach, Martin Doege, Lorena dos Santos Tomé, Gerda Doege, Arno Goerl, Kórdula Reimnitz, Lyria Rick, Gládis Rehfeldt, Nora Schelp, Elaine Ikkert Stahlhoefer, Avani Kelm, Ilse Gans, Norberto Ott, Luis Carlos Garlipp, Milton Klagenberg, Rosemarie Lange, Paulo Weirich, Lia Klagenberg, Johannes Gedrat, Célia Maria Bundchen, Irena Widemann, Martin Wart, Elizabeth Kunstmann, Alda Dresch, Edeltraut Dauernheimer, Wanda Flor, Walter Kunstmann, Lauro Patzer, Edelgard Garlipp, Herta Doege, Herta Wilma, Ursula Neimann, Egon Kopereck, Irmgard Goerl, Elânia Valkimil.

### A capa

A primeira edição a ser contemplada com uma capa ilustrada foi a de abril/maio/junho, de 1967, que trazia sobre o fundo cor-de-rosa o desenho de uma mãe sentada em uma cadeira de balanço com um bebê no colo, em frente à lareira, tendo um cão aos seus pés.<sup>14</sup>

A capa não apresentou mudanças significativas no decorrer dos anos. O título da revista, em letras grandes, sempre ocupou a parte superior e do lado esquerdo a logomarca da Liga, seguida das informações do mês e ano. Abaixo estava a ilustração da capa, que ocupava espaço maior, e abordava as questões de relevância para a Liga e para a revista, como família, crianças, idosos, mulheres, casais, natureza, motivos natalinos e religiosos, fotos dos momentos de confraternização nos Congressos e de bens materiais adquiridos pela Liga. Assim, durante o período que vai de 1970 até 1984, a capa se manteve com esta formatação.

No ano de 1985 a capa sofreu algumas alterações, e a principal delas foi reservar um espaço para o su-

mário, havendo assim, uma diminuição no tamanho das ilustrações. No entanto, cabe ressaltar que o sumário teve espaço na capa somente no ano de 1985, desaparecendo da revista após esse período. Já as informações sobre local de publicação, diretoria, redatores, endereço da administração, assinaturas, tiragem, editoração e projetos da Liga, que até então se encontravam na contra-capas, passaram a aparecer no meio da revista, e a contra-capas tornou-se o espaço reservado para a presidente da Liga enviar notícias à revista.<sup>15</sup> Até mesmo a distribuição das matérias, que antes destas mudanças não obedecia a um padrão fixo, passou por uma estruturação, ficando ordenada da seguinte forma: Página da Presidente; Editorial; Congresso Nacional; Notícias; Comissão de Crescimento Espiritual (Estudo); Distritos Informam; Der Deutsche Teil (Página Alemã)<sup>16</sup>.

### As ilustrações

Era freqüente na revista, até fins dos anos 80, a presença de um número reduzido de ilustrações e o material iconográfico encontrado constituía-se basicamente de fotos, desenhos e gravuras. Essa escassez de ilustrações suscitou o comentário de um dos revisores, o senhor Walter Kunstmann, que ao ser questionado sobre o que deveria melhorar na revista fez a seguinte observação, “se tivesse mais espaço, para de vez em quando colocar alguma pequena ilustração — de acordo com os artigos publicados”<sup>17</sup>.

Apesar da observação do senhor Kunstmann, a pequena quantidade de ilustrações permaneceu freqüente até fins da década de 80, período em que a revista *Servas do Senhor*, passou por “mudanças no visual”, e como fruto destas mudanças o número de ilustrações aumentou. Algumas colunas possuíam ilustrações alusivas à temática abordada: mulheres, homens, crianças, idosos, família, natureza, Bíblia, flores, vasos floridos, árvores, mãos, casas, mapas do Brasil, quedas d’água, motivos natalinos, gravuras reproduzindo passagens bíblicas, estandartes dos departamentos femininos, fotos de departamentos em festa e de congressos nacionais e distritais.<sup>18</sup>

ficar o público a que se destinava; identificar as fontes de receita; analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida. DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 142.

<sup>16</sup>É importante ressaltar que estas foram colunas presentes na revista desde sua criação, na década de 60, e que após as mudanças na capa em 1985, permaneceram sempre nessa seqüência. No decorrer dos anos novas colunas foram aparecendo e ficando ora antes ora depois das colunas fixas, porém permaneciam um curto período e logo deixavam de ser escritas dando espaço para outras como foi o caso das colunas “A Mulher Hoje”, “Quando as mulheres se olham no espelho”, “Vovó sabe das coisas”, “Vale a pena ler de novo”, “Aprentando”, “Página das Jovens”, entre outras.

<sup>17</sup> *Servas do Senhor*. 3. trim. 1972. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1972, p.04

<sup>18</sup> O advento da ilustração foi essencial para o impulso e a diversificação do impresso periódico, de acordo com Tania de Lucca. As ilustrações foram de fundamental importância no Brasil, um país onde o rarefeito público leitor, que contava com poucas mulheres, avançava lentamente através dos folhetins, dos teatros, dos intelectuais,

## Tiragem

A revista teve uma tiragem de 1300 exemplares no ano de 1968, vindo com um tópico de alerta, pois no ano de 1967, somente 498 assinaturas estavam pagas. A coluna conclamava a todas as senhoras o pagamento de suas assinaturas em dia e que mandassem notícias de seus departamentos periodicamente. Em 1970 eram aproximadamente 3.500 senhoras inscritas nos departamentos, reunidos em 13 distritos, e, no entanto, a tiragem da revista era de 1000 a 1200 exemplares.

A revista aumenta de 16 para 20, o número de páginas em abril/junho de 1973, e a tiragem aumenta para 2300 exemplares. No período de seis anos a revista manteve esta formatação com novas alterações somente no ano de 1978 quando do aumento do número de páginas para 24.

No ano de 1982, o número abril/maio/junho da revista saiu com edição especial em comemoração aos 25 anos da LSLB, com 32 páginas com um salto na tiragem para a cifra de 7000 exemplares. O número especial trouxe informações históricas sobre a Liga, retratando a criação do lema “Servi ao Senhor com alegria”, a relação de todas as presidentes e suas colaborações, além de curiosidades sobre os primeiros distritos, sobre a própria revista, sobre o distintivo, o hino das servas, o sistema de ofertar nas sacolinhas e os muitos projetos realizados pela LSLB. Na saudação pelos 25 anos da LSLB, a então presidente da Liga, Johannes H. Gedrat enfatiza que:

Os 25 anos de existência da Liga de senhoras luteranas do Brasil foram 25 anos de serviço alegre ao Senhor dentro da Igreja Luterana e através dela, compreendem que nem sempre as senhoras conseguiram fazer tudo o que desejavam, mas tudo quanto fizeram foi realizado com alegria. (...) A LSLB está diante de enormes desafios, mas aprendeu a caminhar por 25 anos sob as misericórdias e as bênçãos de Deus. Que siga caminhando! Sabe como o servir com alegria que siga servindo.<sup>19</sup>

Em 1988, em virtude da inflação da moeda no país a revista precisou unir dois números, pois não

dos estudantes, dos jornalistas, entre outros. As publicações ilustradas de cunho satírico, em geral de curta duração, proliferaram rapidamente no Brasil. Não poupavam os poderosos do momento e nem mesmo o Imperador, alvo constante dos chistes; passavam em revista costumes e hábitos em charges sensíveis e mordazes que compunham um registro social dos mais significativos. DE LUCA, Tânia Regina. *Op. cit.*, 2006, p.134-5.

<sup>19</sup> *Servas do Senhor*. 2. trim. 1982. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1982. p. 11.

havia dinheiro suficiente para os quatro números. O número de julho/agosto/setembro saiu junto ao de outubro/novembro/dezembro com 32 páginas. Nesse período a revista teve uma tiragem de 8.000 exemplares. Este número trouxe uma nota explicando o motivo dessa decisão, salientando que:

No ano de 1987, quando a assinatura de nossa revista era de Cz\$ 60,00, nos sentimos constrangidas de ter de aumentá-la para Cz\$ 180,00. e no entanto, atualmente com essa quantia não compramos dois litros de leite! Infelizmente, muitos dos pagamentos das assinaturas, são feitos na metade do ano, o que desvaloriza consideravelmente nosso poder de aquisição de material e pagamento da mão de obra. Assim sendo, com o capital que nos resta, pois ainda faltam saldar assinaturas, a saída que encontramos, foi de unir dois números em um. Sentimos quebrar a tradição das quatro revistas anuais, mas fez-se necessária esta drástica decisão (...) a revista precisa do estímulo de todas.<sup>20</sup>

A diretoria da revista publicou no ano de 1997, algumas informações sobre tiragem, número de assinaturas e distribuição aproximada, pois julgava esses dados importantes e interessantes, por retratarem uma parte da realidade das atividades desse grupo de mulheres que formava a Liga. Em 1996, a tiragem havia atingido a marca de 8.300 exemplares por edição, o número de assinaturas foi de 7.670, a distribuição aproximada de revistas de 30.680 números e as doações para as missões foram de 3.500 revistas. Já em 1997, a tiragem alcançou o total de 9.000 revistas, porém a Liga buscava atingir 10.000 assinaturas até 1998, desafio assumido no XVII Congresso Nacional da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, e que foi alcançado com êxito no ano seguinte. A distribuição em 1997 foi de 7.716 revistas por trimestre, com 3.000 revistas distribuídas gratuitamente.<sup>21</sup>

### Publicidade

Os espaços dedicados à publicidade eram ocupados com notícias de lançamentos de literatura cris-

<sup>20</sup> *Servas do Senhor*. Jul./dez. de 1988. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1988. p. 17.

<sup>21</sup> Conforme foi apontado por Tania de Lucca a análise da tiragem é importante por permitir que conheçamos o alcance do impresso no período em que ele foi publicado. Tania de Lucca observou que com o advento do século XX, o Brasil adentrou em um novo tempo, que deixava para trás o passado monárquico e escravista. "A nascente produção fabril, o crescimento do setor de serviços, as levas de imigrantes, a nova paisagem técnico-industrial que se delineava em algumas cidades, ao avanços nas comunicações e no letramento da população, preocupação do governo republicano recém-instalado, justificavam o otimismo regado com os lucros da exportação. (...) os jornais diários de profissionalizaram-se, sem perder o caráter opinativo e de intervenção na vida pública". Acompanhando essa modernização, os novos métodos de impressão permitiram expressivo aumento das tiragens, melhora na qualidade e barateamento dos exemplares, a fim de oferecer aos consumidores uma mercadoria atracente, capaz de atender aos anseios da época. DE LUCCA, Tânia Regina. *Op. cit.*, 2006, p.136.

tã e manuais da Liga usados nos departamentos femininos. O número de abril/maio/junho de 1977, trouxe uma pequena nota divulgando o lançamento da 1ª edição do *Manual das Servas* no Congresso Nacional daquele mesmo ano. Logo após o lançamento, outra propaganda dizia: “Manual das Servas, um livro que edifica, instrui e esclarece”<sup>22</sup>, alertando às mulheres luteranas a adquirirem logo os seus exemplares, pois ele atenderia os anseios de cada “serva”, orientando-as nas muitas maneiras de se empregar o tempo “a serviço do Senhor”.

Outro lançamento divulgado na revista foi o *Manual do Departamento Feminino*, que trazia as principais diretrizes para o planejamento das diretorias, como formá-las, as atribuições de cada membro, sugestões de atividades, passatempos e muitos outros itens. As interessadas deveriam procurar pelo manual com as agentes de literatura das congregações ou pedi-lo à Concórdia Editora.

Os serviços oferecidos pela *Markol Produções Filmagens e Fotos*, passaram a ser divulgados na revista logo após essa empresa responsabilizar-se pela impressão colorida da capa da *Servas do Senhor*, no ano de 1995. A *Markol Produções* oferecia serviços de impressão colorida, filmagens, cópias, transcodificação de cor, consertos de fitas, fotos, lembrancinhas, pôsters.

O baixo número de publicidade demonstrava que a principal fonte de manutenção da revista estava centrada nas assinaturas, daí a importância das campanhas junto às mulheres luteranas para a efetivação de suas assinaturas.

### Colunas

A revista *Servas do Senhor* apesar de ser um instrumento de divulgação de notícias da Liga das Senhoras Luteranas do Brasil e estar dirigida desde a sua criação ao público feminino da Igreja, sempre contou com a participação dos homens. O que chama a atenção é o fato dos assuntos abordados trazerem um posicionamento marcado pelo conservadorismo tanto por parte das mulheres quanto dos homens. É possível observar artigos escritos por ho-

<sup>22</sup> *Servas do Senhor*. 2. trim. 1977. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1977. p. 9.

mens em 90% das revistas analisadas e também colunas escritas somente por homens, como foi o caso da coluna *A Mulher Hoje*, do pastor e professor Lauro Patzer, que através de pequenas crônicas procurava interpretar o universo feminino. Com o propósito de aconselhar as senhoras luteranas, surgiu em 1995 a coluna *Cantinho do Conselheiro*, onde pastores com o auxílio de passagens bíblicas, escreviam mensagens importantes para serem utilizados no cotidiano, na família, na Igreja e na sociedade

Assim, para melhor compreender a presença masculina na revista é importante nos questionarmos quais foram os assuntos que estiveram presentes nos artigos escritos tanto por homens quanto por mulheres, no período que vai de 1970 a 2000. Desta forma, será possível esboçar um comparativo mostrando como se deu as relações de gênero na revista<sup>23</sup>.

Uma das principais colunas era dedicada à presidente da Liga e recebia o nome de *Página da Presidente*, cuja principal finalidade era informar as senhoras luteranas sobre assuntos relacionados à Liga e à revista *Servas do Senhor*. Porém, podemos perceber que esta coluna não tinha somente um caráter informativo, nela foram lançadas importantes reflexões sobre o comportamento da mulher perante a sociedade, reforçando algumas vezes o caráter conservador da revista.

Assuntos relacionados aos projetos da Liga; mudança de diretoria; informações sobre Congressos Nacionais; maior participação das mulheres luteranas nos Congressos; comportamento cristão na família; crescimento dos departamentos de senhoras; servir ao senhor todos os dias; mulheres cristãs; planos de crescimento espiritual; visitas das servas a outros países; os filhos e a educação religiosa; homenagens à Liga; dificuldades financeiras e afetivas; comunicação no lar; felicidade e fim do mundo, serviram de diretrizes para que as presidentes pudessem escrever seus artigos.

Os editoriais, que antecederiam o núcleo da revista, durante a década de 1970, obteve a colaboração tanto de mulheres quanto de homens, totalizando vinte artigos, sendo que doze foram escritos por

<sup>23</sup> Ao tratarmos da questão de gênero, conforme já ressaltado na introdução desse estudo nos referenciamos em: SOIHET, Rachel. História das mulheres In: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História*. Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997; SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: *A Escrita da História: novas perspectivas*. Peter Burke (Org.). São Paulo: UNESP, 1992; ROSADO-NUNES, Maria José. Gênero e religião. *Revista Estudos Feministas*. v. 13, n. 2. Florianópolis, maio/agosto de 2005; PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2001; PERROT, Michelle. *As mulheres e os silêncios da História*. EDUSC: Bauru, 2005; PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007. DEL PRIORI, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. DEL PRIORI, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

mulheres, quatro por homens e cinco não foram assinados. A coluna dos editoriais passou a ser fixa e escrita por Elaine Stahloefer ao longo dos anos 80 e 90, trazendo discussões que privilegiaram temas como mordomia cristã, uma retrospectiva pelos 25 anos da Liga, homenagem à revista *Servas do Senhor* pelos 35 anos.

Entre os assuntos discutidos nos editoriais pelas mulheres estavam: o trabalho missionário da Igreja Luterana do Brasil em Portugal; a influência da mulher na igreja; datas comemorativas e seus significados; lições como “ser confiante no Senhor”, “receber bênçãos” e “desafios cotidianos”; mordomia cristã; homenagens à Liga e à revista *Servas do Senhor*; os projetos missionários desenvolvidos pela Liga; notícias relacionadas os Congressos Nacionais, Instituto Concórdia; liberdade para servir, agir e amar; vida espiritual; problemas ambientais e a paz mundial. A família também permeou muitas discussões, sendo freqüente as abordagens tratando do papel de mãe; infidelidade conjugal; a relação das mães com os filhos; e união nas famílias. Já os assuntos discutidos pelos homens traziam mensagens sobre Deus, Natal e dificuldades cotidianas no lar.

A coluna dedicada aos Planos de Crescimento Espiritual, que recebia o nome de *Estudo*, apresentava matérias que serviam de apoio em estudos bíblicos de departamentos femininos, e que também podiam ser utilizados no lar em meditações com a família. Estes estudos eram assinados tanto por homens quanto por mulheres, pertencentes à Comissão de Crescimento Espiritual, mas havia casos em que não continham assinaturas, aparecendo apenas o indicativo de que a coluna estava sob a responsabilidade da *Comissão*.

Durante a década de 70 foram elaborados 25 Estudos Bíblicos, dos quais cinco escritos por homens, dois por mulheres e dezoito assinados pela Comissão de Crescimento Espiritual. Já nos anos 80 foram trinta e cinco Estudos Bíblicos, dos quais dezessete escritos por homens e dezoito pela Comissão de Crescimento Espiritual, e nenhuma colaboração das mulheres. Nos anos 90 as mulheres novamente voltaram a ter espaço na coluna, sendo que



de um total de 32 Estudos Bíblicos, desses dezesseis foram escritos por homens, treze por mulheres e três pela Comissão de Crescimento Espiritual.

Os assuntos discutidos na coluna *Estudo* foram os mais variados: a feitiçaria; consulta aos mortos; prognosticação; meios de comunicação; interpretação do distintivo da LSLB; educação, família e igreja; a mulher cristã; hino e lema da Liga; devoção doméstica; 75 anos da Igreja Luterana; mordomia cristã; visitas às irmãs inativas; Lutero e a educação; Lutero como pai e chefe de família; a Bíblia e o trabalho; projetos missionários; servir e obedecer com alegria.

A revista também mantinha uma coluna especial em língua alemã. Vale ressaltar que a *Servas do Senhor* era o único veículo de comunicação da Igreja Luterana que ainda conservava espaço para artigos no idioma de Lutero, o alemão, mostrando a preocupação dos organizadores deste impresso em atender aquelas pessoas que ainda não falavam a língua portuguesa em nosso país. A Página Alemã na década de 70 variava de dois a quatro artigos, sempre escritos por mulheres, e também contava com a presença de poesias, que não ultrapassavam o número de duas por edição. Na década de 80, é possível observar a presença de artigos assinados por homens em dois números da revista. A média de artigos se manteve igual a da década anterior, dois a quatro por edição. Nos anos 90 foram pouco mais de 3 artigos por edição, escritos em sua maior parte por mulheres, reservando também espaço para poesias.

Quanto à produção poética da revista, nessas três décadas esteve, em sua maior parte, sob a responsabilidade das mulheres. Esse fato é facilmente comprovado se considerarmos que na década de 70 foram escritas poesias, sendo que seis foram escritas por homens, quatorze por mulheres e apenas duas não foram assinadas. Nos anos 80 foram trinta e oito poesias, dessas, vinte e nove elaboradas por mulheres, quatro por homens e cinco não assinadas. E das trinta e oito poesias presentes na revista na década de 90, trinta e uma foram feitas por mulheres, três por homens e quatro não assinadas.

Quanto às receitas gastronômicas e demais di-

cas para tarefas domésticas, apareceram poucas vezes, somente em três números da revista na década de 70 e no número do quarto trimestre de 1994, geralmente eram pequenas dicas de aplicação doméstica e pequenas receitas. Foram ao total sete receitas, todas escritas por mulheres, tendo como principal objetivo auxiliar as esposas a prepararem pratos diferentes, principalmente para as datas comemorativas, como o Natal. Entre essas receitas estavam: dicas de como preparar um peru recheado, fazer panettone, bolo de especiarias, torta de nozes, rosquinhas de Natal, bolos de côco e chocolate, sorvetes e doces caseiros. Já as dicas caseiras eram úteis para solucionar pequenos transtornos domésticos como: retirar ferrugem de objetos de ferro, afugentar insetos, remover manchas e riscos de madeira clara, entre outras.

A coluna *Distritos Informam*, trazia uma síntese das principais atividades que os diversos distritos reunidos por todo Brasil desenvolviam ao longo do ano, dando ênfase aos Congressos Distritais. Essa coluna era assinada com certa paridade entre homens e mulheres.

Havia também uma coluna dedicada à divulgação de pequenas notícias da Liga, dos departamentos femininos e da própria revista *Servas do Senhor*, escritas em sua grande maioria por mulheres. Assim foram divulgadas durante a década de 70, notícias escritas por mulheres e apenas cinco por homens. Na década de 80 foram cem notícias escritas por mulheres contra duas por homens. No decorrer dos anos 90 foram notícias escritas somente por mulheres. Foram notícias, ao longo dessas três décadas, assuntos como: Congressos Nacionais e distritais; trabalhos missionários em outros países; novos projetos da Liga; aniversários de departamentos femininos; inaugurações de capelas; notícias das Ligas de outros países; revista *Servas do Senhor*; notas de falecimento; bolsas de estudo; relatórios de atividades de departamento; feiras beneficentes; aniversário de senhoras luteranas; Congressos dos Jovens Luteranos; Missão (pelo rádio e na prisão); Convenções da Igreja Luterana, etc.

De 1977 à 1986 a revista passou a dedicar um es-

paço às jovens luteranas, com o objetivo de oportunizar uma aproximação maior entre mães e filhas, haja vista, que a experiência das mães aliada à “maneira nova” das “jovens ver as coisas”, poderia render excelentes discussões sobre assuntos como namoro, estudo, profissão, religião, família, etc.

Durante o período em que a *Página das Jovens* esteve presente na revista foram escritos 32 artigos por mulheres e apenas um por homem que apresentava uma oração que os pais deveriam fazer aos filhos que entravam na universidade. Já os escritos por mulheres procuravam mostrar às jovens que através da experiência de suas mães, que seriam “instrumentos de Deus e da sociedade”, elas poderiam se libertar e amadurecer. Desta forma, os assuntos discutidos nos artigos versaram sobre as dúvidas freqüentes das jovens; maior participação nos trabalhos missionários da igreja; jovens e a família luterana; direitos e deveres; a jovem universitária luterana; felicidade; jovens confusos e angustiados; hospitalidade cristã; namoro e noivado; mulheres e a beleza; o verdadeiro Natal; amizades; orações pela pátria.

A coluna a *Mulher Hoje*, escrita pelo professor e pastor Lauro Patzer, surgiu na revista no ano de 1985 e permaneceu até 1993. Através de pequenas crônicas, Lauro Patzer, pastor e professor de sociologia da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), procurava refletir sobre os conflitos, os problemas, as dúvidas e os sentimentos, ou seja, as conseqüências de ser mulher em um século onde elas passaram a ter seu espaço garantido no meio social. Entretanto, suas crônicas retiravam dessas reflexões em torno do universo feminino importantes lições para um grupo de mulheres em especial, aquelas a quem a coluna tinha como alvo principal: as mulheres cristãs luteranas.

Entre os assuntos discutidos na coluna *A Mulher Hoje*, estavam: a mulher cristã e o feminismo; a mulher na educação; a Legislação e os direitos da mulher; mães, filhos e a televisão; a mulher e a família; moda, moral e educação; infidelidade conjugal; sentimentos reprimidos; velhice; adolescentes grávidas; as novelas e seus “novos valores”; quando

o chefe de família é contestado; a mulher e o vestuário; educação, a subordinação é necessária.

A coluna *Eu Nem Havia Pensado Nisso*, também era escrita no formato de crônicas, por Rosemarie Lange, que através de fatos vivenciados em seu cotidiano, procurava levar as leitoras da revista, a refletirem sobre seu papel de mãe, esposa e mulher, através de episódios diários que ocorrem na vida de toda mulher, tirando disso importantes lições. Rosemarie Lange procurou abordar em suas crônicas questões como: crianças abandonadas; significados do Natal; importância de pequenos gestos; pensamentos positivos; expressar o amor ao próximo; jovens; preconceitos; Deus; família; mordomia cristã; religiões; lições de vida; trabalho; amigos; tristeza e solidão; ídolos e; fazer missão.

Ainda cabe destacar a coluna *Cantinho do Conselheiro*, que a partir de 1995, tornou-se um importante instrumento de comunicação dos conselheiros da Liga com as senhoras luteranas, com artigos que transmitiam palavras de orientação e consolo, sobre temas como família, filhos, meios de comunicação, LSLB, saúde, educação, lar, novos valores, mulher, entre outros valores.

Diante de artigos e colunas escritas tanto por homens quanto por mulheres, resta-nos saber quais foram os assuntos que mais despertaram o interesse e opinião, tanto dos homens quanto das mulheres, para que desta forma possamos chegar a algumas conclusões.

### **Diferenças e semelhanças na maneira de pensar o comportamento feminino**

O século XX foi palco de profundas transformações na maneira de entender o sujeito histórico, mulheres, crianças, idosos sempre existiram, mas nunca antes haviam sido considerados como segmentos da sociedade.<sup>24</sup> Para Raquel Soihet, a grande reviravolta pela qual passou a história nas últimas décadas do século XX, permitiu que temáticas e grupos sociais, até então pouco abordados, passassem a ser alvo de estudos. Entre esses estudos cita-se o crescente desenvolvimento de estudos sobre as

<sup>24</sup> SOIHET, Rachel. História das mulheres In: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dominios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 297.

mulheres. Na visão de Soihet o aumento no interesse por pesquisas relacionadas à História das Mulheres, deu-se em grande parte graças ao importante papel desempenhado pela história cultural e sua constante preocupação com as identidades coletivas de diversos grupos sociais: pluralizam-se os objetos da investigação histórica, e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história. Foi no século XX que a mulher viveu os conflitos relativos ao seu gênero, na disputa pelo seu espaço.<sup>25</sup>

Através da análise dos conteúdos presentes nas colunas da revista *Servas do Senhor*, observa-se que havia uma preocupação em torno da receptividade desses acontecimentos ocorridos ao longo do século XX, pelas senhoras luteranas. Desta forma foi no intuito de esclarecer às senhoras luteranas, qual caminho deveriam seguir, que tanto homens quanto mulheres, utilizaram-se da revista para escreverem artigos nos quais discutiam assuntos relacionados ao trabalho; à posição da mulher na igreja, na sociedade e na família; ao aborto; aos movimentos feministas; à evolução humana; à cidadania; à assistência social; ao terceiro milênio; ao homossexualismo; à educação; à sexualidade; aos valores morais e éticos; à moda; e aos meios de comunicação.

Assuntos relacionados à família e à mulher, estiveram com maior frequência no bojo das discussões, haja vista, que a senhora luterana sempre foi, conforme vários textos da revista indicam, uma mulher “doméstica”, “vinculada à família” e a responsável principal pela educação dos filhos. Todavia, a sociedade sofreu mudanças e com isso novos valores e atitudes foram surgindo, e como já foi visto, um exemplo disso são as mulheres que conquistaram seu espaço através das transformações ocorridas ao longo do século passado, passando a desfrutar de representatividade na política, no esporte, no trabalho, na educação.<sup>26</sup>

Toda essa gama de mudanças também atingiu a mulher luterana, pois essa passou a ser mais ativa, profissional, social e religiosamente, “construindo o seu futuro profissional, investindo em nível superior. Atualmente destaca-se por encarar uma múlti-

<sup>25</sup> Sobre esse assunto ver: BRUSCHINI, Maria Cristina e PINTO, Célia Regina (Org.). *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 34, 2001; CORREA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um estudo pessoal. *Cadernos Pagu*, 16. IFCH/Unicamp, 2001; DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

<sup>26</sup> Sobre a representatividade alcançada pela mulher nos diversos setores da sociedade ver: SALGADO, Plínio. *A mulher no século XX*. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1949. PIMENTEL, Silvia. *Evolução dos direitos da mulher – norma, fato, valor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978. HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira – e suas lutas sociais e políticas: 1850–1937*. São Paulo: Brasiliense, 1980. AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli. *Mulher – Cinco séculos de desenvolvimento na América – capítulo Brasil*. BH: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999. BRUSCHINI, Maria Cristina; UMBEHAUM, Sandra (Org.). *Gênero democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 34, 2002.

pla atividade que precisa desenvolver: familiar, social e religiosa, o que a prepara para desafios muito maiores, tanto no presente quanto no futuro”<sup>27</sup>.

Sobre essa evolução ocorrida na história das mulheres, o pastor Danilo Fach, escreveu o seguinte:

A evolução interfere na vida e no trabalho da igreja. A pessoa evolui e cria novas formas, instrumentos, espaços, leis e comportamentos para ela. A evolução social traz consigo coisas boas e más. Como podemos ser solidários à família, principalmente à mulher, que é alvo da exploração justamente no intuito de responder a questões como esta que homens e mulheres escreveram seus artigos para a revista *Servas do Senhor*, artigos esses que serão tratados de maneira mais detalhada nos capítulos seguintes.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> Revista *Servas do Senhor*. 4. trim. 1999. Condição, Porto Alegre. p. 6.

<sup>28</sup> *Idem*.

<sup>29</sup> Michele Perrot ao analisar a *dona de casa no espaço parisiense no século XIX*, também observou que entre os tipos de funções desempenhadas por aquelas mulheres estava a função de educação dos filhos e manutenção da família. A dona-de-casa está investida de todos os tipos de função. Primeiramente, dar a luz e criar filhos que leva consigo e, a partir do momento em que sabem andar, acompanham-na por toda parte. A mulher e seus filhos são figuras profundamente reproduzidas pela iconografia da época. A segunda função era a manutenção da família, os “trabalhos domésticos”, expressão que tem um sentido muito amplo, incluindo a alimentação, o aquecimento, a conservação da casa e da roupa, o transporte de água. PERROT, Michelle. *Op. cit.*, 2006, p. 214.

Partindo das considerações esboçadas, pode-se observar que: 1) a organização das mulheres luterana se deu muito antes da década de 1960, considerado o decênio onde ocorreu uma organização efetiva dos movimentos feministas; 2), todavia as mulheres congregadas nas ligas femininas luteranas não gozavam de autonomia, dependentes que eram da liderança masculina; 3) esta situação vem às claras quando se analisa a revista *Servas do Senhor*, seja nas dificuldades em manter a periodicidade do impresso e demais dificuldades de caráter estrutural, seja no conteúdo corrente nas colunas.

### A família

Para os homens a maior responsabilidade da mulher cristã era dentro do próprio lar, no companheirismo com o marido e na educação cristã dos filhos<sup>29</sup>. Consideravam que assim a mulher poderia ter maior capacidade para ensinar valores como: sentido de autoridade, respeito pelo bem coletivo e o bem alheio, aceitação da obediência às regras estabelecidas (dentro da escola, da igreja, do lar, no trânsito, no bairro). Incentivar e promover em sua casa um ambiente de respeito à individualidade de cada um, também era essencial. Alguns diziam que a tarefa de mãe igualava-se a de um presidente ou

governador, já que dentro do lar eram tomadas importantes decisões.

A mulher enquanto dona-de-casa cristã tinha o privilégio de saber que os bens materiais eram secundários, passageiros e não preenchiam sua vida — um alerta para que não fossem “seduzidas” pelas propagandas de rádio, televisão, vitrines das lojas e revistas, que as estimulavam a comprar o que muitas vezes era considerado supérfluo.

Era importante que as mulheres costurassem a roupa dos familiares, fizessem a comida, o pão, a manutenção de uma horta, além de servir a Deus e ao próximo. No caso de mães que necessitassem trabalhar fora de casa, um fator importante para o equilíbrio do trabalho da mulher era que ela não trouxesse para dentro do lar os problemas de seu emprego, as queixas contra patrão e os colegas.

Danilo Fach indicou alguns desafios que a mulher do terceiro milênio teria que enfrentar em três áreas muito importantes: família, igreja e sociedade.

1) No caso da família, enquanto esta toma um rumo de separação e descomprometimento, que proposta e ação ela tomará em favor da família? A composição, união, formação e conservação da família ainda é importante? Deve-se investir na família? Como investir numa família saudável, informada e cristã diante de uma sociedade tão pluralista?

2) Como se habilitar profissionalmente para competir com o mercado de trabalho e não se descuidar de suas múltiplas funções e da essência da comunhão com meu salvador?

3) Haveria outras formas financeiras, cooperativas, parcerias para prover o sustento da evangelização, dentro da mordomia cristã, além das sacolinhas e Revista Servas, para manter a missão de Deus e acelerar o seu desenvolvimento, diminuindo o espaço e a distância entre a igreja e o seu alvo?<sup>30</sup>

A educação, considerada a tarefa mais importante no lar, e ao mesmo tempo, a mais difícil para a família, transportava à mulher uma enorme responsabilidade. Sendo mãe e principal tutora, seu desem-

<sup>30</sup> *Servas do Senhor*. 4. trim. 1999. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1999. p. 8.

penho era de máxima importância. “Ela é a melhor professora, pois tem em mãos o legado dos valores espirituais, que nenhuma outra poderá ensinar tão bem”<sup>31</sup>, dizia o Rev. Nestor Beck, ao considerar o lar a melhor escola.

Se dentro do lar deveriam ser ensinados os valores mais importantes para as futuras gerações, caberia à mãe cristã, mostrar às crianças as principais noções, inclusive sobre Deus. Para isso, não haveria outro alicerce mais substancial do que a Bíblia, detentora de código dos mais elementares valores que a educação cristã deveria incorporar. Nas questões básicas do “certo” ou “errado”, a Bíblia teria de ser o livro guia das mães, de modo que nenhum tratado pedagógico ou de psicologia deveria invalidar a sabedoria moral e espiritual deste livro.

Lauro Patzer, comungando com as noções de Beck, todavia, tratando da educação escolar, destacou que essa não era uma tarefa fácil, já que os problemas de disciplina revelavam-se cada vez mais graves principalmente com o desserviço prestados pela televisão, pelos brinquedos eletrônicos, aliados a outras dificuldades como os sentimentos “reprimidos de casa” e falta de uma “orientação disciplinar mais realista e eficiente”. As mães deveriam, assim, incentivar seus filhos ao gosto pela aprendizagem, uma vez que o aluno para aprender, precisava querer aprender, ou pelo menos, querer chegar a aprender.

Para Patzer, de nada adiantaria dar ao aluno plena liberdade se ele não soubesse como usá-la. O professor ao fazer isso, contribuiria para “bloquear toda a dinâmica da sala com indisciplina”<sup>32</sup>. A sala de aula tinha de ser pautada num ensino, por ele chamado, de “dialético”, onde o professor precisa falar e o aluno ouvir, o aluno perguntar e o professor responder. “Aluno e professor precisam de comunicação constante. Tal situação é[ra] impossível onde o professor depende[sse] de gritos para ser ouvido”<sup>33</sup>. Todas essas necessidades imprescindíveis ao aprendizado teriam de ser desenvolvidas nos lares e deveriam ser instrumentalizadas pela figura central da educação doméstica: a mãe.

Outro assunto que também esteve presente nos

<sup>31</sup> *Servas do Senhor*. 3. trim. 1985. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1985. p. 7.

<sup>32</sup> *Servas do Senhor*. 3. trim. 1988. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1988. p. 15.

<sup>33</sup> *Idem*.



artigos escritos pelos homens, foi a preocupação dos pais com questões referentes à educação sexual e os filhos adolescentes. Uma observação feita pelo pastor Vili Redel, constatou que a única receita ou dica, sobre educação sexual, passada aos jovens, considerada a “gloriosa solução”, se resumia apenas em duas palavras: usar camisinha.

Esse “glorioso” conselho, na opinião de Vili Redel, transforma-se apenas em mais um incentivo aberto, para aqueles que quisessem “fazer amor”, não importando com quem, onde, quando ou por quê<sup>34</sup>. Valores como virgindade, castidade e sexo somente para casados, eram algo que nem se cogitava, haja vista, ser a preocupação com a AIDS ou com uma gravidez precoce, facilmente resolvidos com um simples “use camisinha”.

No entanto, a “gloriosa solução”, encontrada em um simples “use camisinha”, em alguns casos não era suficiente, o que acabava tornando a adolescência uma fase que merecia a atenção especial dos pais, educadores e instituições sociais, no que dizia respeito à gravidez, que se tornava algo preocupante e crescente.

Lauro Patzer indicou que gravidez no começo da adolescência, além de não ser desejada, era vista com preconceito por parte da sociedade, além de ocorrer sob fortes tensões emocionais. Somados aos prejuízos psicológicos haveriam sérios riscos orgânicos como incidência de toxemia, pré-eclampsia, mortalidade perinatal e morbidade. Ainda haviam os casos de adolescentes que não desejando levar a gravidez até o final, procuravam no aborto clandestino a solução para seus problemas.

Desta forma, Patzer procurou analisar a questão sob o ponto de vista médico, educativo e social, e do ponto de vista ético-cristão. A escola, ao enfrentar problemas de gravidez na adolescência, deveria contar com a ajuda de uma orientadora educacional, procurando instruir e orientar as jovens, evitando o cancelamento de matrículas, tão comuns nesses casos e que não resolveriam o problema. Da mesma forma, a família e a igreja não alterariam o quadro com punições morais, pois são nesses momentos que a grávida imatura mais precisaria do apoio dos pais

<sup>34</sup> *Servas do Senhor*. 3. trim. 1998. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1998. p. 8.

e da tolerância das pessoas de seu círculo comunitário<sup>35</sup>.

As medidas preventivas frente ao problema deveriam ser promovidas tanto pela escola, como pela igreja, através de informação e formação para evitar a proliferação de mães adolescentes. Aliada às medidas preventivas, deveria estar a “construção de um ambiente de confiança” entre pais e filhos dentro do lar.

No intuito de ajudar a solucionar o problema o pastor Vili Redel, apontou quais conselhos os cristãos poderiam utilizar como “receita”, para orientar os jovens no caminho correto a seguir: “nós cristãos, teremos sempre a Palavra de Deus como lâmpada e luz, verdade e norma em todo o nosso pensar, falar e agir, educar os filhos, os jovens em particular, na doutrina do Senhor será sempre a meta sagrada”<sup>36</sup>.

No entanto, o pastor Wilson Villanova, observou que não eram apenas problemas relacionados aos filhos, que a família estava enfrentando, outros sérios problemas rondavam os lares cristãos. Dentre eles destacou a inserção da mulher no mercado de trabalho, que se deva com imensos prejuízos à família cristã. Para Villanova, o aumento assustador do índice de separações; de casos de homossexualismo de contestação ao casamento estava intimamente ligado ao novo estilo de vida dos casais que o ao saírem para trabalhar, devido às necessidades econômicas, deixavam os filhos sozinhos ou entregues a empregados.

Diante dessa alarmante situação, o que os pais cristãos deveria fazer? Segundo Wilson Villanova, a única solução mais viável era recorrer “à orientação infalível da Palavra de Deus”<sup>37</sup>, educando os filhos a praticarem as orientações encontradas na Bíblia, pois os jovens ficavam confusos em meio a tantas transformações.

Ao Rev. Luiz Carlos Garlipp, também causava espanto o grande número de casamentos que fracassavam, por não conseguirem superar os problemas de uma nova modalidade de vida onde o tempo da tolerância era cada vez menor. Alguns casamentos duravam apenas meses, resultado de uma série

<sup>35</sup> *Servas do Senhor*. 4. trim. 1986. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1986. p. 16.

<sup>36</sup> *Idem*.

<sup>37</sup> *Servas do Senhor*. 3. trim. 1998. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1998. p. 8.

de pressões que atingiam os casais e para as quais não estavam preparados. O Rev Garlipp elencou algumas das pressões que sofriam o casamento, entre elas estavam:

- 1) o trabalho e os compromissos retiram todo o nosso tempo e nos deixam nervosos e intolerantes;
- 2) a questão financeira pesa e atrapalha o relacionamento;  
as palavras que dizemos em certos momentos abalam o casamento;
- 3) amor baseado apenas na aparência física, nos prazeres que poderiam proporcionar, na oportunidade de sair de casa
- 4) a falta de garra, de perseverança e não saber lutar pelo que se quer, leva ao desânimo e à fuga;
- 5) especialmente a falta de Deus nas vidas;<sup>38</sup>

Diante dessa realidade e das pressões que assolava o casamento, caberia aos casais unirem-se para enfrentar as dificuldades, uma vez que o amor era o único vínculo capaz de tornar forte o casamento e, por isso, precisava “cultivado para crescer e ser forte”<sup>39</sup>.

Os baixos índices de natalidade também eram motivos de preocupações por parte dos colaboradores da revista *Servas do Senhor*, perplexos que estavam com frases do tipo “eu não nasci para ser coelha” ou até mesmo “a maternidade é uma estereotipia da sociedade burguesa capitalista”. Considerações, tidas como feministas, como essas, foram duramente refutadas pelo pastor Fermino Bündchen, para quem essa “crise da geratividade”, por que passavam algumas mulheres, gerava dois extremos, que os cristãos condenavam: “por um lado as mulheres que não queriam ser mães, e por outro, uma proliferação irresponsável de filhos e a conseqüente explosão demográfica”<sup>40</sup>. Para o pastor, isso era resultante de idéias importadas que confundiam a mente da mulher brasileira, levando uma pequena minoria a renegar a maternidade, demonstrando que fora do círculo da Igreja era possível escutar coisas que mexiam com os pilares das estruturas cristãs.

O professor Lauro Schoedler, ao ser questionado

<sup>38</sup> *Servas do Senhor*. 4. trim. 1981. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1981. p. 9.

<sup>39</sup> *Servas do Senhor*. 4. trim. 1993. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1993. p. 12.

<sup>40</sup> *Idem*.

sobre o maior problema da mulher na década de 90, esclareceu que a mulher brasileira, como todos os brasileiros, necessitava de uma maior inclinação à leitura, ao estudo e principalmente à discussão com os homens e filhos sobre os problemas do lar, do trabalho e do país, utilizando sabiamente seu tempo para acertar, construir, elogiar. Todavia, apontou que de nada adiantaria tais esforços se a mulher continuasse a insistir no maior de seus erros: “querer tornar-se igual ou melhor que os homens — mais racional, mais lógica”<sup>41</sup>. Deste modo, para Schoedler, à mulher, um desafio tornava-se capital em tempo de exacerbado feminismo: “permanecer feminina, sensível e intuitiva [para assim] conseguir que os homens sejam mais solidários com as atividades das mulheres”<sup>42</sup>.

Sobre a atuação da mulher dentro e fora do lar, Lauro Schoedler, não se colocava contra, pois percebia que as novas modalidades de trabalhos tornavam a mulher mais participativa dentro do lar, permitindo uma maior atuação da mesma no sustento familiar, ajuda em muitos casos imprescindíveis. Contudo pedia compreensão àquelas mulheres que muitas vezes não podiam trabalhar fora, por diversos motivos, desde que esses motivos não fossem machismo, tirania do marido ou acomodação do casal.<sup>43</sup>

### O feminismo

Lauro Patzer definia as feministas como um grupo de mulheres que lutavam contra o domínio dos homens nos diversos setores da sociedade, buscando a igualdade e projetando suas reivindicações na esfera pública.<sup>44</sup> Porém, na avaliação de Patzer, o feminismo, não havia sido homogêneo em seus princípios e em suas reivindicações, por ter se dividido em grupos que pleiteavam objetivos diferentes, entrando em constantes contradições.

Para Lauro Patzer, mesmo com contradições “o feminismo galopante era um sintoma, não do processo histórico e sim, de uma crise de identidade aliada ao desfibramento das famílias, da influência dos valores pregados pelas novelas e o gradativo afasta-

<sup>41</sup> *Servas do Senhor*. 1. trim. 1986. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1986. p. 17.

<sup>42</sup> *Servas do Senhor*. 2. trim. 1994. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1994. p. 8.

<sup>43</sup> *Idem*.

<sup>44</sup> *Servas do Senhor*. 2. trim. 1994. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1994. p. 8.

mento do ser humano da hierarquia da natureza”<sup>45</sup>.

O feminismo também havia sido responsável por desencadear uma situação paradoxal: paralelamente ao fenômeno do feminismo se contemplava o “afeminamento do homem ao lado da machificação da mulher”<sup>46</sup>. Devido a esse fato, Patzer, considerou que nesta época alcançou-se o ápice do “masculino-feminino” ou “crepúsculo do macho”. Aos olhos dos cristãos luteranos o feminismo havia trazido consigo um ciclo de anomalias, responsável por um terceiro “espécime” com características bivalentes.

Em tempos de feminismo, “machificação da mulher”, “crepúsculo do homem”, uma dúvida surgia: onde a mulher cristã deveria procurar orientação sobre o assunto? Nas palavras de Patzer, essa orientação deveria ser encontrada na Bíblia, que trazia como principal papel da mulher, conforme a ordem da Criação, prestar auxílio ao marido, o que não remeteria, necessariamente, à subjugação ou escravidão, ao contrário, homem e mulher estariam ligados por uma relação de mútua dependência.

Seguindo os preceitos bíblicos, a mulher cristã estaria acima de quaisquer modismos feministas e, o mais importante, consciente da mútua dependência entre o homem e a mulher, acabando, assim, com a grosseira “guerra dos sexos”.

Como forma de mostrar às mulheres que elas não estavam em uma situação de inferioridade com relação aos homens, Patzer procurou evidenciar alguns pontos importantes da Legislação e os direitos da mulher, que muitas vezes elas desconheciam. Lauro Patzer lembrou que durante muito tempo a “condição física da mulher serviu de base para que ela fosse considerada inferior ao homem, ela não podia contrair dívidas, assinar documentos de compromisso, exercer profissão, mesmo com formação universitária. (...) Portanto, o marido era o verdadeiro dono da mulher”<sup>47</sup>.

Porém, com a regulamentação dos direitos da mulher no Brasil, esse quadro mudou, e ela passou a gozar de uma soma de direitos, na Legislação trabalhista, por exemplo, a mulher possui amplas prerrogativas, em termos de aposentadoria ela precede o homem em cinco (5) anos, lembrou Patzer.

<sup>45</sup> *Servas do Senhor*. 1. trim. 1985. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1985. p. 12.

<sup>46</sup> *Idem*.

<sup>47</sup> *Idem*.

Ao fazer essas considerações sobre a legislação e os direitos da mulher, Patzer, procurou alertar às mulheres sobre seus direitos e deveres, no entanto, procurou esclarecer que no que diz respeito ao círculo familiar cristão as convicções no Evangelho estão acima de quaisquer leis e direitos. “Quando qualquer membro da família precisa valer-se do direito da Lei, é sinal que o lar está implodindo”<sup>48</sup>.

Algumas feministas usavam essa libertação feminina para condenarem a preparação da mulher para as funções exclusivas de mãe e dona de casa. Sobre a discussão em torno da não realização da mulher enquanto dona de casa, Patzer argumentava que nem sempre isso acontecia, haja vista, a quantidade de mulheres perfeitamente realizadas com a vida restrita à casa. Outras não, mas em contrapartida, havia uma geração de filhos entregues aos cuidados de empregadas domésticas e creches.

A sociedade fazia a mulher se sentir mal com o “status de cozinheira”, eram grandes as pressões para que ela acompanhasse a onda e assumisse o papel de uma “mulher aberta”. Porém, desse problema surgia um confronto: como adequar os padrões cristãos dentro dos padrões da época? Patzer respondeu a essa pergunta da seguinte maneira:

a mulher cristã, está exposta à rudeza de uma realidade que é inclemente à sua e sobre o destino de seu lar. Por todos os lados, recebe influências ligadas à educação dos filhos, ao relacionamento com o marido, seu papel de esposa”. Há um “novo código feminino” nas bases de interesses comerciais, o pior de tudo é a instrução à rebeldia. Por outro lado, o apóstolo Paulo escreveu: “as mulheres sejam submissas...”; o homem é o cabeça do mulher.... Foi um equívoco do apóstolo? Foi um atitude machista? Como ajustar estas frases dentro da mentalidade de hoje?<sup>49</sup>

<sup>48</sup> *Servas do Senhor*. 4. trim. 1985. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1985. p. 17.

<sup>49</sup> *Servas do Senhor*. 4. trim. 1985. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1985. p. 17.

Assim, contrariando os preceitos feministas, Patzer pretendia fazer as mulheres se sentirem suficientemente corajosas para se oporem aos modismos imperantes, enquadrando os padrões de seus lares dentro dos velhos e milenares padrões bíblicos, apesar da profusão de novas idéias e valores.

Patzer, também, procurou mostrar que as idéias feministas, incitavam as mulheres a acabar com a figura do chefe de família, pois segundo a defesa dos direitos da mulher, “o conceito de chefe de família é[ra] fruto da sociedade burguesa machista”<sup>50</sup>. Porém, esses novos ideais de liberdade dirigidos às mulheres, faziam lembrar os dois terços de mulheres no mundo cuja realidade era bem diferente das mulheres ocidentais: as orientais, que em alguns países, não passavam de uma “escrava especial dos homens”<sup>51</sup>.

Partindo do exemplo das mulheres orientais, as ocidentais deveriam perceber que não existiam motivos para exigirem o término da postura do chefe de família. Para Lauro Patzer, isso não passava de um grande equívoco por parte das mulheres, pois não perdiam para os homens no âmbito dos direitos. Salientava que o único suporte entre o marido e a esposa não deveria ser um pedaço de papel com um “itinerário de leis”, mas a afinidade entre ambos, que deveria estar acima de quaisquer concepções feministas e machistas, acima de tribunais e constitucionalidades jurídicas, nenhum “clichê ideológico” iria mudar o curso da natureza entre homem e mulher.

### **Participação da mulher na igreja**

“Deus dá habilidades especiais e diferentes e esta divergência de dons é necessária aos muitos trabalhos e às várias necessidades da vida”, dizia Luiz Carlos Garlipp, ao explicar que a distribuição de dons entre os seres humanos<sup>52</sup>, tinha como principal objetivo o benefício de todos mutuamente. Baseando-se neste pressuposto, Luiz Carlos Garlipp, indicou algumas áreas nas quais as mulheres poderiam empregar seus talentos, contribuindo para o crescimento da igreja:

como professora da escola dominical; no programa de missão; na visita aos doentes; sendo organista nos cultos; fazendo parte de uma comissão de trabalho em seu departamento feminino ou da congregação; colocando literatura cristã em lugares públicos; dando atenção e

<sup>50</sup> *Servas do Senhor*. 2. trim. 1985. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1985. p. 12.

<sup>51</sup> *Servas do Senhor*. 3. trim. 1987. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1987. p. 16.

<sup>52</sup> *Idem*.

conversando com crianças de sua rua; interessando-se pelos idosos; remendando roupas para os necessitados; ajudando financeiramente as instituições de caridade da igreja; participando das atividades da escola de seus filhos.<sup>53</sup>

A mulher não poderia pensar que suas habilidades eram muito simples e pouca falta faziam no trabalho da igreja, ao contrário teria que usá-las desde o momento de sua descoberta, desenvolvendo de acordo com as condições, possibilidades e oportunidades que surgissem.

Foi justamente por julgar importantes as tarefas desempenhadas pela Liga das Senhoras Luteranas, que em 1975, o presidente da Igreja Luterana do Brasil, Johannes Gedrat, sugeriu à diretoria da Liga, para que as senhoras oferecessem seu serviço à igreja através da ornamentação do novo Centro Administrativo, em Porto Alegre. Segundo Gedrat a contribuição poderia ser dada através de tapeçarias, bordados, pinturas, símbolos cristãos, letreiro luminoso, que poderiam ser conseguidas pelos departamentos femininos de congregações, por meio de ofertas ou promoções especiais.

Como forma de reconhecimento do trabalho das senhoras luteranas pela igreja, o presidente explicou que o centro administrativo seria construído, através de ofertas voluntárias e com a participação de todos os membros da igreja<sup>54</sup>.

O pastor Egon Kopereck, procurava mostrar que as mulheres, enquanto “servas do senhor”, tinham a importante missão de ser uma cooperadora de Deus, colaborando na tarefa de levar Cristo para todos.

### A mídia

Até que ponto a família perdeu com a introdução do aparelho de televisão em seus lares? Com esta questão Lauro Patzer, discutiu a enorme contribuição da televisão, seja por meio das novelas ou das propagandas, para a diminuição do diálogo no seio familiar. Esse seria o lado negativo, porém, reconheceu ter a televisão múltiplas faces, e algumas delas de boa fisionomia, como os noticiários, para acom-

<sup>53</sup> Quanto à divisão de tarefas atribuída a homens e mulheres, Michele Perrot enfatiza que no século XIX essa divisão sexual foi acentuada, ao passo ficou delimitada a função que cada sexo teria, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase pre-determinados, até em seus detalhes. Aos homens, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos. PERROT, Michelle. *Op. cit.*, 2006, p. 178.

<sup>54</sup> *Servas do Senhor*. 4. trim. 1980. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1980.



panhar a dinâmica dos fatos, e até mesmo para a própria religião: “seria retrógrado se afirmasse que a televisão não se compatibiliza com o cristianismo. Gostando ou não, ela é o maior veículo de comunicação de massa do Brasil.”<sup>55</sup>

Era devido ao seu lado negativo que Patzer acreditava que a televisão merecesse redobrada vigilância, principalmente, pelas mães. Entretanto, qual seria o papel da mãe frente ao “controvertido hóspede eletrônico”? A mãe ficaria responsável por: limitar o tempo do aparelho ligado; selecionar o tipo de programação; estimular as crianças ao brinque-do criativo a até mesmo ao esporte e, sobretudo, estimular a criança à leitura, ou seja, preenchendo o tempo de seus filhos com coisas edificantes. Patzer acreditava que “o santuário do lar não deve ser profanado pela adoração ao totem eletrônico”<sup>56</sup>, e nessa tarefa a mulher era de fundamental importância, ao passo que deveria ser responsável por programar e controlar as atividades da família.

Outro problema trazido pelo “hóspede eletrônico” foram as novelas, que acabaram conquistando a atenção não só do público feminino, mas de homens, crianças, idosos e adolescentes (seus espectadores mais assíduos). O horário das novelas, em muitos lares, havia se transformado em “hora sagrada”, transformando os telespectadores em “verdadeiros devotos, que largavam tudo, para prostarem-se diante do totem eletrônico”.<sup>57</sup>

Diante dessa enorme adoração pela televisão e, sobretudo, pelas novelas, Patzer se mostrou preocupado com a situação do lar luterano. Acreditava que o efeito da novela dentro do lar cristão, merecia ser discutido no seio da igreja, sugerindo um debate sobre o assunto nas reuniões dos Departamentos de Senhoras e, principalmente nos congressos distritais.

A novela era apontada como grande “veículo de alienação”, com capacidade para impregnar qualquer valor na mentalidade do grande público, principalmente os adolescentes e as mulheres, considerados os mais vulneráveis, por tentarem reproduzir o tipo de vida exibido pelos seus personagens.

Assuntos relacionados ao homossexualismo, por exemplo, eram tratados nas novelas como algo que

<sup>55</sup> *Servas do Senhor*. 3. trim. 1985. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1985. p. 4.

<sup>56</sup> *Servas do Senhor*. 2. trim. 1986. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1986. p. 8.

<sup>57</sup> *Idem*.

estava na moda, outras questionavam o valor da autoridade paterna, e o reflexo dessas atitudes era facilmente percebido entre os telespectadores, na medida em que se percebia uma ascensão da cultura massificada e um perigoso declínio dos antigos hábitos familiares. Assim, a programação televisiva gerava conceitos e práticas inaceitáveis ao cristão, este, por sua vez, deveria saber “filtrar” essas idéias, conceitos, valores e o modo de vida que eram transmitidos, para não correr o risco de absorvê-las.

As novelas, pensadas, em sua grande maioria para atingir o público feminino, desempenhavam, também, um papel importante, a saber: promoviam e difundiam a moda. Eram as responsáveis por promoverem estilos específicos e gerais, modismos que eram grandemente difundidos entre as pessoas, principalmente, as mulheres. Era compreensível que as mulheres se preocupassem com a auto-imagem, porém a mídia e, sobretudo, as novelas não deveriam ser adotadas como seus principais referenciais.

Nesse sentido, Lauro Patzer, definiu moda da seguinte maneira: “reflexo da situação e da dinâmica de uma sociedade, traduzindo o comportamento das pessoas, de acordo com o lugar, o momento e a época”<sup>58</sup>. Através dessa conceituação Patzer, mostrou que as mudanças do vestuário criaram polêmicas, sob o ponto de vista moral, de acordo com o momento e os valores de um dado período, culminando em reações contrárias à moda, como foi o caso do cabelo comprido na década de 60, do surgimento da minissaia, do lançamento do biquíni, entre outras. Essas mudanças no vestuário levaram Patzer à seguinte conclusão:

Se comparadas com as da atualidade as roupas de banho femininas eram consideradas verdadeiras bombachas de algodão, e por isso menos escandalosas. Há quem diga que por isso, a moral do passado era melhor, porque as pessoas vestiam-se com mais decência.<sup>59</sup>

Observa-se através da afirmação de Patzer, a importância em perceber o caráter humano como algo adquirido, modificável e dinâmico, que cami-

<sup>58</sup> *Servas do Senhor*. 1. trim. 1987. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1987. p. 15.

<sup>59</sup> *Servas do Senhor*. 1. trim. 1991. Rio Grande do Sul: Concórdia, 1991. p. 18.

nha paralelo ao crescimento da humanidade e se torna resultado das mudanças na sociedade, um bom exemplo desse caráter mutável da sociedade foi a moda, que desde a antigüidade se diversificou inúmeras vezes.

No entanto, não importava qual seria a nova tendência lançada pela moda, o amor ensinado por Deus era o único e verdadeiro parâmetro para questionar a moralidade. Caberia à escola, enquanto instituição social formativa, ajudar os educandos, não a fugir do mundo moderno, mas a vivê-lo “despido de preconceitos e falso moralismo”. Patzer aconselhava que não usassem o tamanho, a cor e o corte da roupa, como um pretexto para desprezar ou condenar o semelhante.

### Considerações finais

De modo geral, pode-se perceber que a mulher luterana foi representada nos artigos escritos pelos homens de forma semelhante ao que foi exposto naqueles escritos pelas mulheres, seguindo as normas de conduta consideradas condizentes com os valores cristãos luteranos. Desta forma, dedicar-se à família, como “governadora” do lar; participar das atividades da igreja; praticar assistência social; trabalhar fora de casa sem se descuidar de sua função de mãe e esposa; controlar a influência dos meios de comunicação, responsáveis por apresentar conceitos e práticas inaceitáveis ao cristão; preservar o lar como a melhor escola para os filhos; cultivar o amor no casamento e; manter-se acima de quaisquer modismos feministas, eram funções que, segundo os homens, deveriam fazer parte da rotina dessas mulheres. Assim, notamos que os homens tinham significativa influência na manutenção dos costumes femininos, pois, através de sua participação na revista procuravam reforçar os ‘valores’ que julgavam importantes de serem seguidos pelas mulheres.

### Referências

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Uma História dos* <sup>60</sup> *Idem.*

*Annales (1921-2001)*. Tradução Jurandir Malerba. Maringá: Eduem, 2004.

ALVES, Ruben. *Protestantismo e repressão*. São Paulo: Ática, 1979.

BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989) a Revolução Francesa da historiografia*. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.

BUSS, Paulo Wille. *Um grão de mostarda: a história da Igreja Luterana do Brasil*. V. 2. Porto alegre: Concórdia, 2006.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

\_\_\_\_\_. *Do livro à leitura*. In: CHARTIER, Roger. (Org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

\_\_\_\_\_. *O mundo como representação*. *Revista Estudos Avançados*, jan./abr. 1991, v..5, n.11.

CRUZ, Heloísa de Faria (Org.). *São Paulo em revista*. Catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedade paulistana-1870-1930. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153. 2005.

DONNER, Sandra Cristina. *Os jovens luteranos e a "revolução brasileira": um estudo histórico da Congregação dos Estudantes de Porto Alegre, da Associação Cristã de Acadêmicos e da Revista da Juventude Evangélica na década de 1960*. São Leopoldo (Dissertação de Mestrado em

História). Unisinos, 2001.

DREHER, Martin N. Protestantismo de imigração no Brasil: sua implantação no contextoliberal-modernizador e as conseqüências desse projeto. In: \_\_\_\_\_. *Emigrações: história da Igreja no Brasil*. Aparecida: Santuário, 1993, p. 109- 31.

FRESTON, Paul. Dilemas de naturalização do protestantismo étnico: a Igreja Luterana no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, vol. 16, n. 24, p. 61-73, 1998.

GERTZ, René E. Os luteranos no Brasil. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 9-33, 2001.

LIGA DAS SENHORAS LUTERANAS DO BRASIL (LSLB). *Manual do departamento feminino*. 4.ed. Concórdia, 1987.

MESQUIDA, P. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil*. Juiz de Fora: EDJFJ/EDITEO, 1994.

NASCIMENTO, Kelly Cristina. *Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira -1873-1932* (Dissertação de Mestrado). 2006.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, 2006.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2006.

\_\_\_\_\_. *As mulheres e os silêncios da História*. EDUSC: Bauru, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

Revista *Servas do Senhor* 1970-2000, 130 Números.

SARTI, Cynthia A. *O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido*. XXI Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association), Chicago, Illinois, 1998.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, P. (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

SOIHET, Rachel. História das mulheres In: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOUZA, Sandra Duarte de. (Org.). *Gênero e religião no Brasil: ensaios feministas*. São Bernardo do Campo: Unesp. 2007.

SUZUKI Jr., Matinas. A maquiagem do mundo. *Primeira página. Folha de S. Paulo*. São Paulo: Folha da Manhã, 1985.

VIEIRA, Sonia Bressan. *Imagens de organizações de mulheres no Rio Grande do Sul – 1910-2001*. São Leopoldo, 2001. Dissertação (Mestrado em História) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS.

\_\_\_\_\_. O “Abre-Alas” do Movimento de Mulheres no Rio Grande do Sul. 1910-1990. *Revista de Ciências Humanas* n. 7. Ano VII. 2005.

# A construção do feminino negro no jornalismo de revista brasileiro

Leandro José dos Santos

**Resumo:** As instituições da mídia utilizam e dão significado ao feminino negro utilizando-se da iconografia de seus corpos. Seguindo a metodologia da hermenêutica de profundidade, desenvolvida por John Thompson, e apoiados ainda na semântica argumentativa de Oswald Ducrot, realizamos um exercício crítico a fim de compreender como a mulher negra brasileira é retratada pelo nosso jornalismo de revista.

**Palavras-chave:** Mulher Negra. Corpo feminino no Jornalismo de Revista Brasileiro.

**Abstract:** The media institutions uses and give meaning to the black feminine through the iconography of their bodies. With John Thompsons's *depth-hermeneutical* approach backed up on Oswald Ducrot's methodology of *argumentative semantics* we have produced a critical balance in order to understand how the Brazilian black women is portrayed in the printed media.

**Keywords:** Black feminine. Feminine Body.

## Introdução

A corporeidade feminina negra, ao ser utilizada pelos textos da mídia impressa, estabelece novas formas de compreensão sobre a imagem da mulher. Isso acontece não apenas porque os aparelhos de comu-

*Leandro José dos Santos.* Mestrando em sociologia pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Bolsista FAPESP. E-mail: leannddro@yahoo.com.br.

Texto recebido: 07/04/2009. Texto aprovado: 13/05/2009.

nicação da mídia apresentam o corpo como objeto de discussões e domínio público, mas porque o desenvolvimento dos meios de comunicação, ao dissociar a comunicação do ambiente físico, reorganizou as relações sociais, criando a ação social à distância<sup>1</sup>.

Assim, a produção, o armazenamento e a circulação de informações e conteúdo simbólico têm sido aspectos centrais da vida social. As novas técnicas de apresentação dos produtos da mídia e das formas simbólicas definem e re-significam o corpo nos dias atuais; elas interferem no modo de vida e no cotidiano das pessoas; dão nova configuração aos sentimentos de pertença dos indivíduos a determinados grupos. A corporeidade é manipulada de forma a atender interesses sociais e comerciais, e essa estratégia, na medida em que é fixada no imaginário coletivo, passa a ser traduzida como natural e inerente à condição humana, funcionando como instrumento de conhecimento e reconhecimento social.

Diante disso, estudamos como os artigos da mídia impressa brasileira apresentam e dão significado ao feminino negro servindo-se da iconografia de seus corpos. Nosso objetivo principal é tentar compreender quais são as contribuições que as formas simbólicas mediadas pelo jornalismo de revista dão ao processo de formação das identidades femininas negras. Neste texto apresentamos parte dos resultados que obtivemos acerca das análises sobre o conteúdo jornalístico das Revistas *Época* e *Raça Brasil*, publicadas nos anos de 2005 e 2006.

Nosso referencial metodológico está alicerçado em trabalhos que possibilitam extrair das formas simbólicas seus possíveis sentidos. Assim, interpretaremos o conteúdo jornalístico tentando buscar também o implícito e o não dito. Utilizamos as reflexões teórico-metodológicas da “Hermenêutica de Profundidade” propostas por John Thompson<sup>2</sup> e a semântica argumentativa de Oswald Ducrot<sup>3</sup>, pois a produção de ambos será importante à ora da leitura e interpretação das formas simbólicas veiculadas na mídia impressa, permitindo buscar o sentido das coisas em algo não aparente.

<sup>1</sup> Ver: THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999; e THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: uma teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995; GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

<sup>2</sup> THOMPSON, J. B. *Op. cit.*

<sup>3</sup> DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.



## O feminino negro no jornalismo de revista

Estudos recentes demonstram que a iconografia do corpo feminino negro ainda está diretamente atrelada às estruturas e papéis sociais determinados por um passado que as tem marcado com o estigma da inferioridade e da ignorância.

Farias<sup>4</sup>, em uma pesquisa sobre a presença de corpos negros na publicidade da revista *Veja* da década de 1970, revela que a vinculação da imagem de pessoas negras em textos publicitários naquele período é quase inexistente, quando apareciam eram freqüentemente estereotipados pelo signo da pobreza e da inferioridade. Ao que se refere especificamente à mulher negra, percebeu-se que havia, de um lado, a intenção de a publicidade conectá-la ao espaço doméstico, numa tentativa incessante de mantê-la associada ao passado escravista, mas, por outro lado, alguns anúncios relacionavam o corpo negro ao corpo exótico.

Em "*Sexo tropical*", Piscitelli<sup>5</sup> ressalta que os atributos das "morenas" veiculadas nas revistas *Veja*, *Isto É* e *Marie Claire* da década de 1990, em textos publicitários ligados ao turismo sexual, mostravam formas "sinuosas", bundas arrebitadas e peles mais ou menos escuras. Para Piscitelli, os atributos recorrentemente associados à figura da "mulata", no Brasil, são a alegria, a sensualidade, a juventude e a enorme disposição para o sexo e certa passividade.

Em texto anterior<sup>6</sup>, demonstramos que nas páginas da Revista *Época* as representações simbólicas sobre as mulheres negras também tendem a associá-las ao signo da miséria, da pobreza e da violência. Afirmamos também que corporeidade é manipulada de forma a atender, não apenas interesses sociais e comerciais, mas serve igualmente para mascarar as relações raciais e para "esconder relações de poder e dominação de um seguimento populacional sobre o outro".

Verificamos nas reportagens da Revista *Época* que trazem o corpo feminino negro como foco de discussões jornalísticas o revelar de conflitos de ordem religiosa, econômica, social, moral e ética entre o contexto sócio-cultural negro e a sociedade glo-

<sup>4</sup> FARIAS, Patrícia. Belezas negras à vista: a presença negra na publicidade brasileira dos anos 70. In: TRAVANCAS, I.; FARIAS, P. (Org.). *Antropologia e comunicação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 209-225.

<sup>5</sup> PISCITELLI, Adriana. Sexo gênero e raça em alguns textos da mídia brasileira. *Cadernos Pagu*, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 1996, v. 6-7, p. 9-34.

bal. Nessa Revista, a própria mulher negra é acusada de propagar estereótipos e estigmas machistas sobre ela mesma<sup>7</sup>.

Consta também em matérias jornalísticas de *Época* a elaboração de imagens que retratam apenas a mulher negra empobrecida, mas, que dependendo da utilização que ela possa fazer do seu “gingado”, da sua beleza e do seu corpo, pode vir a conquistar a tão desejada ascensão social. Há, ainda, no jornalismo de *Época*, um discurso depreciativo do conjunto cor-corpo feminino negro mediante a negação pública de uma beleza negra. “Elas não são a coisa mais linda — estão fora do que é considerado o padrão de beleza —, mas são cheias de graça. Seu doce balanço não é a caminho do mar, e sim muitas vezes num ônibus lotado rumo a algum bairro de classe baixa dos subúrbios das grandes cidades brasileiras”, diz a reportagem de *Época* sobre mulheres as negras cantoras de funk e rap.

Entremeios, quando estudamos os jornais publicados pela população negra no início do século XX, percebemos que eles constituíram uma imprensa capaz de fazer o povo negro refletir sobre as especificidades de seus anseios, suas reivindicações, e, acima de tudo, esses jornais permitiram que homens e mulheres negros refletissem sobre as condições sócio-econômico-político-culturais nas quais estavam inseridos. Os jornais negros foram utilizados com fins nitidamente políticos na tentativa de elaborar uma ideologia de grupo, pois, era por seu intermédio que se ficava sabendo sobre o que acontecia nas festas religiosas, competições esportivas, bailes, aniversários, casamentos e outros eventos da comunidade negra. Foi por meio de sua imprensa que o negro conseguiu expressar sua opinião, expor sua cultura, mostrar suas reivindicações e pôde fazer seus comentários e críticas sobre determinados assuntos<sup>8</sup>.

A valorização dos homens e mulheres negros por esses jornais consistiu não apenas no surgimento de uma consciência reivindicatória, ela resultou na organização política do grupo, permitindo que ocorresse sua participação e representação na vida política do país. O aparecimento da Frente Negra Brasi-

<sup>6</sup> SANTOS, L. J. Expressão do corpo feminino negro na mídia impressa. *Anais do XVIII Congresso de Iniciação Científica da UNESP*. Bauru: UNESP, 2006.

<sup>7</sup> Ver: *Revista Época*, Rio de Janeiro: Globo, Edição 400, jan. 2006.

<sup>8</sup> Ver: BASTIDE, Roger. Estereótipos de negros na literatura. In: BASTIDE, R. (Org.). *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 113-128; FERRARA, Mirian. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

leira e a atuação efetiva de seu partido político são elementos exemplares desse processo.

Diferentemente dos jornais da Imprensa Negra, a Revista *Raça Brasil* nasceu numa ânsia em querer explorar o potencial econômico de uma classe média negra, com alto poder de consumo, que emergia no ambiente urbano e que também queria se ver representada na mídia. Vista por este aspecto, a análise da Revista não deve se furtar em considerar o seu posicionamento diante de sua inserção no mundo da competitividade capitalista na economia de mercado.

Para muitos, a tentativa de resgate da identidade negra por intermédio do corpo, valorizando-se excessivamente o cuidado com o cabelo<sup>9</sup>, parece revelar reflexões contraditórias em relação ao/a negro/a. Alguns acreditam que a Revista favorece uma visão e uma auto-estima do povo negro “embaçada” pelas lentes dos olhos brancos, como se o ideal de negro/a mostrado pela Revista fosse pura e simplesmente a imagem do/a negro/a assimilado/a e embranquecido/a. Tantos outros não conseguem entender como uma Revista, ciente de que a maioria da população negra brasileira vive em condições sociais de carência financeira, recheia suas páginas com propagandas de produtos inacessíveis para a maioria dos/as negros/as do país.

Mas, diante do perfil de consumidor/a pretendido por *Raça Brasil*, fica mais fácil compreender os porquês do apelo ao estímulo do consumo de produtos para a pele e para o cabelo negros. Os editores da Revista parecem compreender que o conceito de identidade é algo também construído historicamente por meio de mediações culturais diversas, o cabelo e a cor da pele são, portanto, aspectos significativos nesse processo. Pois, “ambos são largamente usados no nosso critério de classificação racial para apontar quem é negro e quem é branco em nossa sociedade”<sup>10</sup>.

Além da valorização da beleza negra por intermédio do trato com o cabelo, a Revista também publica dicas de maquiagem, dicas de moda, entrevistas com personalidades negras, biografias de homens e mulheres negros que ascenderam socialmen-

<sup>9</sup> De acordo com Nilma Lino Gomes (2006, p. 26), “o cabelo não é um elemento neutro no conjunto corporal. Ele foi transformado, pela cultura, em uma marca de pertencimento étnico/racial. No caso do negro, o cabelo crespo é visto como um sinal diacrítico que imprime a marca da negritude no corpo”.

<sup>10</sup> GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. São Paulo: Autêntica, 2006.

te, discussões sobre temas de interesse específico do público negro, notícias sobre comunidades de quilombo, etc. Através de seus editoriais, *Raça Brasil* abre espaço à valorização da história, da cultura e da ascendência africana do/a negro/a. A pretensão da Revista é ser “uma revista para a família negra brasileira, com conteúdos interessantes e úteis para todos no seu dia-a-dia”<sup>11</sup>.

A análise dos editoriais de *Raça Brasil* permitiu-nos perceber que as suas contribuições em relação ao processo de formação da identidade social de mulheres negras ocorrem mediante uma valorização política do conjunto cor-corpo negro. As dicas de cuidado com a pele e com o cabelo demonstram nitidamente o posicionamento do periódico. Assim, não podemos recusar que a exibição do corpo negro fora do contexto da marginalidade, da opressão e da pobreza, tem exercido influência positiva na construção da auto-estima daqueles que lêem as reportagens. “A produção de imagens positivas do negro em revistas destinadas especificamente a esse público revela a construção de um outro olhar do negro sobre si mesmo e pode influenciar de diversas maneiras na construção da auto-imagem do leitor e da leitora negra”<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Editorial de Raça Brasil, edição 90, Set./2005.

<sup>12</sup> GOMES, *Op. cit.* 2006, p. 234.

<sup>13</sup> ENRIQUEZ, Eugène. A ordem dos sexos. In: *Da Horda ao Estado – Psicanálise do Vínculo Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 182-207.

<sup>14</sup> SICUTERI, Roberto. *Lith: a lua negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

<sup>15</sup> As interações face a face exigem que os participantes da comunicação compartilhem do mesmo referencial espaço-temporal (THOMPSON, 1999).

<sup>16</sup> De acordo com Thompson (1999), as *interações*

Mas, se de um lado temos o editorial e reportagens de *Raça Brasil* que apresentam e valorizam o corpo e a beleza negra, por outro lado, temos algumas matérias que acabam reproduzindo, sob outras perspectivas, estereótipos sobre a mulher negra, mediante a manipulação do conjunto cor-corpo feminino negro.

Na Edição 102 de *Raça Brasil*, publicada em setembro de 2006, encontramos uma reportagem na qual a negrice é apresentada como o “tempero” necessário ao jogo de conquista e sedução do outro. Nessa mesma reportagem, a Revista também traz a informação de que o conjunto cor-corpo negro seria “realmente” mais sensual do que o conjunto cor-corpo branco. Contudo, diante da iconografia mostrada em outra matéria, percebemos que a atividade e/ou movimento da mulher negra, por exemplo, pode transformar-se em elemento de passividade, à espera da iniciativa do homem.

Assim, temos em *Raça Brasil* a construção de dois arquétipos femininos: o de mulher ativa, sedutora e amante do prazer, do gozo e da luxúria; e o arquétipo de mulher obediente, passiva e dominada<sup>13</sup>. De maneira análoga àquela apresentada por Sicuteri<sup>14</sup>, a Revista apresenta dois tipos de mulheres: a mulher ativa e sedutora e a mulher passiva e dominada pelo homem. Estas duas imagens surgem diante da justaposição entre o perfil de mulher apresentado pelos enunciados verbais e os enunciados não verbais, ou seja, as imagens.

Diante disso, é possível perceber que o desenvolvimento dos meios de comunicação da mídia impactou profundamente o processo de formação das consciências individuais e coletivas. Ora, se antes os materiais simbólicos empregados na construção do “eu” eram adquiridos em contextos de *interação face a face*<sup>15</sup>, agora eles são cada vez mais dependentes do acesso às *formas mediadas de comunicação*<sup>16</sup>. Essa dependência ocorre na medida em que a mídia, contrariando os dizeres de Adorno e Horkheimer<sup>17</sup>, abre as portas para o conhecimento desligado das fronteiras espaciais imediatamente cotidianas.

Mas o papel desempenhado pelos produtos da mídia no processo de formação das identidades contém seus aspectos negativos: o primeiro deles refere-se à introdução e ao papel que a ideologia tem na análise das formas simbólicas. Para Thompson<sup>18</sup>, a concepção de ideologia deve se ater à maneira como as formas simbólicas servem, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de dominação. Sob a concepção defendida por este autor, as formas simbólicas não são ideológicas por si só, mas apenas quando servem para estabelecer e sustentar sistematicamente relações assimétricas de poder<sup>19</sup>.

O outro aspecto negativo do desenvolvimento da identidade sob a influência do desenvolvimento da mídia refere-se à dupla dependência causada no consumidor. Pois, de um lado os produtos da mídia servem para organizar e construir o novo “eu”, mas, por outro, torna o indivíduo dependente de um sistema sobre o qual ele não tem domínio. Deste modo,

*mediadas* contrastam com as interações de co-presença, pois, nesse tipo de relação a comunicação é mediada por algum meio técnico (cartas, conversas telefônicas, etc.). A utilização do meio técnico possibilita a transmissão do conteúdo simbólico a outros distantes e os interlocutores não compartilham de mesmo referencial de espaço e de tempo.

<sup>17</sup> ADORNO, Teodor; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural. In: *Dialética do esclarecimento*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1985. p. 113-156. De acordo com estes autores, as engrenagens do mercado funcionam como se não restasse mais nada para o indivíduo além de simplesmente consumir. A *idéia* e o *pensar*, nesse contexto, perdem força e lugar, pois o consumo dos produtos culturais causaria uma atrofia na capacidade reflexiva das pessoas e os consumidores seriam adestrados para identificar nos produtos culturais apenas uma realidade cotidiana imediata.

<sup>18</sup> THOMPSON, *Op. cit.*, 1995.

<sup>19</sup> Segundo Thompson (1995), o entendimento do caráter ideológico das mensagens da mídia deve se concentrar nas maneiras como elas são incorporadas nas vidas dos receptores, no modo como elas passam a fazer parte dos projetos de formação das identidades e, por fim, como são usadas nos contextos práticos de suas vidas.

<sup>20</sup> THOMPSON, *Op. cit.*, 1999, p. 188.

<sup>21</sup> Este tipo de interação implica uma extensa disponibilidade de informações e conteúdo simbólico e diferencia-se dos outros por dois aspectos-chave. 1) nas interações de *co-presença*, e nas *interações mediadas*, os participantes da comunicação são orientados para outros específicos, para os quais eles produzem suas ações, mas na *quase-interação mediada*, as formas simbólicas são produzidas para uma infinidade de receptores potenciais. 2) a *quase-interação mediada* é monológica, isto é, o fluxo da informação é predominantemente de sentido único, o que tende a diminuir o grau de reciprocidade entre os participantes (THOMPSON, 1999, p. 190).

<sup>22</sup> Ver: BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Oeiras: Celta, 1999; GIDDENS, Antony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993; DI FLORA, Marilene Cabelo. *A expressão do feminino nas práticas discursivas da mídia impressa*. Tese de Doutorado em Comunicação e Poéticas Visuais – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2004; FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

<sup>23</sup> GIDDENS, *Op. cit.*, 1993, 194.

quanto maior for o enriquecimento da identidade pelos produtos da mídia, maior sua dependência, maior ainda seu domínio pelo sistema.

O terceiro ponto revela que a disponibilidade de materiais simbólicos fornecidos pela mídia tem também um efeito desorientador “a enorme variedade e multiplicidade de mensagens disponíveis pela mídia pode provocar um tipo de ‘sobrecarga simbólica’”<sup>20</sup>. Essa confusão é, em parte, causada pela rigorosa seleção dos materiais simbólicos que deverão ser assimilados pelo indivíduo, mas, também é notório perceber que cada indivíduo desenvolve um senso crítico próprio que lhes permite concordar ou discordar com aquilo que lhes é transmitido.

Por fim, cabe ressaltar que o excesso de confiança nos materiais simbólicos mediados incapacita os indivíduos a incorporar as mensagens da mídia de modo autônomo para a construção de sua identidade. A formação da identidade é absorvida por aquilo que Thompson chamou de *quase interação mediada*<sup>21</sup>.

A modernidade cooperou para o processo de libertação do corpo e da sexualidade feminina. Tal processo, de acordo com alguns autores<sup>22</sup>, também significou parte do procedimento de instrumentalização das mentes e dos corpos femininos rumo a fetichização da corporeidade da mulher a serviço do mercado e da acumulação, o que tornou possível a utilização da estética do seu corpo pela publicidade a fim de incitar o consumo de idéias, estilos e modos de vida valendo-se do erotismo criado pela indústria cultural. Isso acontece porque:

A sexualidade gera prazer; e o prazer — ou pelo menos sua promessa — proporciona um incentivo para os produtos comercializados [...] a transformação do sexo em mercadoria poderia então ser interpretada em termos de um movimento de uma ordem capitalista, dependente do trabalho, da disciplina e da autogestão, para uma ordem preocupada em incrementar o consumismo e, por isso, o hedonismo.<sup>23</sup>

Segundo Giddens, a modernidade tem contribuído fortemente para o estabelecimento de vínculos emocionais mais próximos entre as pessoas, fazem-

do com que as uniões conjugais apresentem formas de relacionamentos que se presume a existência de maior equidade à doação e recebimento emocional entre os pares. Isso acontece ao mesmo tempo em que a sexualidade masculina vem se tornando problemática e compulsiva, visto que as instituições e as maneiras de agir que a sustentavam estão desaparecendo. O homem, salienta o autor, não quer abdicar do poder de dominação patriarcal. No entanto, à medida que o seu poder baseia-se na cumplicidade das mulheres e nos préstimos econômicos e emocionais que elas lhe proporciona, ele sente seu poder fortemente ameaçado. “O poder está concentrado em mãos masculinas há milênios. E os homens temem perder privilégios que assegurem sua supremacia sobre as mulheres”<sup>24</sup>.

E essa ameaça se revela cada vez mais forte diante dos novos saberes e poderes que as mulheres têm evidenciado em seus corpos, criando o que Foucault<sup>25</sup> chamou de “revolta do corpo sexual”, que põe em xeque normas morais da sexualidade, do casamento e do pudor, mediante a valorização do sexo, do prazer e do gozo femininos. Aspectos estes que têm recebido novos contornos e significados diante a ampliação do poder de atuação da mídia na vida cotidiana.

Mas é o mesmo Foucault quem nos alerta como rege os poderes historicamente constituídos diante dessa “revolta”. Para o autor, “como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: ‘Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado’”. Com isso, queremos dizer que há, na sociedade contemporânea um movimento de contra-ataque masculino diante da equalização dos direitos e da liberalização do corpo e da sexualidade feminina. Esse contra-ataque parece se revelar, inclusive, nas práticas discursivas da mídia impressa.

Nos dizeres de Bourdieu, o que tem ocorrido em nossa sociedade é a aplicação da violência simbólica, que também se constrói mediante a contribuição dos que a sofrem. Ao trazer imagens contraditórias sobre a mulher negra, a mídia impressa brasi-

<sup>24</sup> SAFFIOTI, Heleiet. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 2002. p. 16.

<sup>25</sup> FOUCALT, *Op. cit.*, 2000, p. 147.

leira não está apenas relatando as transformações sociais pelas quais as suas protagonistas passaram, ela está, fundamentalmente, legitimando a institucionalização de uma determinada organização social, na qual os homens se acham no direito de submeter mulheres à condição de subalternidade.

### Considerações finais

Considerando o conjunto cor-corpo negro, percebemos que em alguns produtos da indústria cultural ele ainda é mostrado como uma característica negativa, posto que ainda é concebido como fator de representação do escravismo e do racismo brasileiro, mas, em outros casos esse mesmo corpo negro sugere representações distantes do contexto da subalternidade.

As reportagens da mídia impressa brasileira, ao discutir questões relacionadas à vida e ao cotidiano no qual as pessoas estão inseridas, apresentam diversos significados às identidades de seus/as leitores/as, servindo-se da iconografia de seus corpos. Desta maneira, as formas simbólicas veiculadas no jornalismo de revista, ao que tudo indica, parecem trazer fortes contribuições ao processo de formação das identidades, mediante a estratégia do culto ao corpo, por um lado; mas também exigem que a leitora tenha bastante cuidado no trato com esses materiais simbólicos, que deverão ser assimilados de maneira crítica e reflexiva pelos indivíduos, visto que a indústria cultural procura atingir, mediante a manipulação do corpo e da corporeidade, o comportamento e a auto-imagem do/a leitor/a, imprimindo-lhe a idéia de que a boa aparência física define fielmente aquilo que os indivíduos são e devem ser.

Um dos pontos importantes da Revista *Raça Brasileira* está no fato de ela valorizar politicamente a beleza do povo negro brasileiro, para essa publicação o negro é lindo. Esse dado revela a preocupação do periódico em querer recuperar a vitalidade, o bem-estar físico e a auto-estima negra, por vezes deteriorada devido a vivência num país que segrega e discrimina boa parte de sua população. Mas, revela também o que Codo e Senne<sup>26</sup> chamaram de corpo-

<sup>26</sup> CODO, Wanderley; SENNE, Wilson A. *O que é cor-polatria?* São Paulo: Brasiliense, 1985.



latría, que neste caso particular, seria a idolatria ao corpo negro, que, por sua vez, pode reafirmar este-reótipos sobre o homem e a mulher negros.

Publicações como *Raça Brasil* acabam funcionando como literatura de auto-ajuda, assim, o uso do depoimento pessoal como elemento ilustrativo de superação de situações-problema se torna constante. Na medida em que beleza, moda e o uso de determinados produtos se colocam como elementos centrais na construção das identidades, passa a ocorrer também um estreitamento dos laços estabelecidos entre consumo e identidade.

A [dês]valorização do feminino negro por intermédio do seu próprio corpo acontece porque na sociedade contemporânea o corpo deslocou-se da esfera eminentemente biológica, o corpo tornou-se mais dinâmico ao difundir suas representações por meio de outros instrumentos sócio-culturais. Ele (o corpo) parece ter se tornado a única possibilidade real de existência de todos os seres humanos, pois é por seu intermédio que se faz a mediação entre a construção da consciência individual e a identidade coletiva, e, sobretudo, é por seu intermédio que os indivíduos constroem as suas identidades social, étnico-racial e sexual.

### Referências

ADORNO T; HORKHEIMER, M. A indústria cultural. In: \_\_\_\_\_. *Dialética do esclarecimento*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1985. p. 113-156.

BASTIDE, R. Estereótipos de negros na literatura. In: \_\_\_\_\_. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 113-128.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Oeiras: Celta Editora, 1999

CODO, W.; SENNE, W. A. *O que é corpolatria?* São Paulo: Brasiliense, 1985.

CORRÊA, M. *Sobre a invenção da mulata*. São Paulo: Cadernos Pagu (6-7), 1996. p. 35-50.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

ENRIQUEZ, E. A ordem dos sexos. In: \_\_\_\_\_. *Da Horda ao Estado: psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p.182-207.

FARIAS, P. *Belezas negras à vista: a presença negra na publicidade brasileira dos anos 70*. In: TRAVANCAS, I.; FARIAS, P. (Org.). *Antropologia e comunicação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 209-225.

FEATHERSTONE, M. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Nobel, 1995.

FERRARA, M. N. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.

\_\_\_\_\_. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GOMES, N. L. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. São Paulo: Autêntica, 2006.

FONSECA, D. J. *Negros corpos [I]maculados: mulher, catolicismo e testemunho*. São Paulo: Tese de Doutorado, PUC-SP, 2000.

\_\_\_\_\_. *Corpos afro-brasileiros: territórios de estigma*. In: BUENO, M, L; CASTRO, A, L. (Org.). *Corpo: território da cultura*. São Paulo: Annablume, 2005.

KOFES, S.; et al. Gênero e raça em revista: debate com os editores da revista Raça Brasil. *Cadernos Pagu* (6-7), 1996, p.241-314.

MIRA, M. C. *O leitor e a banca de revista: segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água:Fapesp, 2001.

PISCITELLI, A. Sexo gênero e raça em alguns textos da mídia brasileira. *Cadernos Pagu*, Campinas-SP, Núcleo de

Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 1996, v. 6-7, pp. 9-34.

REVISTA ÉPOCA. Rio de Janeiro: Globo, Edição 400, jan. 2006.

REVISTA RAÇA BRASIL. São Paulo: Símbolo, ano 10, ed. 102, set. 2006.

REVISTA RAÇA BRASIL, São Paulo: Símbolo, ano 9, ed. 90, set. 2005.

SAFFIOTI, H. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 2002.

SANTOS, L. J. Expressão do corpo feminino negro na mídia impressa. Anais do XVIII Congresso de Iniciação Científica da UNESP, Bauru: UNESP, 2006.

SCHWARCZ, L. M. *Retrato em branco e preto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SICUTERI, R. *Lilith: a lua negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: uma teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.



# A construção do eu feminino na música popular brasileira

Chirlei Dutra Lima  
Nanci Patrícia Lima Sanches

**Resumo:** Este trabalho teve como finalidade promover uma discussão em torno da construção do “EU” feminino na Música Popular Brasileira, a partir da década de 30 do século XX, até os dias atuais. O artigo tem como eixo discursivo o papel da mídia na elaboração de valores morais, que subjugam o papel da mulher dentro de todos os espaços sociais. As imagens construídas sobre a mulher pela música, nesse contexto, serviram de instrumentos para garantir a continuidade da submissão feminina e de reafirmar o poder masculino, ao longo da história.

**Palavras-chave:** Gênero. Subjetividade Feminina. Poder. Música Popular Brasileira.

**Abstract:** This work aims to promote a discussion on construction of the “EU” women in the Brazilian Popular Music from the decade, 30 of the twentieth century, before the days today. The article has the axis discursive the role of the media in the development of moral values, which subjugam the role of women in all social spaces. The images built on the woman for music, in that context, served as a means to ensure the continuity of female submission and reaffirm male power, throughout history.

**Keywords:** Genre. Subjectivity-Female. Power. Popular Music Brasileira.

*Chirlei Dutra Lima.* Psicóloga pela Faculdade de Ciência e Tecnologia da Bahia.

*Nanci Patrícia Lima Sanches.* Mestra em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Email: patesanches@yahoo.com.br.

Texto recebido: 15/03/2009. Texto aprovado: 13/05/2009.

## Introdução

Em contraposição ao que encontramos nas letras de canções antigas — uma produção de subjetividade muitas vezes provinda e voltada para as camadas pobres, a mídia moderna nos oferece esta produção numa forma mais compatível com as aspirações da camada média da população, acordando questões afetivas, morais, de gênero, etc, com seus anseios e capacidade de consumir, ditando modelos “adequados” de conduta às mulheres brasileiras.

Este trabalho pretende lançar um olhar diferente sobre elas e perceber os contrastes sociais que se mostram ou os que se escondem em tais imagens construídas pelas músicas e pela postura das cantoras. A música pode ser tomada como a alegoria que sublima a evidência de contrastes. Buscamos perceber a quais propósitos servem as imagens que emergem as letras, destacando a construção de condutas “adequadas” e “inadequadas” para as mulheres.

Por outro lado (e como complemento), a mídia musical nos ajuda a observar o que se prega e espera em termos de condutas “adequadas” e “inadequadas” às mulheres modernas, preocupadas com a afirmação do gênero feminino e com seus anseios voltados para a ascensão social.

As letras das canções foram escolhidas com o propósito de delinear as imagens, por meio de cruzamentos que nos levem a compreender como se constituem as subjetividades na contemporaneidade no que se refere à influência destes repertórios, e a sua representatividade no cotidiano das camadas às quais se dirigem.

Assim, o estudo ora apresentado objetiva apreender quais são as imagens “adequadas” e as “inadequadas” para as mulheres, suas diferenças e similaridades, entrecruzando as *imagens-discursos* encontradas nas letras de determinadas cantoras representativas de um universo cultural; buscando delinear um panorama aproximado das relações de gênero sob a perspectiva da experiência dos contrastes sociais. Partindo desta generalidade constituem-se ainda como objetivos específicos da pesquisa destacar a mídia musical como parte da representação

da camada média da população, assumindo o papel de produtora de subjetividade para a qual se voltam os interesses do mercado capitalista já completamente consolidado e, finalmente, abrir mais um espaço de discussão sobre as questões de gênero na sociedade atual.

### **Para além dos métodos e fontes**

Além das letras e entrevistas, concedidas por compositores (as) e compiladas pelos autores pesquisados, utilizamos fontes de caráter secundário como livros e artigos que tratam do contexto histórico e de estudos sobre compositores, letras, canções e também sobre o universo feminino como um todo.

A base teórica do trabalho está assentada na produção de subjetividade por parte dos veículos da mídia, tendo como diretriz, a discussão proposta por Félix Guattari no livro *Micropolítica: cartografia do desejo*, no qual discute-se a influência da mídia como instrumento das elites nesse processo de produção.

Contamos com o apoio de Michel Foucault em *História da sexualidade 3*, em que traça uma linha que nos conduz às mudanças de comportamento e percepção da própria sexualidade, com “prescrições” de conduta que partem dos tempos antigos, ainda na Grécia e em Roma. Com o Cristianismo, as “prescrições” tornam-se quase necessárias para a manutenção da ordem e do rigor da doutrina religiosa. Os caminhos de Roger Chartier, e seu olhar sobre as *representações* como realidade de múltiplos sentidos, forjadas pelos interesses de cada grupo, nos ajuda a contrapor e entrecruzar as diversas imagens que se formam e passam a habitar o perímetro de compreensão da sociedade brasileira no período atual.

Sobre o tema mulheres na música, encontramos o trabalho de Maria Áurea Santa Cruz, que analisa as letras que retratam as mulheres do início do século XX, até a década de 80, quando foi escrito. Outro livro é *Mulher de papel*, de Dulcília Buitoni, que levanta questões e discute a imprensa dirigida às mulheres no Brasil. A contribuição é valiosa no sentido de fazer pensar a manipulação implícita e a abrangência deste veículo sobre seu público alvo.

Como instrumentos, usamos o citado *corpus* de entrevistas e, nos casos em que extrapolamos os depoimentos, os critérios de nossa estética pessoal, enquanto teoria da recepção e da sensibilidade. Com eles trabalhamos, tomando emprestadas as propostas dos autores que traçaram seus caminhos por entre subjetividades, discursos e representações, no sentido de encontrar instrumentos conceituais para entender a realidade em que vivemos.

### **Guattari: gênero, capitalismo e controle social**

Vozes masculinas se levantam por trás de textos dirigidos às mulheres e pretensamente escritos por elas. Possivelmente, a condução “falocrática” dos temas fosse à mesma se eles fossem redigidos por mulheres. A misoginia que aflora das primeiras letras “femininas” e do meio social não pode ser vista como vertical resultado de uma postura machista que desce como ditame, mas, ao contrário, segue horizontalmente, naturalizada, como um rio que corre na superfície, mas penetra também as mais profundas camadas da terra.

O pensador e psicanalista, Félix Guattari nos oferece uma teoria que responde à “naturalidade” das relações de superioridade e controle dos homens sobre as mulheres, inserida no amplo contexto do domínio social. Para ele:

Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística — tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam — não é apenas uma questão de idéia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes. [...] Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 175.

<sup>2</sup> *Idem*, p. 175-176.

De acordo com Guattari<sup>2</sup>, a mídia exerce uma importante função a serviço deste controle social. Portanto, os “conselhos de amiga” que encontramos em tantas mídias femininas não são desprovidos de intenções mais amplas.



Seguindo a proposta deste filósofo e esquizoanalista, convidamos a quem possa interessar este trabalho a percorrermos juntos os caminhos da observação para então compreendermos se há ou não a possibilidade de transitarmos entre o discurso e o fato. De um lado, as letras das canções; do outro, as mulheres brasileiras. A realidade não alcançaremos, mas vislumbraremos a produção de determinadas subjetividades. Aqui, como em todo o trabalho, o que nos interessa é perceber as imagens de mulheres que brotam das letras das músicas e, buscar compreender qual o paradigma e quais as relações de poder nelas inseridas.

De modo geral, nos estudos sobre relações de gênero, é consenso que há uma condição biológica dada para toda a humanidade que liga a diferença de sexo à capacidade reprodutiva, assim como há também em toda parte uma construção social feita sobre estes dados elementares que, no entanto, não se traduz da mesma forma em todo lugar. Sabe-se que o sistema das relações de gênero está ligado às atribuições sociais de papéis, poder e prestígio, sendo sustentado por ampla rede de metáforas e práticas culturais associadas ao masculino ou ao feminino.

Desde a Antiguidade, vê-se uma preocupação no Ocidente com o poder exercido pela música e, em torno desta ansiedade, muito se tem elaborado em termos de metáforas de gênero, diferença sexual, atração e repulsa sexual. Apresentamos a seguir uma reflexão sobre parte da bibliografia da musicologia e da teoria musical atuais, no sentido de inserir as discussões em torno das relações de gênero neste campo.

É muito comum se ouvir falar da inexistência ou, ao menos, da irrelevância da mulher no cenário da composição musical no meio erudito da música ocidental. Indo mais adiante, vê-se que as mulheres, também no cenário da música popular, vão merecer algum destaque como compositoras somente a partir da segunda metade do século XX e, ainda assim, em número consideravelmente inferior aos homens. Pretende-se nesse artigo refletir sobre o que há por trás destes fatos que, ao mesmo tempo em

que naturalizam uma série de “incapacidades femininas”, mascaram as estratégias que dão sustentação a esta realidade estatística.

O papel da mulher, sob o prisma de diferentes áreas do conhecimento, tem sido sistematicamente revisto nos últimos vinte anos, compondo um campo de estudos que se passou a conhecer por “estudos feministas”. O universo musical, tanto no que concerne à produção quanto aos estudos sobre estas produções, tem sido, por longo tempo, uma prerrogativa masculina. Contudo, nas últimas décadas, pesquisas originadas no campo dos estudos culturais, da antropologia, da musicologia e da história têm mostrado novos caminhos para se pensar tanto o trajeto feminino ao longo das transformações e da consolidação de várias narrativas que permeiam a música ocidental, quanto às implicações que as relações de gênero têm sobre a política e a produção musical mundial.

Sob este ângulo, algumas áreas ainda não trataram suficientemente do assunto, como é o caso dos estudos sobre a produção musical feminina no Brasil. Nesse artigo, partindo de uma discussão sobre música e relações de gênero em um contexto popular e datado das últimas décadas, passando por um recorte bibliográfico da literatura atual sobre questões de gênero no campo da musicologia e da teoria musical ocidental, pretende-se apontar alguns caminhos para futuras pesquisas que possam ajudar a preencher a lacuna existente em relação ao caso brasileiro, ainda pouco estudado. Tais reflexões se inserem dentro de uma perspectiva atual de crítica a conceitos como “mulher brasileira” e “música feminina”, aproximando-se de uma análise feminista no campo musicológico.

A elaboração da noção de relações de gênero ampliou o sentido da visão inicial deste conceito enquanto identificado apenas como distinto do conceito biológico de sexo. Segundo Walby:

O gênero se constrói e se expressa em muitas áreas da vida social. Inclui a cultura, a ideologia e as práticas discursivas, mas não se restringe a elas. A divisão do trabalho por gênero, no lar e no trabalho assalariado, a

organização do estado, a sexualidade, a estruturação da violência e muitos outros aspectos da organização social contribuem para a construção das relações de gênero.<sup>3</sup>

Rolnik aponta o medo de que a composição musical fosse associada à posição que a mulher ocupava (e ainda ocupa em muitas áreas) na “vida real”, ou seja, inferior, sem poder, caracterizada pela emocionalidade, sensualidade, frivolidade, todas as características que há muito estão ligadas ao próprio objeto da musicologia, a música<sup>4</sup>.

Esta antiga associação da música com o universo feminino faz com que os musicólogos tentem, sistematicamente, manter as mulheres longe do campo, na tentativa de atingir um reconhecimento como ciência, de serem vistos como racionais sérios e objetivos. Desta forma, a marginalidade do gênero na musicologia acentuou a exclusão histórica das experiências musicais das mulheres, bem como reforçou a ocultação do que é tido como feminino na “vida real”.

A mulher vivencia a idéia de representatividade de seus anseios, culminados por vários aspectos determinantes a cada época, sendo assim, esses modelos formatados, muitas vezes de forma tendenciosa, constrói um universo de símbolos advindos através da mídia, e que trouxeram diversos problemas relacionados ao “eu” feminino, cultivando anseios, decepções, submissões e complexos.

Assim sendo, nos meios acadêmicos, a musicologia, posta como a ciência da música, busca disciplinar e treinar compositores, intérpretes e ouvintes a se separarem da intuição, sentimentos e imaginação, e de todos os atributos femininos associados à arte musical. Seguindo de perto as pesquisas musicológicas ao longo da história, McClary<sup>5</sup> observa que há uma constante tentativa de dissociação da atividade musical de uma carga supostamente “feminilizadora”: talvez pelo fato desta arte, assim como a dança, estar ligada aos prazeres sensuais, os musicólogos parecem assumir, ao longo da história da música ocidental, uma postura extremamente formalista.

<sup>3</sup> WALBY, Sylvia. Gênero. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 335.

<sup>4</sup> GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Op. cit.*, p.175.

<sup>5</sup> *Apud* WALBY, 1996, p. 335.

Definem a música como a mais ideal (em oposição à física ou material) das artes, insistindo na dimensão racional da música, e clamam por virtudes tidas como masculinas, tais como objetividade, universalidade e transcendência, além de lançarem mão, em diferentes épocas e ocasiões, da proibição da participação feminina.

Neste caminho de cientificização, observa-se claramente o projeto hegemônico do “homem branco”, heterossexual, classe-média ocidental, de ditar os modelos que devem ser aceitos e, de provocar a exclusão do que crê ser inadequado, projeto já tão contestado pelas correntes pós-modernas do pensamento contemporâneo, que vêm nas grandes narrativas formas exacerbadas de exclusão social.

Trazer estes dados para a discussão em torno do papel da mulher e do feminino no campo da música popular atual, tem como objetivo principal desconstruir as formulações universalizantes que tanto o discurso comum quanto o discurso acadêmico se esforçam por manter. Ao tratar de cantoras que vivem e pensam as relações de gênero, de forma tão peculiar e tão explicitamente associadas aos ideais de afirmação e valor, nos vemos forçados a reformular nossas próprias idéias a este respeito em nossa sociedade.

A dimensão das relações de gênero no cenário brasileiro, revela-se em estruturas institucionais que não têm sido estudadas sob esta perspectiva, tais como Academia Brasileira de Música, Sociedade Brasileira de Música Contemporânea, Sociedade Brasileira de Musicologia. Há uma carência de pesquisas musicológicas produzidas no Brasil que problematizem pontos como: faixa etária das mulheres que atuam no cenário da música pop/rock, em grupos folclóricos e na música erudita; questões étnicas e raciais que perpassam os grupos musicais; produções individuais e coletivas; formas de organização dos grupos; visões da mídia sobre as mulheres na música, entre outros.

O estudo das trajetórias de vida de mulheres emblemáticas da música brasileira, revisados sob a ótica de uma musicologia orientada pelos estudos de gênero, representaria também um passo impor-

tante a ser dado. O estudo da musicalidade brasileira, revista sob tal perspectiva, poderá revelar como o “feminino” e o “masculino” se projetam e se constroem através do discurso musical, tanto no nível das estruturas composicionais, dos arranjos instrumentais e vocais, bem como no plano das letras das canções.

### **A “normalidade” da submissão: a música popular brasileira como instrumento ideológico**

A partir dos anos 30 do século passado a música assim como o futebol tornaram-se importantes veículos de mobilidade social para as camadas populares do Brasil. Podemos afirmar que, talvez com raríssimas exceções, estes são os dois únicos meios de ascensão para uma população pobre, que ocupa o que há de pior em espaços de moradia e mercado de trabalho, dentro de um sistema de excludência social.

Com a expansão do rádio como meio de comunicação, as vozes dos negros e mulatos podiam chegar a todas as partes por onde eram vendidos os aparelhos, e suas composições, principalmente em ritmo de samba, faziam emergir imagens de um cotidiano desconhecido e desprezado pela camada média e pelas abastadas elites brasileiras.

Muito já se falou sobre a “mulher de verdade”. Hoje ouvimos os versos com indignação, mas durante anos, eles foram entoados com alegria e naturalidade. A música *Ai, que saudades da Amélia* foi uma das mais populares do século XX. O autor da letra – Mário Lago – defende a idéia de que Amélia é a companheira ideal, sem ambições, feliz com sua vida simples e restrita, ao contrário da outra.

Segundo ele, a letra é um elogio e não um discurso machista. Mas sem os parênteses do autor, a “mulher de verdade” não tem ambição, não reclama das misérias da vida e não tem vaidade, poupando os bolsos do marido, ao contrário da vilã da canção, que ambiciona as ofertas da produção capitalista<sup>6</sup> do mundo moderno, estampado nas páginas das revistas que ditavam como deveriam ser e agir as mulheres. Talvez o que mais impressione nesta letra seja

<sup>6</sup> GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Op. cit.*, p. 178.

a construção de uma imagem da mulher “quase objeto”, adequada, que não incomoda o marido e senhor, ficando quietinha no seu canto, como uma boa mulher deveria ficar.

De lá para cá, muita coisa mudou no que se refere às relações de gênero e à consciência e atividade de grande parte das mulheres no Brasil. E quanto às permanências? Discursos foram construídos — cada qual partindo de seu ponto determinado na sociedade brasileira, buscando alcançar seus similares e atuar sobre eles — na produção de subjetividades adequadas ao período em questão.

As mulheres “adequadas” e as “inadequadas”, que surgiram por meio das imagens construídas por compositores homens, representam o ponto de vista masculino sobre elas. Eles as projetavam, construíam e interpretavam seus pensamentos e atitudes. O que nos era apresentado como realidade, mesmo que idealizada, nada mais era do que a produção de subjetividades almeçadas pelos homens, de ambas as camadas da sociedade, para efetivar e manter o controle sobre as mulheres, do qual muitas ainda lutam para se libertar até hoje.

Efetivamente, e só na década de 1950 que aparecem compositoras de renome na música brasileira, como Dolores Duran, Maysa e outras de igual quilate, mas, assim mesmo, muitas delas continuam a alimentar e endossar os discursos machistas, reflexos de uma condição antiga, de um ranço que insiste em se colocar entre um domínio infundado e, a igualdade, pois esta sim, pode ser vista como “natural”.

Os cruzamentos das imagens, a saber, a fêmea idealizada por compositores masculinos, e as autênticas cantoras femininas que “explodem” na mídia brasileira nos últimos dez anos permitem traçar um esboço do que está acontecendo na contemporaneidade: há uma disputa por imagens femininas adequadas à camada média, assim como há por aquelas convenientes às camadas populares, mas o ponto de partida é o mesmo. O ponto neutro, no qual o conflito social se anula é exatamente o controle ideológico dos homens sobre as mulheres e, as subjetividades que eles tentam imprimir sobre elas.

Neste ponto não encontramos conflito, mas consenso. Com esta constatação, a minha primeira curiosidade, apresentada no primeiro parágrafo deste trabalho, deixa de ter importância.

Pouco importa como as imagens foram construídas pelos autores, se pela observação ou pela criação do que eles pensavam ser as mulheres. O que cabe a este momento é olhar para elas como construções que provêm de uma fala que é a representação direta do ponto de vista masculino, portanto, usada em benefício de seus próprios ideais e de acordo com a sua visão de mundo. Esta prática quase se perpetuou neste período e em outros posteriores, conforme analisaremos a seguir.

### **As mulheres, na MPB: a incorporação de modificações na construção do “Eu” fora da construção do sujeito universal masculino**

A história foi feita pelos homens. E escrita por eles. Aliás, tudo foi escrito, analisado, estudado pelos homens. Inclusive as mulheres. Quer dizer, tudo que se fala e sabe sobre mulher foi dito pelos homens. Pelo menos, até uns poucos anos atrás. Faz muito pouco tempo que as mulheres escrevem. Talvez por isso nenhuma se debruçou tanto sobre a alma feminina quanto Machado de Assis, Flaubert, Balzac, Tolstói, entre centenas na literatura. Ou como eu e Chico entre outros na nossa música. Somos Capitu, Gabriela, Carolina, Tigresa. Somos o que vocês disseram que somos. Em outras palavras, até o conceito de mulher é masculino, ou era, até recentemente. Os critérios são a visão do homem. Nosso dever é criar novos critérios, esquecer os critérios, complexizá-los. E isso não é mais um serviço para o superhomem. As mulheres, e, principalmente elas, precisam colaborar com a sua visão das coisas para acelerar esse processo de fundar uma nova ótica, especialmente sobre a própria mulher.<sup>7</sup>

O primeiro desafio foi a questão da composição feminina e são pouquíssimas as compositoras brasileiras reconhecidas no final do século passado. Pedro Alexandre Sanchez, crítico musical da Folha de São Paulo, em diversos artigos, nos últimos anos,

<sup>7</sup> VELOSO, Caetano. *Revista Nova*. São Paulo: Abril, n. 306, Abril, 1998, p. 26-28.

levantou a questão da escassez da composição feminina, para ele restrita a alguns nomes como Chiquinha Gonzaga, Dolores Duran e Maysa, e tomando novos caminhos apenas com o aparecimento de Rita Lee, a primeira de toda uma nova geração de compositoras.

Existiam, no período, muitas e muitas outras, algumas já bem conhecidas, outras que só algumas pessoas conheciam suas composições, por serem poucas e pelo reconhecimento como intérpretes, como Gal Costa, Cássia Eller, Nana Caymmi e Maria Bethânia, além de toda uma geração de compositoras brilhantes que despontaram na música brasileira a partir dos anos 1960. Antes disso, ainda em 1958, a cantora e pesquisadora Inezita Barroso gravou um LP apresentando apenas mulheres compositoras, mostrando que o problema de se imaginar que só existiam nesse tempo Dolores e Maysa compondo era por uma centralização da indústria fonográfica no Rio de Janeiro.

Numa reportagem que trazia o resultado de uma enquete sobre as músicas mais apreciadas da MPB, Pedro Sanches e Lúcio Ribeiro repararam que “Não sobrou muito para a ala feminina de compositores na enquete [...]. Rita Lee comparece isolada na 11ª posição [...] Bem atrás (no tempo e na lista), Chiquinha Gonzaga e Dolores Duran empatam, com apenas quatro votos cada. Maysa, precursora da presença feminina na MPB moderna com Dolores, foi esquecida”. Indagadas pelos autores da reportagem sobre o porquê das mulheres serem “menos ativas como autoras de canção popular”, Rita Lee, respondia:

As mulheres são quantitativamente menos presentes em muitas áreas. Começamos a botar nossas asinhas de fora recentemente, enquanto o patriarcado existe há séculos [...] Chiquinha Gonzaga era do tempo em que os varões diziam: ‘Música é coisa para homem’. Dolores Duran era do tempo em que os caras falavam: ‘Mulher compositora é puta’. Eu sou do tempo em que o clube do Bolinha dizia: ‘Para fazer rock tem que ter culhão’. Cássia Eller é do tempo em que dizem: ‘Precisa ser mulher-macho para fazer música igual a homem’.



Minha neta será do tempo em que vão dizer: ‘Só mesmo uma mulher para fazer música tão boa.’<sup>8</sup>

E Paula Toller arremata:

Não sou pequenininha, não tenho mãe chamada Paula nem uso esse apelido, mas sempre me chamam de Paulinha. É Paulinha Toller e Fernandinha Abreu. Pergunte se existe Robertinho Frejat. Dá preguiça, mas se falo dizem que é mau humor [...]Deve ser preguiça, as pessoas esquecem mesmo. Há muito homem na música, ficar com mulherzinha deve ser mais difícil. É lógico que há machismo, é questão de maioria, de quórum.<sup>9</sup>

O caminho para a composição feminina no Brasil foi árduo e lento, e a percepção das diferenças entre os gêneros, em especial na construção de um eu feminino diferenciado do discurso masculino sobre “o que seríamos” também foi gradual. Dolores Duran foi compositora nos tempos do samba-canção, da dor-de-cotovelo, e são comuns às referências sobre suas composições que tratam da mulher abandonada por seu amante ou suplicando por ele, como “Solidão”, “Castigo”, “Não me culpes” e “Por causa de você”. Mas é preciso destacar, que algumas de suas letras já traziam também uma mulher que não estava mais disposta a esperar pelos caprichos do outro, como em “Fim de caso” (“Tenho pensado, e Deus permita que eu esteja errada / Mas eu estou, ah, eu estou desconfiada / Que o nosso caso está na hora de acabar”) e “Olha o tempo passando” (“Olha o tempo passando / Você me perdendo com medo de amar / Olha, se fico sozinha / Acabo cansando de tanto esperar”).

Em uma letra postumamente musicada por Carlos Lyra, escrita provavelmente durante os anos em que mais produziu suas canções (entre 1952 e 1959), Dolores fazia uma avaliação sobre o amor, mostrando que “Tem homem que briga pela bem-amada / Tem mulher maluca que atura porrada / Tem quem ama tanto que até enlouquece / Tem quem dê a vida por quem não merece / Amores à vista, amores à prazo / Amor ciumento que só cria caso / Tem gente que jura que não volta mais / Mas jura sabendo que

<sup>8</sup> SEVERIANO, Jairo; MELLO, Zuza Homem de. *A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras*. São Paulo: 34, 1997, p. 56-57, v. 1 e 2.

<sup>9</sup> *Idem*.

não é capaz / Tem gente que escreve até poesia/ E rima saudade com hipocrisia”. Essa canção trazia também uma clara crítica à idéia do ciúme como prova de amor e ao discurso do amor romântico.

Contemporânea de Dolores, Maysa sim, trazia em suas letras a mulher abandonada que não acreditava mais na possibilidade da felicidade sem o outro, notando que a “Felicidade, deves ser bem infeliz / Andas sempre tão sozinha / Nunca perto de ninguém”. Mas ao mesmo tempo, em uma de suas mais clássicas canções lembrava que “se meu mundo caiu eu que aprenda a levantar” e, em outra canção, que ser triste não era, para ela, uma escolha, mas sua própria construção identitária: “E a todos eu peço / Que me aceitem como sou / Com meu verso sempre triste / Com meus olhos desencantados / Sendo sempre como sou”.

Ainda no tempo do samba canção, em 1958, ocorreu a primeira gravação de um rock no Brasil, efetuada por Nora Ney. É um dado importante, já que esse gênero, considerado o “mais masculino da canção” foi todo pontuado pela atuação feminina em nossa história musical. Em sua biografia sobre Janis Joplin, a historiadora feminista Alice Echols lembra que o *rock’n’roll* era o espaço da agressividade e da sexualidade, portanto inadmissível para as mulheres — a chegada de Janis, nos anos 1960, tornou-se um marco na história do movimento:

O que faz a rebeldia de Janis ser especialmente notável é que ela estava muito à frente de seu tempo, recusando-se a ser uma boa menina muito antes de a revivificação do feminismo moderno legitimar tal recusa. Em 1967, quando Janis passou a liderar as manchetes, os primeiros grupos de liberação das mulheres ainda não estavam formados, e carreira e família pareciam totalmente irreconciliáveis para as mulheres. E quando se tratava de relações entre homens e mulheres, nem a contracultura era contra de verdade. A luta de Janis teria sido dura o bastante se ela apenas desejasse ser uma cantora pop de sucesso, mas ela também estava tentando cavar seu espaço em uma cultura em que o único papel aceito para uma mulher era o de ser a “patroa” de seu homem.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> ECHOLS, Alice. *Janis Joplin – uma vida. Uma época*. São Paulo: Global, 2000, p. 13.

No Brasil, a história do rock começou pelas mulheres, apesar desse fato ser pouco lembrado nos livros que contam a história do movimento em nossas terras tropicais. Primeiro tivemos a gravação de Nora Ney, de “Rock around the clock”- em seguida, no final dos anos 1950 e início dos 60, Celly Campello se tornou recordista de vendagem do rock aos 15 anos de idade (cabe notar que seu primeiro compacto, de 1958, trazia duas canções com letra de Celeste Novais, musicadas por Mário Gennari Filho).

A composição e a crítica ácida e bem-humorada vieram mesmo em 1967, com Rita Lee, nos Mutantes. Seu primeiro disco solo foi gravado em 1970 — “Já estou até vendo / Meu nome brilhando / E o mundo aplaudindo / Ao me ver cantar / Ao me ver passar / I wanna be a star!”. E o nascimento do pop-rock no Brasil, que dominou os anos 1980, veio pelas mãos de Marina Lima, que teve sua primeira canção gravada por Gal Costa, em 1977, lançando seu primeiro disco solo dois anos depois, em 1979.

Rita Lee é uma das compositoras brasileiras que mais pensou as relações de gênero em suas composições, pois, apresentou uma nova mulher, desconhecida da canção brasileira, uma *“ovelha negra da família que não vai mais voltar”* que revolucionava a relação entre os gêneros: “Lindo, e eu me sinto enfeitada / Correndo perigo / Seu olhar é simplesmente lindo / Mas também não diz mais nada / Menino bonito / E então quero olhar você / E depois ir embora / Sem dizer o porquê”.

Canções como “Cor-de-rosa choque” (“Sexo frágil não foge à luta / E nem só de cama vive a mulher”), “Fonte da juventude” (“Quanto mais a mulher jura / Gostar de homem erudito / Tanto mais ela procura / Um tipo burro e bonito / Pois as pernas que um dia abalaram Paris / Hoje são dois abacaxis / Se os olhos da Elizabeth ardem, meu bem / O que a Helena Rubinstein com isso?”) e “Elvira Pagã” (“Todos os homens desse nosso planeta / Pensam que mulher é tal e qual um capeta / Conta a história que Eva inventou a maçã / Moça bonita, só de boca fechada, / Menina feia, um travesseiro na cara, / Dona de casa só é bom no café da manhã”) entre muitas outras, traziam essa nova mulher, apon-

tavam o olhar normativo e masculino, e deixavam perplexos os observadores de uma recente geração bem comportada na história do rock brasileiro.

Rita Lee representou e ainda representa o “desmanche” das *Capitus, Tigresas, Gabrielas* e *Carolinas* do nosso não muito antigo cancionário popular. Em 2000, quando esperávamos a Miss Brasil com “Um corpo de veludo, as pernas de cetim / A boca de cereja e os dentes de marfim / Um beijo envenenado, onde já se viu? / Miss Brasil 2000! [...] Será que ela vai continuar uma tradição? / Será que ela vai modificar uma geração?”

Rita apresenta “Pagu” como a mulher do século XXI: “Mexo remexo na inquisição / Só quem já morreu na fogueira / Sabe o que é ser carvão / Eu sou pau pra toda obra / Deus da asas à minha cobra / Minha força não é bruta / Não sou freira nem sou puta / Sou a rainha do meu tanque / Sou Pagu indignada no palanque / Fama de porra-louca, tudo bem / Minha mãe é Maria Ninguém / Não sou atriz-modelo-dançarina / Meu buraco é mais em cima / Nem toda feiticeira é corcunda / Nem toda brasileira é bunda / Meu peito não é de silicone / Sou mais macho que muito ‘home’”.

Uma mistura de todas as mulheres, uma homenagem às milhares de mulheres perseguidas na inquisição, a Pagu de Rita Lee escapa das normatizações do corpo, de comportamento, não tem um patrimônio (“minha mãe é Maria Ninguém”), é a mulher múltipla que sobe no palanque, trabalha o dia todo, cuida da casa, “pau pra toda obra”.

Pagu se aproxima de certa forma, da mulher apresentada no final dos anos 1970 por Joyce e Ana Terra na canção “Essa Mulher” — também múltipla: “De manhã cedo essa senhora se conforma / Bota a mesa, tira o pó, lava a roupa, seca os olhos / Ah, como essa santa não se esquece / De pedir pelas mulheres, pelos filhos, pelo pão / Depois sorri meio sem graça / E abraça aquele homem, aquele mundo que a faz assim feliz / De tardezinha essa menina se namora / Se enfeita, se decora, sabe tudo, não faz mal / Ah, como essa coisa é tão bonita / Ser cantora, ser artista, isso tudo é muito bom / E chora tanto de prazer e de agonia / De algum dia, qualquer dia en-

tender de ser feliz / De madrugada essa mulher faz tanto estrago / Tira a roupa, faz a cama, vira a mesa, seca o bar / Ah, como essa louca se esquece / Quanto os homens enlouquece nessa boca, nesse chão / Depois parece que acha graça / E agradece ao destino aquilo tudo que a faz tão infeliz / Essa menina, essa mulher, essa senhora / Em quem esbarro a toda hora no espelho casual / É feita de sombra e tanta luz / De tanta lama e tanta cruz que acha tudo natural”.

Já nos anos 1980, Marina Lima não só contestou o discurso sobre o corpo feminino como, ao se apropriar de uma música extremamente machista de Roberto e Erasmo Carlos, transformou-a em discurso da opção pelo amor entre as mulheres no que foi prontamente compreendida.

Cantando a canção em seus shows Marina invertia a obviedade da letra ao afirmar de forma irônica, na introdução: “é... cada um de nós precisa... precisa de um homem para chamar de seu” e ao se colocar como esse “homem”, sem alterar a letra da canção, transforma-a num chamado para que as mulheres percebessem outras possibilidades de amor além do sujeito universal masculino: “Sei que você fez os seus castelos / E sonhou ser salva do dragão / Desilusão meu bem / Quando acordou estava sem ninguém, / Sozinha no silêncio do seu quarto / Procura a espada do seu salvador / E no sonho se desespera / Jamais vai poder livrar você da fera / Da solidão / Com a força do meu canto / Esquento o seu quarto pra secar seu pranto / Aumenta o rádio me dê a mão / Você precisa de um homem pra chamar de seu / Mesmo que esse homem seja eu / Um homem pra chamar de seu / Mesmo que seja eu”.

É curioso, lembrando a gravação dessa canção por Erasmo Carlos, em 1982, ao mesmo tempo em que se mostrava uma canção machista, quando cantada por um homem, parecia indicar também um problema de estima desse “macho”, quando entoava “mesmo que seja eu” — a inversão de Marina foi genial.

Da mesma forma, Luhli, compositora de sucessos como “O Vira” e “Fala”, gravadas pelos Secos & Molhados, também trata da homossexualidade fe-

minina ao contar, na canção “Quase festa”, repleta de sutilezas, a história de uma mulher que depois dos 50 anos se descobre capaz de amar novamente, dessa vez alguém de seu próprio sexo: “De camisola num apartamento / Leão na jaula, janela pro vento / Entre as panelas vê passando o tempo / Quieta, um furacão por dentro, dentro... / Dentro o amor é quase festa / Um sopro de beleza / Por trás da armadura / Madura e completa certeza / É chegada a hora de sentar à mesa / E provar a sua própria natureza / Lá fora o mundo é desafio / Uma vontade de ajeitar a vida / As ruas fervem de pobreza e cio / O tempo explode na urgência do agora, agora... / Agora o amor é quase festa / Um sopro de beleza / Por trás da armadura / Madura e completa certeza / É chegada a hora de sentar à mesa / E provar a sua própria natureza”.

Fátima Guedes é outra grande compositora que apareceu no cenário musical no final dos anos 1970, apresentada ao público por Elis Regina. No festival MPB/Shell da Globo, em 1980, trouxe a canção “Mais uma boca”, que com poesia e canção contundentes, mostrava a vida de uma mulher sem esperanças que acabou de parir uma criança:

Quem de vocês se chama João? / Eu vim avisar, a mulher dele deu a luz / sozinha no barracão / E bem antes que a dona adormecesse / o cansaço do seu menino / pediu que avisasse a um João / que bebe nesse bar, / me disse que aqui toda noite / é que ele se embriaga / Quem de vocês se chama esse pai / que faz que não me escuta? / É o pai de mais uma boca, / o pai de mais uma boca. / Vai correndo ver como ela está feia, / vai ver como está cansada / e teve o seu filho sozinha sem chorar, porque / a dor maior o futuro é quem vai dar. / A dor maior o futuro é quem vai dar / E pode tratar de ir subindo o morro / que se ela não teve socorro / quem sabe a sua presença / devolve a dona uma ponta de esperança / Reze a Deus pelo bem dessa criança / pra que ela não acabe como os outros / pra que ela não acabe como todos / pra que ela não acabe como os meus...<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Mais uma boca, letra e música de Fátima Guedes: <<http://www.letras.com.br/fatima-guedes/mais-uma-boca>>.

Alice Ruiz e sua filha, Estrela Ruiz Leminski, fi-

zeram uma letra que foi simultaneamente musicada por Alzira Espíndola; uma canção em que não há espaço para a mulher chorosa.

A escolha da poesia de introdução, profundamente erotizada, encaixa-se em harmonia com a letra apresentada, apontando uma mulher que, se um dia acreditou em contos de fadas (ou “sonhou ser salva de um dragão”), transformou-se naquela que sabe o que quer: “Era uma vez uma mulher / que via um futuro grandioso / para cada homem que a tocava / um dia / ela se tocou...” Eu “pensava que o amor / me faria uma rainha / e quando você chegasse / não seria mais sozinha / você chega da gandaia / só pensando numazinha / seu amor é pouca palha / para minha fogueirinha / o que você jogou fora / é para poucos / o meu mal foi jogar / pérolas aos porcos / eu não sou da sua laia / não quero sua ladainha / pra ser mal acompanhada / prefiro ficar na minha”.<sup>12</sup>

### Considerações finais

Nos anos 80, a caminhada do país rumo ao período de abertura política e redemocratização, abria novas frentes de debate no espaço público nacional. Os movimentos sociais criados a partir da questão da mulher na sociedade brasileira cresciam e se intensificavam em programas de televisão e revistas direcionados exclusivamente ao público feminino. Na música popular, novos gêneros se afirmavam no mercado fonográfico, como o rock brasileiro — chamado posteriormente de Brock pelo crítico Arthur Dapieve — a música sertaneja e o pagode.

O ecletismo de gêneros e as novas possibilidades do mercado fonográfico que continuava a crescer nesse período permitiram o trabalho singular de uma compositora como Bia Bedran, cuja carreira voltada para a música infantil, gênero muito pouco explorado, possibilitou à compositora a formação de uma extensa obra de referência entre diversas gerações.

Foi também na década de 1980 que as compositoras com carreiras iniciadas no período de 1960 e 1970, têm a ver seus trabalhos reconhecidos pelo público e pela crítica. Além disso, uma nova gera-

<sup>12</sup> In: Grifos meus: Ladainha é uma música do Cd “Paralelas” lançado pela Duncan discos em 2005, compositores: Alzira Espíndola, Estrela Ruiz Leminski e Alice Ruiz.

ção que surgia nos anos 80 demonstrava que o os trabalhos de algumas dessas pioneiras ainda nos anos 60 começavam a dar seus frutos.

Assim como Dona Ivone Lara adentrou as quadras do Prazer da Serrinha para ser a primeira mulher a fazer parte de uma ala de compositores, o mundo do samba teve nos anos 80 duas compositoras marcantes na sua história recente. Leci Brandão e Jovelina Pérola Negra. Nascidas no Rio de Janeiro, participaram ativamente de toda a movimentação que resultou no surgimento do Pagode Carioca, gênero ligado à tradição do Partido Alto e que teve como grandes representantes Zeca Pagodinho, Almir Guineto, grupo Fundo de Quintal e a própria Jovelina.

Leci Brandão, apesar de já ter sua carreira de sucessos iniciada na segunda metade dos anos 70, ficou fortemente identificada com o gênero nos anos 80, compondo e gravando grandes sucessos, além de vincular sua imagem aos movimentos em defesa das minorias e campanhas políticas do período de redemocratização. Já Jovelina Pérola Negra começa sua carreira como compositora nos anos 80 com um sucesso do pagode, Bagaço da laranja, composta em 1985 com os bambas, Arlindo Cruz e Zeca Pagodinho. Nesse mesmo ano, Jovelina lançou seu primeiro disco solo e continuou sua carreira de compositora e intérprete, sendo considerada por muitos como uma das herdeiras de Clementina de Jesus. Morta por um infarto em 1998, deixou uma dezena de composições e permanece, ao lado de Leci Brandão, como uma das poucas compositoras de samba na música popular brasileira.

Ainda nessa linha de continuidades, destaca-se nos anos 80, a obra de Cecéu, paraibana de Campina Grande e compositora de grandes sucessos ligados ao universo da música nordestina. No mesmo rastro de Anastácia e Glorinha Gadelha, Cecéu torna-se uma compositora importante com músicas que viraram sucessos nacionais como Bate Coração, na voz de Elba Ramalho, e Por debaixo dos panos, interpretada por Ney Matogrosso. Discípula do Rei do Baião teve em Luiz Gonzaga o seu maior intérprete, uma grande conquista para qualquer compositor desse gênero.



Uma das mais contundentes compositoras dos anos 80 foi Ângela Rô Rô. Cantora e pianista de estilo marcante e compositora inspirada, seu primeiro disco, de 1979, foi recebido com grande destaque. Dois sucessos, Tola foi você e Amor meu grande amor, composta com Ana Terra, deram a Rô Rô boas críticas, sendo inclusive considerada pelo historiador Jairo Severiano como “uma sucessora de Maysa”. Sempre disposta a abordar temas tabus de forma aberta em suas composições e posturas pessoais, escreve no encarte de seu terceiro disco, em 1981: “E eu apresento a vocês, mais do que nunca exposta, a mulher criadora, criatura encantada, fascinante, seduzida e abandonada e feliz por ser achada em um estado de graça óbvio dos poetas”. Torna-se parceira de Cazusa e é gravada por Maria Bethânia, sendo vista até hoje como um das compositoras mais importantes do período.

Outras compositoras dessa geração tornaram-se artistas de grande sucesso popular, tendo seus trabalhos consagrados em números de vendagem e execução. Mais ligado aos estilos da música romântica e sertaneja, compositoras como Joanna, Sarah Benchimol, Roberta Miranda e Fátima Leão ocupam posições de destaque nesse universo. Joanna e Sarah Benchimol formaram ao longo dos anos 80 uma dupla bem-sucedida, com mais de vinte composições, incluindo grandes sucessos como Descaminhos.

A paraibana Roberta Miranda, com uma extensa obra de mais de quatrocentas composições, já vendeu ao longo dos seus quinze anos de carreira cerca de dez milhões de discos em todo o país.

A goiana Fátima Leão é responsável por uma série de sucessos das mais famosas duplas sertanejas do país, como Leandro e Leonardo, Chitãozinho e Xororó e Zezé de Camargo e Luciano. Em 1992, por exemplo, Fátima Leão tinha simultaneamente catorze músicas nas listas das mais tocadas nas rádios do país. Com um público fiel, essas duas compositoras, apesar do pouco destaque da crítica especializada, têm uma das obras mais sólidas dentre as compositoras de sua geração.

É também nos anos 80 que o rock brasileiro se

estabelece como gênero popular, abrindo assim mais uma frente para as compositoras que surgiam nesse momento.

O trabalho de Rita Lee, que atingia seu maior sucesso nessa época, fornecia um forte aval de crítica e público para se investir nesse gênero. Cantora e compositora, Paula Toller, do grupo Kid Abelha, teve músicas como Fixação, Como eu quero e Lágrimas de chuva cantadas por toda uma geração que descobria a música popular brasileira através das bandas de rock nacional. Outra compositora fundamental desse momento é Marina Lima. Situando seu trabalho na fronteira entre o rock e a MPB, tem uma série de sucessos de público e crítica com as composições feitas em parceria com seu irmão e poeta Antônio Cícero, entre elas Fulgás (seu primeiro grande sucesso) e Pra começar. Com dezenas de discos e músicas gravadas, Marina Lima e Paula Toller permanecem até os dias atuais como compositoras atuantes no cenário musical brasileiro.

Nos anos 90, a história das compositoras brasileiras passa por um dos seus períodos mais férteis. São muitos os nomes, trabalhos, gêneros e espaços de atuação estabelecidos nesse momento. Para as mulheres, esse é um período em que temas como a diversidade cultural, os movimentos de emancipação das minorias e o destaque de sua ascensão decisiva no universo do mercado de trabalho fornecem novas possibilidades e temas para reflexão.

Na música popular, uma série de compositoras retoma com propriedade, a tradição da canção popular. Adriana Calcanhoto, Zélia Duncan, Marisa Monte e Ana Carolina representam as compositoras desse período, que conseguem um grande destaque de crítica e público, investindo na relação autoral com seu repertório. Todas têm em comum o fato de serem cantoras de suas próprias composições, além de serem gravadas por outras cantoras e cantores de sua geração. Apesar disso, suas carreiras ocupam espaços específicos e travam diálogos com diferentes frentes da música popular, indo da parceria constante de Adriana Calcanhoto com poetas como Waly Salomão e Antônio Cícero, até a bem-sucedida estética “tribalista” das composições de Marisa Monte

com Carlinhos Brown e Arnaldo Antunes, seus mais constantes parceiros.

Zélia Duncan traz a tona novas abordagens nas músicas revertendo conceitos e denotando as novas concepções da mulher acerca dos relacionamentos. Na canção Liberdade ela traça uma abordagem crítica, relevando a mulher livre à necessidade de não temer o novo, bem como questiona as relações de poder. “Não vou mais sair no braço pra ninguém me engolir/ Quem perde é quem prega/ quem precisa/ é quem nega o desconhecido/que confunde e cega/ os pobres donos do mundo”.

Mais a frente ela afirma: “A diferença ta na crença/ de quem pensa que pensa/e apenas alimenta/meias verdades/meias atitudes/meias bondades. Nesse trecho deixa clara a idéia da questão de gênero, da diferenciação exercida por concepções que tem como intuito submeter um ser a tornar-se minoritário diante de uma sociedade”.

Em Bom pra você ela afirma: “Faça o que é bom/ Sinta o que é bom/pense o que é bom/bom pra você!/ Coma o que é bom/veja o que é bom/bom pra você / guarda pro final/aquele sabor genial/se é genial pra você!/Tente o que é bom/Permita o que é bom/Descubra o que é bom/Bom pra você!/Então beije o que é bom/Mostre o que é bom/Permita o que é bom/ Descubra o que é bom/Bom pra você/Um dia você me conta/um dia você me apronta um resumo/do supra sumo do seu prazer?/Pese o que é bom/Perceba o que é bom/Decida o que é bom/Bom pra você”.<sup>13</sup> Essa música evidencia o poder da mulher com relação a busca de suas próprias escolhas, no não temer o novo, o sentimento de que não é audacioso fazer o que quer, ou seja, é algo natural, apresenta-se como algo eminente a felicidade.

A cantora e compositora Ana Carolina nas suas músicas, elucida em muitos momentos o instinto racional nos relacionamentos, destravando as premissas de décadas anteriores que a mulher apresentava-se como a vítima dos relacionamentos, o ser sofrido e frustrado. Nesse trecho: “Eu não quero saber de você/ Eu não escrevo mais cartas de amor/ Feche o seu casaco/ eu bem que te avisei pra não confiar em mim/ Suas mãos estão repletas, mas precisam

<sup>13</sup> Composição de Zélia Duncan e Christian Oyens, gravada em 1996 pela WEA.

de flores/Assim que Rodin precisou de muitos amores”.<sup>14</sup>

A cantora Vanessa da Mata, em sua composição de 2007, *Good Luck*, traz à tona a idéia de uma mulher decidida no que quer quanto ao relacionamento, àquela que percebe que não quer um compromisso, cobranças, expectativas, é ela que pede pra a pessoa procurar outro alguém, desejando boa sorte. “Tudo o que quer me dar / É demais/ È pesado/Não há paz /Tudo o que quer de mim/ Irreais/ Expectativas/ Desleais”.

Ao contrário da maioria das compositoras de outras gerações, que aguardaram um longo período para atingir sucesso e reconhecimento, essa geração surgida nos anos 90, foi rapidamente assimilada pelo mercado fonográfico, pelo público e pelos seus pares, indicando carreiras que ainda têm muito que apresentar para a música popular nos anos que se seguem. Para encerrar, sabemos que deixamos de fora deste texto muitos nomes importantes da composição feminina que poderiam contribuir para essa nova visão da mulher brasileira na música do XXI.

### Referências

Caetano Veloso. *Revista Nova*. São Paulo: Abril, n. 306, 1998

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

DUSSEK, Eduardo. Adeus batucada. In: VITALE Irmãos. *Enciclopédia da música brasileira: Erudita, Folclórica, Popular*. São Paulo: Art, 1977.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GIRON, Luís Antônio; Mário Reis: *O fino do samba*. São Paulo: 34; 2001.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes; 1975.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: carto-*

<sup>14</sup> Composição de Ana Carolina, gravada em 1999 pela BMG.

grafias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

RAGO, Margarete. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: Del Priore, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

SANTA CRUZ, Maria Áurea. *A musa sem máscara – A imagem da mulher na música popular brasileira*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SEVERIANO, Jairo; MELLO, Zuza Homem de. *A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras*. São Paulo: 34, 1997, v. 1 e 2.

TINHORÃO, José Ramos. *História social da música popular brasileira*. 2. ed. São Paulo: 34, 2002.

WALBY, Sylvia. Gênero. In: *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.



## ARTIGOS

---





# **¿Qué hay hoy para comer?: alimentación cotidiana, trabajo doméstico y relaciones de género**

**Mabel Gracia Arnaiz**

**Resumo:** As práticas alimentares contemporâneas derivam, em parte, das mudanças ocorridas nos usos do tempo e nas formas de socialização. As coerções relacionadas com a gestão das actividades laborais, formativas ou lúdicas afetam profundamente a transmissão do saber-fazer alimentar entre gerações e gêneros e, embora não haja ainda uma redistribuição equitativa do trabalho doméstico entre homens e mulheres, estes constrangimentos contribuem para caracterizar as actuais maneiras de comer.

**Palavras-chave:** Trabalho Doméstico. Alimentação. Usos do Tempo e Relações de Género.

**Abstract:** The contemporary food practices derive, partly, of the changes happened in the uses of the time and the forms of socialization. The coercions related to the management of the labour, formative or leisure activities deeply affect the transmission of food knowledge and skills between generations and genders and, although an equitable redistribution of the domestic work between men and women has not taken place, these constraints contribute to characterize the present manners of eating.

**Keywords:** Housework. Food. Uses of Time. Gender Relations.

*Mabel Gracia Arnaiz.* Dpt. Antropología Social da Universidad Rovira i Virgili. Tarragona. España. E-mail: mabel.gracia@urv.cat.

Texto recebido: 30/04/2009. texto aprovado: 15/05/2009.

<sup>1</sup> Este artículo hay que enmarcarlo en una línea de estudios más amplia sobre maneras de comer y cambio social que iniciada principios de la década de los 90 con mi tesis de doctorado continúa desarrollándose hoy dentro del proyecto I+D *La alimentación contemporánea desde y más allá de las normas* (SEJ2006-15526-C02 O2/SOCI). Todos estos trabajos etnográficos han tenido como objetivo principal conocer los factores y las circunstancias que orientan y determinan las nuevas formas de comer en España. En numerosas ocasiones, la generalización de la incorporación de las mujeres en el mercado de trabajo se ha relacionado con la constatación de una simplificación e individualización de las comidas y con el aumento de la desestructuración alimentaria. Sin embargo, en este artículo se recogen resultados que permiten relativizar dicho vínculo y afirmar que los actuales modos de comer se modifican y diversifican adaptándose a múltiples y diversos apremios socioeconómicos, entre los cuales, la actual situación de las mujeres constituye un factor condicionante pero no determinante.

<sup>2</sup> GRACIA, Mabel. *Paradojas de la alimentación contemporánea*. Barcelona: Icaria. 1996; \_\_\_\_\_ (coord.) *Somos lo que comemos*. Estudios de alimentación y cultura en España. Barcelona: Ariel. 2002.

## Introducción

Las constataciones etnográficas han puesto de manifiesto la existencia de una estrecha vinculación entre alimentación cotidiana y mujeres, así como entre prácticas y representaciones alimentarias e identidades de género. Se ha señalado en repetidas ocasiones que la alimentación cumple funciones biológicas y sociales esenciales para la supervivencia humana. Permite la subsistencia física y condiciona la salud y también es central en la reproducción social y la identidad colectiva. Alimentar es intercambiar, nutrir, cuidar, comunicar. Las mujeres, en parte por condición fisiológica y en parte por disposición cultural, son quienes han acostumbrado a alimentar a las personas durante los primeros meses de la vida y quienes, en numerosos contextos, acaban velando por su alimentación mientras permanecen en el grupo familiar.

En este artículo vamos a abordar cómo ciertos cambios estructurales producidos en la sociedad española en las últimas décadas han afectado, en mayor o mejor medida, a la responsabilidad femenina de la alimentación familiar. En particular, analizamos algunos de los constreñimientos impuestos por la multiplicación de actividades extradomésticas y la diversidad horaria, por la dificultad de compatibilizar las tareas culinarias con el trabajo realizado fuera de casa y por la escasa participación de los miembros del hogar en la resolución de las comidas diarias<sup>1</sup>.

### 1. Trabajo doméstico, comida y género

Tal como se ha señalado en ocasiones anteriores<sup>2</sup>, las mujeres han sido y son, etnográfica e históricamente, si exceptuamos aquellas que forman parte de los grupos de elite en las sociedades diferenciadas, las personas responsables de la alimentación cotidiana<sup>3</sup>, especialmente en relación con las tareas de aprovisionamiento y preparación de las comidas. Refiriéndose a una de las tareas vinculadas con la alimentación y el trabajo doméstico, cocinar, Menell (1985) demuestra que, en la mayoría de cultu-

ras, y a través del tiempo, las mujeres se asocian a la cocina doméstica diaria, mientras que, en las sociedades donde aparece una cocina diferenciada, el rol del cocinero — el *chef* — es masculino. Del mismo modo, Goody (1995) argumenta que, ya en tiempos de la hegemonía egipcia, los hombres utilizaban las recetas cotidianas practicadas diariamente por las mujeres en sus grupos domésticos para conformar la cocina cortesana, caracterizada por un reconocimiento social que nada tenía que ver con el adscrito al trabajo alimentario diario. En los estados y cortes euroasiáticas, la diferencia entre la gran y pequeña cocina tendía a confundirse con la cocina masculina y la cocina femenina, respectivamente. De este modo, mientras que los hombres son *chefs*, las mujeres son *cocineras*.

### 1.1. Las mujeres son cocineras, los hombres son *chefs*

Aunque esta diferenciación entre cocina diaria, femenina, y cocina especializada, masculina, sirve, de entrada, para cuestionar los aspectos biológicos de ciertas adscripciones, la responsabilidad femenina de la alimentación cotidiana tiene que ver con lo que se considera una transmisión *natural* de los trabajos domésticos a las mujeres y, en particular, con la asunción, también *natural*, del cuidado de los miembros del grupo doméstico<sup>4</sup>. Los contenidos culturales que se asocian y se derivan de esta función nutridora son múltiples. Carrasco (1992) destaca como especialmente interesantes para la relación entre cultura, salud y alimentación, aquellos que convierten a las mujeres dentro de los grupos domésticos en las receptoras naturales de responsabilidades preventivas, terapéuticas y asistenciales en referencia al grupo para el que cumplen la extensión de esas funciones nutridoras. Esta disponibilidad *natural/cultural* se puede resumir de una manera sencilla en la obligación femenina de nutrir a los diferentes miembros del grupo, de ofrecerles, a través de las prácticas alimentarias, los alimentos listos para consumir. Esto puede interpretarse, en un primer nivel, como la responsabilidad de satisfacer unas necesidades a través de lo culinario que son, en

<sup>3</sup> MENNEL, S. A. et al. *The Sociology of Food. Eating, diet and culture*. Londres, Sage Publications. 1992. GOODMAN, D.; REDCLIFT, M. *Refashioning Nature. Food, Ecology & Culture*. Londres: Routledge. 1991. DEVAULT, M.L. *Feeding the family: the social organisation of caring as gendered work*. Chicago: Chicago University Press. 1991. COUNIHAN, C.M. *The anthropology of food and body. Gender, meaning and power*. London: Routledge. 1999. COUNIHAN, C.M.; KAPLAN, S.L. *Food and Gender. Identity and Power*. Amsterdam: Harwood Academic Publishers. 1998.

<sup>4</sup> GRACIA, *Op. Cit.*, 1996.

primer lugar, fisiológicas (de reproducción biológica y de la fuerza del trabajo). Sin embargo, esta tarea comporta, además, la reproducción y satisfacción de otras relaciones sociales, tales como identidad, reciprocidad, comensalidad o comunicación, que se expresan en cada uno de los contenidos de las actividades que incorpora.

Mennell *et al.* (1992) convienen que, en la división del trabajo doméstico de las sociedades industrializadas, la alimentación cubre múltiples actividades, tales como la producción, el aprovisionamiento y las compras, el almacenaje y la conservación, la preparación y el cocinado, el servicio y el lavado/recogida de utensilios, el reciclaje de las sobras, así como tareas de horticultura, préstamos e intercambios. Responden, además, a actividades menos obvias — que no menos importantes — como el control de calidad, la cronometración del tiempo o la satisfacción entre cliente/trabajador. Por ese motivo, estas actividades, junto con otras diarias (la colada, cuidado de los niños, el fregar, etcétera) constituyen una verdadera ocupación, además de un trabajo productivo. La idea por la cual las sociedades industrializadas contemporáneas empiezan a pensar en términos de los dos roles de las mujeres (trabajo doméstico y extradoméstico) da paso a un reconocimiento algo más justo de la doble carga que sobrellevan muchas de ellas. De hecho, numerosas mujeres continúan acarreado la responsabilidad de la adquisición y preparación de las comidas domésticas aun cuando son asalariadas a tiempo completo<sup>5</sup>.

Lo que sucede es que los contenidos de las tareas del hogar se han transformado sustancialmente en las últimas décadas. Capatti (1989) relaciona la delegación de ciertos roles femeninos respecto del hecho alimentario doméstico con la emergencia de las grandes ciudades. Según él, el rol maternal de la cocinera empieza a cuestionarse en beneficio del restaurador a inicios del siglo XX, cuando la ciudad-metrópoli modifica el apetito urbano al mismo tiempo que la oferta restauradora se amplía cada vez a más personas, normalmente hombres, que centran sus actividades lejos del grupo doméstico. La imagen de la familia reunida en torno a la mesa

<sup>5</sup> MENNEL *et al.* *Op. Cit.*, 1992; GOODMAN, D.; REDCLIFT, M. *Op. Cit.*, 1991; PEDRERO, M. Género y trabajo doméstico y extradoméstico en México. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, v. VI, n. 119 (28), 2002.

se sacrifica por la comensalidad de los colegas y compañeros de trabajo. Capatti habla de un intercambio de roles (mujer *versus* restauración e industria) para comprender la modernidad culinaria. Compara la perfección familiar en referencia a los menús, sabores, comensalidad, etcétera — sólo interrumpida cuando el ama de casa se pone enferma o la asistente se indispone — con el comportamiento improvisado del hombre que vive independiente, propenso al uso de conservas y platos precocinados. Este individuo busca las funciones femeninas y el servicio en la industria alimentaria y la convierte en su compañera fiel.

Sin embargo, se ha de tener cuidado a la hora de generalizar. No todas las mujeres asumen las responsabilidades alimentarias, ni todas las delegan o comparten tan rápido como plantea Capatti. La repercusión de las transformaciones socioeconómicas y tecnológicas afecta de forma diferente al colectivo de mujeres, dadas las diferencias que se manifiestan entre el mismo género. Estas diferencias son muy notables según la clase social y la edad<sup>6</sup> y según el tipo de ocupación o nivel de estudios. Las mujeres no constituyen una clase homogénea a nivel de circunstancias o condiciones, ni intra ni interculturalmente, y los contenidos de la responsabilidad se ven afectados por esas variables. Un estudio significativo en esta línea es el de Van Otterloo y Van Ogtrop<sup>7</sup>. Las autoras intentan evaluar las diferencias entre creencias y prácticas de madres de niños holandeses de educación primaria, pertenecientes a tres clases sociales diferentes, y concluyen que ciertas actitudes de las mujeres respecto de la alimentación dependen de la posición estructural que ocupan en la sociedad. En los resultados, aparece que aquello que se entiende por *comida buena*, gustos, imagen y control del cuerpo, forma parte de un complejo diferenciado de sentimientos y conductas hacia la comida que muestran un sutil rango de variaciones de acuerdo con la clase social. Por ejemplo, las madres pertenecientes a los estratos altos parecen imponer unas normas más estrictas en la mesa familiar que las madres de estratos más bajos.

<sup>6</sup> MOORE, L. H. *Antropología y Feminismo*. Madrid: Cátedra. 1991.

<sup>7</sup> VAN OTTERLOO; VAN OGTROP, 1989. In: MENNELL *et al. Op. cit.*, 1992.

Por otro lado, el hecho de que, en la mayoría de las sociedades, las mujeres se responsabilizan del aprovisionamiento, preparación y servicio de los alimentos, tampoco significa que determinados aspectos de esta actividad no sean asumidos o desempeñados por los hombres, quienes, a su vez, son receptores de los valores, gustos y prácticas alimentarias transmitidos/adquiridos en el grupo doméstico. Hay trabajos específicos de producción, transformación y preparación de los alimentos que forman parte de las tareas masculinas. En diferentes sociedades, los hombres pueden participar en alguna de las fases que preceden al cocinado e, incluso, en el cocinado mismo, como es el caso de asar las carnes.

En relación a los contenidos del trabajo alimentario cotidiano, Kerr y Charles (1986) señalan que uno de los aspectos más importantes ofrecidos por las mujeres en la ejecución de estas tareas es el elemento de servicio: las mujeres servidoras frente a los hombres servidos. Se trata de un elemento, sobre todo, cualitativo que se hace más evidente en las fases de la preparación y presentación de la comida. El servicio también puede variar su estilo, su forma, según la clase social y la edad, desde delegarlo a cocineras y criadas, entre los estratos más altos, hasta compartirlo paritariamente entre las parejas más jóvenes.

## **1.2. Los alimentos-servicio y la tecnificación del espacio culinario**

La introducción de nuevas tecnologías en el ámbito doméstico, así como también el hecho de que las mujeres se hayan incorporado al mercado de trabajo o prolonguen su participación en el mismo más allá del matrimonio o de la maternidad, ha servido para acelerar las características que definen los contenidos y los nuevos comportamientos alimentarios<sup>8</sup>. Entre las innovaciones, se encuentra la incorporación en la cesta de la compra de productos alimentarios rápidos y cómodos de preparar, cuya principal característica es, precisamente, que ofrecen servicio. Los artículos ofertados incorporan el entretenimiento y la laboriosidad de las fases de

<sup>8</sup> GOODMAN, D.; RED-CLIFT, M. *Op. Cit.*, 1991.

preparación de los platos y limpieza de la cocina, es decir, son *alimentos-servicio* que ahorran trabajo y tiempo<sup>9</sup>. Contreras (1993a) señala que cuando las mujeres adquieren un *alimento-servicio*, por ejemplo la “ensaladilla rusa” congelada, normalmente no están comprando sólo un plato preparado, sino el tiempo que necesitan para dedicarlo a otros trabajos. Esta matización es importante. Son las mujeres, madres y esposas, que ocupadas ahora en otras tareas extradomésticas no abandonan la cocina porque<sup>10</sup> la industria les toma el relevo en ese espacio. Así, los productos listos para servir pueden ahorrarles tiempo en la preparación, pero además los aspectos sucios del tratamiento de las materias primas (pelar, cortar, triturar). Evitan los trabajos culinarios menos cualificados y, si quieren, también los especializados.

Ahora bien, la incorporación de alimentos y platos preparados, que permiten disminuir el tiempo dedicado a la cocina<sup>11</sup> y espaciar las compras, se conjuga, paralelamente, con un cierto rechazo hacia este tipo de comida “industrial”, tanto entre las mujeres que trabajan fuera como dentro de casa<sup>12</sup>. La desconfianza por el origen y los ingredientes que se añaden a este tipo de productos hace que, a mediados de los años setenta del pasado siglo, las mujeres teman especialmente a la “química” agroalimentaria y, en particular, a los *aditivos*. Esta desconfianza se traslada, después, hacia los productos que no se etiquetan de “naturales” o hacia los de riesgo bacteriológico (mariscos, huevos, salsas). Por un lado, se da el temor a recurrir a ellos y, por otro, la necesidad y/o comodidad de usarlos. Ante este primer rechazo, los productos alimentarios elaborados por la industria van a jugar con la ambigüedad: por una parte presentando un conjunto de ventajas prácticas obtenidas por el avance de la ciencia (son productos fáciles y rápidos de preparar) y, por otra, ofreciendo platos pre-cocinados adaptados al estilo *casero* y dietéticos. La industria agroalimentaria, mediante su enorme variedad de productos, es capaz de satisfacer estas ventajas y tranquilizar, de paso, la conciencia de numerosas mujeres porque ofrece artículos casi listos para consumir que guardan una

<sup>9</sup> FISCHLER, Claude. *El omnívoro: el gusto la cocina y el cuerpo*. Barcelona: Anagrama. 1995.

<sup>10</sup> PYNSON, P. *La France à table*. París: La Découverte. 1987.

<sup>11</sup> Murcott (1983b) mantiene que el tiempo teóricamente ahorrado suele invertirse en otras tareas, culinarias o no. Por otra parte, adquirir *alimentos-servicio* no siempre implica ahorrarse tiempo respecto a otras formas de cocinar. Kaplan (1980) hace una comparación entre el tiempo que lleva preparar una ensalada y una comida congelada para cuestionar el contenido de los anuncios alimentarios que promocionan, por norma, el valor nutricional de los productos y hablan de la facilidad de la preparación. En todo caso, según ella, se puede ahorrar tiempo/calorías en ciertos platos o alimentos, no así en las lasañas desvitalizadas, en los batidos dietéticos o en los *snacks*.

<sup>12</sup> PYNSON, P. *Op. cit.*

relación de identidad con sus referentes auténticos y responden, además, a las preferencias y necesidades individuales más dispares. Estos productos, además de promocionarse como tradicionales y exóticos, se presentan como saludables, de forma que el discurso médico-nutricional minimiza los temores sobre la inconveniencia de su recurso<sup>13</sup>.

La *revolución tecnológica* provee a los hogares de electrodomésticos que transforman las maneras de llevar a cabo los trabajos alimentarios. Sin embargo, la intrusión de la moderna tecnología en los ingredientes, los utensilios y el espacio culinario proporciona un ambiguo y parcial desahogo de la doble carga o el doble rol<sup>14</sup>. La incorporación de tecnología doméstica puede significar la creación de una plusvalía que permite a las mujeres trabajar fuera de casa así como, sin pagarles, cuidar de los niños y del hogar. Diferentes investigaciones demuestran que el aligeramiento de las cargas domésticas originado por la revolución tecnológica perpetúa la capacidad de las mujeres para soportar los demás compromisos remunerados. Por tanto, las *libera* para que dediquen su tiempo a otros trabajos<sup>15</sup>. Murcott (1983a) prefiere mantener la idea de que los avances en la cocina doméstica tanto simplifican como complican los trabajos femeninos y, sobre todo, no los anulan. Pueden ahorrar tiempo o tareas pesadas, pero las cocineras de los grupos domésticos contemporáneos deben saber más acerca de la calidad de los ingredientes, de la preparación de los platos, de la composición de las comidas y técnicas de preparación o de las modas, en tanto que esos avances se corresponden con un incremento del nivel de exigencias. Paradójicamente, este aprendizaje más amplio puede ser percibido como una desvolgarización del trabajo doméstico ya que, mientras se aprenden nuevos conocimientos, el uso de maquinarias y las nuevas formas de cocinar pueden hacer perder la creatividad y las habilidades anteriores. El incremento del nivel de exigencias se deduce fácilmente del análisis de los libros de cocina y de las revistas actuales, que siguen orientadas a las mujeres y, ahora, a las mujeres ocupadas, aunque cada vez

<sup>13</sup> CONTRERAS, J. La nostra alimentació contemporània: dialèctica entre tendències contradictòries, *Revista d'Etnologia de Catalunya*, 2. 1993b.

<sup>14</sup> MURCOTT, A. Women's place: cookbooks images of technique and technology in the British Kitchen, *Womens's Studies International Forum*, 16 (1), 1983a. p. 33-39; \_\_\_\_\_. Cooking and the cooked: a note on the domestic preparation of meals. In: MURCOTT, A. (ed.). *The sociology of Food and Eating*. Aldershot: Gower. 1983b.

<sup>15</sup> ARONSON, N. Working up an appetite" In: KAPLAN, J.R. (ed.): *A woman's conflict: the special relationship between woman and food*. Nueva Jersey: Prentice-Hall Inc. Englewood cliffs. 1980.



más también a los hombres. Por otro lado, aceptar que la reciente expansión de la tecnología y de los productos alimentarios de “conveniencia”, rápidos y fáciles de preparar, permiten un cambio en las tareas de la casa, no significa que la posición protagonista de las mujeres en la preparación y servicio de las comidas domésticas se modifique, así como la centralidad en el hogar y en las actividades familiares.

En la sociedad española, el contenido de las tareas de la casa se ha transformado sustancialmente desde hace más de cuatro décadas<sup>16</sup>. En el caso de la alimentación, dichas modificaciones nos llevan a hablar, entre otros procesos, de la *revolución* tecnológica del equipamiento doméstico, de la proliferación industrial de comidas rápidas y cómodas o de *conveniencia*, del recurso de la oferta restauradora (pública y privada), de la concentración espacial y temporal de las compras o de la formalización de elementos de apoyo (asistencia doméstica, escolarización). Se puede afirmar que estos procesos han redefinido — *aligerado/agilizado* — el contenido de las tareas alimentarias cotidianas y, en general, han implicado una variación de los comportamientos alimentarios cotidianos en relación al tiempo dedicado, a la formalización de estrategias, a los contenidos de los trabajos o a la reformulación de los conocimientos. Sin embargo, la mayor permanencia de las mujeres en el mercado de trabajo, por un lado, y el aumento de mecanismos de servicio para *aligerar y agilizar* las tareas alimentarias, por otro, no han variado el hecho de que la responsabilidad en materia de alimentación cotidiana del grupo doméstico siga siendo femenina. En efecto, las mujeres continúan asumiendo la responsabilidad familiar en la planificación de la compra, la adquisición y almacenaje de los alimentos, la preparación de las comidas, el servicio de la mesa o la recogida de los utensilios de cocina. Para muchas mujeres, los cambios registrados no se han correspondido necesariamente con transformaciones significativas en la compartición de las tareas alimentarias con otros miembros del grupo doméstico.

<sup>16</sup> GRACIA, *Op. Cit.*, 1996.

## 2. Usos del tiempo, tareas alimentarias y participación familiar

### 2.1. El día y sus 24 horas

En el ámbito doméstico, las comidas de diario son ahora una obligación cotidiana, penalizada por la inestabilidad y los condicionamientos de la arena social. El uso del tiempo incide en la reestructuración de las prácticas alimentarias y no necesariamente bien. El aumento del trabajo asalariado femenino, los transportes, la duración de la jornada de trabajo o de estudio y la diversidad de horarios que deben conciliarse en cada hogar, hacen del tiempo una de las variables más importantes en las elecciones alimentarias. Durante las jornadas de trabajo, las horas necesarias para pensar la comida, comprarla o cocinarla compiten con las que se deben o quieren, dedicar a otras tareas, de forma que la organización de la vida cotidiana ha dado paso, desde los ochenta, a reducciones de las tareas y las horas dedicadas a la compra y preparación de la comida<sup>17</sup>. Se concentran las compras, se recurre a los alimentos-servicio, a la restauración colectiva y privada y se simplifican la estructura y los contenidos de las comidas. Pretenden ahorrar tiempo de preparación, de poner o quitar la mesa, de evitar al máximo los guisos más engorrosos y de limpieza de utensilios. Se trata de gestionar, del modo más eficiente posible, la diversidad de horarios, necesidades y preferencias de los miembros del hogar. Y como no, de suplir habilidades y conocimientos allí donde no los hay.

La estructuración del tiempo marca la vida diaria de millones de personas. En los hogares con niños crece la incompatibilidad entre horarios escolares y laborales porque la jornada de estudio se ha ido acortando o concentrando<sup>18</sup> y porque la flexibilidad del mercado de trabajo ofrece horarios muy variables en fábricas, comercios y servicios. Como el estado del bienestar español es limitado no previó un acuerdo global de cambio en los horarios laborales y comerciales, ni se hizo ningún esfuerzo mediante las parrillas de programas de televisión, radio u ocio para adecuar nuestros horarios a los internacionales,

<sup>17</sup> GRACIA, M.; COMELLES, J.M. (ed.). *No comerás*. Narrativas sobre comida, cuerpo y género en el nuevo milenio. Barcelona: Icaria. 2007.

<sup>18</sup> En diversas comunidades autónomas, la escuela pública ha optado por la jornada intensiva de 8 a 14 horas. En Cataluña, la implantación en Primaria de la sexta hora lectiva se ha hecho con el ánimo de reforzar el contenido de ciertas materias y no de conciliar la vida laboral y familiar.

esto es iniciar la actividad entre siete y nueve de la mañana, cerrar fábricas y oficinas como muy tarde a las cinco y las tiendas a las siete. En Europa el almuerzo se hace de doce a dos y se cena de seis a ocho, los niños se acuestan antes de las nueve y los adultos a las diez. En España nos acostamos más allá de medianoche y numerosas encuestas indican que cientos de miles de niños ven la televisión a esa hora. Si el ocio nocturno europeo termina entre una y dos, aquí no cierra o lo hace más tarde.

Los horarios escolares contribuyen a las situaciones extremas: estudiantes que acaban su jornada escolar a las dos o a las cinco van a tener que ocupar su tiempo con actividades extra-escolares porque en casa no hay nadie hasta las siete o las ocho. Las industrias culturales — sobre todo del deporte, la formación artística, la informática o los idiomas — se han beneficiado de esta estructuración del ocio y del trabajo ofreciendo productos y servicios para mantenerlos ocupados. Además, la exigencia social de niños altamente competentes anima a muchos progenitores a llenarles el tiempo libre de materias que amplíen o mejoren sus conocimientos (música o inglés, por ejemplo), su seguridad (natación, kárate) o su forma física (fútbol, tenis, básquet). No es de extrañar que padres e hijos, lleguen cansados a casa tras jornadas hiperactivas fuera sabiendo que les quedan múltiples tareas en casa antes de irse a dormir.

Por eso, los fines de semana o en los días festivos, el tiempo no cuenta del mismo modo y la comida es, casi siempre, familiar o con amigos. Es el día para rentabilizar los libros de cocina, y varones y féminas pueden encerrarse la mañana entera para elaborar unos canalones *como Dios manda* o “una paella”. Puede haber placer en cocinar, pero también es habitual preparar la mesa con comida de “listos para llevar” o ir al restaurante.

Espectadores atentos, desde hace muchos años, de la realidad sociológica española y europea y del limitado y meditado interés de las parejas españolas por tener niños — tenemos tasas de natalidad y fecundidad muy bajas<sup>19</sup> — parece como si en nuestro país los hijos fuesen una “carga” económica y social

<sup>19</sup> A pesar de ser de las más bajas de la UE, ha aumentado algo por la mayor fertilidad de las madres extranjeras. La tasa de natalidad ha pasado de 9,23 en 1996 al 11 en 2005, mientras que la fecundidad está en torno al 1,32. Ver: <http://www.ine.es>

difícil de soportar y, ante la posibilidad de planificar la vida familiar, muchos opten por retrasar u obviar esa responsabilidad. El problema de muchos padres no es que sus hijos sean una carga y que los traigan al mundo por cumplir, sino que tenemos los horarios peor estructurados de la Europa occidental,<sup>20</sup> dormimos menos horas, cobramos sueldos más bajos, tenemos precariedad laboral y el Estado del Bienestar español quitó los dos euros mensuales de los “puntos” franquistas, pero ha sido incapaz de ir más allá de promesas electorales incumplibles o demagógicas como la propuesta del cheque de 100 euros por familia. Quizás eso explique — pero no solo eso, no somos tan ingenuos — la baja tasa de natalidad, el retraso en paternidades y maternidades a edades que lindan con las de abuelos y la opción de tener uno o dos hijos como máximo. Quizás tenerlos y verlos crecer no es un placer fascinante que dura poquísimo, sino el cumplimiento de una obligación social y ciudadana en la línea del *Allons enfants de la Patrie*.

La dificultad de organizar en casa — con ese *background* — una “política” alimentaria acorde con las recomendaciones nutricionales es complicada. En general, favorece la flexibilización de las jornadas alimentarias, incluyendo la desconcentración de los menús y anima al “picoteo” o a las “pequeñas comidas”, las “meriendas-cenas”, que se adaptan mejor a la cotidianeidad. En los Estados Unidos, ese picar entre horas o el comer comidas de alta densidad energética — por otro lado, mucho más baratas — alimenta la endemia de obesidad patológica, especialmente en mujeres de clase baja.

<sup>20</sup> España está por debajo de la media europea en políticas de conciliación de la vida familiar y laboral. Para abordarlas, se ha creado una Comisión Nacional para la Racionalización de los Horarios Españoles que cuenta con un libro blanco titulado *España, en hora europea*. En: <http://www.map.es>

## 2.2. Hacer la comida: ¿es sólo una falta de tiempo?

Es evidente que las prioridades en tantas actividades extra-domésticas favorecen inevitablemente una re-significación de la alimentación, a menudo convertida en un mero acto de consumo funcional — saciar el apetito o el aburrimiento — desprovisto de conocimientos y habilidades culinarias más allá de seguir las instrucciones de uso impresas en el envoltorio de los pre-cocinados. Si estamos obligados

a comer para subsistir, el interés por “aprender a cocinar” ha disminuido entre las generaciones jóvenes y medianas que coinciden que “se cocina muy poco. Se come muy rápido. Todo se compra hecho”. Casi la mitad de la población lo asocia con “falta de tiempo”. Un 18,2% “intenta hacer la compra en un solo establecimiento”, otro 15,1% “come deprisa” y a un 10% les “falta tiempo para comprar”<sup>21</sup>. Y son mayoría los que, afirmando que en su hogar deciden las compras y los menús “las madres” — esposas o compañeras —, atribuyen las nuevas maneras de comer a la progresiva incorporación de las mujeres al mercado de trabajo. Como si ello no hubiera sido paralelo a los cambios habidos en las innovaciones agroindustriales, los lugares y horarios de trabajo o las estructuras familiares.

La familia, sea cual sea su forma, desempeña un papel de trasmisor de valores y lugar de identificación de roles de género. Aunque se dan cambios estructurales importantísimos en el trabajo doméstico, y un reparto distinto de las faenas por el mayor número de mujeres adultas que trabajan, éstas siguen siendo las responsables de la mayoría de tareas de la casa y les destinan más horas que los hombres. En alimentación casi el triple. Sus maridos o compañeros apenas participan, pero ellas le dedican casi dos horas al día frente a los cuarenta y nueva minutos de los hombres<sup>22</sup>, y aunque se apunta cierta equiparación entre géneros<sup>23</sup>, una de cada dos mujeres reconoce que son las únicas que asumen tareas alimentarias, frente a un 8.8% de hombres<sup>24</sup>. La diferenciación es muy sutil, no es solo *hacer*, sino organizar y mandar a sus parejas *qué deben hacer*. En muchos hogares, los hombres ayudan pero no participan ni administran las tareas, por eso el acceso masivo de la mujer al mercado de trabajo ha empeorado su situación en términos de tiempo disponible<sup>25</sup>. Ellas hacen

[...] tareas en relación al hogar y tareas en relación a la vida. Cuando los niños eran pequeños, por ejemplo, la que iba al médico era yo, la que buscaba la escuela para los niños era yo y la que se preocupaba de las muchas cosas era yo, y ahora que ya son mayores, la que obser-

<sup>21</sup> ODELA (Observatorio de la Alimentación). *Comemos como vivimos. Alimentación, salud y estilos de vida. Alimentaria Exhibitions*. Barcelona. 2006. p. 123.

<sup>22</sup> INE, 2004.

<sup>23</sup> INSTITUTO DE LA MUJER. *Las mujeres en cifras, 1996-2001*. Madrid. 2001. En: <http://www.mtas.es/mujer/mujeres/cifras/tablas/W202.XLS>

<sup>24</sup> INSTITUTO OMEGA, 2003. *Guía sobre hábitos de alimentación y salud* (disponible en <http://www.pulevasalud.com/ps>).

<sup>25</sup> Según la encuesta sobre el uso del tiempo en la vida cotidiana de DURÁN (2005), si se suma el trabajo global, las españolas trabajan diariamente 56 minutos más que los hombres, y su carga total de trabajo es un 15% superior. Si se analiza el tiempo dedicado al trabajo profesional, los hombres utilizan semanalmente en empleo remunerado más del doble de horas que las mujeres (28,13 horas los hombres, 12,17 las mujeres), y estas dedican dos veces y media más tiempo que ellos a la casa (36,50 horas las mujeres y 14,24 los hombres).

va a los hijos continuo siendo yo. Yo hablo por mi caso particular, ¿no? Aunque somos una pareja que nos llevamos bien y que tenemos un ambiente normal y corriente continuo haciendo muchas de las cosas que ya hacía. Intento que la otra persona, que en este caso es mi marido, también las vea. Las ve pero quizá porque no está acostumbrado no se incorpora de lleno en ellas, o sea que yo continuo haciendo todavía muchas de las tareas que antes hacían las mujeres, aunque piense de una manera, continuo haciéndolas. Continua siendo la mujer la que, inconsciente o conscientemente, con más ganas o menos ganas, continua haciendo las tareas que han sido destinadas a las mujeres y además está fuera en la calle como está el hombre también, es decir, que no sé hasta que punto hemos ganado tanto.<sup>26</sup>

<sup>26</sup> Mujer, 49 años.

Diferencias en el uso del tiempo

		1993	1996	2001	2006
Ambos sexos	<b>TOTAL</b>	<b>27 h 11'</b>	<b>28 h 11'</b>	<b>28 h 44'</b>	<b>26 h 21'</b>
	Necesidades personales	10 h 21'	10 h 40'	10 h 34'	10 h 30'
	Trabajo doméstico	5 h 20'	5 h 25'	5 h 18'	4 h 12'
	Estudio	0 h 44'	0 h 22'	0 h 37'	0 h 29'
	Trabajo remunerado	2 h 9'	2 h 15'	2 h 39'	3 h 28'
	Tiempo Libre	8 h 37'	9h 30'	9 h 37'	7 h 42'
Mujeres	<b>TOTAL</b>	<b>27 h 43'</b>	<b>28 h 40'</b>	<b>29 h 34'</b>	<b>26 h 34'</b>
	Necesidades personales	10 h 8'	10 h 35'	10 h 34'	10 h 27'
	Trabajo doméstico	7 h 58'	7 h 35'	7 h 22'	5 h 59'
	Estudio	0 h 37'	0 h 18'	0 h 29'	0 h 31'
	Trabajo remunerado	1 h 1'	1 h 23'	1 h 52'	2 h 31'
	Tiempo Libre	8 h 0'	8 h 47'	9 h 17'	7 h 7'
Hombres	<b>TOTAL</b>	<b>26 h 35'</b>	<b>27 h 49'</b>	<b>27 h 55'</b>	<b>26 h 8'</b>
	Necesidades personales	10 h 35'	10 h 52'	10 h 34'	10 h 33'
	Trabajo doméstico	2 h 30'	3 h 5'	3 h 10'	2 h 20'
	Estudio	0 h 52'	0 h 26'	0 h 44'	0 h 28'
	Trabajo remunerado	3 h 22'	3 h 10'	3 h 28'	4 h 28'
	Tiempo Libre	9 h 16'	10 h 15'	9 h 59'	8 h 19'

Fuente: Elaboración propia a partir de los datos de la Encuesta sobre "Usos del tiempo", Instituto de la Mujer.

Nota: Los datos expresan la media diaria de tiempo utilizada para cada una de las variables resultando un tiempo superior a 24 horas debido a que se pueden solapar las actividades.

Gráfico disponible en: [www.migualdad.es/MUJER/cifras/tablas/W202.XLS](http://www.migualdad.es/MUJER/cifras/tablas/W202.XLS)

Resolver la alimentación cotidiana supone una dedicación particular. Ha de responder a la organización del tiempo, el presupuesto familiar, los gustos personales, el cuidado y la salud de los miembros de la casa<sup>27</sup>. De todas las tareas, es la que menos se delega. La responsable le dedica como promedio el 94% del tiempo necesario<sup>28</sup>. Y se delega menos por su complejidad, alta frecuencia y mayor cualificación y estatus, como veremos más adelante.

La implicación es muy desigual según la edad de las mujeres. En general aumenta con la edad, siendo las más implicadas las cohortes entre 45 y 64 años y las menos las de 12 a 17 años. En cambio, un tercio entre 18 y 24 reconoce no participar nunca, y entre los 34 y los 64 años estos porcentajes oscilan entre el 12% y el 20%. Aún así, el 62.5% de la población afirma “me gustaría aprender más” conocimientos y habilidades culinarias, mientras que un 38% dice saber “lo justo para salir del paso” (11%), que sus conocimientos “son nulos” (9,2%) que no saben “porque nadie les ha enseñado” (8,9%) o porque “no les interesa” (8,1%)<sup>29</sup>. El desinterés común entre los jóvenes, se debe a que no aprenden a cocinar durante su socialización familiar o escolar y ven la cocina diaria como una actividad a la que hay que dedicar más tiempo y saber del que quieren o disponen. Aunque algunos guisan por necesidad, reconocen que les falta pericia para administrar un presupuesto, saber qué y cuánto comprar o cómo y cuándo cocinarlo. Esta carencia es una de las causas de la (re) o (des) estructuración alimentaria de las nuevas generaciones, en las que la responsabilidad sobre estas tareas comienza a repartirse más entre mujeres y varones. Esta es otra paradoja.

La distribución desigual de la participación y de la implicación en los procesos alimentarios es muy relevante<sup>30</sup>. La mayoría de progenitores reconocen que sus hijos tienen poco interés por aprender y dan por sentado que estas tareas no son de su responsabilidad. Admiten que los hijos ayudan poco en casa, y se culpan por permitirlo y aunque “no hay demasiadas opciones”, no saben qué hacer. De ahí la creciente ruptura generacional en la transmisión del saber-hacer alimentario. La desvalorización del

<sup>27</sup> CONTRERAS, J.; GRACIA, M. *Alimentación y cultura*. Perspectivas antropológicas. Barcelona: Ariel. 2005.

<sup>28</sup> DURAN, M. A. El trabajo no remunerado en la familia. *Arbor: Ciencia, pensamiento y cultura*, n. 694, 2003. p. 239-268.

<sup>29</sup> ODELA, *Op. cit.*, p. 124.

<sup>30</sup> GRACIA, M.; CONTRERAS, J. Comemos como vivemos? Compreender as maneiras atuais de comer. In: ALVAREZ, M.; MENASCHE, R. (eds.). *Dimensões sócio-culturais da alimentação*. Diálogos latinoamericanos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. (en prensa).

trabajo doméstico en general, y entre las mujeres en particular, incrementa el desinterés por las tareas culinarias y desarticula las formas tradicionales de transmisión de saberes ahora reemplazadas por libros, Internet o los medios de comunicación.

Las mujeres españolas jóvenes ya no se socializan para ser amas de casa y cocineras, aunque haberlas haylas. Muchas no han tenido que colgar el delantal porque nunca se lo han puesto. Aunque siguen describiendo a sus madres como las encargadas de guisar, muchas aprenden a hacerlo por su cuenta y no pocas en los pisos de estudiantes. Cuando se emancipan, las tareas de cocina no las hacen igual. “Mi madre en mi casa es la que lleva un poco el orden, aunque yo le ayude a hacer las cosas de las comidas...Allí no estoy acostumbrada a comer entre horas en mi casa, no sé porque, no estoy acostumbrada, nunca comía entre horas de pequeña, pero aquí no sé, me coge la costumbre de ir a la nevera y venga comer y comer”.<sup>31</sup> Fuera, sus patrones de alimentación cambian y no es infrecuente que en su independencia les encante mirar “los libros de recetas y probar de hacer alguna. Aunque no salga bien, es un placer, es como inventar algo...”.<sup>32</sup> O que, ante su falta de habilidades, aprendan a base de ensayo-error, “mi compañero pregunta cuanto tiempo tiene que estar hirviendo el arroz, o si hace falta separar la yema de la clara para hacer una tortilla. Para mi esto es evidente, es como hacer la cama.”<sup>33</sup>

Tú en casa ya has visto hacer una tortilla de patatas y como se cocina más o menos y no llamas a la madre. No sé, sabes que primero se tiene que freír la patata, ponerle un poco de cebolla y, cuando se ha frito, el huevo y no como hizo un día un compañero de piso que puso la patata cruda y se quedó tan ancho. Le dije “Tío pero ¿qué has hecho?” y me contestó que él iba por libre en la cocina. Estaba infumable, claro.<sup>34</sup>

Hay una ruptura respecto a sus mayores. “Lo que me hago para comer no me atrevería a dárselo a mis padre. Otras veces va porque más o menos me guió siguiendo los pasos que he visto en casa”.<sup>35</sup> Esta cocina nace de la voluntad de aprender y alejarse de

<sup>31</sup> Mujer, 23 años.

<sup>32</sup> Mujer, 18 años.

<sup>33</sup> Mujer, 22 años.

<sup>34</sup> Mujer, 19 años.

<sup>35</sup> Varón, 20 años.



las normas familiares, abre un espacio de libertad y creación y permite superar o modificar recetas. “Mi madre y mi abuela cocinan muy bien, pero no es imprescindible hacerlo igual. No se puede comparar con lo que yo hago en la cocina, no son los mismos platos ni de lejos.”<sup>36</sup>

En general, a los hombres les interesa menos que las mujeres aprender a cocinar. Un 15,8% dice que no les han enseñado o que no saben (14%), mientras que en mujeres disminuyen hasta el 1,9% y 4,2%. Pero el 84,9% de las mujeres quiere aprender, frente a solo el 40,2% de los hombres, principales consumidores de guías gastronómicas, restaurantes especializados y productos de gama alta. Sin embargo, eso no afecta a su saber culinario, ni incrementa su presencia diaria ante los fogones. Algunos varones, con más frecuencia entre las clases medias, saben cocinar, pero normalmente solo lo hacen en ocasiones especiales, no cada día. Fuera del contexto ceremonial, ritual o lúdico “a mi me salen muy bien las paellas”, a los hombres les gustan comidas “normales”, no muy elaboradas o sibaritas, comen cualquier cosa y se limitan a discriminar alimentos por gustos o salud, con o sin prescripción médica. Quizás porque numerosísimos son los clientes de cantinas y restaurantes en semana que no conciben comer como un placer, sino como algo que “toca” para “aguantar”. En otros casos “cocino yo. Ahora no quedará otro remedio (está en proceso de separación). Últimamente lo hacía tres veces por semana. Utilizo el frito y el hervido, horno no sé y tres o cuatro cosas básicas, quiero aprender más pero todavía no sé”.<sup>37</sup> Preparan platos sencillos de cocina familiar y resaltan lo tradicional.

A mi me gusta mucho cocinar pero ahora no tengo demasiado tiempo. Utilizo las técnicas de la abuela. Hago las comidas que he visto siempre en casa, me gusta investigar y probar y mezclar sabores y me gustan mucho las especias. La cocina es un poco de alquimia y normalmente sale bien si conoces los matices de los aromas y sabores de cada cosa. Tortilla a la francesa, huevo frito.<sup>38</sup>

<sup>36</sup> Mujer, 26 años.

<sup>37</sup> Varón, 36 años.

<sup>38</sup> Varón, 40 años.

Muchas mujeres que viven en pareja esperan compartir las tareas domésticas con su compañero. Pero el trato nunca es equitativo,

[...] quizá llevo yo más el control por una razón. A lo mejor si una semana no digo oye que hoy toca limpiar, pues si no pasa nada, o sea si no se dice no pasa nada. Quizás si sea yo quien lleva más el control, va tocando hacer las ventanas, o va tocando hacer la cocina o, he puesto una lavadora, tiéndela. A veces se me olvida decírselo y él se da cuenta, pero normalmente siempre. Soy más organizadora ¿no? Organizo la faena, y la hacemos entre los dos.<sup>39</sup>

No son pocos los que quieren que el reparto del trabajo siga como está — “así ha sido siempre”, “siempre ha funcionado más o menos bien” —, sin cambios. Alegan razones históricas, aptitudes de género o prácticas ante la difícil conciliación de vida laboral y doméstica. Algunos se muestran dispuestos, “hago lo que buenamente puedo y sé, comprar, barrer, pero cocinar no. Ella hay cosas que las hace mejor, pues es más práctico que las haga ella ¿no?”<sup>40</sup> y disfrazan las valoraciones con una retórica pseudo progresista:

JUAN: Que quiere trabajar fuera de casa pues...perfecto. Es una ayuda económica a la familia, a nivel familiar y eso siempre va bien, tienes después para hacer más cosas o para tener un nivel de vida o una calidad de vida mejor...

JORGE: Más esclavizados ambos

JUAN: Pero, ¿y si no?

[Un silencio largo]

JORGE: Es muy complicado y hay opiniones muy dispares. A ver, para mi, o sea el tema de...el estar en casa la mujer es una esclavitud o ha sido una esclavitud hasta hace 30 años

JUAN: Si no le gusta. Hay mujeres que si les gusta...

JORGE: Mira, tanto si le gusta, como si no le gusta...es una esclavitud

PABLO: Hay mujeres que les gusta estar en casa.

<sup>39</sup> Mujer, 34 años.

<sup>40</sup> Varón, 45 años.

Uno interlocutor, que defiende la incorporación

de la mujer al mercado de trabajo, enfatiza:

Yo lo veo bien pero también veo que la emancipación de la mujer en el trabajo ha traído una serie de problemas a las unidades familiares. A nivel familiar ha traído problemas ya que es un pilar fundamental la educación de los niños, si alguien se ha preocupado de los niños, si han estudiado o no han estudiado, pues la mujer ¿por qué? Primero por el rol que han desempeñado, después del trabajo.<sup>41</sup>

Otro alude a que los hombres aceptan el trabajo externo de la mujer siempre que cumplan con sus “deberes” domésticos. “Pero no olvides que hay muchos hombres, yo conozco más de uno que no les importa que la mujer trabaje, no les importa pero quieren tener la comida hecha y la ropa limpia y planchada, sí, sí”.<sup>42</sup>

Ambos géneros justifican sus posturas por su diferente socialización.

En mi caso es igual que antes, pero ahí si que creo que es un tema de, ¿cómo diría yo?, de lo que te han enseñado, de lo que te han enseñado en casa. En casa, pues eso, la madre en casa, aunque mi madre era de las que salía a trabajar fuera, pero mi padre era de los que trabajaba, llegaba a casa y no hacía nada. A las niñas siempre se les ha inculcado pues el tema de la cocina, la limpieza y en cambio a los hombres, a los niños no. En mi casa mi madre no me decía: “Coge la escoba y ponte a barrer”.<sup>43</sup>

A las mujeres las “educaron con la idea de que la mujer era la que, en pocas palabras, servía al hombre”.<sup>44</sup> Por eso algunas, las más jóvenes, tratan de modificar las actitudes de sus parejas “cuando te casas el hombre en su unidad familiar de sus padres no tenía el mismo rol que tiene en un matrimonio, y claro ese rol no lo puede coger, no puede adaptarse a ese rol en un mes. Pero en un año en dos años, poco a poco, paulatinamente va adaptándose a ese nuevo papel”.<sup>45</sup> No obstante, no es tarea fácil en tanto que numerosos hombres jóvenes siguen “naturalizando” las aptitudes para desarrollar ciertas tareas según

<sup>41</sup> Varón, 52 años.

<sup>42</sup> Varón, 63 años.

<sup>43</sup> Varón, 44 años.

<sup>44</sup> Mujer, 49 años.

<sup>45</sup> Mujer, 27 años.

## el género porque

[...] no tenemos absolutamente nada que ver. Ya no tanto en capacidades sino en sensibilidades. Somos completamente diferentes y pienso que las mujeres están preparadas en según que aspectos pero de forma innata, porque lo llevan dentro, son más sensibles que nosotros y pienso que la educación de los hijos, por ejemplo, es más una cosa de ellas porque... tienen más paciencia, son más madres. La protección de una madre hacia su hijo es infinitamente superior que la de un padre hacia un hijo, los alimenta, los cuida.<sup>46</sup>

Asumir estos valores mantiene la desigualdad entre géneros en la vida cotidiana. “Hay que ser femininas y no feministas” rezaba el credo falangista. Para muchos hombres, las mujeres siguen siendo portadoras de valores femeninos, exclusivamente.

### **3. Dificultades para delegar las tareas asociadas a la alimentación cotidiana**

La mayor dedicación, por parte de las mujeres, respecto a otras tareas de la casa se da porque continúan existiendo hoy aspectos vinculados con la alimentación diaria difíciles de delegar. Es cierto que hay un *factor de estatus y de gratificación* en referencia a las faenas que conforman el trabajo doméstico. En este sentido, las relacionadas con la limpieza en general son las que menor reconocimiento y mayor ingratitud comportan: barrer, fregar, quitar el polvo o planchar. Por el contrario, la cocina es una de las tareas que más se valora del trabajo doméstico, incluso entre los hombres, algunos de los cuales asocian esta tarea a la creatividad, a la gastronomía y al placer.

Ahora bien, es necesario definir qué se entiende por cocinar, en la medida que determinadas partes del proceso culinario son menos agradables o poco relevantes, como la limpieza de los alimentos (pescado o verduras), el almacenaje y la conservación de los productos, el lavado de los utensilios, la recogida de basura o el mantenimiento de la limpieza de la cocina y, en consecuencia, no se vinculan con ese

<sup>46</sup> Varón, 40 años.

reconocimiento o placer. En este sentido, el interés se centra, sobre todo, en las fases de adquisición y cocinado y, en las comidas especiales. La actitud más dinámica se produce cuando se trata de llevar a cabo tareas que se *masculinizan*, como es el caso del fuego en las barbacoas, las carnes a la brasa, la paella, el aprovisionamiento de leña. Normalmente, son reconocidos por el resto de miembros como trabajos de mayor *sacrificio*, por el calor que se pasa junto a las llamas, y no se percibe el carácter puntual y esporádico, sino el esfuerzo que comporta su realización. De hecho, el resultado de este “sacrificio” acostumbra a ser siempre recompensado porque, comparativamente, los platos así cocinados parecen resultar más sabrosos que los elaborados en las cocinas de gas o eléctricas: son “más naturales” y “más sabrosos”. En general, en ámbito urbano, estas tareas esporádicas acostumbran a movilizar a los individuos varones de las familias que, por otro lado, en la mayoría de casos no acostumbran a intervenir apenas en el trabajo alimentario cotidiano.

Cuando, por su parte, las mujeres responsables de la alimentación cotidiana expresan que la cocina es menos ingrata que otros trabajos de la casa, no suelen referirse al reconocimiento verbal que puedan hacer los otros miembros doméstico por su esfuerzo, ya que la felicitación es infrecuente cuando se trata de las comidas diarias de carácter cotidiano. Las felicitaciones son más habituales en las ocasiones especiales o cuando se cocinan platos del gusto de alguno de los miembros. La gratificación se relaciona, sobre todo, con la posibilidad de satisfacer ciertas necesidades fisiológicas, psicológicas y sociales a través de la alimentación. Estas tareas implican un conjunto de atenciones especiales hacia la salud física y mental de los miembros, tales como el crecimiento, la socialización o la identidad, que otras actividades de la casa no incorporan o son menos evidentes. Por esta razón, el trabajo alimentario, junto con el cuidado de los niños, son los que suelen recibir más reconocimiento por parte del grupo. Es más frecuente oír elogios en referencia a las excelencias de la cocinera que a las aptitudes de la persona que friega el suelo o plancha.

En segundo lugar, existe un *factor de complejidad y de cualificación* vinculado al trabajo alimentario. Se han de cumplir una serie de pasos previos antes de que un plato se ponga en la mesa y se coma, tales como disponibilidad de presupuesto, adaptación a la oferta en el momento de compra, consideración de los gustos y prescripciones en las elecciones o conocimiento en relación a ingredientes y técnicas de preparación. Cuando se afirma que *la compra* — la forma de aprovisionamiento de alimentos más frecuente en las sociedades industrializadas — es uno de los trabajos domésticos más compartido entre los cónyuges, se ha de ver qué parte del proceso se hace indistintamente. Por ejemplo, si se trata de productos envasados, pan o bebidas, es más fácil que su adquisición se comparta o, incluso, delegue porque es una tarea sencilla comparada con la compra de carnes, pescados o verduras que exige un cierto tipo de “conocimientos” relativos a la calidad o “estado” de los productos. También hemos de saber qué significa compartir la compra con la pareja y los hijos, en tanto que se trata de una tendencia constatada en los aprovisionamientos de fin de semana, en los hipermercados por ejemplo. Ahora bien, ¿qué es lo que se comparte realmente?: ¿el peso y el transporte de las bolsas?, ¿el carro en los pasillos mientras la mujer adquiere los productos entre los lineales del supermercado?, ¿las colas en los establecimientos?. La mayor compartición de trabajos como *ir a comprar*, por ejemplo, hay que buscarla sobre todo en la propia dinámica que actualmente requiere el aprovisionamiento de los alimentos. La concentración de la compra en un día a la semana, “la compra fuerte”, y el aumento del volumen del peso en una única ocasión facilita la participación de otros miembros del grupo doméstico. Así pues, el incremento de la participación masculina en determinadas tareas alimentarias no ha significado asumir la responsabilidad, sino una parte de los contenidos de los trabajos. Hay tareas imprescindibles relacionadas con la alimentación, como la supervisión de la despensa y la nevera, la confección de la *lista*, “pensar la compra”, la decisión de los menús, las adaptaciones presupuestarias que sólo son realizadas por

aquellos hombres que viven solos. En muy pocos casos, la participación masculina pasa por organizar el aprovisionamiento para la siguiente semana teniendo en cuenta lo que queda en la despensa y la nevera, el gusto y preferencias de todos los miembros, el presupuesto o el tiempo que se deberá invertir. Estas tareas siguen siendo básicamente femeninas.

A la hora de compartir determinadas tareas entre los miembros del grupo doméstico, es común que las personas responsables del hogar deleguen aquéllas que no implican demasiados conocimientos y son más fáciles de ejecutar: la compra de determinados productos que acostumbran a ser siempre los mismos (bebidas, envasados, pan), el servicio de la mesa, el fregado de los platos, el desecho de basuras o la preparación de los desayunos. Las mujeres acostumbran a delegar lo más fácil y lo más desagradable, cuando es posible, mientras que asumen los trabajos de mayor responsabilidad organizativa del conjunto, tanto en dedicación como en cualificación. Realizan actividades como la compra de productos específicos, la preparación y elaboración de las ingestas principales, el reciclaje de las sobras, la lista y los presupuestos. Por eso, en muchas ocasiones, cuando la responsable doméstica no está durante las horas de las ingestas principales deja la comida a punto (comprada, preparada y cocinada) para que sólo se tenga que calentar, freír, brasear.

En tercer lugar, hay un *factor de dispersión y frecuencia de horarios* adscrito a las tareas alimentarias. Son, por tanto, menos adaptables a los posibles servicios de la asistencia contratada que, por ejemplo, otros trabajos como la limpieza del piso, la plancha o la ropa. Estos últimos pueden posponerse y concentrarse en unas horas determinadas de la mañana o la tarde, indistintamente. Sin embargo, los horarios y la frecuencia de las comidas abarcan diferentes franjas del día. Por este motivo también se delegan con más frecuencia a la asistencia doméstica asalariada el lavado de los utensilios de la cocina o la eliminación de basuras porque, además de ser trabajos menos agradables, no están tan sujetos a horarios como la preparación y el servicio de las co-

midas. Cuando se contratan horas de asistencia doméstica externa — normalmente esta circunstancia se da en aquellos grupos donde los responsables trabajan fuera de casa o en los de estatus alto-, los trabajos que se delegan con mayor frecuencia son barrer, quitar el polvo, fregar el suelo, lavar y planchar la ropa, limpiar las baldosas y armarios de cocina y baños o fregar los platos antes que comprar alimentos, preparar desayunos y comidas o dar de comer a los niños, salvo si la asistenta se encarga, también, de los más pequeños. Cuando este servicio cubre un número considerable de horas diarias, más de media jornada, también se le atribuyen tareas relacionadas con la realización de las comidas.

En estos mismos grupos, la redefinición de los roles se produce, por tanto, en función de aquellas tareas inevitables y diarias que quedan por hacer: el cuidado de niños y la alimentación en general. Es entonces cuando puede darse una mayor participación masculina que consiste en poner la mesa, preparar el desayuno, comprar, lavar los platos o sacar la basura, llevar a los niños a la escuela, vestirlos, darles de comer o cuidarlos en casa. Cuando los trabajos alimentarios son compartidos entre la pareja, los hombres preferentemente van a comprar, atienden la mesa o lavan los platos. En esta misma línea, *alimentos-servicio* aquellas tareas que más se comparten con otros miembros del grupo son la preparación del desayuno, sacar la basura, comprar las bebidas y los descuidos no adquiridos en la compra semanal y poner y quitar la mesa. Son las tareas menos cualificadas. Esta conducta bastante generalizada tiene que ver con el hecho de que durante las horas de las ingestas principales suele haber un mayor contingente de *manos libres* y que los descuidos pequeños se pueden comprar de camino a casa o en una tienda cercana al domicilio.

En consecuencia con lo dicho hasta aquí, se puede afirmar que algunas de las tareas relacionadas con la alimentación cotidiana, tales como *hacer la compra, fregar los platos o cocinar*, aparecen como las ocupaciones domésticas en las que participan un mayor número de miembros del grupo y se realizan más conjuntamente (hombre/mujer) que, por ejem-



plo, lavar la ropa o planchar. Sin embargo y aunque determinados factores propios del quehacer alimentario (estatus de faenas, gratificación, dispersión y frecuencia de horarios) parecen facilitar una participación generalizada dependiendo, no obstante, de su cotidianidad y especialización, el trabajo alimentario diario no es siempre el más compartido en el ámbito doméstico a no ser que se hayan delegado otras tareas de la casa a *terceros* y, por defecto, sea el más compartible. Esta idea es central para relativizar los resultados de algunos estudios de base estadística que apuntan la alimentación cotidiana como una área en la que convergen, en mayor medida, el trabajo de hombres y mujeres.

La pregunta que conviene formularse ahora es la siguiente: si el trabajo alimentario más especializado se comparte poco entre los diferentes miembros del hogar ¿quiénes llevan a cabo las tareas alimentarias cualificadas o aquéllas que requieren mayores conocimientos en el caso de que las mujeres no las realicen?. Acabamos de indicar que existe una diferencia en la dedicación invertida entre las mujeres que participan en el mercado laboral y las que no. Las primeras ocupan menos minutos diarios que las segundas, entre 30' y 1h.30' frente a las 1h.30' y 2h.30', respectivamente. Sin embargo, esta menor dedicación temporal que se registra en los grupos donde las mujeres responsables trabajan fuera de casa no es compensada por el incremento del tiempo que sus parejas, o el resto de miembros, invierten en las mismas tareas. ¿De dónde provienen, pues, las ayudas domésticas más significativas?. Tal como hemos apuntado, provienen antes que de la participación de otros miembros del grupo doméstico, de las soluciones se buscan en y fuera de casa: del equipamiento electrodoméstico y de *alimentos-servicio*, del recurso a la restauración colectiva y privada y, en menor grado, de la asistencia remunerada.

### Conclusiones

Aunque la introducción de ciertos equipamientos tecnológicos y productos alimentarios se hizo en un principio de forma vertical, a partir del nivel de

ingresos del grupo doméstico antes que de la participación femenina en el mundo del trabajo remunerado, en la mayoría de los hogares españoles, el recurso de servicios alimentarios extradomésticos está relacionado estrechamente con el tipo de trabajo ejercido por la persona responsable de la alimentación diaria, así como de su posición económica y edad. Así, se da una mayor frecuencia en los hogares donde las mujeres jóvenes participan en el mercado de trabajo en jornada completa y, aún más, si están ocupadas en actividades cualificadas bien remuneradas. En estos hogares, se articulan, de forma simultánea, el uso de *alimentos-servicio* (congelados, precocinados, conversas), la contratación de prestaciones externas (restauración privada e institucional, asistencia doméstica) y la adquisición de bienes (tecnología y ajuar) en una proporción superior a la que se da en otros grupos. La incorporación en la casa de estos recursos y servicios cualificados permite entender de dónde provienen los minutos, el tiempo en definitiva, que las mujeres que trabajan toda la jornada fuera de casa se *ahorran* en las tareas alimentarias cotidianas respecto al tiempo invertido por aquellas otras mujeres que permanecen en el ámbito doméstico. Asimismo, indica de dónde se extrae el máximo *apoyo y ayuda* para aligerar y agilizar el trabajo alimentario. Ahora bien, solucionar las comidas de esta forma sale, en general, más caro. En esta situación, el trabajo alimentario doméstico adquiere también un valor económico que pone en evidencia el precio, infravalorado, de aquello que a menudo permanece invisible.

### Referencias

ARONSON, N. Working up an appetite. In: KAPLAN, J.R. (Ed.). *A woman's conflict: the special relationship between woman and food*. Nueva Jersey: Prentice-Hall Inc. Englewood clifts. 1980.

CAPATTI, A. *Le goût du nouveau*. Origines de la modernité alimentaire. París: Albin Michel. 1989.

CARRASCO, S. *Cultura, Alimentación y Salud: Una aproximación al caso de Catalunya a través de las mujeres*. Resumen lección magistral, U.A.B. 1992a.

CONTRERAS, J. *Antropología de la alimentación*. Madrid: Eudema. 1993a.

\_\_\_\_\_. La nostra alimentació contemporània: dialèctica entre tendències contradictòries, *Revista d'Etnologia de Catalunya*, 2. 1993b.

CONTRERAS, J.; GRACIA, M. *Alimentación y cultura*. Perspectivas antropológicas. Barcelona: Ariel. 2005.

COUNIHAN, C.M. *The anthropology of food and body*. Gender, meaning and power. London: Routledge. 1999.

COUNIHAN, C.M.; KAPLAN, S.L. *Food and Gender*. Identity and Power. Amsterdam: Harwood Academic Publishers. 1998.

DEVAULT, M.L. *Feeding the family: the social organisation of caring as gendered work*. Chicago: Chicago University Press. 1991.

DURAN, M.A. El trabajo no remunerado en la familia. *Arbor: Ciencia, pensamiento y cultura*, n. 694, 2003. p. 239-268.

FISCHLER, Claude. *El omnívoro: el gusto la cocina y el cuerpo*. Barcelona: Anagrama. 1995.

GOODMAN, D.; REDCLIFT, M. *Refashioning Nature*. Food, Ecology & Culture. Londres: Routledge. 1991.

GOODY, Jack. *Cocina, cuisine y clase*. Barcelona: Gedisa. 1995.

GRACIA, Mabel. *Paradojas de la alimentación contemporánea*. Barcelona: Icaria. 1996.

\_\_\_\_\_. (Coord.) *Somos lo que comemos*. Estudios de alimentación y cultura en España. Barcelona: Ariel. 2002.

GRACIA, M.; COMELLES, J.M. (Ed.). *No comerás*. Narra-

tivas sobre comida, cuerpo y género en el nuevo milenio. Barcelona: Icaria. 2007.

GRACIA, M.; CONTRERAS, J. Comemos como vivemos? Comprender as maneiras atuais de comer. In: ALVAREZ, M.; MENASCHE, R. (Ed.). *Dimensões sócio-culturais da alimentação*. Diálogos latinoamericanos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. (en prensa).

INSTITUTO DE LA MUJER. *La mujer en cifras 1991*. Madrid. 1992.

\_\_\_\_\_. *Las mujeres en cifras, 1996-2001*. Madrid. 2001.

KAPLAN, J.R. (Ed.). *A woman's conflict: the special relationship between woman and food*. Nueva Jersey: Prentice-Hall Englewood Clifts. 1980.

KERR, M. y CHARLES, N. Servers and providers: the distribution of food within the family. *Sociological Review*, 34 (3), 1986. p. 115-157.

MENNELL, S. *All Manners of Food*. Eating and Taste in England and France from the Middle Ages to the Present. Londres: Basil Blackwell. 1985.

MENNEL, S.; MURCOTT, A.; VAN OTTERLOO. A. *The Sociology of Food*. Eating, diet and culture. Londres, Sage Publications. 1992.

MOORE, L.H. *Antropología y Feminismo*. Madrid: Cátedra. 1991.

MURCOTT, A. Women's place: cookbooks images of technique and technology in the British Kitchen, *Womens's Studies International Forum*, 16 (1), 1983a. p. 33-39.

\_\_\_\_\_. Cooking and the cooked: a note on the domestic preparation of meals. In: MURCOTT, A. (ed.). *The sociology of Food and Eating*. Aldershot : Gower. 1983b.

PEDRERO, M. Género y trabajo doméstico y extradoméstico en México. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, v. VI, n. 119 (28), 2002.

ODELA (Observatorio de la Alimentación). Comemos como vivimos. Alimentación, salud y estilos de vida. *Alimentaria Exhibitions*. Barcelona. 2006.

PYNSON, P. *La France à table*. Paris: La Découverte. 1987.



# **Gênero, cidadania e participação política: as aventuras e desventuras de uma “cocotte” no movimento abolicionista**

**Marinete dos Santos Silva**

**Resumo:** O artigo em questão trata da participação política feminina na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. A campanha abolicionista propiciou o ensejo para que algumas mulheres pudessem adentrar à cena pública, considerada até então como um apanágio masculino. Uma atriz de café-concerto e uma princesa foram então alvo de severas críticas pela ousadia da transgressão.

**Palavras-chave:** Abolicionismo. Participação Política. Espaço Público.

**Abstract:** The article in view concerns the female political participation in Rio de Janeiro in the second half of the 19th century. The abolitionist campaign enabled women to enter the public scenario, considered up to that time a male appanage. A cabaret performer and a princess were then the target of great criticism for their transgression daring.

**Keywords:** Abolitionist Campaign. Political Participation. Transgression.

Historiadora, professora do Laboratório de Estudo da Sociedade Civil e do Estado – LESCE do Centro de Ciências do Homem – CCH da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (Mestrado e Doutorado) da UENF. E-mail: mdss@uenf.br

Este trabalho busca mostrar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para ultrapassar os limites impostos à sua participação nos movimentos políticos e sociais ocorridos na segunda metade do século XIX no Rio de Janeiro. Nessa época, a cidade aparece como o *locus* da segregação que leva em conta não apenas a situação de classe e étnico/racial dos indivíduos, mas também as questões relativas ao gênero. O público e o privado já haviam se constituído como regiões específicas para o feminino e o masculino. O homem público participa do poder, flana livremente pela cidade, frequenta cafés, lugares de diversões, bordéis. A mulher deve se ater aos limites do privado, ou seja, à família, às coisas domésticas. Essas fronteiras, entretanto, muitas vezes se imbricavam e se embaralhavam. As mulheres, impelidas por suas ocupações mundanas ou domésticas, acabavam circulando pelo espaço público e os homens sem sombra de dúvida eram, como bem observa Michelle Perrot, “os senhores do privado e, em especial, da família, instância fundamental, cristal da sociedade civil, que eles governam e representam, dispostos a delegar às mulheres a gestão do cotidiano”.<sup>1</sup>

A circulação das mulheres pelo espaço público sofria, entretanto, severas críticas e se deparava com uma enorme resistência. Ser uma “mulher pública” diferentemente do “homem público” significava depravação, deboche, lubricidade; a “mulher pública” pertencia a todos. Enquanto o homem público encarnava a honra e a virtude, a mulher pública era a vergonha, o objeto vil, a parte que deveria ser escondida e dissimulada.<sup>2</sup>

A ausência das mulheres no âmbito das decisões dos assuntos da cidade não pode ser entendida como algo instituído a partir do século XIX. No mundo ocidental a circulação das mesmas pelo espaço público — onde se decidiam as questões políticas — sempre foi vista como algo problemático. Fossem gregos ou romanos, os homens costumaram gozar de primazia absoluta na hora de decidir os destinos do grupo, seja fazendo a guerra ou estabelecendo a paz. A Europa feudal sustentada pelo tripé das três ordens — senhores feudais, eclesiásticos e servos —

<sup>1</sup> Perrot, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: UNESP, 1998, p.10.

<sup>2</sup> *Id.* p.7.



e, fortemente controlada pela Igreja Católica, também não pôde ser tomada como exemplo de participação feminina. Em que pese o surgimento do amor cortês, que enaltecia a mulher, transformando-a em um ideal, o mesmo na realidade se identificava com a misoginia que caracterizou o período.<sup>3</sup>

A questão da diferença entre homens e mulheres foi pensada e sublinhada desde a Antigüidade. Aristóteles e Galeno aparecem como figuras exponenciais explicando o que caberia ao homem e à mulher em termos da divisão do trabalho, da posição acerca da reprodução. Prevalencia no pensamento o modelo de corpo único. Embora existisse o masculino e o feminino, as diferenças entre os dois eram de natureza imaterial. O paradigma era o corpo do homem. O corpo da mulher era idêntico, mas padecia de uma grave imperfeição. A ausência de calor vital fizera com que seus órgãos genitais ficassem retidos no interior do ventre. A vagina era imaginada como um pênis interior, os grandes lábios equivaliam ao prepúcio, o útero equivalia à bolsa escrotal e os ovários aos testículos. Os ovários não tinham sequer nome próprio; eram designados por *orcheis*, palavra empregada para os testículos do homem. Até as proximidades do ano de 1700 não havia em latim, nem tampouco em grego, um termo técnico para designar a vagina. A diferença entre os sexos era de grau, de gradação de um só e único tipo masculino de base. Nesse modelo, homens e mulheres eram classificados segundo um grau de perfeição metafísica, ao longo de um eixo cujo referencial era o macho.<sup>4</sup>

Segundo essa visão do corpo único, os papéis diferentes desempenhados por homens e mulheres não estavam propriamente relacionados à estrutura corpórea. Haveria uma vontade divina que pré-estabelecera o que cabia a um e a outro, havendo uma complementaridade entre eles. Não existia, pois um fundamento biológico respaldando os arranjos sociais que designavam homens e mulheres para a ocupação de postos diferentes. O corpo era apenas um epifenômeno, ou seja, sua presença ou ausência não alterava a posição da ordem natural das coisas. Thomas Laqueur observa que para Aristóteles e

<sup>3</sup> R. Howard Bloch, em seu livro *Misoginia Medieval e a Invenção do Amor Romântico Ocidental*, Rio de Janeiro: 34, 1995, mostra como o chamado amor cortês que pretensamente colocava a mulher nas alturas era na verdade uma forma de dominação análoga a que era utilizada pelos padres da Igreja; segundo ele, era o melhor exemplo da tática do "capacho-pedestal" que busca enaltecer a mulher para rebaixá-la.

<sup>4</sup> Laqueur, Thomas. *La fabrique du Sexe. Essai sur le corps et le genre en Occident*. Paris: Éditions Gallimard, 1992, p.18.

Galeno, não havia propriamente uma oposição sexual entre homens e mulheres. As qualidades de cada sexo complementavam-se, fosse na manutenção do lar pelas mulheres ou no revide a ataques dos inimigos feito pelos homens. Até mesmo o menor calor vital das mulheres, que mantinha o útero dentro da cavidade abdominal, acabava por criar um local de temperatura moderada e própria para a gestação.<sup>5</sup>

Esse autor observa ainda que esse esquema de corpo único e sem ligação direta entre o mesmo e a posição do indivíduo na divisão do trabalho e nas possibilidades de acesso a papéis sociais específicos, vai permanecer até o século XVIII. A grande revolução política e científica desse século e também do XIX serão então os responsáveis por uma grande modificação. A afirmação das idéias iluministas oferece, pelo menos teoricamente, a possibilidade de as mulheres serem consideradas do ponto de vista social e político, iguais aos homens. Constituídas com base em uma hipertrofia dos valores daqueles que aspiravam e que depois chegam ao poder — cujo referente é o homem branco, europeu, de cultura cristã, burguesa ocidental, essas idéias todavia não se aplicavam aos indivíduos do sexo feminino. No momento histórico em que a igualdade passou a ser a palavra de ordem, que deveria abarcar a todos, a desigualdade foi então criada. Essa nova desigualdade, porém não poderia estar ancorada na vontade divina, uma vez que a razão e a ciência estavam na ordem do dia. A justificativa para que as mulheres — e também os negros — não tivessem acesso à igualdade de direitos, restrita aos homens brancos, será estabelecida a partir de então através de diferenças que remetiam diretamente ao corpo. A explicação metafísica, imaterial, que vigorava até o início do século XVIII foi abandonada e, daí para frente, as diferenças corpóreas esmiuçadas pela ciência passaram a servir de base para o estabelecimento de direitos.<sup>6</sup>

O corpo masculino continuou a ser o paradigma, o canon e tudo aquilo que dele se afastasse, que fosse diferente, passou a ser equacionado como desigual e inferior. A mulher, transformada no “outro”,

<sup>5</sup> *Id.* p.44.

<sup>6</sup> *Id.* p.49.

não poderia evidentemente gozar dos mesmos direitos. Marcas indelévels do feminino foram estabelecidas. As mulheres, seres frágeis, possuidoras de um corpo “doentio” que sangrava mensalmente e que estava sujeito a mudanças ligadas à gestação, ao parto e ao aleitamento não poderiam, segundo essa nova ótica, partilhar com os homens da nova cidadania instituída. Apelou-se para a natureza como justificativa para a clivagem profunda que deveria existir entre o masculino e o feminino. A biologia, então ciência nascente e que se impunha a cada dia que passava, e os médicos, grupo porta-voz da mesma, tiveram aí um papel proeminente. O olho científico passou a buscar na carne a justificativa para a reclusão feminina na domesticidade. Aos homens caberiam os assuntos políticos e administrativos da cidade. Às mulheres caberiam os cuidados com a prole e com o lar. Cada um deveria reinar em espaços próprios.<sup>7</sup>

Elizabeth Badinter demonstrou como entre 1790 e 1793 travou-se na França uma grande discussão acerca da participação política e da cidadania das mulheres. Havia, segundo ela, uma verdadeira obsessão masculina no sentido de separar os sexos. O fato de as mulheres participarem ativamente da revolução de 1789 e dos debates que se seguiram, ocasionou a perda de espaço/poder por parte dos homens. Eles questionavam a indeterminação dos sexos então vigente que levava as mulheres a subir à tribuna e a falar em público, e até mesmo a usar o gorro vermelho portado pelos republicanos, considerado símbolo de virilidade. Dessa forma, eles demarcavam seu território e impunham limites a todas aquelas que se arriscavam a sair de seus papéis tradicionais.<sup>8</sup>

Apesar da militância aguerrida de francesas como Théroigne de Méricourt e Olympe de Gouges, as mulheres não lograram fazer parte desse humano universal portador de direitos civis e políticos. Em sua “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, redigida em 1791, Olympe de Gouges dizia no artigo primeiro: “A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem” e, no artigo seis, a autora tocava diretamente no cerne da questão, quando

<sup>7</sup> Perrot, Michelle. Identité, Egalité, Différence. Le regard de l'histoire. In: Perrot (Org.). *Les femmes ou les silences de l'histoire*. Paris: Flammarion, p. 393.

<sup>8</sup> Badinter, Elizabeth. *Palavras de homens (1790 – 1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p.28. Sobre essa questão veja-se também: Scott, Joan W. A cidadã paradoxal. As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis. Mulheres, 2002. Dessa mesma autora veja-se também: SCOTT, J. O enigma da igualdade. *Revista de Estudos Feministas*, CFH/CCE/UFSC, v. 13, n. 1, 2005.

observava que “todas as cidadãs e cidadãos, sendo iguais aos olhos da lei, devem ser igualmente admitidos a todas as dignidades, postos e empregos públicos, segundo as suas capacidades e sem outra distinção a não ser suas virtudes e seus talentos”<sup>9</sup>. Impedida de subir à tribuna para lutar pela igualdade, ela, entretanto, pôde subir ao cadafalso: foi guilhotinada.

Com efeito, o “universalismo” da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão não conseguiu acolher as diferenças. A Revolução Francesa de 1789 que aboliu a servidão feudal sem compensações, não fez o mesmo com a escravidão e o tráfico de africanos. Esse “universalismo” remetia na verdade a um referente singular, a um único sujeito: o homem branco europeu. Não foi, então, por acaso, que as mulheres francesas tornaram-se promotoras da batalha pelos direitos dos negros. Tanto a discriminação da mulher quanto a do negro eram baseadas em pretensas diferenças de ordem biológica. A denúncia dessa dupla discriminação foi também realizada por Olympe de Gouges em suas *Réflexions sur les hommes nègres* redigida em 1788. Dizia ela:

(...) eu vi claramente que era a força e o preconceito que os tinham condenado a essa horrível escravidão, que a natureza não tinha participação nenhuma, e que o injusto e poderoso interesse dos brancos tinha feito tudo.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> De Gouges, Olympe. Declaração dos Direitos da mulher e da cidadã. In: BONACHI, Gabriela e GRO-PPI, Ângela (Org.). *O Dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: UNESP, 1995, p. 297.

<sup>10</sup> DE GOUGES, Olympe. *Réflexions sur les hommes nègres*. In: *Oeuvres*, apresentação de B. Groult, Mercure de France, Paris, 1986, p. 83. Citado por Fiorino, Vinzia. Ser cidadã francesa: uma reflexão: sobre os princípios de 1789. In: BONACHI, Gabriela e GRO-PPI, Ângela. *Op. cit.* p.84.

A argumentação utilizada para excluir as mulheres da cidadania e da participação política era formulada em termos de equivalência e não de similitude. A mulher, ou o referente feminino, reinaria em seu lar, assim como o masculino reinaria no mundo. Ela daria ao homem o amor e ele lhe retribuiria com a segurança. Os perigos e fadigas da maternidade seriam contrapostos pelos perigos da guerra e do poder. Elizabeth Badinter observa que, na França revolucionária, entre os republicanos, era corrente o pensamento de que as mulheres nesse jogo levavam vantagem. A desigualdade, caso existisse, estaria na verdade ocasionando prejuízos aos homens, pois os deveres mais ingratos e difíceis estari-

am com eles.<sup>11</sup> Essa exclusão também era dissimulada sob a forma de respeito, de privilégio, na linha de continuidade das tradições ligadas à galanteria, ao cavalheirismo. As mulheres mereceriam homenagens e deferências, deveriam ser poupadas dos trabalhos físicos difíceis, dos riscos da guerra, dos problemas da política, da administração e dos negócios em geral.<sup>12</sup>

Tal modelo de relações de gênero, forjado na modernidade, foi aceito e interiorizado por homens e mulheres e, segundo Badinter a maior fonte de seu sucesso se deveu à influência da filosofia de Rousseau. Suas idéias políticas, expressas no seu *Discours sur l'origine de l'inégalité* e no “Contrato Social”, foram a base do pensamento republicano. A publicação do “Emílio”, que propunha uma pedagogia e um modelo feminino totalmente diferenciado do masculino, tornou-se logo referencial. A educação de meninos e meninas proposta por ele era o alicerce para a exclusão das mulheres da cidadania. Permanecer em casa, amamentar e cuidar dos filhos, era a tarefa fundamental a ser executada por elas. A domesticidade das mulheres seria recompensada com respeito e gratidão por parte da sociedade. A recusa ao cumprimento dos deveres conjugais e maternos seria, por seu turno, punida com a feiúra, a doença e a morte.

Ainda segundo Badinter, as mulheres entusiasmaram-se com essa convocação que lhes falava de suas virtudes e responsabilidades em uma linguagem que levava em consideração os seus sentimentos. Tornaram-se “prisioneiras de um modelo que as encerrava em casa e lhes proibia a ação pública”. Aquelas que não seguiram esse modelo pagariam caro. Muitas, como Olympe de Gouges, pagaram com a própria vida. Só um século mais tarde as mulheres começariam a compreender que haviam sido enganadas.<sup>13</sup> Michelle Perrot observa, entretanto, que mesmo ocupando um espaço que lhes foi previamente adstrito, as mulheres deles se utilizaram para desenvolver sua influência “até as portas do poder”. Sair às ruas e penetrar em lugares proibidos — um café, um meeting ou mesmo viajar — eram gestos que delineavam uma cultura, um embrião de uma

<sup>11</sup> Badinter, Elizabeth. *Op. cit.* p.21.

<sup>12</sup> PLANTÈ, Christine. *Femmes exceptionnelles: des exceptions pour quelle règle? Les Cahiers du GRIF. Le genre de l'histoire.* Editions Tierce, Paris, Printemps 88, p. 94.

<sup>13</sup> Badinter, Elizabeth. *Op. cit.* p. 24 e 25.

consciência de gênero. A prática da filantropia, atividade considerada como extensão das tarefas domésticas, constituiu para elas uma experiência importante que “modificou sua percepção do mundo”<sup>14</sup>.

A política, enquanto atividade que se desenrolava no espaço público, estaria, portanto, vedada às mulheres. Todavia, faz-se necessário investigar a experiência real das mesmas, muito além das normas masculinas, e a despeito de diversas camadas discursivas de deformações e clichês androcêntricos. No Brasil, e particularmente no Rio de Janeiro, a imprensa feminina desempenhou um papel extremamente importante, sobretudo na segunda metade do século XIX. Maria Thereza Crescenti Bernardes demonstrou, em seu interessante trabalho, como algumas mulheres reivindicavam através de seus jornais um espaço de cidadania idêntica à do homem. A respeito da determinação das áreas em que homens e mulheres deveriam atuar, ela cita o caso de Josefina Álvares de Azevedo, da Revista Semanal *A Família*:

<sup>14</sup> PERROT, Michelle. Sor-tir. In: DUBY, Georges et PERROT, Michelle. *Histoire des femmes: Le XIX Siècle*. Paris: Plon, 1991, p. 468.

<sup>15</sup> ÁLVARES, Josefina. de A. O Direito de Voto. *A família*. Rio de Janeiro, 9 de março de 1890, p. 1. Apud BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de Ontem?* Rio de Janeiro Século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

<sup>16</sup> Um interessante exemplo disso é o trabalho de SILVA, Eduardo. Dom Obá d'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor e também do mesmo autor: *As Camélias do Leblon e a abolição da escravatura*: uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

a mulher que é mãe, nada perde em ser cidadã; pode perfeitamente educar os filhos e desempenhar deveres cívicos, do mesmo modo que um homem pode cuidar dos deveres da família e dos seus deveres de cidadão. Está claro que, se em dado período a mulher é solicitada exclusivamente por certos deveres maternos, nesse ela abster-se-á de qualquer colaboração na vida exterior, do mesmo modo que o homem detido por enfermidade ou motivos imperiosos, exime-se de todo trabalho fora do lar. Mas isso não é motivo para impedir-se que a mulher aplique as suas poderosas faculdades aos diversos misteres da vida.<sup>15</sup>

Na década de 80 do século XIX, O Rio de Janeiro foi um dos cenários mais importantes onde se desenvolveu a luta pela abolição da escravatura no Brasil. As pesquisas a esse respeito já demonstraram, sobejamente, a participação das elites intelectuais nesse processo, assim como a do próprio negro.<sup>16</sup> Resta, porém desconhecida a presença das mulheres. O fato de não possuírem o direito ao voto e de

não fazerem parte de agremiações políticas ou literárias não deve, contudo, ser creditado como prova de que elas estivessem efetivamente afastadas desse processo, limitando-se a uma atitude de meras espectadoras<sup>17</sup>.

Por essa época, também, a vida boêmia da Corte já ganhara notoriedade com seus teatros, confeitarias e cafés-concerto.<sup>18</sup> Cópias tropicalizadas dos que já existiam na França esses cafés apresentavam espetáculos burlescos encenados por trupes teatrais européias — sobretudo francesas, que faziam grande sucesso. As atrizes que aí se apresentavam aliavam ao talento para o canto e a dança, a capacidade de atrair uma infinidade de homens endinheirados que abriam para elas a possibilidade de também mercadejar seus encantos. A prostituição de alto bordo aí praticada celebrizou-se e revelou figuras femininas que ganharam notoriedade, fama e sucesso, gerando muita polêmica. Apesar das grandes *cocottes* ocuparem espaço importante nos jornais e revistas do período, este também era dividido com a prostituição em geral. Além de constituírem um grupo numeroso, situado no centro da cidade, as prostitutas foram naquela época o centro dos debates entre médicos, juristas e jornalistas. Atribuía-se a elas a responsabilidade pela pretensa “desordem” que reinava na cidade e pela disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, sobretudo a sífilis, considerada como verdadeiro flagelo social.<sup>19</sup>

“O Carbonário” talvez tenha sido o periódico que mais abriu espaço para combater a prostituição. Denunciava os senhores que exploravam suas escravas através do comércio sexual, os câftens e proxenetes que traziam mulheres da Europa Ocidental para os bordéis cariocas e as prostitutas da alta esfera que, segundo ele, além de introduzir a sífilis nas famílias, dilapidavam o patrimônio dos incautos. Através de suas páginas, pudemos recuperar a trajetória daquela que foi considerada a “rainha das cocottes”: Suzanne de Castera. Ela foi um exemplo de “demi-mondaine” vitoriosa, conhecida e festejada que, por cerca de quinze anos movimentou a vida boêmia da capital do Império. Despertou ódios e simpatias no meio social em que circulava, sendo o

<sup>17</sup> Ainda nos anos trinta do século XIX, a escritora e educadora Nísia Floresta manifestava-se em prol da causa abolicionista em sua obra: *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*. São Paulo: Cortez, 1989.

<sup>18</sup> A respeito da vida boêmia da capital do Império, veja-se: NEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>19</sup> Inúmeras teses médicas realizadas naquele período enfocaram a prostituição e sua pretensa ligação com a propagação da sífilis. Para preveni-la e evitar a contaminação, muitos desses trabalhos chegaram a propor a regulamentação da prostituição nos moldes existentes na França. Para um aprofundamento dessa questão veja-se: SILVA, Marinete dos Santos. *La prostitution à Rio de Janeiro au XIX ème siècle*. Tese de doutorado. Paris, Université de La Sorbonne Nouvelle, 1991.

principal alvo da campanha contra a prostituição desencadeada pelo “O Carbonário” durante a década de oitenta.

Segundo esse periódico, Suzanne era originária de Bordeaux, na França, e chegara ao Rio de Janeiro no início da década de setenta para trabalhar no *Alcazar Lyrique*, o café-concerto mais famoso da cidade. Um pouco mais tarde, com o fechamento dessa casa noturna, passou a atuar em vários teatros da Corte, tornando-se além de atriz célebre, cortesã bem sucedida. Mostrava-se pelas ruas, em carro aberto, puxado por parelhas de cavalos, escoltada por criado de *libré* e sempre elegantemente vestida. Sua casa na rua da Carioca era local permanente de grandes festas freqüentadas por figuras proeminentes da sociedade local.

Essa movimentação do à época chamado *grand monde* ligava-se também ao jogo que corria livremente durante as recepções. Segundo denúncias de um panfleto aparecido em março de 1883, Suzanne também estaria ligada a uma banca de jogo situada no Campo da Aclamação, onde ricos negociantes e fazendeiros perdiam fortunas. O documento assinado por um certo Brazilicus fazia um apelo ao Imperador no sentido de proibir a prostituição que, segundo ele, “rouba o marido, o pai, o irmão, o filho para precipitá-los à fome, à miséria e à desonra”. Deplorava, ainda, a desenvoltura com que as cortesãs freqüentavam os jardins dos teatros, sobretudo Suzanne, considerada líder das prostitutas de alto bordo.<sup>20</sup>

Em 1882, “O Carbonário” noticiava com grande estardalhaço, um espetáculo promovido por ela no Teatro Recreio Dramático. Esse evento tinha como finalidade, angariar recursos em prol da libertação da escrava Adélia. Além dessa promoção artística, Suzanne era também responsável por uma subscrição que circulava entre os simpatizantes da causa abolicionista com o objetivo de comprar uma carta de alforria para essa mesma escrava.<sup>21</sup>

Embora se autodefinindo como um combatente em prol da liberdade, denunciando frequentemente em suas páginas os senhores que maltratavam seus escravos e, da mesma forma, aqueles que explora-

<sup>20</sup> Brazilicus. Sobre a prostituição. *Carta ao Imperador*. Rio de Janeiro, março de 1883. Biblioteca Nacional.

<sup>21</sup> *O Carbonário*, 12 de maio de 1882, p. 2.



vam especificamente suas escravas na prostituição, “O Carbonário” não aprovava a atuação de Suzanne de Castera. Criticando veementemente aqueles que se colocavam contra a abolição da escravatura, o jornal, entretanto, propugnava o fechamento dos espaços de luta para a atuação da estrela do Alcazar Lyrique. Mesmo admitindo não ser a primeira vez que ela se achava “empenhada em prol da causa santa da liberdade”, foi com muita veemência que se opôs à sua ida a uma *matinée* promovida por alguns abolicionistas em 22 de abril de 1883, no Teatro das Novidades. Em sua edição de 30 de abril deste mesmo ano, bradava contra o “atrevimento” de Suzanne em “conspurcar” uma solenidade reservada apenas às “famílias honestas”. Tendo ela, nessa ocasião, sido pressionada e obrigada a abandonar o recinto onde o ato público se desenrolava, o articulista do jornal lamentava por não ter acontecido o mesmo oito dias antes em uma reunião idêntica.

Em uma sociedade onde às mulheres era reservado exclusivamente o espaço privado, consubstanciado nos papéis de esposa, dona-de-casa e mãe, a atuação de Suzanne parece ter sido realmente perturbadora. Chamada pelo jornal de “mulher pública”, portanto, em total desacordo com o que se esperava de uma pessoa do sexo feminino, não foi por acaso que teve sua identidade sexual colocada sob suspeição:

Ignora-se o seu sexo; presta-se aos homens porque lhe pagam; faz-se de homem para satisfazer-se aos impulsos de sua natureza tigrina, aniquilando destarte a vida e a saúde daquelas que se deixam arrastar pelas suas seduções de gata.<sup>22</sup>

Transgredindo as normas estabelecidas para o feminino, ela era efetivamente identificada com o despautério, o mal e a destruição das famílias honestas. Ao reivindicar para si uma liberdade parecida com os homens ou o trânsito em espaços não adequados às mulheres de projeção social, não era pois de surpreender que fosse considerada anormal e escandalosa. Se a grandeza das mulheres residia justamente na docilidade, na fragilidade e no recolhi-

<sup>22</sup> *O Carbonário*, 11 de maio de 1883, p. 3.

mento ao privado, evidentemente qualquer uma que saísse desses limites estreitos, representaria apenas a desordem e nunca a afirmação da anunciada liberdade humana.

Os ataques constantes de *O Carbonário* a Suzanne de Castera acabaram por gerar um processo judicial por injúria, contra o belicoso periódico. Furioso com a iniciativa da atriz em levar aos tribunais o responsável pelos insultos que a desmoralizavam e buscavam impedir a sua participação no movimento abolicionista, o jornal em um editorial intitulado “A prostituta perante a lei”, expressou de forma clara, os limites à ação autônoma das mulheres. Observava que, sendo casada, uma mulher só poderia comparecer em juízo como autora ou como ré, com o consentimento do marido. Sendo solteira ou viúva, segundo o editorial, seria ainda honesta ou desonesta. Sendo desonesta, não teria a mínima condição de ser injuriada, pois “não lhe assiste o direito natural, também sancionado pela lei civil, à boa reputação”.<sup>23</sup> Em seu raciocínio sexista, moralizante e assimétrico — não se negava, por exemplo, aos clientes das prostitutas o direito de peticionar por injúria — o jornal na realidade negava à Suzanne o direito de tornar-se sujeito social. Ao se valer de recursos jurídicos para deixar de ser enxovalhada, ela tomava um caminho no sentido da sua afirmação como indivíduo, portador de direitos. Ultrapassando a pretensa homogeneidade da categoria mulher, construída sobre a base de uma entidade normativa, ela participava daquela sociedade em seus próprios termos.

Vale destacar que as críticas à participação feminina no movimento abolicionista não partiram apenas de *O Carbonário* e não foram dirigidos somente a Suzanne de Castera. Em fevereiro de 1888, a Princesa Regente Isabel, que já aderira a causa da abolição da escravatura, promoveu a chamada “batalha das flores” na cidade de Petrópolis. Em carro aberto e acompanhada pelo marido e pelos filhos, ela abria uma passeata abolicionista que ia de casa em casa solicitando contribuições em benefício da libertação dos escravos. Isso foi o suficiente para que Silva Jardim também abolicionista, se pronunciasse de for-

<sup>23</sup> *O Carbonário*, 12 outubro de 1883, p. 3.

ma contundente, considerando a participação da Princesa um verdadeiro escândalo. Argumentava que os brasileiros eram homens sérios e que seguramente, repreenderiam suas esposas caso se envolvessem em “graças e brinquedos daquele jaez”. E que sendo, portanto, “homens sérios, querem ser seriamente representados, e não por quarentonas que desconhecem a própria idade, o próprio sexo, a própria posição”.<sup>24</sup>

Mesmo levando-se em consideração que Silva Jardim era um republicano, a sua crítica não se dirigia especificamente à monarquia. Sua argumentação, invocava logo de saída, o sexo e a idade da Princesa, como impeditivos para que ela participasse da passeata. Além disso, fazia menção ao poder marital dos homens brasileiros que, certamente admoestariam suas mulheres, caso se fizessem presentes em tais eventos. Mesmo já exercendo um cargo político que lhe fora atribuído pela via da hereditariedade, ficava claro que o fato de ser mulher, criava para Isabel empecilhos à sua plena integração ao movimento.

Ao nos darmos conta de que a mulher no século XIX era conclamada a viver exclusivamente o papel de mãe, na privacidade do lar, talvez possamos entender porque todas aquelas que tentaram exercer papéis que extrapolassem esse estrito limite não puderam ser compreendidas pela maioria dos seus contemporâneos. Adentrar o espaço público, aventurando-se no caminho das artes ou na participação em movimentos políticos ou sociais, era desafiar não apenas a ordem legalmente constituída, mas sobretudo a “ordem natural” estabelecida pela ciência de então. Consideradas como verdadeiros monstros — e esse era o adjetivo mais utilizado pelo *O Carbonário* para qualificar Suzanne<sup>25</sup> — ou como seres híbridos que buscavam ocupar um lugar que não lhes pertencia, essas mulheres pagaram um alto preço pelo seu desmesuramento. Suas ações, longe de serem consideradas como uma revolta ou uma crítica, eram entendidas como uma aberração.

A decisão de excluir o feminino da cena pública, da participação política, no século XIX, não pode, portanto, ser estendida à investigação histórica na

<sup>24</sup> Silva Jardim, Antonio da. *Propaganda Republicana (1888–1889)*. Discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligados, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro, FCRB, Conselho Federal de Cultura, 1978, p. 82 apud. Silva, Eduardo. *As camélias do Leblon e a Abolição a Escravatura: uma investigação de História Cultural*, op. cit. p. 39.

<sup>25</sup> *O Carbonário*, 1º de junho de 1883, p. 2.

atualidade. Como bem observa Michelle Riot-Sarcey, o que está em questão não é somente “o passado dos atores sociais, mas também a escrita da história que veicula os mesmos pressupostos, pela sua incapacidade de analisar a política a partir dos poderes que a constituem”.<sup>26</sup> Observar a participação das mulheres nos movimentos sociais é postura de fundamental importância para tirá-las da invisibilidade pública. Eles foram e ainda continuam sendo lugares da “emergência de práticas de resistência à desigualdade contidas nas relações de gênero”.<sup>27</sup>

Os direitos políticos das mulheres foram conquistados e não concedidos e, por isso, faz-se necessário reestruturar a maneira de pensar os atores da coisa pública.<sup>28</sup> O referencial masculino que fundamenta os discursos forjando uma identidade universal deve ser portanto questionado. A intervenção política de uma mulher não pode mais ser recebida como algo fora do acontecimento, como uma ação de um ser não social a quem é negada a condição de sujeito. Apesar de reduzidos nos discursos a uma pretensa natureza que as projetava no espaço construído como privado, faz-se hoje necessário, apreendê-las em sua insubmissão a esse modelo, em inúmeros momentos em que elas recusaram a norma discursiva e, aspiraram ao status de sujeito dos seus próprios atos, mas atuaram na História.

### Referências

<sup>26</sup> RIOT-SARCEY, Michelle. Pouvoir, domination: un regard sur l'histoire. In: PERROT, Michele (Org.). *La Place des Femmes*. Paris: La Découverte, 1995, p. 477.

<sup>27</sup> PINTO, Célia Regina Jardim. Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA e BRUSCHINI (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/Rosa dos Tempos São Paulo/Fundação Carlos Chagas, 1992.

<sup>28</sup> No Brasil o direito ao voto obtido pelas mulheres em 1932 é frequentemente atribuído à benevolência de Getúlio Vargas, ignorando-se dessa forma, a mobilização das mesmas durante a década de vinte com esse objetivo. Sobre essa questão ver: ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BADINTER, Elizabeth. *Palavras de homens (1790-1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro século XIX. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.

BLOCH, R. Howard. *Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. Rio de Janeiro: 34, 1995.

BRAZILICUS. Sobre a prostituição. *Carta ao imperador*.

Rio de Janeiro, março de 1883. Biblioteca Nacional.

De GOUGES, Olympe. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. In: BONACHI, Gabriela; GROPI, Angela (Org.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: UNESP, 1995.

De GOUGES, Olympe. Réflexions sur les hommes nègres. In: *Oeuvres*, apresentação de Groult, Benoît, Paris: Mercure de France, 1986.

FLORESTA, Nísia. *Direito das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo: Cortez, 1989.

LAQUER, Thomas. *La fabrique du Sexe*. Essai sur le corps et le genre en Occident. Paris: Éditions Gallimard, 1992.

NEDEEL, Jeffrey. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

*O CARBONÁRIO*. Anos de 1882 e 1883. Biblioteca Nacional.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP, 1998

\_\_\_\_\_. Identité, Egalité, Différence. Le regard de l'histoire. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Les femmes ou les silences de l'histoire*. Paris: Flammarion.

\_\_\_\_\_. Sortir. In DUBY, Georges et PERROT, Michelle. *Histoire des Femmes: Le XIX siècle*. Paris: Plon, 1991.

PINTO, Celi Regina Jardim. Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA; BRUSCHINI (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro /Rosa dos Tempos; São Paulo/Fundação Carlos Chagas, 1992.

PLANTÉ, Christine. *Femmes exceptionnelles: des exceptions pour quelle règle?* Les Cahiers du GRIF. Le genre de l'histoire. Paris: Editions Tierce, Printemps 88.

RIOT-SARCEY, Michelle. Pouvoir, domination: un regard

sur l'histoire. In: PERROT, Michelle. *La place des femmes*. Paris: La Découverte, 1995.

SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal. As feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SILVA, Eduardo. *As Camélias do Leblon e a abolição da escravidão: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Marinete dos Santos. *La prostitution à Rio de Janeiro au XIX Siècle*. Tese de doutorado. Paris, Université de La Sorbone Nouvelle, 1991.

# Norbert Elias e Michel Foucault: diálogos sobre poder e sexualidade

Leonardo Turchi Pacheco

**Resumo:** Este artigo tem como proposta explorar os temas do poder e da sexualidade nas obras *O processo civilizador* de Norbert Elias e *História da sexualidade* de Michel Foucault. Aponta-se para a possibilidade de diálogo entre as teorias desenvolvidas pelos dois autores apesar das diferenças do tratamento dos temas em questão.

**Palavras-chave:** Norbert Elias. Michel Foucault. Poder e Sexualidade.

**Abstract:** This article intends to explore the themes of power and sexuality in Norbert Elias's *Über den process der Zivilisation* and Michel Foucault's *Histoire de la Sexualité*. Besides the differences of the author's theories we point out that its possible to establish a dialogue between them.

**Keywords:** Norbert Elias. Michel Foucault. Power and Sexuality.

Este artigo tem como objetivo relacionar os temas de poder e sexualidade nas obras *O processo civilizador (1939)* de Norbert Elias e *História da sexualidade (1976)* de Michel Foucault.<sup>1</sup> Apesar de terem sido escritas e lançadas em momentos distintos, quase meio século as separa, vislumbra-se correlações entre as idéias dos autores. Não me atrevo

Leonardo Turchi Pacheco. Doutor em História Social da Cultura pela UFMG. Atualmente trabalha como professor de antropologia e pesquisador do núcleo Gênero e Violência do departamento de História da UNIMONTES. E-mail: leonardoturchi@gmail.com. Texto recebido: 29/11/2009. Texto aprovado: 15/05/2009.

<sup>1</sup> As datas se referem ao ano que foram primeiramente publicados os livros. Os livros consultados possuem a datação que segue: ELIAS, Norbert. 1994. *O processo civilizador*: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. ELIAS, Norbert. 1993. *O processo civilizador II*: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. FOUCAULT, Michel. 1988. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal. FOUCAULT, Michel. 1984. *História da sexualidade II*: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal. FOUCAULT, Michel. 1985. *História da sexualidade III*: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal.

<sup>2</sup> Roberto Machado ressalta esse ponto, quando observa que a genealogia foucaultiana não tem por objetivo formular teorias definitivas e universais relativas ao poder e a nenhum outro objeto de investigação. Portanto, para esse autor, Foucault se afasta da possibilidade de construir sistemas e teorias, na medida em que sua intenção é a de formular “análises fragmentárias e transformáveis” Roberto Machado esclarece que “não existe em Foucault uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas dispares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa: é uma prática social e, como tal, constituída historicamente.” MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001; p.X.

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2001, p. 183.

a pensar em continuidades entre essas obras, mas, no entanto, ao comparar o pensamento de Elias e Foucault, no que tange ao poder e à sexualidade, é possível notar semelhanças e diferenças entre eles. Um diálogo se estabelece na medida em que em certos momentos, um complementa o outro, em outros, nem tanto, eles se opõem. No intuito de explorar esses diálogos o artigo foi dividido em duas partes: na primeira são examinadas as noções de poder em Foucault e em Elias, respectivamente. Na segunda são apreciadas as relações entre os discursos de poder e a sexualidade na medida em que proporcionam a construção do indivíduo moderno.

Ao abordar a questão do poder, Foucault se refere a relações e práticas sociais historicamente criadas, e sua atenção estará voltada para a análise dessas relações e práticas. Ele não se dedica a uma teoria geral de poder, mas, sim, a uma “analítica do poder”:<sup>2</sup> analisar, portanto, as formas que esse poder pode tomar, ao ser exercido, as esferas em que ele penetra, os discursos que ele incentiva e os que ele deseja que não sejam incentivados, as estratégias de que ele se utiliza para se fazer sentir e para criar verdades sobre os indivíduos que ele penetra, enfim o “como do poder”, as redes de relações que ele engendra. Poder sem um sujeito específico que se insere nas microrelações cotidianas.

Como aponta esse autor:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles [...] o indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constitui.<sup>3</sup>



Em Foucault, a noção de poder muda de acordo com a obra que se está analisando. A mudança que percebemos inicia-se em “Vigiar e Punir”<sup>4</sup> e se completa no terceiro volume da “História da sexualidade”<sup>5</sup>. Podemos traçar as várias formas de poder em Foucault, da seguinte maneira: de início, o poder a que ele se refere é o poder disciplinar, mais adiante, é a bio-política (políticas sobre o corpo e a sexualidade) que está sendo explorada. E, por fim, enfoca o poder como uma ética, uma moral do autogoverno (governabilidade).<sup>6</sup>

Essa separação dos tipos de poderes é um tanto quanto arbitrária, na medida em que há uma correlação entre eles e, de certa forma, apesar das diferenças, um complementa o outro. Foucault não aponta continuidade entre os modelos de exercício de poder e, portanto, não afirmaremos que haja uma linearidade entre as formas de exercício do mesmo.

O poder disciplinar utiliza a técnica para tornar os corpos dóceis, ou seja, tece suas teias nas escolas, nas prisões, nos conventos, nos quartéis, nas fábricas, nos hospitais. Ele exerce a dominação através dos exercícios de adestramento (que impõe uma forma correta de se comportar, delimita um espaço e um tempo preciso para que os indivíduos exerçam atividades de maneira otimizada). O poder sobre o corpo não precisa ser repressivo e duro, e de fato, em Foucault, esse é positivo, estimulante, tênue e se vale de uma produção de efeitos no âmbito do desejo e da incessante estimulação do autoconhecimento do indivíduo. Mas para que isso ocorra, é necessário uma vigilância constante, um olhar incessante sobre os corpos. A partir dessa vigilância, criam-se políticas para o desnudamento dos corpos, as quais operam através de confissões, de exames clínicos e psicológicos.

O momento histórico das disciplinas é o momento que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar a sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação cal-

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2002.

<sup>5</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

<sup>6</sup> ALBUQUERQUE, José A. Guilhon. 1995. *Michel Foucault e a teoria do poder*. Tempo Social. USP. São Paulo 7 (1-2): 105-110.

culada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra em uma maquinaria de poder que o esquadrinha, o articula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também uma “mecânica de poder”, está nascendo, ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que se façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, com a rapidez e eficácia que se determina.<sup>7</sup>

E ainda:

[...] a minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito.<sup>8</sup>

Percebe-se portanto, uma produção de saber sobre os corpos, um conhecimento que se faz pelo incitamento ao falar. Dessas confissões íntimas, criam-se discursos plurais os quais se preocupam com a normalização do indivíduo como uma criatura que precisa ser examinada. É nesse momento que a disciplina exercida sobre o corpo é aproximada de um saber clínico que se esforça para “medicalizar” os comportamentos e os desejos, impondo classificações, esquadrinhando e rotulando a conduta individual, sempre em busca de algo que esse indivíduo não poderia, sozinho, compreender, nem muito menos identificar — uma verdade sobre seu corpo e sua alma, a qual só poderá ser desvendada por um saber científico.

Mais adiante, a análise do poder sobre o corpo passa da esfera política para a esfera moral. O poder se insere no governo de si mesmo. As exigências da governabilidade passam pelo correto uso dos prazeres, pela austeridade e pelo controle dos impulsos básicos, nocivos à convivência social.

Em Elias, o poder é enfocado de duas formas: uma se refere à mudança do padrão de comportamento e das emoções; a outra se refere à centralização e à monopolização dos mecanismos militar e econômico. Se traçarmos um paralelo entre a sua

<sup>7</sup> FOUCAULT, Michel. 2002. *Op. cit.* p.119

<sup>8</sup> *Idem*, p.121.

percepção sobre o indivíduo e a sociedade e o poder, observamos que, quando o autor trata do último nas suas obras, seja na “Sociedade de Corte”<sup>9</sup>, seja nos dois volumes do “Processo Civilizador”, ou até mesmo nos “Estabelecidos e *Outsiders*”<sup>10</sup>, está referindo-se a uma relação de poder.

Essa ênfase no poder como uma relação é importante, pois implica que este poder não é algo que exista por si mesmo. Como a sociedade, ele não é exterior ao indivíduo, pois depende destes para ser exercido, ele precisa de um ou vários sujeitos que o coloquem em movimento. Ao afirmarmos que o poder, em Elias, é sempre relacional, queremos dizer que, para existir poder, é necessário existir um referencial a partir do qual ele será exercido. Assim, é possível observar um centro de equilíbrio de poder no qual as relações se estabelecem — seja o Estado, nas sociedades modernas; seja a Corte nas sociedades de corte; seja a “aldeia”, em relação à “zona 3” na comunidade de Winston Parva.

Nas relações entre pais e filhos e entre senhor e escravo, as oportunidades de poder são distribuídas muito desigualmente. Porém sejam grandes ou pequenas as diferenças de poder, o equilíbrio de poder está sempre presente onde quer que haja uma interdependência funcional entre pessoas. Sob esse ponto de vista, a utilização simples do termo “poder” pode induzir em erro. Dizemos que uma pessoa detém grande poder, como se o poder fosse uma coisa que se metesse na algibeira. Esta utilização da palavra é uma relíquia de idéias mágico-míticas. O poder é uma característica estrutural das relações humanas — de todas as relações.<sup>11</sup>

Mesmo que o poder não apareça como um objeto, ele se faz sentir através das relações em diversas esferas. Por exemplo, a etiqueta e o cerimonial em uma escala microcômica, como na corte de Luís XIV, são formas de se exercer o poder, pois estes são os instrumentos que possibilitam a diferenciação entre os indivíduos, pela proximidade e/ou distanciamento de um centro de poder — no caso o rei.

É importante, ainda, salientar que o reconhecimento de uma posição de prestígio depende sempre

<sup>9</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

<sup>10</sup> ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

<sup>11</sup> ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2005, p.81.

da aprovação dos outros. Sem esse reconhecimento, a possibilidade de exercício de poder e a existência social do indivíduo ficam ameaçadas. A estrutura de poder, portanto, se forma a partir da auto-imagem do grupo estabelecido, aquele que, por uma série de características que o definem, se enxerga como superior frente a outros. A posição que um indivíduo ocupa na estrutura social e a função que ele exerce, para serem valorizadas e respeitadas, dependem da relação que ele estabelece com a rede de indivíduos que o envolve. A consolidação do modo como o poder será distribuído, depende portanto, das lutas estabelecidas nessa rede de interdependência.

Para Elias, as relações de poder mudam de acordo com as transformações ocorridas na estrutura social. É importante ressaltar que as esferas macrosociais e as esferas microsociais não operam de forma isolada. Dessa forma, podemos perceber ligações entre as mudanças na estrutura social e as mudanças nas estruturas comportamentais e psíquicas dos indivíduos, o que implica em uma nova forma de se exercer o poder. Em outras palavras, esse autor estabelece uma ligação entre as redes de poder, as mudanças ocorridas nas formas de comportamento individual e as transformações na estrutura social.

Nesse sentido, ele salienta que ao se formarem Estados centralizados sob a égide de um senhor, uma nova forma de conduta é exigida, devido à maior interdependência dos indivíduos. Os grupos que se estabelecem nesse tipo de figuração se confrontam de uma nova forma. As redes de poder se tornam mais complexas, e os meios de exercê-lo se tornam mais estratégicos e pacificados. Uma das exigências desse novo tipo de configuração se apresenta na maneira como as pessoas regulam suas condutas e emoções. A previsão das ações, o controle dos impulsos básicos, a maior sensibilidade em relação a certas questões implicam um maior distanciamento entre os indivíduos. É, a partir da dependência entre eles e o gradual distanciamento, que as condutas e as emoções operam para equilibrar ou desequilibrar as balanças de poder entre os indivíduos e os grupos. Em Elias, portanto, o poder

sempre se inscreve em relação a outros — sejam em indivíduos ou grupos — e opera no cotidiano, através da etiqueta, nas formas de se comportar na mesa, na cama, em relação aos usos do corpo.

Não é possível falar em poder e sexualidade nesses dois autores, sem que questões relativas à formação do indivíduo moderno pelo processo contínuo de disciplinarização e autocontrole das condutas e emoções sejam levantadas.

Foucault e Elias concordam no seguinte sentido: para eles, houve um desenvolvimento na “psique humana”, na forma de “socialização do eu”, a qual propiciou que o indivíduo internalizasse e automatizasse uma série de regras de condutas.<sup>12</sup> Para esses autores, mudanças ocorridas na ordem social desencadearam um processo de transformação nas formas de coerção sobre o indivíduo. A coerção tradicional, baseada na forma externa do poder soberano, se transformou na coerção interna: Elias fala em autocontrole das condutas e sentimento; Foucault fala em disciplinarização do corpo.

Em Foucault, o desenvolvimento da disciplina foi dependente do uso de técnicas disciplinares dentro de diversas instituições e do crescente desenvolvimento das ciências como forma de conhecimento que, associadas ao impacto das organizações burocráticas e do trabalho, possibilitaram a modelagem do indivíduo dócil e a transformação da sua experiência de mundo.

Elias opta por explicar a natureza das mudanças face ao maior autocontrole das condutas e sentimentos, fruto da relação de interdependência entre os indivíduos; o que ele chamou de processo civilizador. Ele contempla a racionalização — maior capacidade de reflexão, maior previsibilidade das ações e das emoções — como fator predominante nas alterações que afetaram o modo como as pessoas passaram a pensar, sentir, ver e viver o cotidiano a sua volta.

Em Elias não há um sujeito específico e impulsionador das mudanças no processo civilizador, este aparece como algo que não foi planejado conscientemente pelos grupos detentores do poder. Assim, para esse autor o processo civilizador se apóia na relação constituída, através da interdependência dos

<sup>12</sup> VAN KRIEKEN, Robert. *A organização da alma: Elias e Foucault sobre a disciplina e o Eu*. Plural- USP: São Paulo (3-1), 1996, p. 153-180.

indivíduos e da difusão de idéias. Em Foucault esse processo se apresenta como uma imposição de um grupo dominante — representada pelos detentores do saber, pelo Estado, pelo clero e outras esferas. Portanto não há uma passagem de uma coerção externa para uma coerção interna não-planejada, mediada pelas relações cada vez mais complexas, mas, sim, um projeto de disciplinarização dos indivíduos pelos grupos detentores do poder.

Outro ponto de divergência entre Elias e Foucault reside na questão da autonomia e liberdade do indivíduo moderno. O primeiro enxerga o indivíduo moderno como alguém que tem autonomia no exercício da escolha racional, enquanto que, para Foucault, a esse indivíduo se inviabiliza a autonomia de escolha racional. Ele não é autônomo, porque órgãos disciplinadores cerceiam sua escolha. Estes autores não percebem o indivíduo moderno como um ser incondicionalmente livre. A divergência ocorre, na medida em que, para Foucault, é necessária a transgressão da disciplina, para que o indivíduo se liberte; enquanto que, para Elias, é justamente o oposto. O autocontrole das condutas e emoções, de forma cada vez mais internalizada e automatizada, é que permitiria que o indivíduo atuasse de modo mais livre.

O autocontrole das condutas e sentimentos e a disciplinarização do corpo ligada à liberdade de escolha e à autonomia do indivíduo moderno colocam questões relativas à sexualidade, as quais são tratadas de formas bem diferentes entre os dois autores. A primeira divergência reside no lugar que a sexualidade ocupa nas suas obras. Em Foucault, a associação entre a formação do indivíduo moderno mediante o controle da sexualidade, é mais explorada do que em Elias que trata do processo de autocontrole das condutas e emoções (aumento do patamar de sensibilidade e repugnância) sem se deter demasiadamente no tema da sexualidade propriamente dita. A segunda divergência reside na forma como a sexualidade aparece ligada aos mecanismos de poder.

Em Foucault, a sexualidade é ligada a um mecanismo positivo de poder, que incita a um discurso, enquanto que, para Elias, ela é deslocada para o fun-

do da vida pública, o mecanismo aqui se ocuparia em silenciar os rumores.

A sexualidade na obra de Foucault é discutida em dois momentos: no primeiro, é importante desconstruir a “hipótese repressiva”; na qual o poder sobre a sexualidade só seria instaurado pelo silêncio, pela repressão e por discursos negativos.

As dúvidas que gostaria de opor à hipótese repressiva têm por objetivo muito menos mostrar que esta hipótese é falsa do que recolocá-la numa economia geral dos discursos sobre o sexo no seio das sociedades modernas a partir do século XVIII. Por que se falou de sexualidade e o que se disse? Quais os efeitos de poder induzidos pelo que se dizia? Quais as relações entre esses discursos, esses efeitos de poder e os prazeres nos quais se investiam? Que saber se formava a partir daí? Em suma, trata-se de determinar, em seu funcionamento e em suas razões de ser, o regime de poder — saber — prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana. Daí o fato de que o ponto essencial [...] é levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o “fato discursivo” global, a “colocação do sexo em discurso”. Daí decorre também o fato de que o ponto importante será saber sob que formas, através de que canais, fluindo através de que discursos o poder consegue chegar às mais tênues e mais individuais das condutas. Que caminhos lhe permitem atingir as formas raras ou quase imperceptíveis do desejo, de que maneira o poder penetra e controla o prazer cotidiano — tudo isso com efeitos que podem ser de recusa, bloqueio, desqualificação mas, também, de incitação, de intensificação, em suma, as “técnicas polimorfadas do poder”. Daí, enfim, o fato de o ponto importante não ser determinar se essas produções discursivas e esses efeitos de poder levam a formular a verdade do sexo ou, ao contrário, mentiras destinadas a ocultá-lo, mas revelar a “vontade de saber” que lhe serve ao mesmo tempo de suporte ou instrumento.<sup>13</sup>

O poder sobre a sexualidade é inscrito de forma

<sup>13</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p.16-17.

positiva. Os discursos são impostos aos seres humanos por táticas diversas. A medicina, as ciências naturais e sociais, a pedagogia e as instituições criam discursos múltiplos, sobre a sexualidade que visam o controle dos seres humanos: incitação para falar sobre si mesmo e assim adquirir uma identidade baseada no desejo.

Nas palavras de Foucault:

De fato trata-se, antes, da própria produção da sexualidade. Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a por em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas a grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e poder.<sup>14</sup>

Em um segundo momento, a sexualidade é discutida como uso dos prazeres. Aí, Foucault se aproxima de Elias, pois trata de mudanças relativas à moral e à ética da prática sexual entre gregos e romanos, estabelecendo relações de poder mediadas por uma série de regras de conduta nas esferas da vida pública e privada. Observa-se, então, alguns temas comuns de preocupação ética, referentes à sexualidade na moral greco-romana a qual se transformou paulatinamente até receber uma nova conotação na moral cristã. Novas interpretações sobre o valor do ato sexual, o valor da relação conjugal, o valor sobre os modos e as formas de se obter prazer são engendradas em um esquema que novamente se apropria de discursos para instaurar uma forma de controle dos indivíduos.

Elias se posiciona frente à sexualidade de forma diversa. Quando o tema vem à tona é logo ligado ao silêncio. Ele explica que na medida em que as pessoas se inseriam em relações de interdependência cada vez mais complexas, havia uma necessidade, mediada por exigências da própria configuração, de

<sup>14</sup> FOUCAULT, Michel. *Op. cit.* p.100.



alteração das formas de expressar e sentir naturalmente desejos e prazeres. Em outras palavras, o processo de civilização focalizado nas mudanças da estrutura psíquica e social dos indivíduos se deu pelo progressivo silenciar das questões relativas ao corpo e à sexualidade. Tudo quanto se refere ao sexo e ao corpo causa repugnância e se retira da esfera pública.

Segundo o autor:

Uma vez que no curso do processo civilizador o impulso sexual, como tantos outros, está sujeito a controle e transformação cada vez mais rigorosos, muda o problema que ele coloca. A pressão aplicada sobre os adultos, para privatizar todos os seus impulsos (em especial, os sexuais), a “conspiração do silêncio”, as restrições socialmente geradas à fala, o caráter emocionalmente carregado da maioria das palavras relativas a ardores sexuais — tudo isso constrói uma grossa parede de sigilo em volta do adolescente. O que torna o esclarecimento sexual tão difícil — a derrubada desse muro, que um dia será necessária — não é só a necessidade de fazer o adolescente conformar-se com o mesmo padrão de controle de instintos e de domínio como o adulto. É, acima de tudo, a estrutura de personalidade dos próprios adultos que torna difícil falar sobre coisas secretas. Com grande frequência, os adultos não encontram o tom nem as palavras. As palavras chulas que conhecem estão fora de cogitação. Os termos científicos são desconhecidos de muitos.<sup>15</sup>

Essa relação de desconforto sobre o corpo e a sexualidade também pode ser percebida em uma recomendação retirada de um dos tratados de etiqueta no qual Elias se debruça:

É muito mais contrário à decência e à propriedade tocar ou ver em outra pessoa, principalmente de sexo oposto, aquilo que os céus proibem que você olhe em si mesmo. Quando precisar urinar, deve sempre retirar-se para um local não freqüentado. E é correto (mesmo no caso de crianças) cumprir outras funções naturais em locais onde não possam ser vistas [...] não é nunca correto referir-se a partes do corpo que devem ficar co-

<sup>15</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p.181.

bertas nem de certas necessidades corporais a que a natureza nos sujeitou, nem mesmo mencioná-las.<sup>16</sup>

Assim, com o aumento do patamar de sensibilidade e o distanciamento entre as pessoas, certos comportamentos e afetos são controlados. O indivíduo moderno é reprimido pela educação dos seus sentidos e, paradoxalmente, só atinge um alto grau de liberdade devido à internalização e à automatização dessas repressões. Como observado, nos volumes do *Processo Civilizador*, não há um aprofundamento das discussões das práticas sexuais como ocorre em Foucault nos volumes da *História da Sexualidade*. No entanto pode-se perceber algumas pistas deixadas por Elias neste sentido quando ele menciona as *minnesängs*, que são canções que retratam questões sobre condutas sociais, entre elas a violência sexual, e os tratados de etiqueta, mais especificamente o comportamento à cama, e a preocupação com o corpo, e os modos de cortejar o sexo oposto.

Enfim, creio que a contribuição desses autores, e o diálogo que se estabelece, realiza-se na medida em que ambos permitem pensar o exercício do poder não somente vinculado à esfera pública, não somente ligada ao Estado, mas também, ligado a relações de poder que se inserem no cotidiano. Eles enfocam e privilegiam as questões políticas inseridas na esfera privada que atrelam o poder ao controle minucioso do corpo e da sexualidade dos indivíduos. Poder que atua sobre o corpo e a sexualidade, não só de modo negativo, mas também de maneira positiva e que se faz sentir de diversas formas: seja pelos diferentes modos como homens e mulheres são socializados, seja pela forma como são encarados os direitos e deveres relativos à esfera sexual — que englobam desde o livre uso do corpo e dos prazeres até a utilização da violência sexual como meio para se exercer o poder.

### Referências

ALBUQUERQUE. José A. Guilhaon. Michel Foucault e a teoria do poder. *Tempo Social*. USP. São Paulo, 1995, 7 (1-2): 105-110.

<sup>16</sup> *Idem*, p.138.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2005.

FOUCAULT, Michel. 1985. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VAN KRIEKEN, Robert. *A organização da alma: Elias e Foucault sobre a disciplina e o Eu*. Plural-USP: São Paulo, 1996. (3-1): 153-180.



# Olhares historiográficos sobre as categorias de gênero: interfaces com as questões socioambientais\*

Catarina Buriti Oliveira

**Resumo:** Este trabalho propõe suscitar uma discussão em torno dos múltiplos enfoques sob os quais as categorias de gênero têm sido analisadas pelos domínios historiográficos, notadamente nas vertentes da história social, nos domínios da história cultural, nas pesquisas pós-estruturalistas e, mais recentemente, pelos historiadores do ambiente. Explicitando os limites e as perspectivas desses estudos no interior de cada paradigma histórico, ressaltar-se-á a importância da incorporação da perspectiva de gênero pelas ciências humanas e sociais, especialmente pela disciplina de história, para construir sociedades sustentadas, com cidadania, justiça socioambiental e equidade.

**Palavras-chave:** História. Gênero. Cultura. Justiça Social. Meio Ambiente.

*Catarina Buriti Oliveira.* Mestranda vinculada ao Programa de Pós-graduação em História da UFCG (Universidade Federal de Campina Grande); possui graduação em Jornalismo pela UEPB (2007) e é concluinte do curso de Licenciatura em História da UFCG. Autora dos livros didáticos “História da Paraíba: Meu Passado, Meu Presente” e “Geografia da Paraíba: Meu Espaço, Minha Paisagem”, publicados pela editora Base, Curitiba-PR. Tem prestado assessorias pedagógica a professores (as) da primeira fase do Ensino Fundamental em diversas escolas privadas e públicas da Paraíba. Tem também ministrado mini-cursos em eventos nacionais e internacionais organizados por universidades do Nordeste. Atualmente, tem direcionado suas pesquisas para o âmbito da História do Meio Ambiente, notadamente para o estudo das inter-relações históricas entre sociedades e naturezas na região do Semi-árido do Nordeste brasileiro. [catyburiti@yahoo.com.br](mailto:catyburiti@yahoo.com.br)

Texto recebido: 19/02/2009. Texto aprovado: 13/05/2009.

\* O trabalho ora apresentado é resultado das discussões realizadas no *Tópico especial em gênero, etnia e identidades na pós-modernidade*, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, ministrada pela professora Juciene Ricarte Apolinário.

**Abstract:** This study propose to raise up a discussion in become from the multiples visions under whom the varieties of class they had been analyzed bristles historical domains, notably on the slopes from social history, on the domains from cultural history, on the research powders structure and more recently, bristles historian of the environment. Explicating the thresholds e the perspectives of this studies within each historical paradigm, jut — if — in the importance from embodies from perspective of class by humans e social sciences, especially by discipline of history, to build support societies, with citizenship, environmental justice and equity.

**Keywords:** History. Gender. Culture. Social justice. Half environment.

### Preâmbulo

Em 1991, cerca de 1.500 mulheres representantes de 84 países se reuniram em Miami, EUA, para realizar o *I Congresso Mundial de Mulheres por um Planeta Saudável*, cujo documento final — *Mulheres por um Planeta Saudável: Agenda 21* — constituiu-se em um conjunto de princípios e plataformas de ações para a construção de sociedades sustentáveis.

A singularidade desse evento delineia a importância da incorporação da perspectiva de gênero pelos movimentos nacionais e internacionais de mulheres à discussão das questões ambientais, evidenciando a necessidade de inclusão de elementos fundamentais para a construção de um desenvolvimento sustentável com equidade.

Com base nessa constatação, cumpre-nos ressaltar que foi somente a partir desse decênio que os tratados e as convenções mundiais em defesa do meio ambiente e do desenvolvimento social com sustentabilidade, promovidos pela Organização das Nações Unidas — ONU — passaram a considerar a participação, a justiça social e a igualdade de *status* como fundamentais à construção de uma nova ética ambiental.

Partindo do olhar de uma historiadora dedicada à discussão da História do Meio Ambiente, este arti-

go resulta de reflexões feitas a respeito do modo como as perspectivas de gênero têm sido incorporadas às pesquisas realizadas no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, colocando em evidência o que isto pode acrescentar para que essas áreas do saber contribuam para o debate das questões socioambientais, para a construção de uma nova ética em defesa da qualidade de vida, do respeito à diferença, aos direitos humanos e à natureza.

Este trabalho será o de analisar a forma como as relações sociais de gênero passaram a fazer parte das pautas de pesquisa dos (as) historiadores (as) sociais, culturais, pós-estruturalistas, atentando especialmente para o momento em que os profissionais da História que se dedicam às questões socioambientais passaram a incorporar tal perspectiva para indagar e compreender como homens e mulheres no tempo, e em espaços geográficos demarcados, perceberam e significaram o meio ambiente circundante e com base em uma sensibilidade ambiental socialmente construída, apropriaram-se e gestaram os usos dos recursos naturais.

Interpretar-se-á e problematizar-se-á como as mulheres foram vítimas de silêncios e invisibilidades históricas em relação à sua participação como atrizes sociais co-participantes do trabalho, da busca e da preservação dos recursos da natureza. Assim, com base na articulação teórico-metodológica provenientes dos estudos de gênero e meio ambiente, engendrar-se-á elos que articulem esses dois paradigmas à prática histórica, ressaltando a necessidade de que estejamos atentos à relevância da problematização desses temas, uma vez que são questões que perpassam diretamente as discussões em torno da cidadania, da justiça social, dos direitos humanos e da equidade na sociedade contemporânea. A trajetória que iremos seguir visa, por fim, demonstrar como a incorporação dos estudos de gênero à história é passível de olhares multifacetados, dependendo do lugar institucional e das posições teórico-metodológicos que permeiam as indagações dos historiadores.

### As relações de gênero como categoria de análise histórica

No campo interdisciplinar dos estudos de gênero,<sup>1</sup> a história é a área do saber que incorporou mais intensamente essa categoria às suas análises. Sabe-se que isto só foi possível graças à crise dos paradigmas tradicionais da escrita da história que renovou e revigorou a disciplina, permitindo a incorporação de novos temas, metodologias e formas de abordagens, entre elas, a incorporação dos estudos de gênero. Deve-se acrescentar que, no contexto dos anos de 1970, diante das repercussões políticas consequentes das reivindicações dos movimentos de mulheres, a historiografia buscou reintegrá-las à história, situá-las como sujeitos ativos do processo histórico e problematizar/questionar as imagens de passividade, ociosidade, confinamento e os séculos de opressão e desigualdades a que as mulheres foram submetidas.

Não obstante grande parte da produção historiográfica ter utilizado o conceito de gênero de forma reducionista, privilegiando o enfoque das experiências femininas, é fundamental compreender que o uso desta noção se refere ao feminino e ao masculino, em sua dimensão relacional na qual se constrói as múltiplas faces identitárias do ser homem ou ser mulher na contemporaneidade.

Tais assertivas levam-nos a entender que “o gênero é um conceito que inclui o sexo biológico, investido dos valores e atributos que a cultura lhe oferece”<sup>2</sup>. Nesse sentido, elementos como cultura, configurações sociais, classe, etnia, geração, religião, costumes, trabalho, etc. devem ser inter cruzados numa tentativa de desvendar e descortinar as historicidades específicas a cada sociedade e em cada momento histórico. Esses fatores são fundamentais para problematizarmos e, simultaneamente, desconstruirmos certas noções naturalizadas, a-históricas, generalistas, abstratas e universalistas a respeito do ser homem ou mulher. Destarte, a história apresenta diversas contribuições ao estudo de gênero, uma vez que permite pensar o masculino e o feminino na historicidade e na especificidade de suas inter-relações.

<sup>1</sup> A partir dos anos 1980 e 1990, o conceito de gênero passou a ser utilizado de forma generalizada, a princípio, no campo intelectual anglo-saxônico, pelos saberes disciplinares da sociologia, antropologia, história, literatura, filosofia e psicologia. Ver MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998, p. 107.

<sup>2</sup> Cf. MORAES, 1998, p. 103.



Diante de alguns impasses metodológicos originários dos “estudos de mulheres” que priorizavam abordagens descritivas e limitadas em detrimento de elucubrações analíticas e teóricas que questionassem os conceitos dominantes da disciplina, emerge como uma nova proposta o conceito de gênero. Mas quais são as possibilidades e os limites teóricos e metodológicos que o conceito de gênero engendra? No Brasil, é possível considerá-lo como um novo paradigma do conhecimento? Sabe-se que com a incorporação desta categoria de análise, novos conhecimentos históricos foram incrementados, expandindo a compreensão a respeito dos temas pesquisados por essa área do saber. Todavia, não obstante esse conceito reivindicar para si um território próprio de pesquisa, em virtude das limitações teórico-metodológicas dos outros campos do saber, de acordo com a visão de MACHADO, podemos considerá-lo até agora como um novo paradigma metodológico e não nos termos de um novo paradigma de conhecimento.

Tal proposta se assenta em três pilares: em primeiro lugar, a radicalização da idéia de desnaturalização biológica das categorias de homem e mulher e, simultaneamente, da construção simbólica (em sua dimensão sociocultural) das noções de masculino e feminino. Em seguida, metodologicamente se utiliza o conceito de gênero em contraposição a qualquer tentativa de substancialidade e imutabilidade das categorias de homem/mulher, masculino/feminino; por fim, destaca-se a transversalidade de gênero, uma vez que a sua construção identitária perpassa as mais diferentes esferas do social. Nota-se assim que a possibilidade paradigmática ora apresentada a respeito da noção de gênero evidencia a arbitrariedade das relações entre sexo e gênero<sup>3</sup>.

Nesse sentido, pode-se afirmar que no Brasil, a incorporação da categoria gênero se limitou a uma nova forma de abordagem ou a um novo método de estudo, diferentemente do contexto anglo-saxão, onde os movimentos feministas e de minorias raciais afetaram diretamente o ambiente universitário, legitimando e institucionalizando a construção de paradigmas de conhecimento<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> MACHADO, *Op. cit.*

<sup>4</sup> *Idem.*

A reflexão da autora acima referendada também consiste em questionar até que ponto a formulação do conceito de relações de gênero se configurou como um novo paradigma metodológico no interior das humanidades de modo a acrescentar subsídios que o distinguíssem da perspectiva reducionista dos estudos de mulheres. Ela ressalta que, não obstante os interlocutores desses diferentes saberes disciplinares assumirem lugares teórico-epistemológicos diversos e paradigmas metodológicos múltiplos, há certo consenso por parte desses representantes acerca da utilização do novo tema e das idéias e mecanismos que ele implica ao ser operacionalizado na formulação de problemas e questões.

Afirmo, contudo, que no campo dos estudos históricos, embora se trate apenas de uma dessas fronteiras disciplinares no interior das humanidades, a perspectiva de gênero vem sendo incorporada de formas distintas, com abordagens diferenciadas — em alguns casos até incompatíveis —, de acordo com os lugares teórico-metodológicos adotados por cada pesquisador, o que contradiz a noção de consenso proposta por Machado. Ao longo deste artigo, explícito a diversidade de olhares e indagações que os historiadores têm lançado sobre as categorias de gênero e sobre suas inter-relações espaço-temporais.

### **Gênero e história social**

Os usos da categoria de gênero nos estudos históricos emergiram em um momento de pulverização de tendências e abordagens historiográficas, o que implicou em apropriações distintas desse conceito nas pesquisas realizadas sob diversas perspectivas históricas. Este artigo analisa como essa categoria vem sendo abordada sob os olhares dos historiadores sociais para, em seguida, estender essa observação para as vertentes da história cultural, dos estudos pós-estruturalistas e, mais recentemente, pelo domínio da história ambiental.

A incorporação dos grupos de mulheres como objeto da história social contribuiu no sentido de ampliar e enriquecer o entendimento sobre as experiências desses segmentos sociais no passado. Com

a utilização da categoria de gênero e a conseqüente reorientação da história das mulheres, as possibilidades de ampliar as pesquisas em história social para conhecer as relações históricas entre os grupos sociais de gênero, a experiência particular das mulheres e para resolver problemas inerentes a outras perspectivas disciplinares foram ampliadas<sup>5</sup>.

Antes dessa reorientação dos estudos de gênero, a história das mulheres não se portava na condição de questionar conceitos e problemas gerais da disciplina. Segundo Tilly, não obstante o reconhecido potencial dos estudos de mulheres, alguns problemas de ordem teórico-metodológica desse campo têm sido apontados. Um deles é que não se colocou em questão os conceitos dominantes das outras vertentes da disciplina histórica, limitando-se a uma análise descritiva e reiterativa da experiência das mulheres, sem muitas preocupações teóricas e analíticas. Para essa autora, a resposta somente foi encontrada quando se deu a “utilização do gênero enquanto categoria de análise histórica”<sup>6</sup>.

Observamos, entretanto, que não obstante o compartilhamento desse conceito pelos historiadores sociais ter fornecido os subsídios necessários para combater o determinismo biológico a respeito das noções de masculino e feminino, certas limitações ainda podem ser apontadas no que se refere à abordagem de gênero por esses (as) historiadores (as). Uma delas se dá em termos da análise dos “grupos de gênero no passado histórico”<sup>7</sup>. Refiro-me a muitas pesquisas realizadas por historiadores sociais que continuaram a utilizar a categoria gênero de forma reducionista, privilegiando apenas a experiência de vida das mulheres. Embora a reorientação da história de mulheres levada a efeito com a incorporação da categoria gênero tenha contribuído para situar esses personagens na história como grupos sociais distintos, socialmente construídos e não naturalizados, no entanto, observa-se que muitos dos trabalhos que adotaram a perspectiva sócio-histórica de gênero com a pretensão de rejeitar as análises causais reducionistas, continuaram limitados ao estudo das mulheres e considerando as transformações sociais somente em termos de relações entre classe e

<sup>5</sup> TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, n. 3, 1994.

<sup>6</sup> TILLY, *Op. cit.*, p. 42.

<sup>7</sup> *Idem*, p. 43.

sexo. Esses estudos privilegiaram a dimensão comparativa e descritiva das experiências dos gêneros e não a utilização do conceito de gênero sob um olhar amplo que se efetiva de forma inter-relacional e segundo os esquemas de significação que regem cada contexto de historicidade.

Os trabalhos de história social, no que tange às análises da perspectivas de gênero, tiveram como balizas o estudo das relações de gênero no trabalho, em termos de formação de solidariedade de classe a partir de um conjunto de interesses comuns, da construção de ações coletivas e de resistência, dos conflitos e tensões inerentes a atuação das mulheres no ambiente fabril. Limitaram-se também em construir uma história descritiva das mulheres em termos políticos e econômicos, permanecendo em silêncio outras vertentes que poderiam ser contempladas nesses trabalhos, a exemplo dos valores, das identidades, do devir, da multiplicidade de significações que os gêneros recebem no contexto sociocultural foco da análise.

Os estudos de gênero, em sua acepção sociológica, que tem versado sobre a história social da cultura das mulheres, permanecem atrelados a análise das classes sociais ou das variações entre grupos étnicos ou raciais. É necessário, no entanto, compreender que apesar de esses fatores influenciarem efetivamente a vida das mulheres, não determinam a formação de suas identidades, uma vez que há outra multiplicidade de variáveis que influenciam as experiências das mulheres, independentemente da classe social ou do grupo étnico ao qual ela pertença. Nesse sentido, a análise da história social não tem dado conta das complexidades que os estudos das relações de gênero assumem na contemporaneidade.

Para Tilly<sup>8</sup>, a história das mulheres contribuiu no sentido de reorientar “o interesse pelas pessoas comuns do passado — motor da história social — na direção das mulheres e das suas relações sociais, econômicas e políticas”. Por isso, ela defende a importância da construção da história social das mulheres de forma analítica e explicativa e não apenas descritiva. Entretanto, é necessário acrescentar que, na prática da historiadora, a categoria gênero deve

<sup>8</sup> Tilly, *Op. cit.*, p. 35.

atuar de forma relacional e não apenas priorizando as dimensões econômicas e sociais da experiência desses atores e atrizes do processo histórico ou meramente restrita ao interior de determinado grupo social delimitado por critérios de pertencimento a classes socioeconômicas.

Para Chartier, é necessário:

[...] evitar que a história das mulheres não reproduza, pela infelicidade, algumas das simplificações da antiga história social, que remetia todas as clivagens e todos os contrastes a um princípio único de diferenciação: a posição dos grupos ou das classes na escala de condições e de riqueza. O risco de investir a diferença entre os sexos de uma força explicativa universal está sempre presente.<sup>9</sup>

Com base nessa posição, observamos que mesmo incorporando as categorias de gênero aos estudos de história social, a preferência por análises que remetem todas as diferenças como resultantes dos fatores classes sociais, tem impossibilitado que esses historiadores ampliem as suas pesquisas para resolverem outras indagações que permeiam essa disciplina e os estudos de gênero em geral na atualidade.

### **Identidade, história cultural e relações de gênero**

Diante das complexidades que o termo *identidade* passou a assumir na contemporaneidade, consideramos necessária uma reflexão preliminar a este respeito e do modo como ele é construído historicamente pelos atores e atrizes sociais.

Para Castells, “entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo”<sup>10</sup>. Com relação à identidade dos atores sociais, esta pode ser compreendida como “o processo de construção de significado com base em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados”<sup>11</sup>, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado. A dinâmica da construção das identidades pelos indivíduos, grupos ou sociedades parte de tendências sociais e projetos culturais enraizados em um contexto marcado por

<sup>9</sup> CHARTIER, R. Diferenças entre os sexos e dominação biológica. *Cadernos Pagu*, n. 4, 1995, p. 39.

<sup>10</sup> CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, v. II, p.22.

<sup>11</sup> *Idem*.

relações de poder e por um conjunto de esquemas de significação inerentes a determinada historicidade. É com base nessas perspectivas que são organizadas/constituídas, especificamente, as identidades de gênero.

Observa-se que “todo processo de construção de identidades leva a um resultado distinto no que tangue à constituição da sociedade”<sup>12</sup> e que a forma de compreensão dessas identidades deve ser empírica ou histórica, o que se contrapõe a qualquer tentativa de essencialização, naturalização ou estudo a-histórico das formações identitárias. Tais assertivas corroboram os argumentos expostos anteriormente relativos ao estudo das categorias de gênero, que devem ser contextualizados com as representações culturais que permeiam essas relações numa determinada sociedade.

<sup>12</sup> CASTELLS, 2006, p. 24.

<sup>13</sup> Para Castells (2006), há três formas da formação de identidades: a identidade legitimadora, que parte das instituições sociais com o intuito de expandir e racionalizar a sua dominação; a identidade de resistência criada por atores sociais que se encontram em condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas no interior de uma lógica de dominação; e, por fim, as identidades de projeto, cuja ação se prolonga por toda a esfera social.

<sup>14</sup> Mais adiante discutirei a crítica formulada por Butler (2000) em relação ao sujeito único do feminismo. Segundo ela, o termo genérico “mulheres” não discriminou a multiplicidade de identidades desse sujeito.

<sup>15</sup> MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998. p. 67-75.

Castells, considerando o contexto sociocultural e as relações específicas de poder que possibilitam a construção das identidades,<sup>13</sup> postula que, no caso do movimento feminista<sup>14</sup> construiu-se uma *identidade de projeto*, através da qual, as mulheres enfrentaram toda a estrutura da sociedade patriarcal para forjar uma nova identidade, capaz de redefinir a sua posição de opressão sócio-histórica e com o objetivo de transformar, através deste projeto, toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade a qual as sociedades historicamente se estabeleceram.

Conforme vimos, no campo dos estudos históricos de gênero, há uma multiplicidade de perspectivas analíticas, dentre as quais, destaca-se a história cultural. Tal enfoque permite explicitar manifestações passadas das experiências relacionais entre os gêneros, compreendendo que a realidade histórica é social e culturalmente constituída. Nesse sentido, diferentes processos históricos que se desenvolvem simultaneamente no interior de sociedades específicas devem ser considerados para desvendar as atribuições simbólicas e os significados que permeiam as tramas das relações entre os gêneros<sup>15</sup>.

Tais premissas são fundamentais para problematizar as relações de gênero como construções cultural e simbólica, que englobam as relações desenvol-

vidas em suas dimensões políticas, sociais e econômicas.

Sob o ponto de vista da história cultural, entende-se que a violência simbólica e as relações de poder que propiciaram estratégias de dominação e de submissão das mulheres é histórica, cultural, lingüisticamente construída e sempre afirmada como uma diferença de natureza e universal entre os sexos. Nesse sentido, o importante não é apenas opor uma definição histórica e uma definição biológica da dicotomia masculino/feminino, mas sobretudo “identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como ‘natural’, portanto biológica, a divisão social, e portanto histórica, dos papéis e das funções”<sup>16</sup>.

Chartier reconhece que historicamente houve dominação das práticas e dos discursos patriarcais sobre as mulheres, no entanto, chama a atenção para o *consentimento*<sup>17</sup> que houve por parte dessas atrizes sociais em relação às estratégias de dominação, considerando essa prática como fundamental para o funcionamento das estruturas de poder social e/ou sexual. Nesse sentido, para ele é necessário diferenciar a dominação masculina e a dominação simbólica que supõe a adesão dos próprios dominados às categorias e recortes que fundam sua sujeição, sendo também importante entender que através da noção de consentimento à violência simbólica do poder dominante, compreende-se que é do interior do próprio consentimento que surgem as fissuras ou resistências à dominação.

Compreende-se assim que a diferença sexual foi construída e naturalizada social e culturalmente e inscritas em discursos e práticas — representações — e através da articulação institucional de micropoderes legitimados, sendo necessário o estudo dos discursos e das práticas, manifestos em registros múltiplos, que garantem que as mulheres consentam nas representações dominantes da diferença entre os sexos.

Isso significa afirmar que é preciso reconhecer os mecanismos, os limites e, sobretudo, os usos do consentimento em diversas experiências socioculturais para que a história das mulheres não seja ela-

<sup>16</sup> CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação biológica. *Cadernos Pagu*, n. 4, 1995, p. 42.

<sup>17</sup> Chartier se vale da definição de Pierre Bourdieu (*La noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris, Les Éditions de Minuit, 1989, p. 10.) a respeito dos dispositivos que asseguram a eficácia desta *violência simbólica* que “só triunfa se aquele(a) que a sofre contribui para a sua eficácia; ela só o submete na medida em que ele (ela) é predisposto por um aprendizado anterior a reconhecê-la”. Ver também Norbert Elias, *O processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, e o segundo volume, *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

<sup>18</sup> CHARTIER, R. *Op. cit.*

<sup>19</sup> Para Michel de Certeau, a noção de *estratégia* é pensada como a manipulação das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado, enquanto a noção de *tática* corresponde a uma ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então através das táticas, os sujeitos ordinários não têm por lugar senão o do outro, atuam astuciosamente nas circunstâncias. E por isso devem jogar e manipular no terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Ver CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: as artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

<sup>20</sup> Para compreender a abrangência do conceito de representação em Roger Chartier, ver CHARTIER, R. *A história cultural entre práticas e representações*. Viseu: Tipografia Guerra, 1990.

<sup>21</sup> Sobre a noção de Pós-modernidade e as rupturas e continuidades que ela encerra ver o texto de Donald Shüler, Pós-modernidade: ruptura ou continuidade? In: SHÜLER, Donald; SILVA, Juremir Machado da. *Metamorfoses da cultura contemporânea*. Porto Alegre, RS: Sulina, 2006, no qual ele debate as metamorfoses desestabilizadoras pelas quais passou a cultura ocidental, principalmente a partir da modernidade.

borada através de arquétipos de vitimização ou de heroicização e que se entenda que a leitura a-histórica da separação entre os sexos é construída em um contexto social e historicamente datado.<sup>18</sup>

É bom lembrar, todavia, que deve-se entender que as relações de poder entre os gêneros no contexto histórico não se dá nem através de consentimento por parte dos sujeitos ordinários, nem tampouco por intermédio das estratégias de dominação unilaterais, que partem do poder hegemônico, centralizado. Contraponho-me a toda tentativa de compreensão das relações de poder bipolarizadas, ou seja, dominantes *versus* submissos, pois acredito que todos os sujeitos envolvidos, mesmo que se encontrem em condições subalternas ou em posição de discriminação, os homens e mulheres ordinários traçam as suas *táticas*<sup>19</sup> para burlarem as políticas calculadas de dominação. Nesse sentido, tratando-se especificamente de gênero, o poder oscila entre os vários sujeitos envolvidos e somente a análise das circunstâncias históricas e dos arranjos socioculturais particulares nos permite compreender as tensões que permeiam as inter-relações históricas entre os gêneros.

Nesse quadro de referências, constata-se que o enfoque da história cultural sobre as representações<sup>20</sup> — práticas e discursos — pode dar conta da complexidade não apenas do estudo das mulheres, mas, de forma mais ampla, das identidades de gênero que são construídas na trama das temporalidades. É necessário, todavia, que não se considere que haja dominação ou *consentimento* nas tensões de poder entre os gêneros, mas que estas sejam compreendidas em suas inter-relações específicas a cada circunstância histórica.

### **Relações de poder e identidades de gênero na pós-modernidade**

Para refletirmos sobre como se dá a construção das identidades individuais ou coletivas em um contexto denominado de pós-modernidade<sup>21</sup> faz-se necessário, antes de tudo, reconhecer o seu descenramento, deslocamento ou fragmentação. Para Hall



(2000), o conjunto de transformações estruturais ocorridas no final do século XX provocou um “duplo deslocamento” tanto das nossas identidades pessoais, até então tidas como estáveis e sólidas, quanto do lugar que ocupamos no mundo social e cultural. Essas transformações fragmentaram “as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e racionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais”<sup>22</sup>.

Tais noções são fundamentais para compreender, em particular, as noções de identidade de gênero na pós-modernidade, uma vez que o sentido simbólico e os significados que são atribuídos historicamente — e não mais biologicamente — a essa categoria é que a define em seus diferentes contextos inter-relacionais. O sujeito pós-moderno é produzido e conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial, permanente, unificada, estável. As identidades são (trans)formadas continuamente em relação às formas pelas quais somos representados, interpelados e confrontados no interior de determinados sistemas socioculturais que apresentam uma multiplicidade cambiante e desconcertante de identidades possíveis<sup>23</sup>.

O feminismo, ao lado de outros movimentos sociais e intelectuais que emergiram na década de 1960 — revoltas estudantis, movimentos juvenis contra-culturais e antibelicistas, movimentos revolucionários do “Terceiro Mundo”, os movimentos pela paz, maio de 1968, etc. — desestabilizaram profundamente as noções de sujeito e de identidades consolidadas até então. De acordo com Hall, cada um desses movimentos assumiu uma política identitária específica, sendo que o feminismo, em particular, contribuiu mais significativamente com “o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico” e “politicizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas” (p. 45). Nesse sentido, expandindo o estudo das mulheres para a problematização das identidades de gênero e sexuais, postulou que a formação enquanto sujeitos seria uma questão social e política e não um dado da natureza.

Para ele, entende-se por pós-modernidade o aceleração das inquietações e das transformações que caracterizaram a modernidade, em que a racionalidade antropocêntrica exacerbada atingiu o seu ápice e passou a ser questionada, fragmentada, despedaçada. Ver também em REIS, José Carlos. A pós-modernidade. In: *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 42, o debate sobre as mudanças que a pós-modernidade acarretou para a escrita da história, deslegitimando certas visões teleológicas ou buscas de um sentido para a história, permitindo uma autocrítica da razão instrumental e o descentramento dos sujeitos sociais cartesianos. Mais adiante, discutiremos a visão de Hall (2000) sobre a identidade cultural na pós-modernidade.

<sup>22</sup> p. 9.

<sup>23</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

No Brasil da primeira metade do século XX, o turbilhão de transformações sociais ocorrido com o advento da República e com a Abolição da escravidão, pôs em evidência, para os membros das elites brasileiras, notadamente entre os homens do Norte e do Nordeste, o sentimento de que a ordem, a autoridade e, principalmente, a hierarquia social estavam declinando, provocando uma desvirilização da política e uma feminização da sociedade. Durval Muniz, em *A invenção do falo*<sup>24</sup>, estudando as mudanças sociais advindas do declínio econômico pelo qual passava o Nordeste agrário, no momento em que se deu o deslocamento do eixo de dominação política para o Sul, destaca o temor que perpassava os discursos masculinos da região de que o declínio progressivo dos valores, das sociabilidades e das sensibilidades patriarcais representasse a desvirilização da sociedade e da política. Durante o Império, havia perdurado a ordem social e o predomínio do homem, do macho, do pai não contestado. Com o advento da República, no entanto, houve o alastramento do feminino e a supressão das fronteiras entre etnias e raças na sociedade, o que causava grande temor às elites.

Estas teriam agora a tarefa de se articular no sentido de incluir na sociedade novos agentes sociais e suas reivindicações, sem que a ordem da sociedade fosse solapada e sem que as hierarquias fossem seriamente invertidas. Entretanto, com a urbanização, a industrialização, a mudança nos costumes e as pressões advindas do movimento internacional feminista, era preocupante a mudança de comportamento das mulheres que começavam a contestar a forma hierarquizada da família dita patriarcal e buscando o exercício de novos papéis sociais e políticos. O padrão de masculinidade baseado numa nítida hierarquia não só de poder, mas racial, de classe e de gênero estava em crise e as mulheres lutavam pelo fim da opressão e das sólidas hierarquias vigentes até então<sup>25</sup>.

Observa-se que dos símbolos e metáforas do masculino, a modernidade e suas transformações colocou em evidência o que as tramas discursivas das elites patriarcais consideraram como desvirilização

<sup>24</sup> Além dessa obra, destacamos, para efeito de análise e problematização, o livro recentemente publicado por esse autor que, em uma de suas partes, trata da construção das identidades de gênero e de suas transformações históricas no espaço que corresponde ao Nordeste brasileiro. Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.

<sup>25</sup> *Idem*.

ou afeminação do país, revertendo e borrando assim as fronteiras até então muito bem definidas entre as identidades masculinas e femininas. Nota-se desse modo que esse processo tratou de um importante movimento de questionamento dos papéis sociais atribuídos a cada gênero e das hierarquias sociais que lhes foram historicamente impostas no Nordeste brasileiro. As noções naturalizadas e imutáveis das categorias de gênero nesse recorte espacial foram contestadas, abrindo possibilidades de múltiplas construções identitárias, dependendo do contexto político, social e histórico.

É necessário ressaltar, no entanto, que para além dos *discursos* dessas elites sobre a redefinição dos papéis sociais e das identidades de gênero nessa região, existiram posições políticas, relações tensivas ou interesses sociais exteriores ao discurso, uma vez que se tratava de um período de transformações sociais no Brasil, especialmente, no Nordeste, o que provocou a contestação e o questionamento das hierarquias ou das diferenças entre os sexos historicamente naturalizadas. Em face de certa estrutura institucional e de um contexto sociopolítico e cultural que propiciava manutenção do regime patriarcal, fissuras partiram do interior desse próprio arranjo social, o que permitiu que a(s) identidade(s) feminina(s) fossem construídas nesse momento histórico. Nessa concepção, no que diz respeito às identidades de gênero, necessário se faz buscar entender não apenas a construção discursiva do social, mas também a construção social do discurso.

Judith Butler, filósofa pós-estruturalista, forçando um diálogo entre a história, a filosofia e a psicanálise, busca também desconstruir os discursos fundacionais das identidades de gênero no Ocidente. Para ela, é necessário questionar a noção identitária de “sujeitos do sexo/gênero/desejo” para problematizar as relações binárias naturalizadas e reificadas no interior dos discursos falocêntricos e da heterossexualidade compulsória, assim como a localização e o significado que tais conceitos encerram num contexto de uma hierarquia de gênero socialmente instituída. Somente através de uma genealogia crítica das categorias fundacionais de sexo,

gênero e desejo como efeitos de formações específicas de poder, é possível desconstruir categorias identitárias produzidas no interior de uma teia de instituições, práticas e discursos.

Contesta-se o sujeito feminino presente no discurso feminista, por ser representado com uma identidade comum, estável ou permanente. Em cada contexto histórico, a categoria de gênero não se constituiu de maneira coerente ou consistente e dialogou com identidades discursivamente constituídas em termos raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais. As reivindicações políticas do feminismo também atribuíram ao patriarcado e à estrutura de dominação um caráter de universalidade, homogeneizando a experiência de subjugação das mulheres, sem levar em conta as especificidades que os discursos institucionais fálicos e heterossexuais assumiram em espaços e temporalidades diferentes. Nas palavras de Butler, a “crítica feminista tem de explorar as afirmações totalizantes da economia significantes masculinista, mas também permanecer autocrítica em relação aos gestos totalizantes do feminismo”<sup>26</sup>.

Nesse sentido, o discurso feminista não apenas considerou o discurso da heterossexualidade compulsória e do falocentrismo culturalmente hegemônico, universalista e unitário, mas também construiu o discurso de suas próprias representações políticas como unitário e universal, restringindo assim a possibilidade de uma representação política e identitária mais ampla, de modo que incluísse as experiências de vida de outras mulheres<sup>27</sup>.

Em virtude da insistência do discurso feminista sobre a coerência e a unidade da categoria das mulheres, o privilégio de classe e de raça permaneceu intacto à crítica desse movimento político e, simultaneamente, foi rejeitada a multiplicidade das interseções sociais, políticas e culturais através das quais se articulam histórica e concretamente as experiências culturais das mulheres, bem como o estudo das relações de poder que condicionam e limitam essas possibilidades dialógicas.

A proposta de Butler de desconstruir os discursos ocidentais hegemônicos das identidades de gênero

<sup>26</sup> BUTLER, J. *Op. cit.* BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 33.

<sup>27</sup> BUTLER, Judith. *Op.cit.*

ro internamente coerentes no âmbito de uma estrutura heterossexual busca uma ressignificação subversiva dessas identidades e da sua proliferação além das estruturas binárias, abrindo possibilidades culturais de deslocamentos e descontinuidades da heterossexualidade compulsória e do falocentrismo.

Não obstante o esforço de problematizar as categorias de gênero para além de uma estrutura binária, de desconstruir os discursos que se articularam no interior de uma heterossexualidade compulsória/falocêntrica e ainda de apontar modos de subversão que permitem a construção múltipla das identidades, a proposta de desconstrução não dar conta das possibilidades históricas e políticas que permeiam a discussão das relações de gênero, sobretudo por se manter atrelada à análise dos discursos e não das tensões sociais e das práticas relacionais que concretamente permeiam a sua construção. Nesse sentido, não obstante reconhecermos as contribuições dessas áreas do conhecimento para problematizarmos as identidades de gênero na contemporaneidade, acreditamos ser necessário historicizar as especificidades culturais das experiências das relações de gênero e da construção de identidades para em seguida, utilizarmos-nos dos subsídios empíricos necessários para elaborações analíticas capazes de explicar as questões de gênero e as implicações políticas que elas encerram na atualidade.

### **História, gênero e meio ambiente**

Foi a partir da Conferência Internacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a ECO-92, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, que as reflexões entre gênero e meio ambiente tomaram impulso e a dinâmica do movimento das mulheres incluiu na Agenda 21 a importância da sua participação para um desenvolvimento sustentado e equitativo. Compreendemos que as diversas conferências mundiais promovidas pela ONU ou pelos movimentos ambientalistas e de mulheres proporcionaram oportunidade de viabilizar e dar visibilidade às articulações políticas aos estudos de gênero.

<sup>28</sup> Castro e Abramovay (1997).

<sup>29</sup> CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. *Gênero e meio ambiente*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 1997.

<sup>30</sup> A seguir, chamaremos a atenção para a incorporação das categorias de gênero à perspectiva historiográfica que denominamos de História Ambiental. Institucionalizada nos EUA, nos anos 1970, esse campo de estudos tem-se consolidado nas últimas décadas. Estudando as inter-relações entre sociedades e naturezas que se desenvolveram em diversos contextos de historicidade, nós historiadores fornecemos às sociedades atuais não apenas lições históricas de degradação ambiental, mas também possibilidades de visualizarmos o que ainda nos resta e podemos preservar. Sobre a história ambiental não catastrófica ver SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das letras, 1996. Para uma introdução à História Ambiental ver DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p.177-197. Conferir também WOSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p.198-215.

Destacamos o trabalho de Castro e Abramovay<sup>28</sup> a respeito do modo como diversas Organizações Não-Governamentais do Brasil, nos anos de 1990, têm representado e equacionado as relações entre gênero e meio ambiente. Considerando que não se pode perder de vista que os problemas ambientais estão acompanhados da análise das desigualdades e da iniquidade existente na sociedade, elas mapearam experiências, projetos e ideários e mostraram práticas efetivas das agências que têm como campo de ação a relação gênero e meio ambiente, para além dos discursos das grandes conferências mundiais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Elas destacam que mais do que incorporar as mulheres no debate das questões ambientais, é necessário utilizar a perspectiva de gênero, em sentido amplo, para o estabelecimento de políticas sociais mais justas e equitativas. Evidencia-se, entretanto, com base nesta pesquisa, que a questão ambiental e o tema de gênero não são prioridades do governo e que as próprias ONGs quando falam, criticam e reivindicam políticas ambientais mais participativas, não têm buscado estratégias que também incorporem a perspectiva de gênero ao debate sobre cidadania, participação democrática, sustentabilidade social, econômica, política e cultural da sociedade. Além disso, destaca-se que os estudos e projetos que incorporam o diálogo entre as perspectivas de gênero e meio ambiente devem despir-se de certas visões essencialistas sobre mulher e meio ambiente que corroboram as tradicionais dicotomias mulher/natureza, homem/cultura.

Sabe-se que os estudos de gênero e a questão ambiental são duas novas perspectivas epistemológicas que estão sendo consideradas fundamentais para a construção da cidadania e de um desenvolvimento humano sustentável e com equidade<sup>29</sup>.

De maneira especial, destacamos a importância da presença desses dois paradigmas ao campo dos estudos históricos<sup>30</sup>, que permitem lançar um olhar crítico sobre as categorias sociais de gênero e as inter-relações que estas estabeleceram com o meio ambiente em diferentes sociedades e contextos de historicidade.

No percurso até agora transcorrido apresentamos os diversos enfoques que a historiografia tem lançado sobre as categorias de gênero, apontando os limites e as possibilidades de cada uma das perspectivas de abordagens e as contribuições que a incorporação deste paradigma nos acrescentou para ampliar a nossa compreensão do processo histórico. Destacar-se-á a seguir como a categoria de gênero tem sido problematizada pelo olhar crítico dos historiadores ambientais<sup>31</sup>.

Considerando as perspectivas de gênero e recorrendo aos fundamentos metodológicos da história oral, Marcos Montysuma (2008) questiona a invisibilidade das mulheres na historiografia que trata do extrativismo da borracha na Amazônia, buscando valorizar as experiências e percepções desta categoria de gênero com o ambiente da floresta, bem como destacar a relevância do papel que essas mulheres exerceram na apropriação do espaço e na cultura da extração da borracha. O autor problematiza a visão de certa historiografia que por muito tempo negligenciou a presença das mulheres nas florestas, representou o ambiente dos seringais como sendo habitados majoritariamente por homens, únicos sujeitos capazes de habitar o ambiente hostil das florestas. Apropriando-se de recentes estudos que situam as mulheres como co-participantes do sistema produtivo na busca pela sobrevivência nos seringais e até como instrutora, sob certas circunstâncias, dos migrantes recém-chegados a esses locais, assegurando-lhe o aprendizado das atividades fundamentais para manter a cultura das matas.

No que diz respeito às interações das mulheres com a floresta, destaca-se ainda as sensibilidades e os cuidados com os recursos da fauna e flora, as significações culturais e os saberes e experiências comunitariamente compartilhadas que permitem não apenas à exploração, mas também a preservação e manutenção das matas.

Questionamos no trabalho de Montysuma<sup>32</sup> a recorrência ao diálogo com as teorias darwinistas para compreender o ecossistema das florestas equatoriais, postulando, com base nelas, a sobrevivência dos mais aptos e dos mais fortes sobre os organismos

<sup>31</sup> Salientamos aqui o pioneirismo dos historiadores ambientais brasileiros que têm incorporado a perspectiva de gênero para incrementar as suas pesquisas e para ampliar a sua compreensão a respeito das significações que as sociedades têm atribuído nas suas inter-relações com o meio ambiente circundante. Alguns destes trabalhos serão problematizados ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Cumpre-nos registrar, todavia, a lacuna presente no livro já clássico organizado por DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. Uma coletânea de grande monta, composta por 20 artigos sobre variadas temáticas da história das mulheres do Brasil, em diferentes períodos e espaços, não incorporou às suas análises as perspectivas ambientais.

<sup>32</sup> MONTYSUMA, Marcos. Gênero e meio ambiente: uma (in)visibilidade das mulheres na construção das florestas na Amazônia. In: PARENTE, Temis Gomes; MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra (Org.). *Linguagens plurais: cultura e meio ambiente*. Bauru, SP: EDUSC, 2008. p. 155-174.

inferiores. Acreditamos que em se tratando de história, estamos lidando com a *indeterminidade*<sup>33</sup>, com o *devir*, com a permanente incompletude, com o circunstancial, esses referenciais valendo inclusive quando se trata da história do meio ambiente, uma vez que este se humaniza a partir das nossas interações e intervenções sobre ele.

Não obstante, destacamos que, com bastante acuidade analítica, pioneirismo e perspicácia teórico-metodológica, o pesquisador concede à historiografia o lugar que as mulheres efetivamente ocuparam efetivamente na interação com as florestas e no desempenho de múltiplas atividades nesse espaço. E o mais interessante é que, embora alguns críticos tenham apontado que os historiadores de gênero têm abordado as relações entre gênero e meio ambiente restringindo-se apenas à história das mulheres, Montysuma consegue dar visibilidade ao feminismo na história, mas em seu sentido relacional, uma vez que a análise da história das mulheres nas matas é operacionalizada em interação e dialogicidade com a atuação masculina nos seringais, ou seja, de acordo com as complexidades que perpassam as relações de gênero na sociedade contemporânea.

Outro trabalho recentemente publicado que contribui para as reflexões aqui encetadas busca problematizar as inter-relações entre gênero e meio ambiente que se estabeleceram ao longo da história de São Paulo. Questionando a respeito dos papéis e das identidades de gênero constituídas desde o período colonial, Ismênia Tupy<sup>34</sup> destaca as visões tradicionais de gênero demarcadas na então vila de São Paulo de Piratininga, onde se acreditava que as habilidades diferenciadas e complementares do homem e da mulher haviam sido naturalmente concedidas para proporcionar a defesa da vida. A autora ressalta, todavia, que nos tempos difíceis das aventuras desbravadoras dos bandeirantes, a figura feminina exercia um importante papel no interior das famílias, pois diante das dificuldades de acesso aos bens do comércio, eram as donas-de-casa quem comandavam não apenas tarefas como cuidados com a casa e com a alimentação, mas era ela quem também aproveitava os recursos naturais para produzir os

<sup>33</sup> Para aprofundar mais sobre o conceito de *indeterminidade* no domínio social-histórico, consultar CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem*. Tradução José Oscar de Almeida Marques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>34</sup> TUPY, Ismênia S. Silveira T. *As mulheres e o trabalho doméstico: dos cuidados da casa ao serviço remunerado*. In: História ambiental paulista: temas, fontes, métodos. São Paulo: Senac São Paulo, 2007. p. 193-208.

<sup>35</sup> Ismênia Tupy se pauta nos trabalhos de SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família em São Paulo (Século XIX)*. São Paulo: Marco Zero, 1986. Cf. também o estudo de DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.



bens fundamentais à sobrevivência da família.

Com base em recentes pesquisas apoiadas em inventários, testamentos e maços de população,<sup>35</sup> a autora contesta a imagem de ociosidade e dependência frequentemente associadas às mulheres das elites do período colonial. Em virtude da ausência do marido ou da viuvez, destaca que essas mulheres eram sujeitos ativos no ambiente doméstico e fora dele, detendo todos os poderes sobre a família e as propriedades.

É interessante observar, neste trabalho, que Tupy além de reconhecer a relevância da atuação das mulheres no ambiente doméstico e na cultura do trabalho em geral, diferencia as múltiplas identidades e papéis que a figura feminina exerceu naquela sociedade, de acordo com as condições sociais e os pertencimentos étnicos assumidos por cada grupo de mulheres<sup>36</sup>, desde as brancas, portuguesas e católicas até a experiência de vida das indígenas que eram forçadas pelos colonizadores a labutar até a extrema exaustão. Observa-se que a autora delinea os diversos papéis e identidades que as mulheres exerceram simultaneamente em cada momento histórico: durante o período de mineração, quando a corrida pelo ouro arrebatou desde os proprietários mais abastados até a população livre ou escravizada dos mais diversos recantos da Colônia<sup>37</sup>, também com a consolidação da cultura do café em São Paulo e o fim dos vínculos com a Coroa portuguesa, quando os cafeicultores mudaram os padrões de comportamento dos patriarcas — senhores agora mais preocupados com política e negócios, embora seu poder sobre a família permanecesse absoluto — e o das mulheres brancas e a figura dos homens e mulheres negros (as) escravizados (as), passaram a ser fundamental a essa sociedade até o fim da escravidão e a incorporação dos (as) imigrantes pobres e livres vindos de diversas partes da Europa trabalhar nos cafezais.

Nota-se assim que a autora explicita as identidades dos homens e das mulheres que conviveram no espaço paulista ao longo da história, desvendando as especificidades culturais e as relações de gênero que se estabeleceram a partir do contato com diver-

<sup>36</sup> Manoel Castells, estudando o processo de desenvolvimento dos grupos étnicos afro-americanos e as profundas transformações e divisões em termos de classes sociais ocorridas a esses segmentos sociais nos Estados Unidos, nas últimas três décadas, sustenta a hipótese de que o conceito de etnia não fornece as bases para a compreensão dos paraísos comuns da sociedade em rede, por está vinculado aos vínculos primários e não considerar a reconstrução identitária que ocorre historicamente de acordo com os contextos nacionais, a religião e o contato com outros códigos de significação. Cf. *Ibidem*. p. 78.

<sup>37</sup> Para ampliar os conhecimentos a respeito da atuação das mulheres negras escravas nas áreas mineratórias ver o trabalho de APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Escravidão negra no Tocantins colonial: vivências escravistas em Arraias (1739-1800)*. 2. ed. Goiânia, GO: Kelps, 2007. Com ampla acuidade analítica e através do arrolamento de uma série de documentos até então passíveis de uma leitura crítica historiográfica, a autora desvenda as atividades cotidianas dos homens e mulheres negras sob o jugo da escravidão dos pequenos arraiais do Tocantins, no século XVIII, dando vozes a atores e artes sociais até então silenciados pela história.

<sup>38</sup> Com base na noção de *ambientalismo dos pobres*, alguns autores têm problematizado a distribuição conflitiva dos territórios, o acesso desigual aos recursos naturais e a má distribuição dos danos e riscos causados pelo desenvolvimento hegemônico que atinge, desproporcionalmente, as camadas mais pobres e vulneráveis da sociedade. Chamam a atenção para percebermos que esses grupos sociais minoritários desenvolvem formas específicas de preservação dos bens da natureza e acionam outras matrizes de sustentabilidade, exigindo-nos pensar esta última a partir da equidade e da heterogeneidade cultural e da diversidade de projetos que os diferentes sujeitos sociais constroem. Ver: MARTINEZ-ALIEZ, Joan. *The Environmentalism of the poor: a study of ecological conflicts and valuation*. Massachusetts, EUA: Edward Elgar Publishing, 2002.

<sup>39</sup> PASQUARELLI JR.; Vital et. alli. Gênero e meio ambiente: mulher, justiça ambiental e desenvolvimento sustentável. In: PARENTE, Temis Gomes; MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra (Org.). *Linguagens plúrais: cultura e meio ambiente*. Bauru (SP): EDUSC, 2008. p. 82.

sas paisagens naturais, econômicas e sociais. É interessante observar que ela consegue problematizar visões naturalizadas a respeito da constituição das identidades de gênero, chamando atenção para as múltiplas faces identitárias que as mulheres e homens assumem simultaneamente em cada momento histórico, considerando as relações de gênero, os arranjos sociais, o pertencimento a grupos étnicos e a classes sociais.

Como vimos, as conferências internacionais realizadas pela ONU têm-se preocupado em incorporar as perspectivas de gênero para discutir as questões ambientais, a participação social e o desenvolvimento sustentável com equidade. Um dos temas de enorme relevância que têm sido pauta dos debates nessas reuniões é a gestão social das águas, especialmente a incorporação das perspectivas de gênero no acesso aos recursos hídricos como um direito humano. A gestão integrada dos recursos naturais não deve ser pensada apenas do ponto de vista da preservação da biodiversidade dos ecossistemas, mas também sob a ótica da participação nas decisões sociais, políticas e ambientais, em especial dos grupos minoritários como as mulheres, os povos indígenas e demais grupos que exercem importante papéis para a construção de sociedades sustentadas, segundo os padrões culturais específicos à forma de relacionamento de cada uma dessas categorias com o seu meio ambiente circundante<sup>38</sup>.

Para Pasquarelli Jr. et. alli:

A incorporação da perspectiva de gênero formulada pelo movimento de mulheres, nacional e internacional, é entendida como a inclusão de medidas transformadoras que absorvam o conhecimento e os interesses de mulheres e homens, tornando-os parte da Agenda relacionada à gestão e ao uso da água, o que implica a preparação de profissionais e pesquisadores da água quanto à conscientização sobre a relação “gênero e água” de forma a identificá-la em sua área de trabalho.<sup>39</sup>

Com base nessas considerações, os autores chamam atenção para a necessidade de que os desafios de equidade, de participação política e ambiental

incluam as perspectivas de gênero e suas diversidades sociais, especialmente no que se refere aos usos e gestão social dos recursos hídricos. Evidencia-se que tanto as análises científicas quanto as políticas públicas devem incorporar as perspectivas de gênero em seus estudos a fim de que a equidade, a justiça ambiental e a cidadania sejam efetivamente promovidas. Desse modo, entre as contribuições que a abordagem de gênero pode trazer, especificamente à gestão das águas, destaca-se a percepção das necessidades e estratégias de usos dos recursos hídricos que afetam diferentemente mulheres e homens e pela valorização das habilidades e conhecimentos das mulheres<sup>40</sup>.

A valorização da diversidade cultural, étnica, de gênero e de pertencimento a grupos sociais para analisar a gestão dos recursos ambientais, especialmente das águas, pelos historiadores e cientistas sociais pode incrementar e ampliar as análises desses pesquisadores. Com base da noção de *ambientalismo dos pobres*, grupos minoritários podem acrescentar saberes e habilidades, resultantes, em geral, de longa experiência na busca de sobrevivência com a escassez dos bens ambientais. Sugerimos, por exemplo, um estudo sobre os malabarismos que as mulheres da região do semi-árido fazem para gerir os usos domésticos da água, escassa nos períodos de secas prolongadas.

### Considerações finais

Observamos, com base nas proposições explicitadas ao longo deste artigo que a incorporação das categorias de gênero ao estudo das mulheres é fundamental para assegurar a ética pela qualidade de vida e pelos direitos humanos, contemplando diversidade sociocultural. No que se refere à incorporação desse novo paradigma metodológico ao âmbito das ciências sociais e humanas, observamos que esta veio incrementar e enriquecer as pesquisas relacionadas com contextos socioculturais específicos.

Como nos detemos particularmente ao estudo das categorias de gênero na disciplina histórica, constatamos que este tem sido realizado sob olha-

<sup>40</sup> PASQUARELLI JR. et. all, *Op. cit.*, p. 83.

res multifacetados, segundo os referenciais teórico-metodológicos que perpassam as indagações dos historiadores.

Delineamos, nesse sentido, os enfoques da história social, da história cultural, dos pós-estruturalistas/desconstrucionistas e da história ambiental, analisando os limites e as possibilidades de cada uma dessas dimensões interpretativas.

Percebemos que a história social tem-se limitado ao estudo das mulheres enquanto grupos de classe ou raciais, mesmo quando houve a reorientação para a análise das categorias de gênero. Tais restrições têm sido compensadas pelos historiadores culturais, preocupados em analisar as tensões de poder que perpassam o gênero em suas inter-relações históricas. Nesse sentido, a história cultural tem abordado os estudos das identidades de gênero, considerando a produção histórica, social política e simbólica de significados. Tais análises diferem, por seu turno, dos estudos pós-estruturalistas, que têm se detido às análises dos binarismos, da heterogeneidade compulsória e do falocentrismo enquanto produções discursivas, não levando em consideração as tensões políticas, históricas e representacionais que se efetivam enquanto práticas sociais, ou seja, para além das construções meramente discursivas.

Do ponto de vista das inter-relações históricas entre gênero e meio ambiente, ressaltamos a importância dos enfoques de história ambiental para situar e reconhecer a atuação dos homens e mulheres no tempo/espaço, quando se dá a apropriação dos recursos naturais e a significação culturais do ambiente circundante. Tal análise permitiu-nos perceber que a preservação ambiental e a justiça social não devem ser pensadas de forma dissociada da equidade entre os sujeitos sociais. A história e o potencial político que ela assume na contemporaneidade pode contribuir para transformações sociais em benefício da construção de sociedades democráticas e com igualdade de direitos, independentemente de pertencimento étnico, cultural, religioso, a grupos socioeconômicos, etc. As discussões aqui explicitadas demonstram que não é possível discu-

tir justiça social, ambiental, cidadania e desenvolvimento humano/cultural na contemporaneidade, sem considerar a participação social, política e ambiental.

### Referências

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *Nordestino: a invenção do falo: uma história do gênero masculino (Nordeste 1920-1940)*. Maceió, AL: Catavento, 2003.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 5. ed. São Paulo: Paz e terra, 1999, v. II.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. *Gênero e meio ambiente*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 1997.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação biológica. *Cadernos Pagu*. n. 4, 1995, p. 37-47.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? *Cadernos Pagu*. n.11, 1998. p. 107-125.

MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*. n. 11, 1998. p. 67-75.

MONTYSUMA, Marcos. Gênero e meio ambiente: uma (in)visibilidade das mulheres na construção das florestas na Amazônia. In: PARENTE, Temis Gomes; MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra (Org.). *Linguagens plurais: cultura e meio ambiente*. Bauru, SP: EDUSC, 2008. p. 155-174.

PASQUARELLI JR.; Vital et. alli. Gênero e meio ambiente: mulher, justiça ambiental e desenvolvimento sustentável.

In: PARENTE, Temis Gomes; MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra (Org.). *Linguagens plurais: cultura e meio ambiente*. Bauru, SP: EDUSC, 2008. p. 65-88.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*. n.3, 1994, p. 29-62.

TUPY, Ismênia S. Silveira T. *As mulheres e o trabalho doméstico: dos cuidados da casa ao serviço remunerado*. In: *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: Senac São Paulo, 2007. p. 193-208.

# ENSAIO

---





# Trocando idéias: em visita a Anayde Beiriz – Peregrina da liberdade

Ricardo Japiassu

“A altivez é o traço predominante do meu caráter,  
porém minha mágoa mais dolorosa é saber-me impotente  
para vencer meu destino.”

*Anayde Beiriz*

Para Júlia Raphaela

## Face revelada

Na tese de doutoramento *Tecendo fios de liberdade*: escritoras e professoras da Paraíba no começo do século XX, realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Ana Maria Coutinho de Sales, sobre a escritora e personagem polêmica da História, Anayde Beiriz indaga: “De que matéria é feita uma mulher que, no começo do século XX, já falava em liberdade, lutava pelos direitos femininos, ocupava um lugar de destaque no mundo literário e trabalhava no sistema educacional da Paraíba?” Uma única resposta parece plausível, a mesma que venho, em muitas circunstâncias, argumentando. Coragem é a matéria que constitui as pessoas que estão, de alguma forma, à frente do

*Ricardo Japiassu*. Jornalista especialista em Crítica Cultural, Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo e escritor.

seu tempo, intentam em viver a liberdade e, com determinação, realizam o destino. Especificamente, quanto a Anayde Beiriz, recorro ao básico: apaixonou-se e realizou amor, com coragem, num tempo em que esses sentimentos maiores eram execrados e excomungados.

No ano em que se festejou o seu centenário de nascimento, 2005, muito se falou sobre a temática. Mas, a que conclusão chegaram os debatedores? As respostas são díspares. Primeiro contato com a jovem Anayde Beiriz — pois que veio a falecer aos 25 anos — aconteceu entre setembro de 1990 e setembro de 1991, quando participei, na qualidade de aluno do curso de Letras da Universidade Federal de Pernambuco — UFPE — da pesquisa *O outro discurso* — Ensaístas pernambucanas no século XIX, com bolsa de iniciação científica concedida pelo CNPq, projeto coordenado pela professora Luzilá Gonçalves Ferreira, então coordenadora do Grupo de Trabalho A Mulher na Literatura. Ao percorrer o acervo da biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco me deparei com uma publicação feminina bastante curiosa, *Revista da Cidade*. Esta publicação, enquanto explorava a temática sobre moda e fotografias de mulheres que se destacavam à frente das tradicionais e conservadoras escolas femininas recifenses ou falava em submissão aos maridos, também anunciava, com distinção e fulgor, a chegada, ao Recife, “vinda da cidade da Parahyba do Norte, da senhorinha Anayde Beiriz.” Era o ano de 1928, quando, a 13 de outubro, exatamente na edição de número 125, já no terceiro ano de circulação, a professora paraibana apresentava o texto em prosa, *O amor perdo...*

Do total da produção, apenas alguns textos não foram incinerados após a sua morte, pois escapara como os demais, de serem considerados obscenidades. Assim, escapou do fogo esta crônica/conto, em papel sedoso, circulada por traços verdes e desenho de mulher se destacando por entre o título, com assinatura no rodapé da folha. Antes, porém, de adentrarmos à análise textual, na qualidade de crítico literário, apresento alguns aspectos concernentes, especificamente, à feitura do ensaio. Primeiro, apesar

de ser negada pela História — pelo menos na bibliografia sobre a qual me debruçei por primeiro — é inegável a vivência de amor totalitário com o advogado João Duarte Dantas, por, pelo menos, dois anos de convivência. Ele ostentava quase o dobro da idade dela. Torna-se, claro, porém, que resgatar tal face da escritora não é meu objetivo, e sim, apresentar sua luta libertária, tendo como instrumento de batalha a literatura e a própria inscrição na vida. Anayde Beriz, aos meus olhos, constituiu-se de duas matérias: a afetiva e a intelectual. A segunda, objetivo primordial do ensaio *Trocando idéias*: em visita a Anayde Beiriz – Peregrina da Liberdade. Reitero, também, que foram necessários 16 anos até que eu produzisse este texto. Tempo do fruto maturar. Necessitei viver antes a compreensão da personagem em foco.

Vida: é ela o instrumento de compreensão e formatação intelectual. Daí, a escolha pelo material coletado em Pernambuco, durante a minha pesquisa, e na Paraíba, pela professora Ana Maria Coutinho de Sales, transcrito em sua tese. Deste total, infelizmente, por motivos técnicos de tempo e impossibilidade de maiores investimentos financeiros exigidos à pesquisa, não tive acesso às publicações que a autora comenta em carta datada de 10 de agosto de 1925 (2005. p.60) ao noivo, Heriberto Paiva, paraibano estudante de medicina radicado no Rio de Janeiro, a quem tratava por Hery. Aponto, aqui, os periódicos, sobre os quais pesquisadores poderão debruçar-se: um conto na revista paraense *Belém Nova*; outro no jornal *Pilhéria*, do Recife, bem como no *Jornal do Recife*; além de dois outros cuja cidade de circulação do periódico não é apontada: *O Jornal* e *Era Nova*. Detalhe relevante em acréscimo. Correspondendo-se com Hery, em longa missiva datada de 07 de março de 1926 (2005. p. 117), informa a feitura de novo conto à *Tribuna*, do Pará e, também, de crítica “bastante lisonjeira” sobre seus contos, publicada no periódico recifense *A Pilhéria*, autoria do decantado poeta Austro Costa, nome valoroso da poesia pernambucana nos anos 20/30.

## O debruçar sobre uma escrita feminina

Segue, à análise, o primeiro dos textos — conto/  
crônica — de Anayde Beiriz.

### *O amor perdoa...<sup>1</sup>*

Tinha uma boca que sorria sem alegria e uns olhos  
que choravam sem lágrimas...

Loira como uma partícula de sol.

Chamava-se: — um nome pequenino como ela  
mesma — Nelly.

Viera de longe, lá das terras das montanhas gela-  
das, dos lagos cristalizados, dos países nevoentos onde  
não há claridade de sol...

Tinha, por isto, a cor da neve que vestia o cume das  
montanhas da sua terra.

Conheci-a, de lá. Apresentou-me o amante, o ro-  
mancista Jean Martin, por quem a sabia apaixonada.

— Encheu-me a vida de encantamento e o coração  
de amor — disse-me ele, alegre, um sorriso comovido  
no rosto simpático.

Foi isto há dois anos, quase. De então, não mais  
ouvei falar nela.

Daí, a minha surpresa encontrar-lhe errando na  
multidão cosmopolita que enchia o salão do hotel, a  
tristeza azul do olhar e a rósea doçura do sorriso...

— Já não sabe quem sou, juro-o...

Estendeu-me a mão, longa e branca, que a gota de  
sangue de um rubi manchava. — Juraria falso, acredite.

Apertei-lhe os dedos fuselados, de unhas polidas, di-  
zendo-lhe da minha alegria — mesclada à curiosidade  
— de avistá-la ali.

Sorriu, apontando-me, convidativa, um lugar perto  
de si.

Teve uma frase banal:

— Contingências da sorte, minha amiga.

Conversamos, frivolumente, longamente.

— Jean?

Recolheu o sorriso, e numa emoção inconsciente:

— Em Nice. Escreve um novo romance e ama uma  
nova mulher.

A ninguém que, involuntariamente, lhe escorria da  
voz, refreou-me a pergunta indiscreta.

<sup>1</sup> *Revista da Cidade*, 13 de  
outubro de 1928. Ano III,  
n. 125.

Compreendeu-o. Calou-se também, escondendo nesta mudez a resignada amargura da sua saudade, a revolta inútil do seu desespero.

Logo, continuou... A voz parecia ter freio:

— Há três meses. Deixou-me por uma atriz, uma bailarina espanhola que o enganara e por quem, dizem, está enlouquecido de paixão.

Talvez seja por isso que ele a ame tanto.

Eu nunca lhe fui infiel; era-lhe estupidamente sincera e isso, por certo, o aborrecia.

Os homens, parece, têm a volúpia de serem ou de se crerem enganados. A imutabilidade do sentimento da mulher amada enfara-os. Só o amor que apresente a traição pode viver, porque o ciúme não o deixa morrer.

Mas eu não sabia ainda isto, não podia saber... E só agora, que é tarde, aprendi...

Silenciou, outra vez. Olhou lá fora.

No céu muito azul, varrido de estrelas, apenas o recorte luminoso do crescente.

No jardim, as flores dormiam, ressonando perfumes. As rosas eram chagas sangrentas, abertas no corpo verde das roseiras...

O lago, com frio, enrolava-se no lençol do luar.

Do salão, chegavam-nos uma surdina de vozes e o choro do violino que se desmanchavam em lágrimas de sons.

Como demorasse calada, insinuei consolando:

— Mas isso não durará, talvez, longo tempo.

A paixão morre breve, quando não se torna amor.

E, sinceramente, não creio que ele ame essa mulher.

A saciedade de uma trará depressa a saudade da outra... Quando o souberes sozinho, Nelly, vai ter com ele...

Na paisagem triste do olhar, o Sol Verde brilhou, mas no sorriso nevavam ainda desenganos.

Replicou:

— Mesmo que fosse como dizes, eu não seguiria o teu conselho... Seria isso a confissão de que não o esqueci, no abandono. Não. Ele não haverá nunca de saber que eu sofri, nem de dizer que eu o incitei a essa volta ao passado...

— Mas então é que não o amas, não o amaste nunca. Não amou uma, quem não perdoa muitas vezes. E

recusas perdoar, apenas uma vez...

Calcou a gota sanguínea do rubi: olhar novamente,  
lá fora, agora com um olhar mais demorado...

E concluiu, baixo, a voz menos triste, mais doce:

— Iria. Perdoaria... se Ele me pedisse que o perdoasse...

Depois de percorrer estas breves linhas da crônica/conto observa-se uma série de aspectos de estrutura literária simples, sem aprofundamento de algumas características dos grandes escritores, tais como, a observação do espaço, tempo e caracterização de personagens, de forma mais acurada. Isto, tendo-se em vista ser uma escritora que, durante a Semana de Arte Moderna, em 1922, declama poema, no molde proposto por Mário de Andrade, em reunião de intelectuais paraibanos.

A grande questão é: porque uma revista voltada à burguesia e à elite pernambucanas publica texto que fala, abertamente, em transgressões femininas, tendo em vista que Nelly é personagem amante de Jean Martin? A *Revista da Cidade* preocupava-se, sobretudo, com a frivolidade da elite e os bons costumes ditados à época. Tanto assim que publicou recepções aos coronéis no interior do Estado, tal como procedeu com as festividades em torno do regresso do Coronel Antônio Japyassú a Arcoverde. Que força atrativa exercia esta jovem professora sobre a sociedade conservadoramente açuocrata? Se pelo menos o texto tratasse de obra-prima literária, mas não. A contento, concluo que era o espírito libertário e pulsante de Anayde Beiriz que irradiava tantas boas sensações ao seu entorno. Outra justificativa não há, pelo menos no que concerne à

### ***Revista da Cidade***

No texto, a autora também rompe os grilhões do tempo no qual vivera, antecedendo a forma de diálogo e contrariando as imposições masculinas — ditame da época — quando às mulheres cabia a obediência e o silêncio e, aos maridos, inclusive, tantas traições conjugais quantas desejassem. Por sua vez, a autora fala no perdão, em regresso ao aconchego

do ente amado, aqui representado pelo escritor Jean Martin. No texto, reencontro ocasional, desenvolve-se a conversa entre a estrangeira Nelly e outra personagem não identificada. Após o período literário introdutório, as duas mulheres — pois que se tratam de vozes femininas — se referem ao desfecho da paixão, que se esvai facilmente quando não se constrói o amor. Por fim, opina-se a possibilidade de perdão, no sentido de retomar o amor calcado sobre afeto antigo. Curiosamente, as duas protagonistas apontam características femininas e masculinas, na tentativa de marcar, de forma literária, o que hoje convencionaríamos denominar de questões de gênero. Concluo: autora cujo mérito era estar à frente do seu tempo, em “busca de uma verdade que sempre escapa, nunca se deixando apreender.” (2006. p. 12).

À luz da modernidade, pode-se dizer o seguinte: encontramos personagem-narradora que, no bojo do texto, fará sempre o possível para “emergir a face feminina, com valor positivo, se colada ao ideal masculino, ou negativo, se marcada pelo estatuto da diferença. Veremos, também, como o texto da modernidade tentará desmistificar a ideologia da representação, desenvolvendo o artifício de sua produção, a não verdade do texto, na complexidade discursiva que o faz revelar-se como produto de vozes enunciativas e não como uma verdade que preexiste à linguagem.” (2006. p. 17). Eis a crítica contemporânea. Mas o que aproxima o texto de Anayde Beiriz ao olhar da contemporaneidade? Reitero: o avançar das idéias. Para tanto, é preciso visitar a vida da autora.

### **Uma vida e sua faceta literária**

Nasceu a 18 de fevereiro de 1905, na capital paraibana, então Parahyba do Norte. Filha de Maria Augusta e José da Costa Beiriz, foi ouvinte atenta das leituras, em voz alta, nos saraus domésticos, dos insurgentes: Nisia Floresta, feminista; Lima Barreto, pobre mestiço vítima das desigualdades sociais e raciais e, por fim, o abolicionista Castro Alves. Compõem a triade de intelectuais contra os

ditames comuns às suas épocas. Certamente, costumes familiares e leituras intelectualizantes conduziram a formação espiritual e intelectual da jovem professora, justamente, conforme mencionei, o que nos interessa apresentar neste ensaio. Sempre à frente da contemporaneidade, foi diplomada aos 17 anos — destacando-se em primeiro lugar na turma da Escola Normal. Dessa forma, enquanto o Recife, como capital adiantada do nordeste, de vida cultural mais intensa do que a atual João Pessoa, torna-se o palco de desenrolar social, misto de evasão literária e aconchego afetivo.

No Recife, juntamente com o grande amor João Duarte Dantas — quando a conheceu tinha por volta dos 40 anos — vem a deixar o mundo, tomando dose de veneno, não se negando a viver, mas não aceitando também viver conforme os ditames do mundo que a cercava. Amava João Dantas e tomou esta decisão a muito penar, após o assassinato do mesmo, na Casa de Detenção, recolhida à congregação das freiras do Bom Pastor — que recolhiam também prostitutas e ladras. No meu entender, já se ressalta nela a qualidade de mulher que ousou, na publicação do conto/crônica *O amor perdoa...*, com bastante leveza e fluência, ao abordar as diferenças e os costumes do sexo masculino, frente à sensibilidade peculiar às fêmeas, neste caso específico, desempenhando o papel imaginário de amante. Amante: eis a tópica da crônica/conto. Há outros textos que trago à baila.

Além de notinhas sobre a estada no Recife, a *Revista da Cidade*, durante os festejos da sua centésima edição, a 21 de abril de 1928 — Ano III — publica texto anterior, em prosa, de Anayde Beiriz, ou seja, outro misto de crônica e conto, intitulado *Meu boneco de Natal*. Singelo — porque não dizer suave — repete-se no enredo simples, sem grandes tramas problemáticas; parece, nas entrelinhas, esconder algo relacionado aos amores proibidos, à paixão velada, constante na temática da escritora Segue o texto:

### *Meu boneco de Natal*

Um dia Papai Noel se lembrou de mim. E me trou-



xe um boneco louro como um príncipe dos contos da Carochinha... Muito bonito. Muito grande. Assim deste tamanho...

Eu gostava de brincar com ele. E queria muito bem ao meu boneco de Natal. Ele tinha um nome de quatro letras que nem sei mais...

Eu dizia que Papai Noel tinha trazido do céu um pedacinho de nuvem branca para fazer o rosto do meu boneco. E também um bocadinho dos cabelos do sol para botar na cabeça dele. E mais duas estrelinhas azuis para pregar-lhes nos olhos...

Foi o meu mais lindo boneco louro. Tão lindo que me esquecia da vida quando olhava para ele. Então o enchia de porção de beijos. Sua boca era como uma pitanga madura, e tão doce como uma pitanga madura...

Mas um dia Papai Noel teve ciúmes dos beijos que eu dava no meu boneco louro e veio buscá-lo para dar a outra...

Eu zinguei com Papai Noel. Chorei muito.

Todos os dias eu me lembro do meu boneco de Natal e tenho tanta saudade de sua face de nuvem, de seus cabelos de sol e de seus olhos de estrelas...

É muito claro que, neste texto, Anayde Beiriz não está tratando de simples presente de Papai Noel. Na verdade, ela utilizou tal figura de linguagem, o velho bonachão, que enche qualquer criança de alegria, e o transformou em alegoria. Neste sentido, afirmo o quanto pensava e se debruçava, sobre a doçura das paixões. A criança pode diferenciar o sabor de beijo? Logo beijo com sabor de pitanga, fruto típico da zona costeira nordestina, dos manguezais. Em momento algum se trata de obra infantil, de brincadeira de Papai Noel, muito embora, a princípio, pareça. Na verdade, é confissão de amor — recado a João Duarte Dantas? Pois que nome de quatro letras: J O Ã O — realizado através da publicação da *Revista da Cidade* que, hoje, obra rara, nos legou este presente da autora: ousou singrar marcas do tempo, impondo-se livre. Então, teceu, com a existência, significativa parte da História da mulher no alvorecer do século XX. Não é à toa que jamais foi esquecida. Se Recife a festejou nos anos 20, du-

rante a sua estada aqui, nesta breve releitura dos seus dois únicos textos editados pela *Revista da Cidade*, eu a enalteço agora.

Na opinião da professora de Literatura, Ana Maria Coutinho de Sales, ao se debruçar sobre a face da poetisa, encontram-se os problemas de identidade de gênero e os de discriminação, marginalidade e exclusão, daí a metáfora de *Peregrina da liberdade*. Concentrada num sujeito audacioso que, corajosamente, luta pela liberdade. No *Dicionário de Mulheres do Brasil* (2000. p. 70) Schuma Schumacher escreveu: “a memória de Anayde — nos seus movimentos de resistência a qualquer forma de exclusão<sup>2</sup> — foi recuperada pelo movimento feminista pós-75, que colocou sua tragédia na conta dos preconceitos que duramente afligem a vida das mulheres.” História recuperada à contemporaneidade que, nos festejos de 62 anos da morte desta paraibana, a 17 de março de 1992, em seção especial na Assembleia Legislativa da Paraíba, por iniciativa do Centro da Mulher 8 de Março e do deputado petista Chico Lopes, no convite à solenidade, propunha ler o poema, de autoria do conterrâneo Vanildo Brito:

*Pavana para Anayde:*

Anayde Beiriz, o tempo é cego  
Por entre os seus escuros labirintos,  
Mas não desfez o itinerário certo  
Da verdade sepultada sob os mitos  
Da História. O teu martírio infante  
Viverá sempre como os sonhos vivem —  
Entretecidos de fatalidades  
No sudário sem cor da morte livre.

Anayde Beiriz, a mão do tempo  
Refez a tua face peregrina  
Não dormes mais no esquecimento.  
Vives no sempre, Fábula menina.

Na mesma ocasião, a professora paraibana Irene Marinheiro, na edição de 21 de maio de 1992 do jornal *O Norte*, publicou: “Anayde Beiriz merece ser lembrada como uma mulher que superou precon-

<sup>2</sup> Inseri no texto esta frase, no sentido de enriquecer a opinião do autor.

ceitos de uma sociedade autoritária, machista e discriminatória. Durante 50 anos a feminista foi ignorada e difamada pelas versões oficiais da política brasileira, além de ter sido perseguida. Em 1980, José Joffily resgatava a verdadeira História de [Anayde] Beiriz, mulher de idéias avançadas, que combateu o conservadorismo, assumiu seus atos, suas idéias e seu amor por João Dantas.” No ensaio de recuperar a memória da protagonista deste ensaio, retornando ao Centro da Mulher 8 de março, acima citado, encontram-se, no seu arquivo, algumas poucas anotações que recalitraram em viver, mesmo ante as ocorrências trágicas de 1930, quando quase toda a sua memória escrita foi consumida pelo fogo, vítima que foi do preconceito contra seu modo de agir naturalmente. Tal atentado tentou, pois, apagar uma memória, por si só, já inserida na História.

No seu diário, por exemplo, transcreveu a poesia *Navio Negroiro*, do poeta baiano Castro Alves, comprovando assim seu itinerário de leitura: engajado, libertário e anti-racista. A ela bem cabe a metáfora de *Peregrina da Liberdade*. Mulher que saía desacompanhada, usava cabelos *à la garçonne* e saias que não cobriam os pés. Matéria de mulher, que a tornou inserida na História.

Exatamente neste sentido, o pesquisador José Joffily (1980. p. 39) a compara à intelectual feminista do interior de São Paulo, mais precisamente de São João da Boa Vista, Patrícia Galvão, ou simplesmente Pagu. “Pelo que li de Geraldo Ferraz sobre Pagu, e pelo muito que ouvi sobre Anayde, não seria absurdo admitir que a moça paraibana, se tivesse sobrevivido, terminaria também ideologicamente engajada, impelida por uma insubordinação mais abrangente e mais rica em coerência, como é próprio das pessoas que se propõem a subir, de degrau em degrau, a escada da inconformidade até atingir posições capazes de viabilizar mudanças sociais mais profundas.” Complacente com a comparação do pesquisador José Joffily, é prescindível, inclusive fazendo jus ao título deste ensaio, retomar a parca produção literária da jovem Anayde Beiriz, que nos honra ter chegado às mãos. Lírica, com uma

imaginação criadora marcadamente evadindo-se rumo ao sonho, ela escreveu:

Por que você escreve?

Eu escrevo para criar um mundo no qual possa viver. Procuro criar um mundo como se cria um determinado clima, uma atmosfera onde eu pudesse respirar. Devemos conquistar nossa força e edificar nossos valores com base no desenvolvimento pessoal e na descoberta de nós mesmos. Contra as desigualdades, as injustiças [...].

E acrescenta, voluntariamente exilada na produção literária, não apenas em texto acabado, estruturado definitivamente, sobretudo gerador de sentidos:

Se você não respira quando escreve, não grita, não canta, então sua literatura será limitada. Quando não escrevo, meu universo se reduz, sinto-me numa prisão. Perco minha chama, minhas cores. Escrever para mim é uma necessidade.

### **Literatura e resistência**

Ainda sobre Anayde Beiriz, revela-nos o pesquisador Marcos Aranha (2005. p. 96), que, numa atitude ética diante do mundo preconceituoso e segregador, que a cercava, corajosa, abordou a sua mestiçagem, ante o pudor branco das aristocracias rurais de Pernambuco e Paraíba. “Eu possuo essa impetuosidade despreocupada e desinteressada dessa raça mestiça de que descende minha família paterna, também possuo, num grau tão alto como ninguém talvez possui, a altivez e o orgulho dessa raça de sertanejos a que pertence a minha mãe [...]” E foi, justamente, um sertanejo que ela amou, João Dantas, uma paixão cujo desfecho, para os dois, infelizmente, consumou-se em tragédia, conseqüência do escândalo de 1930: quando as cartas de amor e intimidade do casal foram devassadas em jornal paraibano, *A União*, em decorrência da fúria do inimigo político, João Pessoa, então presidente do Estado. João Dantas assassina o rival no Recife, onde

o casal se encontrava. Será que o escândalo levou a jovem professora ao suicídio, ou a insuportabilidade da perda do ente amado? Digo isso, pois a Anayde era comum a feitura de textos que incluíam o erotismo, a problemática do amor. Por exemplo, cita José Joffily (1980. p.12), um trecho, lacônico, no qual a casa é a metáfora do corpo, espaço da consumação amorosa, exercício de vivência amorosa e erótica, presenciada pelas inanimadas e, portanto, silenciosas, telhas:

Nasci  
 Nasceu  
 Cresceu  
 Namorou  
 Noivou  
 Casou  
 Noite nupcial  
 As telhas viram tudo  
 Se as moças fossem telhas não casariam [...]

Mas nem somente de amor, erotismo e lutas de afirmação viveu. Tal se apresenta o texto acima. A priori, trata-se de fragmento em forma de poesia. Porém, observando-se melhor, percebe-se o transcurso da vida de mulher que, do nascer ao seu ponto principal — no alvorecer do século passado — culminava com casamento. Assim, a vida se estabelecia e como que congelava as atitudes femininas. O casamento, espaço de consolidação da vida, era também o ponto final. Entretanto, no poema, a autora chama à baila o erotismo: se as telhas falassem... Pois, assim, revelariam o gozo das núpcias. Anayde Beiriz, através de questionamento, traz à ribalta realidade de que poucos ousavam falar, sobretudo em forma de arte publicada, lida e divulgada por entre leitores.

Num fragmento de outro texto, este intimista, citado no prefácio do livro *Anayde Beiriz: paixão e morte na Revolução de 30*, do mesmo José Joffily, a tônica do mar, portanto, da natureza, se insurge, tendo em vista que a autora viveu sempre à beira mar, inclusive a cidade onde passou a lecionar a crianças e adultos, após a formatura, é litorânea, Cabe-

delo. Assim, escreveu, em tom contemplativo, comum a quem se debruça sobre o mundo e dele se sente parte integrante: água marinha lavou os pés, sentiu a areia da praia, o silenciar das gaivotas, conjunto de acontecimentos provocadores de estranhamento. Diante de si? Sim, perante seus sentimentos. Este conjunto de sensações ordenou da seguinte maneira sobre o papel, mediante inclinações simbolistas. No texto *Lembrando as ondulações do mar*:

As ondas vinham beijar desenvoltadamente a areia e, ao envolverem meus pés, senti-me tomada de estranha sensação, como se me houvesse identificado com a natureza marinha.

A noite caía silenciosa [...]

Uma jangadinha, velas soltas ao vento, a subir e a descer, singrava o mar, dando adeus a terra. Tal partida repercutia em minha alma como se o seu adeus fosse o nunca eterno e fúnebre dos cemitérios.

Por fim o manto da noite envolveu toda a terra; as gaivotas emudeceram... e o mar, eternamente revolto, continuou a gemer, a gemer. Regressei.

E ainda se pergunta: “Embebendo o meu espírito a embalsamar toda terra, pensei: por que o indivíduo é tão pequeno diante das maravilhas de Deus?” Dessa forma, a narradora inicia série de questionamentos sobre a pequenez da condição humana, mediante as maravilhas da obra divina. Então, como primeiro ponto a ser observado, Anayde Beiriz acreditava num Deus supremo, criador da ordem cósmica e da beleza da natureza, que, de tão esplendorosa, punha os humanos em condição de desvantagem. Será, então, que toda inteligência é sensível à natureza ou se trata de recurso feminino? Claro é que a escritora era sensível não somente ao humano, que a circundava, mas também às obras da criação divina. No entanto, muito mais por sua bravia luta pela liberdade, inclusive afetiva, que pela produção literária, será canonizada como *Peregrina da Liberdade*. Por liberdade, aqui, entenda-se, também, a livre expressão humana: profissão de fé, realizada no texto citado.

Neste sentido, por marcas sobre a História, tem provado a sua atemporalidade. Por exemplo, em 1999, às 17h, numa quinta-feira, a 08 de março, o Centro da Mulher 8 de Março instituiu o concurso *A Paraibana Notável – A Mulher na Paraíba no Século XX*. Com comissão formada apenas por mulheres, sendo estas jornalistas e artistas, entre uma lista de 121 concorrentes, Anayde Beiriz galgou o segundo lugar por entre as concorrentes. O evento aconteceu na sede da Associação Paraibana de Imprensa. Outros eventos marcaram a sua breve, porém intensa, passagem pela vida. Durante o X Festival Nacional de Artes, promovido pela Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego, de 12 a 20 de novembro, juntamente com o Centro Cultural Anayde Beiriz, foi promovida a Exposição Anayde Beiriz – Centenário de Nascimento. Também no dia 29 de novembro de 2004, foi homenageada pela Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba, quando recebeu o título de Patrona da Cadeira Nº 16, ocupada por América Medeiros Cantisani. Pernambuco, não poderia deixar de ser, dados os vínculos Históricos e afetivos, reverenciou a paraibana polêmica. O Fórum de Mulheres da Universidade Federal da Paraíba, o Sebo Cultural e a Universidade Federal de Pernambuco — através do Grupo de Trabalho A Mulher na Literatura, prepararam evento homenageando a escritora. Homenagens justas e merecidas a quem soube fazer História e provar, com a vida, que a liberdade independe do tempo em que se vive, e sim é fruto da coragem em realizá-la. Suicidou-se, no Recife, numa quarta-feira, às 11h, a 22 de outubro de 1930, por envenenamento.

Sobre os acontecimentos que envolvem sua morte, compactuo com José Joffly (1980. p. 46): “Anayde jamais tinha demonstrado vocação suicida. Amava a vida na plenitude dos seus 25 anos. Livrou-se da vida não por amor à morte e sim porque não havia outro jeito.” Antes, porém, de concluir este ensaio, é possível o debruçar sobre fragmentos de texto escrito por ela e publicado, postumamente, pela *Revista Ilustração*, na primeira quinzena de maio de 1938, página 14. Trata-se de longo poema, intitulado *De uma carta que te escrevi e que não te enviei*, con-

tendo a clássica cena do ciúme feminino, ante a traição masculina, quadro de realismo, estilo simples e claro, objetivo, como foi, em vida, a autora, tocando sempre em aspectos ousados, tais como o sabor do beijo, o fulgor das paixões e a ousadia em vivê-las. A personagem da trama, por sua vez, argumenta admirar os homens que não fogem das paixões, buscando, nestes, fortaleza. Enquanto à mulher, cabe a luta pela manutenção, consigo, do seu amado. Transfigura fato negativo: a traição; em positivo: a luta pela reconquista do ente amado. Confirma Ana Maria Coutinho de Sales: “falar de amor e sensualidade, no começo do século XX, era uma transgressão às regras impostas socialmente. Mais uma vez, confirmamos a força insuspeitável que as palavras têm.” Sobretudo em Anayde Beiriz... Por fim, ante a leitura do último texto, ressalto apenas que as partes em parênteses encontram-se danificadas, no original depositado em arquivo.

*De uma carta que te escrevi e não te envie*

Não Eu não hei de chorar [...]  
Tu me conheces bem pouco. Por isto é que me falas em lágrimas.  
Só os desesperados é que choram e eu continuo a esperar [...]  
Pouco se me dá saber da tua nova paixão [...]  
É tão vulgar a existência de outra mulher no destino do homem que a gente deseja [...]  
E, bem sabes, no amor, como em tudo, apenas me seduz a originalidade [...]

A razão por que gostei de ti?  
Porque pensei que tu eras louco [...]  
Tive sempre a extravagância de achar deliciosos os loucos que julgam ter juízo [...]  
Desiludiste-me afina!  
[...] E é tão desinteressante um homem ajuizado que finge de louco [...]

Dizes que me procurarás esquecer. Ingênuo!  
Desafio-te a que o consigas [...]  
As marcas das minhas carícias não foram feitas para



desaparecer facilmente [...]  
Mil outros lábios que se incrustarem na tua boca não  
arrancarão de lá a lembrança  
da minha [...]  
Mas, se ainda assim, o conseguires, a tua vitória não  
será duradoura.  
Não há vantagem em esquecermos hoje o que temos  
de lembrar amanhã [...]

Apraz-te que eu guarde os meus beijos [...]  
Guarda-los-ei, por enquanto.  
Advirto-te, porém, que os beijos são como os vinhos  
raros, quanto mais velhos, Melhor embriagam [...]  
Enganas-te se pensas que entre nós dois tudo está ter-  
minado [...]  
Se agora é que começou [...]  
A nossa história, hoje, está bem mais interessante [...]  
E tu fizeste para mim, muito mais desejado [...]  
Porque tenho que te arrancar do domínio de outra  
mulher [...]  
No entanto, eu já não te amo [...]

Admiro os homens fortes e tu és um covarde:  
Tens medo do meu amor. Receias o delírio febril do meu  
desejo, a exaltação diabólica do meu sensualismo, a  
impetuosidade selvagem da minha volúpia [...]  
Sonhar um afeto simples, monótono, banal [...] Um  
afeto que toda mulher pode dar [...]

Tu, um artista!  
Fazes bem em procurá-lo distante de mim  
O meu amor é bem diferente: é impulsivo, torturante,  
estranho, infernal [...]  
Ouve, contudo, o que te digo: hás de experimentá-lo  
ainda uma vez [...]  
Então veremos quem de nós dois chorará [...]

## Referências

ARANHA, Marcos. *Anayde Beiriz: pantera dos olhos dormentes*. João Pessoa: Manufatura, 2005.

BRANDÃO, Ruth Silviano. *Mulher ao pé da letra: a personagem feminina na Literatura*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

CALDAS, Joaquim Moreira. *Porque João Dantas assassinou João Pessoa: o delito do “Glória” e a tragédia da Penitenciária do Recife*, em 1930. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1934.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2007.

\_\_\_\_\_. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano. *Estrutura do poder e economia – 1889-1930*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

JOFFLY, José. *Anayde Beiriz: paixão e morte na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1980.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

LUNA, Maria de Lourdes. *João Dantas e Anayde Beiriz: vidas diferentes destinos iguais*. João Pessoa: A União, 1995.

MEIRELLES, Domingos. *1930 – Os órfãos da Revolução*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.

MELO, Frederico Pernambucano de. *Tragédia dos blindados: a Revolução de 30 no Recife*. Recife: Massangana, 2006.

NETO, Olímpio Bonald. *Ideologia nos anos 30 – Modernismo, Regionalismo, Integralismo*. Recife: Bagaço, 1996.

NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. v. 3.

SCHUMAHER, Schuma. *Dicionário das Mulheres do Brasil: 1500 até a atualidade: biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

### Periódicos

*Revista da Cidade*. Ano III. Números 100 e 125; respectivamente edições de 21 de abril de 1928 e 13 de outubro de 1928.

## **Tese**

SALES, Ana Maria Coutinho de. *Tecendo fios de liberdade: escritoras e professoras da Paraíba do começo do século XX*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 2005.



## AOS COLABORADORES

---

### **Das normas para apresentação de originais**

O *Caderno Espaço Feminino* é uma revista **multidisciplinar** que mesmo possuindo seu Conselho Editorial, não se responsabiliza pelos conteúdos de cada texto publicado, à medida em que o objetivo é polemizar e nunca enquadrar os artigos dentro de uma única perspectiva teórico-metodológica.

Seguindo a premissa anterior da multidisciplinaridade, é necessário que cada colaborador(a) trabalhe conceituando em nota de rodapé, ou no próprio texto, esclarecendo o(a) leitor(a) o que necessariamente não pertence à área do(a) autor(a).

Ao aceitarmos artigos inéditos para a publicação, exigimos que os mesmos venham revisados quanto à ortografia e sintaxe.

O material para publicação deverá ser submetido à versão eletrônica da revista disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.phd/nequem>, ou encaminhado para o e-mail: [nequem@inhis.ufu.br](mailto:nequem@inhis.ufu.br). O artigo deve ser digitado em **espaço 1,5, fonte Times New Roman, tamanho 12** e obedecendo, para **margens, as medidas: direita e inferior: 2,5cm; superior: 3cm; esquerda: 4cm.**

Os trabalhos digitados devem estar de acordo com aspectos formais segundo técnicas e procedimentos científicos, bem como padrões atualizados da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

As colaborações a serem publicadas na Revista *Caderno Espaço Feminino* poderão ter os seguintes formatos:

- a) Artigos que estejam relacionados com traba-

lhos na área de gênero e afins. Incluem-se aqui os resumos de trabalhos com resultados parciais e/ou finais originados de projetos de pesquisa. Devem conter: Títulos, Referências Bibliográficas.

b) Os trabalhos devem conter resumo em português e em inglês, com o máximo de 04 linhas; palavras-chave em português e em espanhol ou inglês (mínimo de três e máximo de cinco); referências bibliográficas e notas no pé de página. Os trabalhos não devem exceder a vinte e cinco laudas, incluídos anexos.

c) Artigos considerados de relevância para a área ainda que não tenham caráter acadêmico.

d) Resenhas que devem conter um mínimo de 03 e um máximo de 05 páginas e respeitar as seguintes especificações técnicas: dados bibliográficos completos da publicação resenhada no início do texto, nome(s) do(s) autor(es) da resenha com informações, no pé da página, sobre a formação e a instituição a que esteja vinculado; referências bibliográficas e notas no pé de página.

e) Biografias

f) Entrevistas

Ao enviar o material para publicação, o(a)(s) autor (a)(es) está(ão) automaticamente abrindo mão de seus direitos autorais, concordando com as diretrizes editoriais.

Todos os artigos serão apreciados pelo Conselho Editorial. A simples remessa dos originais, implica em **autorização para a publicação** do mesmo.

Os originais submetidos à apreciação do Conselho Editorial não serão devolvidos. A Revista *Caderno Espaço Feminino* compromete-se a informar os autores(as) sobre a publicação ou não de seus textos.



